

JUSSARA BOTELHO FRANCO

**"MEDIADOS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO POPULAR AMBIENTAL:
prática social como prática pedagógica
em educação não-formal"**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, como requisito parcial à qualificação dos estudos de doutoramento na linha de pesquisa Educação Ambiental Não-Formal.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Frederico B. Loureiro

RIO GRANDE

2012

F825m Franco, Jussara Botelho
Mediados caminhos da educação popular ambiental: prática social
como prática pedagógica em educação não-formal / Jussara Botelho
Franco; orientação do Prof. Dr. Carlos Frederico B. Loureiro. - 2012.
140 f.

Tese (Doutorado em Educação Ambiental) – Universidade Federal do
Rio Grande, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Rio
Grande / RS, 2012.

1. Educação popular ambiental 2. Prática social 3. Luta 4. Prática
pedagógica I. Loureiro, Carlos Frederico B. II. Título

CDU: 504:37

Catálogo na fonte: Bel. Me. Cibele Vasconcelos Dziekaniak CRB10/1385.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Frederico B. Loureiro – Furg (Orientador)

Profa. Dra. Conceição Paludo - UFPel

Prof. Dr. Philippe Pomier Layrargues - UnB

Profa. Dra. Susana Inês Molon - Furg

Profa. Dra. Lucia de Fátima Socoowski de Anello - Furg

Franco, Jussara Botelho. **MEDIADOS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO POPULAR AMBIENTAL: prática social como prática pedagógica em educação não-formal.** Tese (Doutorado em Educação Ambiental). Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental. Universidade Federal do Rio Grande, 2012, 144p. e anexos.

RESUMO

O presente trabalho investigativo se constitui em um estudo de caso pautado na análise de conteúdo, resultante do que/fazer de pesquisa realizado em uma perspectiva materialista junto ao coletivo de trabalhadores que compõe a Associação de Moradores do Bairro Castelo Branco II, localizado na cidade do Rio Grande, RS no período de 2009/2010. O contato com a prática social do coletivo de trabalhadores permitiu construir argumentos para defender que as ações que desenvolvem nos processos sociais da realidade vivida configuram-se como práxis político-pedagógica constituída na relação de seus saberes originários que em confronto com o saber acadêmico produzem uma prática pedagógica em educação popular ambiental nos espaços educativos não-formais, que contribui para superar a contradição opressor/oprimido além do entendimento da resultante de suas ações cotidianas como o conhecimento necessário que socialmente produzem para sua classe. A utilização da abordagem sócio-histórica e da perspectiva participante possibilitou a apreensão do movimento da sua ação nas relações sociais e nas atividades cotidianas. Os dados apontam que o coletivo de trabalhadores, entendido pelas suas ações como um movimento social popular classista esbarra na questão da participação individual como limitante ao exercício do controle socioambiental, apesar de sua ação coletiva direcionada à luta pautar-se para além das suas necessidades necessárias.

Palavras chave: educação popular ambiental, prática social, luta, prática pedagógica

Franco, Jussara Botelho. **MEDIATED POPULAR WAYS OF ENVIRONMENTAL EDUCATION: social practice and teaching practice in non-formal education.** (Doctorate in Environmental Education). Graduate Program in Environmental Education. Federal University of Rio Grande, 2012, 144p. and attachments.

ABSTRACT

This research work constitutes a case study based on analysis of content, resulting from the social practice research conducted in a materialistic perspective with the collective of workers who belong to the Associação de Moradores do Bairro Castelo Branco II, located in Rio Grande/RS in period 2009/2010. The contact with the social practice of collective of workers allowed to construct arguments to defend the actions desolved from the social processes of lived reality with are characterized as political and pedagogical praxis constituted in relation to their popular knowledge in confrontation with the academic knowledge producing a pedagogical practice in popular education in environmental in the spaces non-formal spaces. These practices helps to overcome the contradiction oppressor/oppressed futher than the understanding of the result of their daily actions, like the essential knowledge collectively produced for their own class. The use of socio-historical approach and the participants research made the apprehension of movement and it's actions in the social relations and daily activities. The data indicate that the collective of workers, understood by his actions as a popular social movement class touches on the issue of individual participation as limiting the exercise of socio-environmental control, despite their collective action aimed at combating guided beyond their necessary needs

Keywords: Environmental popular education, social practice, fight, pedagogical practice

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	1
1.1	Significando a pesquisa.....	2
1.2	A comunidade de estudo e sua relação com a cidade.....	4
1.3	Diálogo como instrumento de mediação	8
1.4	Instrumental e campo de possibilidades.....	11
2.	O TEXTO NO CONTEXTO E O CONTEXTO NO TEXTO	16
3.	TEMPO DE (RE)APROXIMAÇÃO: conhecer para na explicação interpretar e compreender.....	25
3.1.	Círculo de Cultura: técnica de pesquisa e metodologia de educação popular ambiental.....	66
3.1.1.	Primeiro Quadro da Memória.....	67
3.1.2.	Segundo Quadro da Memória.....	72
3.1.3.	Terceiro Quadro da Memória	76
3.1.4.	Quarto Quadro da Memória	82
4.	ENCONTROS E CAMINHOS: tramando teoria, realidade e prática social. .	87
4.1.	Educação Popular Ambiental: no diálogo construindo a travessia	87
4.2.	Encontro com a necessidade dos sujeitos	108
4.3.	Trabalho e princípio educativo do trabalho.	112
4.4.	Caminhos e descaminhos da (des)alienação	115
4.5.	A práxis como totalidade e o papel da história.	117
5.	NÃO CONCLUINDO ou antepenúltimas palavras.....	121
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	133
7.	LISTA DE ABREVIATURAS	138
8.	ANEXOS	139

1. INTRODUÇÃO

A tese que ora submeto a apreciação da banca integra uma área da produção do conhecimento presente na Universidade Federal do Rio Grande/FURG - a área da Educação Ambiental – e está inserida de forma integrada na linha de pesquisa Educação Ambiental Não-Formal.

A forma de abordar seu tema é resultante de aprendizagens desenvolvidas coletivamente ao longo da vida no processo de ensinar e aprender, além de estar profundamente enraizado em minha história acadêmica.

Ao detalhá-lo, parto do pressuposto da importância de situar na realidade objetiva o fenômeno material social a ser apreendido que se constitui das interações de causas que movimentam a sociedade vigente (seu modo de produção). Importante também situar-me historicamente como pesquisadora na relação que com ela estabeleço em sua totalidade, aqui entendida como um todo estruturado em um conjunto de relações e regras determinadas na história e não a um todo ideal absoluto.

Para tanto busco apontar os caminhos que me levaram como pedagoga e educadora ambiental a manter fidelidade às opções que esta realidade tem exigido e, historicamente, venho fazendo. Quais sejam a educação popular de adultos oferecida à classe¹ trabalhadora pelas relações sociais capitalistas nos espaços não-formais, a educação ambiental e às linhas teóricas sustentadas dialeticamente pelo materialismo histórico e a pedagogia crítica.

Feitas as considerações iniciais, passo a apresentar a estrutura da tese.

¹ Apenas para facilitar o entendimento quero dizer que quando utilizo o termo “classe” refiro-me às duas classes sociais em que a sociedade hoje se sustenta: a classe que representa o capital e aquela que representa o trabalho, e que o interesse da classe que representa o capital não é conciliar interesses historicamente antagônicos. Também quando falo em classe não a imagino como uma coisa estratificada, cristalizada e sim que tento compreendê-la no seu contraditório movimento interno. Thompson (1987) salienta que a partir da distorção da visão que reduz a “coisa” à classe trabalhadora se pode “deduzir a consciência de classe que ela deveria ter (mas raramente tem), se estivesse adequadamente consciente de sua própria posição e interesses reais” (p.10). Para ele, o que define claramente uma classe é a ação dos sujeitos no seu tempo histórico e o que a classe quer objetivar nesse momento decorre da validade de suas experiências.

No Capítulo 1 busco significar meu envolvimento com a comunidade do Bairro Castelo Branco II, e sua Associação de Moradores, “lócus” da pesquisa, tendo o diálogo como instrumento de mediação. Apresento o tema, o problema, as prováveis hipóteses, objetivos, questões suleadoras além do alcance social e da relevância da tese.

No Capítulo 2 sua vinculação com o método dialético que orientou, intencionalmente, a metodologia utilizada e as técnicas auxiliares utilizadas no Primeiro Movimento e Segundo Movimento da pesquisa.

No Capítulo 3 descrevo e analiso dialogicamente os dados coletados.

No capítulo 4 como o próprio título sugere busco tramar a teoria, aliada a realidade e a prática social do coletivo de trabalhadores, descrita no capítulo anterior, além de significar a educação popular ambiental

O Capítulo 5 que contem as antepenúltimas palavras destina-se a retomar as análises, desta vez à luz do cenário de seus envolvimento e da correlação de forças possíveis neste momento histórico.

1.1 Significando a pesquisa

Busco inicialmente salientar que meu envolvimento com a comunidade do Bairro Castelo Branco II, e sua Associação de Moradores, “lócus” da pesquisa, vem de longa data (anterior a 1998). Iniciou na fase de sua organização, quando acampados em frente à Prefeitura Municipal do Rio Grande/RS, solicitavam do poder público municipal espaço para assentar suas moradias. Nesta ocasião a APTAFURG – Associação Classista do Pessoal Técnico Administrativo e Marítimo da FURG, da qual sou parte, prestou auxílio e comprometimento com suas necessidades. Acompanhei a mudança daquele grupo para a zona oeste da cidade, local definido pelo poder público municipal para assentar suas moradias. Assisti as dificuldades que encontraram e a luta que empreenderam para assegurar a posse de seus terrenos. Organizei, por algum tempo, o recolhimento de vale-transporte entre os servidores técnico-administrativos e marítimos mais próximos de meu local de trabalho, com a finalidade de possibilitar o deslocamento dos membros da Associação de Moradores para participar de reuniões em conselhos, associações,

câmara de vereadores e afins, o que mostra a prática militante e politicamente atuante do coletivo no decorrer do tempo.

Na ocasião em que o município foi atingido por uma chuva de granizo destelhando muitas residências estive presente junto à comunidade prestando solidariedade e auxílio material, participando do recolhimento de alimento e agasalho aos atingidos.

Em janeiro de 2006, a convite da CMP/RS - Central dos Movimentos Populares do Rio Grande do Sul ministrei oficina de Educação Popular Ambiental no projeto “Oficinas de Capacitação de Multiplicadores para atuar na prevenção de DST/AIDS para Sem Teto, Catadores e Recicladores de Lixo das Grandes Metrôpoles” para o coletivo² de trabalhadores da Associação de Moradores do Bairro Castelo Branco II, (sujeitos da pesquisa). A oficina tratou a questão metodológica, entendida como o processo que possibilitou, na ação educativa, visualizar a relação entre a educação popular e a educação ambiental aliada a temática da saúde coletiva, em seus aspectos sociopolíticos e pedagógicos, capazes de produzir significados e dar sentido às necessidades de aprendizagens coletivas e individuais dos sujeitos envolvidos. O objetivo perseguido foi construir a partir da experiência vivida um entendimento teórico-metodológico capaz de permitir ao coletivo de trabalhadores associar práticas educativas socioambientais a aspectos relacionados à qualidade de vida a partir das necessidades de saúde coletiva da comunidade.

No período de março a julho de 2006 atuei junto ao Projeto Agente Jovem, política pública do governo federal, destinado a atender adolescentes em situação de vulnerabilidade social, ministrando curso de Educação Popular Ambiental com duração de 40 horas, nas dependências do CAIC – Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente – da FURG, para 25 adolescentes, na sua maioria, oriundos da referida comunidade.

Exercitar a memória possibilita tecer uma relação de encontros e identificação com esta comunidade que congrega o coletivo de trabalhadores que compõem o fenômeno material social a ser estudado, (o coletivo de trabalhadores componentes

² A palavra “coletivo” pode ter vários entendimentos por isso normalmente vem associada à outra que informa a sua qualidade. No caso, coletivo de trabalhadores caracteriza um grupo de trabalhadores (empregados e/ou desempregados) que participam de um espaço orgânico de trabalho legalmente constituído que tem como fim a organização social e comunitária.

da diretoria da Associação de Moradores do Bairro Castelo Branco II) o que será de grande utilidade no desenrolar da pesquisa.

Essas vivências propiciaram apropriações teórico-práticas que foram determinantes para a escolha dos sujeitos da pesquisa.

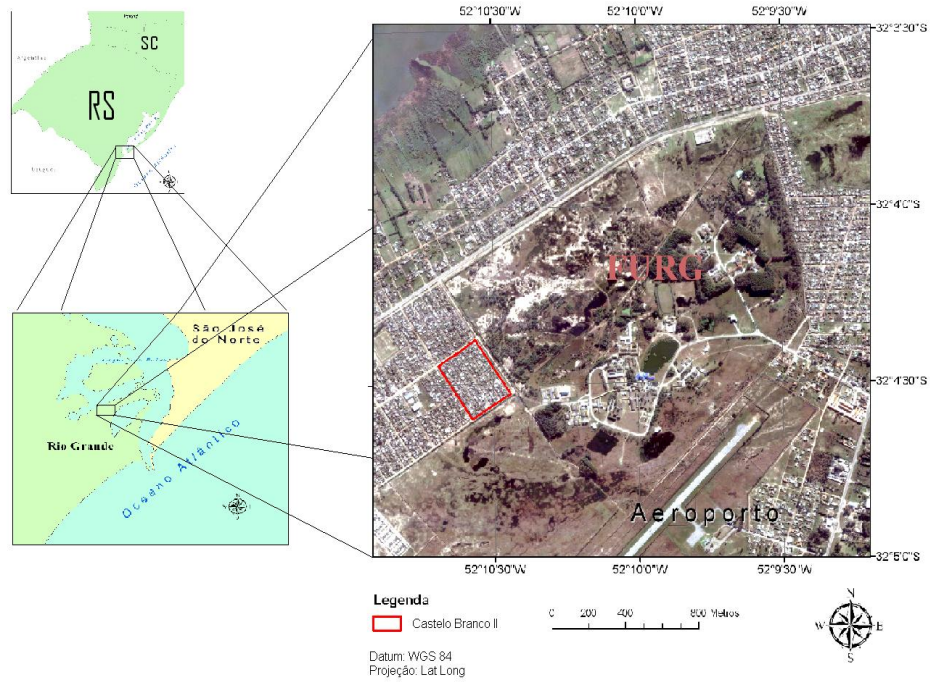
Além do caminho percorrido com o coletivo de trabalhadores da comunidade Castelo Branco II pesquisei o espaço educativo não-formal com outro coletivo de trabalhadores, tanto para a monografia de conclusão de curso de pedagogia no ano de 2000 quanto para a dissertação de mestrado em educação ambiental no ano de 2005. Experiências que contribuíram para desenvolver a pesquisa que tem como cenário o Bairro Castelo Branco II.

1.2A comunidade de estudo e sua relação com a cidade.

O Bairro Castelo Branco II, localizado na zona oeste da cidade do Rio Grande/RS, é uma área habitacional que reflete uniformidade em termos de renda, de padrões culturais e valores, onde a qualidade dos serviços públicos prestados (como por exemplo, água, luz, transporte, calçamento, saneamento básico, entre outros) espelha o conflito de interesses, e para finalizar o cenário, o discurso de seus agentes encobre os interesses dominantes. O que desafia a refletir sobre sua natureza e seu papel no contexto da cidade além de possibilitar o entendimento desse espaço urbano como um espaço de luta, onde os coletivos de trabalhadores ao lutar pelo seu direito de pertencer àquele espaço social da cidade lutam pelo direito à cidadania (FRANCO, 2005).

Outra característica singular do Bairro Castelo Branco II é sua situação geográfica. Situado, quase que encravado no Campus Carreiros da FURG – Universidade Federal do Rio Grande - tem estreita interferência/ligação com o mundo acadêmico seja através de ações isoladas ou em projetos de ensino, pesquisa e extensão institucionalizados. Dependendo da intencionalidade destes projetos e da direção das ações desenvolvidas a assistência prestada pode ser provisória e, como tal, ser um componente de emancipação, ou ao desviar-se desse foco promover, às vezes sem perceber, o assistencialismo. O entendimento dessa realidade se apresenta como um desafio e justifica, por si só, o alcance social da pesquisa.

Mapa de Localização do Bairro Castelo Branco II



Mapa de Localização do Rio Grande do Sul



O município do Rio Grande/RS, privilegiado por sua diversidade ecossistêmica, constitui-se por uma economia com base no setor secundário liderado pelo porto do Rio Grande que está integrado com o sistema viário do Estado. Apesar do potencial geoeconômico representado na cidade do Rio Grande pela indústria naval e sua possibilidade de integração ao MERCOSUL, as condições sociais da maior parte da população vêm se agravando, num complexo de causalidade, tornando as instituições oficiais impotentes para responder as necessidades individuais e coletivas dos despossuídos, o que repercute na qualidade do ambiente em que vivem as comunidades.

Também assim entende Tagliani (2004) quando diz:

Por outro lado, ao mesmo tempo em que a presença do porto outorga uma importância destacada ao cenário geopolítico nacional e internacional, tornando o município um foco de atração de investimentos produtivos, muitos dos quais com alto potencial poluidor e de mobilização de capitais, o município se ressentido de cenário social de concentração de renda e expansão da pobreza, longe de uma perspectiva de sustentabilidade (p.92)

Com a instalação do Polo Naval gaúcho e do maior dique da América Latina a cidade do Rio Grande está se constituindo em uma realidade estratégica para a exploração de petróleo, de tal sorte que está previsto o aporte de treze bilhões de reais do governo federal para investimentos na área naval. Segundo o Prof. Marcelo Domingues, pesquisador da FURG, em entrevista a televisão local (27/10/2009), a cidade do Rio Grande em doze anos terá o segundo maior PIB do estado do RS. Sua população duplicará de duzentos para quatrocentos mil habitantes, graças também a expansão da indústria de fertilizantes, de celulose e da indústria metalúrgica, além do complexo de sistemistas que acompanham esses empreendimentos. Por isso, segundo ele, será um “crescimento que nunca se viu”, o que com certeza assusta principalmente àqueles que já dispõem de um ambiente (natural e social) que não atende minimamente as suas necessidades imediatas. A partir desta realidade, surgem questionamentos de aparente difícil solução no que se refere a já precária infraestrutura do município para suportar este chamado “desenvolvimento”. Entre elas a existência de crianças fora da escola por falta de vagas, a falta de leito e infraestrutura nos hospitais, a precariedade no transporte coletivo que não atende ao interesse dos usuários, o saneamento básico deficiente, o consumo de drogas aumentando em progressão geométrica, a insuficiente

segurança pública, que como em todo país, além de precária é pouco equipada, entre outros problemas crônicos e de difícil solução.

O “desenvolvimento” da forma que está sendo proposto em nossa cidade remete ao desenvolvimentismo a que o país foi submetido à época do milagre econômico, que hoje ressurgue com outros matizes, porém com o mesmo sentido nas discussões e nos encaminhamentos dados pelo governo atual na política de exploração do petróleo no pré-sal e seus desdobramentos nas comunidades locais. Desenvolvimento identificado com o crescimento econômico, urbano e tecnológico próprio da lógica de acumulação do capital que, apesar das políticas sociais que o governo (Estado) está propondo, não vem trazendo aos marginalizados desta terra o desenvolvimento necessário à produção da sua existência. Furtado em “O mito do desenvolvimento econômico”, escrito no século passado (1974) explica que a ideia de desenvolvimento escondia uma ideologia, a dominante, e de fato não incluía todos os cidadãos nas suas benesses além de encobrir as desigualdades sociais existentes não só entre os países do bloco capitalista mas também internamente em cada estado-nação. Transpondo esse pensar para a atualidade vivida (no caso específico em estudo e à realidade da cidade do Rio Grande) fica evidente sua atualidade. Uma vez que nesta proposta de desenvolvimento econômico os fatores socioambientais são esquecidos e o fato de não serem levados em consideração tem contribuído para a emergência de conflitos..

Neste cenário, os movimentos presentes na sociedade, entre eles o coletivo de trabalhadores que compõem a Associação de Moradores do Bairro Castelo Branco II ao explicitar os conflitos da cidade explicita as contradições nela presentes. Por isto seu papel é estratégico, e assim já vem sendo historicamente de tal sorte que com sua ação vêm se constituindo em uma força social capaz de mediar estes conflitos com relativa autonomia. Além disso, o coletivo de trabalhadores vem desenvolvendo ações na comunidade no cumprimento das metas com as quais se elegeram, entre as quais destaco: aulas de reforço escolar com merenda para crianças e jovens da comunidade, criação de uma biblioteca comunitária, melhoria na iluminação pública e na limpeza de ruas e valetas, pavimentação da avenida principal, implementação do programa Mesa-Brasil em parceria com o SESC, a conquista de três telefones públicos, a par de promover junto à comunidade e com as demais associações de bairros próximas ações pontuais como é o caso do trancamento do trânsito na Rua Roberto Socoowski após

sucessivos acidentes que culminaram na morte de trabalhadores. Desta ação prática resultou a construção de uma via alternativa para que pedestres e ciclistas transitem de forma segura. (anexo 13)

Também fez acontecer ações de interesse para a comunidade em que está inserida e as comunidades dos bairros vizinhos. Caso da realização do 1º Seminário de Rádio Comunitária que envolveu o Bairro Castelo Branco I e o Bairro Santa Rita de Cássia, além da CMP – Central dos Movimentos Populares e do apoio de alguns sindicatos, tendo claro que a rádio comunitária é uma importante ferramenta para a comunidade na reprodução das suas informações. Segundo o entendimento de um dos participantes é “um instrumento democrático de participação da comunidade, por este motivo deve ser da comunidade, ligada a uma associação de moradores que a dirija e discuta sua programação” (anexo 1). O Seminário foi proposto pelo VEPOP – Projeto Vivências em Educação Popular, ligado à área da saúde coletiva, que teve intensa atuação na comunidade. Outro evento de destaque foi o Seminário Municipal de Economia Solidária que contou com a participação de nove grupos de ES. Nas palavras do presidente da Associação de Moradores a ideia é “que as pessoas e grupos organizados possam absorver a Economia Solidária e sair da disputa capitalista” (anexo 2).

Estas são algumas realizações e relações que aconteceram na comunidade em estreita ligação com a cidade.

1.3 Diálogo³ como instrumento de mediação

A Associação de Moradores do Bairro Castelo Branco II, é, portanto, um lugar onde transitam diferentes subjetividades e onde convivem diferentes saberes. O que é fundamental para a pesquisa que assume a experiência do diálogo de forma coletiva e solidária em todos os momentos do processo de tal sorte que seu produto – o conhecimento gerado na pesquisa – seja resultante dessas situações. Entendendo como produto a repartição e o consumo de saberes essenciais para superar a situação de vulnerabilidade em que vivem.

³ Segundo Freire (1987, p.78-79) "o diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu." "O diálogo é uma exigência existencial, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro nem tampouco tornar-se simplesmente troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes".

No caso, o diálogo não se reduz a um instrumento metodológico. É utilizado como forma de comunicação em que a questão da diferença do lugar de enunciação é superada pela questão da diferença como qualidade, como valor de qualificação, como forma de potencializar os saberes que se entrecruzam no espaço comunitário, organizando suas práticas e suportando sua articulação na totalidade social e histórica onde o que está em jogo é a apropriação social da natureza. Quero dizer que apesar de a ação do coletivo de trabalhadores se desenvolver preferencialmente na esfera local, na complexidade do movimento, os fenômenos materiais sociais de que participam agem uns sobre os outros provocando mudanças mútuas, assim se encontram em estado de correlação e interdependência universal, por isso refletem globalmente.

Com este entendimento, as situações de diálogo constituem-se em situações capazes de dar concretude ao inédito-viável⁴, processo ininterrupto relacionado à inconclusão do ser humano em seu permanente processo de devir que forja (no diálogo comprometido) a máxima consciência possível (da pesquisadora e dos pesquisados) naquele momento. Com a intenção de dar visibilidade à transformação das dimensões concretas da realidade socioambiental, na busca engajada do historicamente possível “ou daquilo que impossível tornamos possível em determinado momento histórico” (FREIRE, 2008, p.232), além de dar visibilidade à totalidade do fenômeno em estudo.

Na pesquisa o diálogo é assumido como “pro-vocação”, intencionado, como movimento para frente, como antecipador de um inédito-viável, como vocação humana, só possível se lograr a superação de uma situação-limite⁵ - o pensar filosófico que não me constitui – que imputo ao pouco conhecimento em relação à filosofia, indispensável nesse empreendimento. Isto porque como “filhote da ditadura” vivi os 20 anos de chumbo que ela impôs. Anos de medo gerado pelo arbítrio, pela ausência dos direitos mínimos, entre eles o direito “a uma educação humanista que (...) redescobre através dela o processo histórico em que e por que se constitui a consciência humana” (FIORI, 1987, p.10). Quero dizer que em regime

⁴ Conforme Ana Maria Freire, o “inédito-viável” na realidade configura-se um “percebido destacado”, algo ainda não vivido, mas desejado, que o sonho utópico sabe que existe mas que só será realizado pela práxis libertadora quando então deixará de ser um problema porque pode se tornar realidade (apud FREIRE, 1992, p. 205).

⁵ Categoria que encerra a percepção humana naquele momento histórico, “pode ser vista como um obstáculo que não podem transpor, ou como algo que não querem transpor ou ainda como algo que sabem que existe e que precisa ser rompido e então se empenha na sua superação” (idem).

de dominação não se vive uma educação como prática de liberdade, porque o germe da dominação adere à consciência do dominado e naturaliza a situação imposta pelo regime, por isso meu aprendizado foi com a pedagogia “para” o oprimido, o que venho buscando superar.

O diálogo é assumido também como “pró-vocação” como disposição, como chamamento a favor da valorização da palavra e da escuta de todos os participantes do processo e, ainda, como “provocação”, como provocador da ação pelas palavras que transformadas pela criticidade dialética e dialógica tornam-se palavra-ação, atividade humana de significação e transformação do mundo. Nesse sentido, o diálogo como palavra-ação além de fazer a crítica em forma de discurso se compromete concretamente com aquilo que denuncia e/ou anuncia.

É dessa forma comprometida que entendo a pesquisa. Aprendizagem que construí na elaboração da dissertação de mestrado em Educação Ambiental – EA - através das palavras da orientadora, Profa. Dra. Susana Inês Molon, ao possibilitar que percebesse o significado e a utilidade da pesquisa como decorrente da qualidade da relação que continue estabelecendo com ela, sugerindo que o envolvimento e responsabilidade não terminam no momento da defesa. Fazem parte do compromisso assumido pela pesquisadora de, ao desvelar um tema, romper com sua aparência enganosa para apanhá-lo em sua essência como fenômeno inacabado existente na realidade concreta (FRANCO, 2005).

Com este sentimento tenho buscado caminhar com o conhecimento parcial e incompleto que me constitui aprendente de mim, do mundo e das relações que nele se estabelecem. Conhecimento que só faz sentido na medida em que é produzido e (re)produzido como um modo de apreender a realidade e como “uma forma de intervenção no mundo” (FREIRE, 1996).

A pertinência de trabalhar a partir dessa categoria freireana surge da necessidade de diferentes grupos sociais dialogarem mutuamente e encontrem caminhos comuns para dar conta de seus problemas específicos. Por envolver sujeitos políticos com interesses contraditórios que atuam no mesmo tempo/espço é um campo de conflito que se constitui na dialética de posições diferentes, não antagônicas, que se entrelaçam na reflexão coletiva de valores e ações comuns. Por isso no diálogo existem pontos de aproximação e de distanciamento que são pontuais e, o conhecimento gerado pela ação dialógica necessita estar articulado

com as formas de superação das desigualdades postas no horizonte das transformações sociais na luta pela busca da emancipação humana.

Nesse sentido a utilização do diálogo se justifica como atitude a ser utilizada com o coletivo de trabalhadores que compõem da Associação de Moradores do Bairro Castelo Branco II com a finalidade de aprofundar questões que proporcionem a reflexão, o questionamento e a crítica na apropriação/(re)apropriação de conhecimentos socioambientais e sua interface com a realidade vivida. Conhecimentos que sejam capazes de fornecer suporte às discussões em que o que está em jogo são suas necessidades. Passa pelo desvelamento das relações de poder presentes nos processos sociais onde desenvolvem suas ações. E situá-las dentro das tendências que dialogam no campo crítico do materialismo histórico e dialético em que a finalidade educativa da educação popular ambiental funda-se na ação social transformadora decorrente de sua intencionalidade e na dimensão ética e reflexiva do agir humano.

1.4 Instrumental e campo de possibilidades

A definição do tema de pesquisa implica em escolhas que estejam afinadas com os interesses de quem pesquisa, com as necessidades objetivas emergentes no campo empírico (no caso a necessidade do coletivo de trabalhadores), além de ser socialmente relevante. Com este entendimento o tema proposto encontra-se plenamente inserido em interesses que tem pautado minha vida social e acadêmica - a educação popular ambiental em espaços não formais. Por este motivo longe de se revestir de tortura e sofrimento (tripaliun) seu tema representa uma fonte inesgotável de prazer, o que retira este trabalho do reino das necessidades e o coloca no reino da liberdade, apesar dos condicionamentos academicamente impostos para obter a certificação do grau que este estudo persegue. Inserido nos interesses dos sujeitos da pesquisa como representantes da classe trabalhadora, do povo, porque qualifica sua atividade social e a torna socialmente relevante, e inserido na área de interesse da educação ambiental como campo de conhecimento interdisciplinar. Com este entendimento o tema assim se apresenta: “A prática social como prática pedagógica no contexto do coletivo de trabalhadores que compõe a Associação de Moradores do Bairro Castelo Branco II”.

O questionamento deste tema constitui o problema que o mesmo gera e para o qual busco neste estudo as respostas, qual seja: *“Como se organizam as práticas sociais do coletivo de trabalhadores e como intervêm na realidade socioambiental?”* Sendo este o desafio proposto que minhas limitações desejam responder.

Para tal elenco suposições como prováveis hipóteses que poderão se confirmadas, responder ao problema, quais sejam:

- a) *“As necessidades do coletivo de trabalhadores são determinantes para que busquem sua inserção em processos participativos que objetivem a construção de políticas socioambientais que os ampare”*. e,
- b) *“A EPA – Educação Popular Ambiental possibilita os conhecimentos necessários/adequados para compreender que os problemas socioambientais são determinados pelas relações presentes neste modelo societário”*.

O objetivo da pesquisa é, pela observação participante da prática social do coletivo de trabalhadores, constituída na relação necessidade trabalho, entender o processo de superação da opressão a que historicamente vem sendo submetidos, compreendendo o movimento de ação/reflexão/ação como práxis. Objetiva também explicar e analisar a prática social, a sua atividade, como expressão de uma prática pedagógica que se objetiva na vida cotidiana como educação popular ambiental sustentando sua ação na correlação de forças no contexto adverso em que vivem e fortalecendo sua ação política.

Apresento questões que vão sular⁶ a pesquisa:

- Se e como, o coletivo de trabalhadores potencializa com sua ação o controle socioambiental nos espaços em que participa, direta ou indiretamente?
- Se e como participam diretamente ou interferem indiretamente na elaboração de políticas públicas ao não entregar esta tarefa exclusivamente ao poder público (municipal/estadual/federal), mas contribuindo com ele na busca de um ambiente socialmente justo e ecologicamente equilibrado, o que inclui todas as formas de vida com as quais compartilham o planeta?

Para responder as questões de pesquisa vou utilizar questionamentos complementares, entre eles:

- como desenvolvem suas ações?
- qual o nível de seu envolvimento nestes processos?

⁶ Termo empregado por Freire em contraposição ao termo "nortear" por sua conotação ideológica. (Freire, 1992).

- como/em que condições dialogam com outros coletivos organizados?
- qual o nível dessa participação nas diferentes instâncias?

Para concretizar essas tarefas o caminho é buscar na vida cotidiana do coletivo de trabalhadores as ações práticas relacionadas com o ambiente vivido que envolvam sua efetiva participação na busca do controle socioambiental. O que só poderá ser feito escutando suas vozes e acompanhando suas ações e, a partir das necessidades apontadas e das ações praticadas, analisar sua práxis dialogando com a produção teórica e seus saberes práticos, a fim de que a ação educativa potencialize sua capacidade de produzir conhecimentos ambientais, que sejam neste tempo histórico os conhecimentos necessários, para si e para sua classe.

Utilizo o termo controle socioambiental como correlato a controle social, está intimamente ligado a idéia de participação já que é por este mecanismo que o coletivo de trabalhadores pode intervir na tomada de decisões que atendam suas necessidades enquanto ente público exercendo controle sobre a ação do Estado. “O controle social é a capacidade de a sociedade intervir nas políticas públicas para garantir seus direitos” (conf. Portal do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate á Fome).

Cabe explicar de forma sucinta um conceito que vem sendo recorrente no decorrer do texto e diz respeito ao entendimento do significado que atribuo à vida cotidiana do coletivo de trabalhadores.

A cotidianidade pode ser definida como sendo a dimensão mais imediata, o conjunto das atividades elementares para a realização de nossas necessidades biológicas e sociais, o momento existencial em que as contradições afloram e nossos desejos e utopias ganham concretude, em que estabelecemos o senso de pertencimento a um grupo, comunidade e território (Loureiro, 2003a). Sem cotidianidade não há mediação entre o micro e o macro, entre as mudanças globais e as locais, portanto, não há concretização das transformações sociais (LOUREIRO, 2007, p. 35).

O enfoque socioambiental relaciona-se com os processos de produção de conhecimentos desenvolvidos pela FURG, nos limites geopolíticos culturais de sua região de abrangência, nas diferentes áreas de sua atuação acadêmica. O que sugere a necessária articulação entre os conhecimentos produzidos e sistematizados pela universidade (no senso comum, vista como produtora de conhecimentos tidos como verdades científicas prontas e acabadas) e os conhecimentos do coletivo de trabalhadores (vistos como saberes menores ou não-

saberes) a fim de suportar suas necessidades, com a finalidade e melhor desenvolver suas vidas. O que pressupõe ambiente físico e social saudável e para todos, e vai ao encontro do compromisso político e social da universidade para com a comunidade onde está inserida, além de inverter a lógica da função do conhecimento: de força produtiva do capital para meio da emancipação humana, não somente quanto ao seu uso, mas quanto à sua produção.

Assim constituída a pesquisa assume relevância para a linha de pesquisa Educação Ambiental Não-Formal, relevância para a Educação Ambiental enquanto campo do conhecimento e para o PPGEA – Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental como responsável pela qualificação dos profissionais que forma – os educadores ambientais.

Para a Educação Ambiental ao buscar superar dicotomias geradas pelas oposições sociedade-natureza e natureza-cultura. Quero dizer, a dificuldade de perceber o ambiente como totalidade resultante de múltiplas interações, dinâmicas e mutáveis, situadas no tempo e no espaço o que impede a compreensão de que

se há efeitos ambientais deletérios ao bem estar coletivo é porque na totalidade social (cultura) há agentes dominantes operando com uma lógica privada de acumulação monetária, apropriando-se de recursos que são indispensáveis a todos e que, em função dos impactos das atividades, são degradados ou perdidos” (Loureiro, 2006)

Relevante para a discussão da Educação Ambiental que tem como pano de fundo as questões educativas e a formação de educadores comprometidos com o fazer pedagógico no campo ambiental Não estando a dimensão socioambiental divorciada da saúde, da educação, dos movimentos presentes na sociedade e do sentido da política como campo de ação cidadã na mediação dos conflitos de interesses de acesso aos recursos naturais e aos bens socialmente produzidos.

O alcance social da pesquisa ao significar dialeticamente esta unidade se sustenta na necessidade de dar visibilidade aos saberes socioambientais dos sujeitos que militam nos movimentos presentes na sociedade, dialogando com eles com a mediação da educação popular ambiental na busca de um ambiente ecologicamente equilibrado e socialmente justo. Para tanto se torna imprescindível visualizar os espaços não-formais como espaços educativos diferentes dos espaços formais. Com particularidades distintas e necessidades teóricas, didáticas e metodológicas próprias, como forma de respeitar todas as dimensões de conhecimentos do mundo em que vivem os sujeitos que destes espaços se utilizam,

não reduzindo o educativo ao espontaneísmo comportamental, ou ao salvacionismo planetário. O que reforça e torna infinitamente relevante o comprometimento teórico-prático e político do PPGEA na formação de educadores ambientais se entendermos esta formação com base na III Tese sobre Feuerbach que os educadores também devem ser educados, rejeitando “que o princípio do desenvolvimento da humanidade se encarne em uma parte da sociedade que não exija também sua própria transformação” (VÁSQUEZ, 2007, p.148/149). Possibilidade que pode ser concretizada através de uma práxis radical revolucionária sustentada pela proposta do Programa.

2. O TEXTO NO CONTEXTO E O CONTEXTO NO TEXTO

Acredito que deve haver alguma diferença entre:
“como se pensa o fazer da pesquisa científica” e
“como se faz a pesquisa científica que se pensa”.
Deve haver outra bastante próxima entre:
“como se faz uma pesquisa” e
“como nós vivemos a pesquisa que fizemos”
(Brandão, 2003, p.10)

A pertinência da citação de Brandão no momento de falar do caminho percorrido aponta a existência da distância entre o idealizado e a realidade possível, o que permite falar de como pensei o fazer da pesquisa que ao final não coincidiu com o como fiz e vivi a pesquisa que pensei.

Como processo investigativo constitui-se a partir das necessidades apontadas pelo coletivo de trabalhadores que compõem a Associação de Moradores do Bairro Castelo Branco II e orientada na busca de qualificar a atividade social que desenvolvem, tendo por princípio que o ser humano se realiza enquanto espécie ao transformar o mundo pela sua ação/atividade (trabalho) criando instrumentos técnicos e simbólicos que permitem a transformação da natureza, das coisas e de si próprio. Os instrumentos técnicos são utilizados como forma de mediação com o mundo material e os instrumentos simbólicos (em especial a linguagem/pensamento) com o mundo social (MOLON, 1999) o que supõe o entendimento da unidade ser humano/natureza como especificidade da natureza humana⁷.

Parti do pressuposto que os sujeitos da pesquisa criam ao acrescentar sentido ao mundo que não criaram, mas recriam no movimento de sua ação/atividade em contextos espaço-temporais determinados e neles se constituem historicamente na vida cotidiana pelas mediações que os define como seres da natureza em relações sociais.

⁷ Refiro-me a natureza humana não como algo dado à priori e constituinte do ser, mas que o ser humano realiza sua natureza nas relações sociais, pela qualidade da prática que desenvolve.

Com esse pensamento fui ao coletivo de trabalhadores buscar respostas para analisar sua práxis, porém os sujeitos da pesquisa não têm todas as respostas assim como eu, pesquisadora, não as tenho. Por isso a relevância de dialogar saberes para chegar a um novo conhecimento (gerado nessa interação). Que possibilite buscar na atividade da vida cotidiana, na relação interna do coletivo e na relação que estabelecem com outros movimentos presentes na sociedade a forma que conduzem sua atividade prática para identificar, propor e controlar a resultante das ações geradas a partir de suas necessidades. Segundo Pinto (1979) o conhecimento, em sua realização mais perfeita é a expressão da unidade entre teoria e prática, e se manifesta, inicialmente, como ideia. A ideia, unidade do pensamento e da ação, não existe separada da realidade empírica e busca sempre a satisfação de uma prática utilitária do ser humano em sociedade.

Falo em “novo” conhecimento tomando a concepção de pesquisa social como um processo a ser constantemente superado pela necessidade de ler e reler o movimento da realidade em cada tempo histórico, tendo como horizonte a dimensão humana, o seu vir a ser. Para Mello (2005) “toda pesquisa tem um destino trágico que é a sua superação” porque o conhecimento se efetiva na história. Como atividade humana, plena de historicidade, o novo é constituído no/pelo confronto contínuo das ideias e das situações e colocado a serviço de diferentes visões de mundo, o que não comporta neutralidade. Em uma sociedade marcada pela desigualdade, nenhum conhecimento é neutro e pesquisa alguma serve a todos. Assim, também a pesquisa científica não é neutra porque não se efetiva desprovida de escolhas. Esse é o entendimento de Brandão para quem

Não há saber neutro, não há ciência neutra e não há pesquisa neutra. De perto ou de longe, direta ou indiretamente, elas são emancipatórias e realizam a vocação da experiência humana ou conspiram contra ela. Em uma e outra direção chegamos a um momento da história humana em que, mais do que nunca, o lugar da ciência e das tecnologias de ação social e de socialização da natureza são centrais e cruciais (2003, p. 20)

Além do que, na condição de pesquisadora não posso negar as especificidades que me constituem, entre elas a de ser educadora ambiental, o que ocasionou a impossibilidade de imaginar a investigação científica dissociada da dimensão educativa em sua característica de ser pedagógica. O sentido

educativo da pesquisa é destacado por diversos autores entre eles Freire (1982) para quem pesquisar e educar identificam-se em um movimento permanente e dinâmico e “Desse modo, fazendo pesquisa educo e estou me educando com os grupos populares” (p. 33).

O que não significou reduzir a pesquisa ao educativo, razão pela qual ao detalhar o caminho percorrido - que busca agregar novos conhecimentos aos já produzidos socialmente - procurei amparo em teorias que conferissem credibilidade e consistência a investigação e consequentemente sustentassem os saberes nela gerados. Nesse sentido, aliar à investigação a dimensão de meu trabalho como educadora ambiental foi um desafio, porque trabalhar a pesquisa de forma pedagógica demandou acuidade na escolha de um método que sustentasse não apenas as questões da tese que anuncio, mas respondesse também minha essência de ser educadora que padece de muitos comprometimentos: com os sujeitos coletivos com os quais dialogo, com os princípios da educação popular ambiental, com a vida no planeta (o que implica a manutenção da bio-sociodiversidade), tendo presente que

Com facilidade se irá descobrir que aquilo que em cada época se chama de “método” representa os processos de pensamento e de atuação sobre a realidade que se acham em direta e necessária vinculação com os modos de produção da existência, isto é, dependem do desenvolvimento das forças produtivas que determinado grupo social conseguiu alcançar (PINTO, 1979, p. 39).

Vista assim, não pretendeu ser uma pesquisa “sobre” ou “no” coletivo de trabalhadores que compõe a Associação de Moradores do Bairro Castelo Branco II, mas uma pesquisa “do” e “com” o coletivo que também participou como sujeito de conhecimento. Para tanto foi imprescindível levá-los a se descobrir e a descobrirem com sua atividade prática que são sujeitos – sujeitos do ato de conhecer que usualmente os transforma em objeto (da pesquisa) e sujeitos da tarefa de produzir e reproduzir novos conhecimentos, o que historicamente lhes foi negado porque sempre vistos e tornados objeto. Digo reproduzir, tomando como referência Duarte (2001) que trata a reprodução não como manutenção do que está posto, mas como um processo em que o sujeito incorpora, pela elaboração de seu pensamento, outras formas de objetivar-se através da prática pedagógica, produzindo novos conhecimentos a partir das contradições presentes

na reprodução do já existente. O que vai ao encontro do compromisso político e educativo da educadora/pesquisadora que apostou no diálogo na produção de um conhecimento que oriente e responda as necessidades da pesquisa científica e sobretudo ao compromisso com o coletivo de trabalhadores – o de que possam criar seus próprios instrumentos de produção de conhecimento para si, para sua classe.

Nesse sentido, a diretividade dada à ação educativa da pesquisa coincidiu com sua finalidade: a busca de novos conhecimentos que aumentem o nível de consciência, de organização e conseqüentemente a capacidade do coletivo de trabalhadores de ao intervir, transformar a realidade pela qualidade de sua práxis.

Assim pensada, a pesquisa não incidiu sobre o ser humano, o que investiguei foram suas ações originadas a partir das necessidades que se constituíram/constituem em problema na sua vida cotidiana, que tem origem no “seu pensamento-linguagem referido à realidade” (FREIRE, 1987), o que “exige resposta, não só no nível intelectual, mas no nível da ação”(idem), residindo nesse núcleo – objetividade e subjetividade objetivada - sua intencionalidade.

Na dialética objetividade e subjetividade objetivada é possível deduzir que uma coisa é a ação prática gerada a partir da apreensão de um conteúdo da realidade, outra sua formulação mental-verbal. O que possibilitou transpor para o plano subjetivo o que é real objetivamente e na tomada de consciência da realidade nela interferir com sua atividade prática. Este também é o entendimento de Pinto para quem

Esta divisão tem apenas caráter lógico, e não existencial, pois no *viver concreto* o homem unifica os dois momentos do processo, uma vez que não pode estar em presença do mundo, das coisas, dos fenômenos sem que a intencionalidade de sua consciência se volte para eles e os apreenda, constituindo, ao final, idéias gerais do que existe em face dele. E ao mesmo tempo, não pode ficar imóvel, inoperante, depois que engendrou em si a idéia universal, representativa da realidade, e sim é forçado a agir sobre o mundo, a modificá-lo, segundo *finalidades*, que são o caráter peculiar de que se revestem certas idéias gerais que adquiriu. Este círculo do conhecimento existe sempre e tem lugar como manifestação universal da matéria viva, capaz de sentir o ambiente e de reagir sobre ele (PINTO, 1979 p.33/34).

A definição do método orientou, intencionalmente, a metodologia do trabalho de pesquisa, e serviu às necessidades de um estudo científico que se

propôs ao mesmo tempo pedagógico e investigativo. Que pretendeu apreender o fenômeno no seu movimento, no seu processo de transformação e desenvolvimento, dando atenção ao que acontecia indiretamente e não apenas àquilo que se mostrava. Implicou na impossibilidade de separar o sujeito que conhece da sua subjetividade e do objeto a ser conhecido, tendo presente que existe uma realidade objetiva independente e exterior ao sujeito. Por isso foi importante partir da realidade do fenômeno e descrevê-lo para então dialeticamente explicá-lo. Indo da realidade empírica para o concreto e, com o aporte teórico voltar à experiência para que fosse possível compreendê-lo em sua complexidade e suas determinações. As interpretações se deram pela análise da prática social, que diferencia os seres humanos pelas suas particularidades ao mesmo tempo em que os iguala enquanto seres históricos, produtores e produtos da mesma realidade social (FRANCO 2005).

Entendo que a pesquisa ao tratar de um coletivo de trabalhadores específico tratou de uma microrrealidade social, portanto a escolha recaiu sobre o estudo de caso. Conforme Roese (1998), o estudo de caso é uma técnica que além de permitir a obtenção de maior número de informações sobre um único caso “nos ajuda a compreender uma das pontas do processo de transformação social que é o da realidade concreta” (p.192). Uma das características do estudo de caso é a de tratar preferencialmente de movimentos sociais e possibilitar maior quantidade de informações específicas do tipo “como?” e o aprofundamento das informações tipo “por quê?”. Outra característica é sua contemporaneidade que segundo Roese o diferencia de um estudo histórico.

Como técnica de pesquisa o estudo de caso permitiu a pluralidade de técnicas auxiliares além de ter na sua especificidade o elemento fundamental porque “é ela que fornece a característica metodológica que necessitamos para arrolar os dados que respondem às questões que formulamos” (ROESE, 1998, p. 193). A opção pelo estudo de caso se deu também pela particularidade da rede de relações que o coletivo de trabalhadores articula. O que sinalizou que as “respostas” buscadas somente poderiam ser encontradas observando o movimento da realidade concreta em seu desenvolvimento.

Para Roese o estudo de caso apesar de recorrente nas pesquisas em ciências sociais tem suscitado falsas dicotomias

A primeira destas dicotomias foi o debate entre empiricismo e teoricismo, que pode nos levar, erroneamente, a considerar que o estudo de caso é uma técnica empiricista, pois parte do pressuposto que cada caso é único e não se pode construir teoria abrangente a partir disto. O erro aqui está em considerar que o empirismo está na técnica e não no cientista (nos seus pressupostos metodológicos) (Idem, p.190).

Porém não vi esta constatação como limitante e sim como um desafio, qual seja o de superar as limitações que me constituem.

Para viabilizar a pesquisa o estudo está dividido em dois movimentos - um deles de retorno aos fatos já passados e o outro atrelado ao presente - porém vislumbrando, apesar da aparente cisão, a sua unidade.

O Primeiro Movimento da pesquisa – tempo de (re)aproximação - consistiu em acompanhar o coletivo de trabalhadores observando na vida cotidiana seu movimento interno e participando de suas ações, no período de março do ano de dois mil e nove a junho do ano de dois mil e dez. A observação da vida cotidiana dos sujeitos também incluiu a atividade social, educativa e econômica e a identificação de mecanismos de poder internos e externos ao coletivo.

A pesquisa continuou se constituindo em um estudo de caso, porém revestido das perspectivas da pesquisa participante porque exigiu “ao lado da produção de conhecimento, o fenômeno da participação comunitária” (DEMO, 2007, p. 62). Por isso, ao longo do texto fui elencando atitudes que no entendimento de Fals Borda (1990) compõem os princípios metodológicos da pesquisa participante: autenticidade e compromisso, restituição sistemática, ritmo e equilíbrio de ação-reflexão e técnicas dialogais. Para Fals Borda a pesquisa participante é uma pesquisa da ação voltada para as necessidades básicas do indivíduo levando em conta suas aspirações e potencialidades de conhecer e agir.

Saliento que ao adotar a postura de observadora e participante persegui dois caminhos. O primeiro, colocar a pesquisa em sua essência de ser pedagógica à serviço do coletivo de trabalhadores. O segundo, tornar a pesquisa científica, razão de ser deste trabalho, buscando extrair da vivência cotidiana que observei e participei os conflitos, os antagonismos, as contradições, as razões e

motivações – implícitas e explícitas primeiras e últimas – presentes nas ações que desenvolveram. E delas criticamente me apropriar, transitando dialeticamente da realidade empírica para o concreto pensado para nesse movimento, teoricamente amparada, voltar ao empírico para cumprir a finalidade que me move: a análise da prática social como prática pedagógica.

Convém ainda reforçar que essa participação não foi uma atitude neutra, ela determinou meu compromisso com o projeto político da Associação de Moradores do Bairro Castelo Branco II e subordinou a pesquisa ao que busco apreender, conhecer e analisar.

Assim, pensando nas aspirações do coletivo de trabalhadores, nas suas necessidades e potencialidades para desenvolver ações que perpassem a rede complexa de relações que estabelecem, seja com outros coletivos organizados, seja com órgãos estatais e paraestatais, é que vi a urgência de gerenciarem suas atividades e criarem seus próprios instrumentos de produção de conhecimento como forma de agregar qualidade as suas ações.

No Segundo Movimento - Círculo de Cultura: técnica de pesquisa e metodologia da Educação Popular Ambiental - utilizei como fonte primária o arsenal bibliográfico já produzido que trata do tema e como fonte secundária, relatos/depoimentos dos envolvidos. Conforme Gil (1999), nos relatos se obtém a representação atual do coletivo de trabalhadores e nos documentos já produzidos um conhecimento mais objetivo da realidade sobre as ações passadas, o que pelo movimento de mudança sociocultural que vivenciaram pode não coincidir com o levantamento documental, dando mais riqueza à análise.

A técnica utilizada para a obtenção dos relatos foi o diálogo aberto através do estímulo à livre expressão e incluiu opiniões, projetos e impressões, o que ampliou o campo do discurso a partir de um fio condutor afinado com a temática da pesquisa. Este diálogo incluiu não apenas aspectos objetivos da realidade vivida como também a representação de cada um sobre ela.

O objetivo foi na exploração situar o movimento inicial do fenômeno identificando os fatores que determinaram e/ou contribuíram para que se manifeste com esta forma, situando sua historicidade desde a origem.

A finalidade desta técnica permitiu apreender como, por que (com que motivação) e para que (com que finalidade) o coletivo de trabalhadores inserido no movimento sócio-histórico anterior executou sua ação/atividade concreta que é parte da totalidade do fenômeno analisado. Para tanto necessitei também saber o que o coletivo pensa e o que sabe de si como individualidade e como grupo coletivamente organizado na sua relação constituinte – objetividade e subjetividade – que retroage situado na realidade atual. Quero dizer como representam hoje as ações passadas, tendo o diálogo como instrumento simbólico que possibilita construir e reconstruir significados ao pensamento e as ações já realizadas. Confirmando este entendimento Halbwachs (1999) estudioso dos “quadros sociais da memória” assim se manifesta:

“o caráter livre, espontâneo, quase onírico da memória é excepcional. Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstituir, repensar, com imagens e ideias de hoje as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, “tal como foi”, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista”. (HALBWACHS 1999)

Para objetivar/objetificar suas lembranças organizei um encontro como técnica da metodologia participativa⁸ que denominei Círculo de Cultura. Teve por finalidade a apropriação histórica da constituição do Bairro Castelo Branco II, o levantamento das suas necessidades e formas de satisfazê-las. Sustentou-se no pressuposto que o conhecimento da realidade é o primeiro passo para transformá-la além de trabalhar com o grande potencial da pesquisa participante que é sua articulação com a realidade concreta.

A participação é um processo complexo, contraditório e de longo prazo, um dos mais importantes processos sociais para a formação cidadã. Para Demo

⁸ Essa técnica metodológica é uma apropriação aproximada da utilizada pelo IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas no Programa de Gestão do Parque Nacional da Tijuca-RJ, e seu conteúdo foi adaptado para os fins dessa pesquisa.

(2002, p. 172) “é a competência propriamente humana de constituir-se sujeito consciente e capaz de orientar seu destino dentro das circunstâncias dadas”. Para Sorrentino (2001) a participação está relacionada à manutenção da sociodiversidade porque a sobrevivência de uma classe está relacionada à manutenção do todo.

Participar do Círculo de Cultura foi uma forma de agregar os sujeitos em um ambiente de relativa igualdade além de ser um instrumento pedagógico de transformação ao incorporar a contextualização da complexidade ambiental em suas dimensões sociais, ecológicas, políticas, ideológicas, culturais e econômicas.

Como técnica de pesquisa o Círculo de Cultura teve como características o trabalho em grupo, a construção do espaço de argumentação e consequentemente o espaço da escuta, a liberdade de perguntar e a autonomia de decidir e possibilitou situar e apreender a historicidade do fenômeno desde sua origem. O registro - como memória do processo - para que sua história não se perca no esquecimento, foi uma etapa importante desta técnica.

O Círculo de Cultura, realizado no primeiro semestre do ano de dois mil e dez, contou com a participação dos moradores mais antigos, não necessariamente membros da Associação de Moradores, foi filmado pela TV Furg e depois editado, constituindo-se em um documentário que conta a história da fundação do Bairro Castelo Branco II, sendo posteriormente apresentado a comunidade nos festejos dos 15 anos da Associação de Moradores.

3. TEMPO DE (RE)APROXIMAÇÃO: conhecer para na explicação interpretar e compreender

O fato de significar este tempo de observação participante como tempo de (re)aproximação deveu-se ao fato de ter ficado distante do campo empírico por um tempo superior ao meu desejo, embora sabendo que lá deveria estar presente, atuante e imersa, sem, contudo acalentar a pretensão de me tornar “nativa” ou “ativista militante”. Mas de acompanhar suas ações em razão do potencial de possibilidades que sua organização sugere.

Pertinente então falar do que denominei de *tempo de (re)aproximação*. Ocorre que, apesar de ter dado ciência ao presidente da Associação de Moradores da pretensão de realizar a pesquisa quando ingressei no doutorado, foi apenas no dia três de fevereiro do ano de dois mil e nove que procurei o coletivo de trabalhadores para formalizar seus termos e obter oficialmente sua aceitação. O que para mim não se reduziu à assinatura de um termo e sim a construção conjunta de critérios que são político-formais. Com este pensamento acertamos data e horário e lá chegando apresentei um esboço do projeto de tese mostrando sua relevância e coerência política com o projeto social que desenvolvem, de tal sorte que ao final firmamos um acordo verbal para sua realização de forma participativa e não desprovida de caráter educativo. Conforme palavras de um componente do coletivo a educação é imprescindível porque “o conhecimento te arma”⁹.

Neste momento tomei conhecimento de que o coletivo de trabalhadores que compõem a diretoria da Associação de Moradores é composta por doze pessoas sendo que cinco encontravam-se presentes além de dois voluntários¹⁰, e todos ratificaram minha aceitação como pesquisadora.

Porém, esse acordo não foi fácil de negociar. Conforme palavra textual dos presentes ficou claro que estão insatisfeitos com o rumo e o destino dado às

⁹ Vou utilizar o sublinhado como recurso pedagógico para dar destaque à fala dos sujeitos.

¹⁰ Voluntários – redes de pessoas que embora formalmente não pertençam à diretoria da Associação de Moradores acompanham de forma atuante suas atividades.

pesquisas que são feitas no Bairro Castelo Branco II. Relataram que “quase todo o dia chega aqui alguém querendo pesquisar”. Que alguns trazem além de muitas perguntas “quase todas iguais, um papel pra assinar. E nunca mais aparecem nem dão satisfação” o que faz com que se sintam “ratos de laboratório”. Um desabafo mais incisivo diz “A universidade gosta de fazer pesquisa com as pessoas, cria expectativas que não se realizam, cria frustração”. Por este motivo estão avaliando se o coletivo vai “aceitar mais isso”.

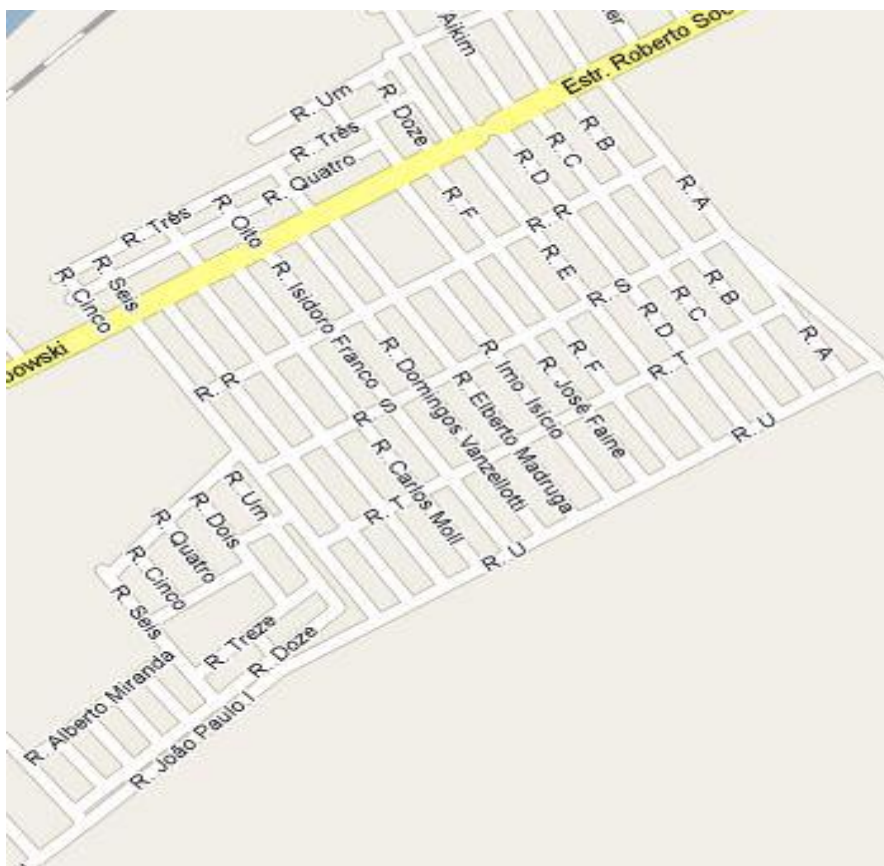
Tendo a palavra como “arma”, pontuei diferenças e me comprometi não apenas com o retorno da pesquisa, mas com a discussão permanente do processo, o que já era meu pensamento. Porém pontuei que a pesquisa não vai “resolver” seus problemas, isto é tarefa do coletivo e deve ser buscada em outros campos de luta.

Esta forma de manifestação com relação à universidade não se constitui em algo novo e deve ser usual porque encontrei em Velasco et all (1998), referências que confirmam em sua pesquisa a existência de um pensamento do tipo “lá vem os patricinhos da FURG observando a gente como bicho, para nada fazer depois para nos ajudar” (1998, p.17). O que é uma contradição, isto é, ao mesmo tempo em que buscam a universidade acabam negando sua presença.

A contradição se estabelece entre as condições da realidade, transitória e individual que vivenciam - a de estarem incluídos ainda que marginalmente em um contexto como produto objetivo e momentâneo de um sistema social dito excludente, que na realidade não os enxerga/visualiza - e perceberem que uma situação dada representada pelo ingresso dos pesquisadores da universidade em seu contexto local não tem a potência adequada para minimizar suas necessidades. Vista por esta ótica, que dialetiza a contradição e expõe sua natureza, fica implícito como afirma Pinto (1979) que ela não é um artefato do espírito nem um “modo de ver as coisas”, mas um dado presente no mundo natural que foi transferido para o pensamento criando uma representação mental aceita como fato real e por esta lógica o sujeito reflete intelectualmente a realidade.

No diálogo mantido fui informada que o Bairro Castelo Branco II possui uma média de 6.000 habitantes, o que totaliza por volta de 1.144 famílias É

composto por 12 ½ ruas, da rua “A” até a rua “D” e metade da rua “E” e suas transversais, o que comporta 1040 lotes de 08x25m cada um.



Mapa de localização das ruas que compõem o Bairro Castelo Branco II

Cabe explicitar que a constituição da diretoria atual da Associação de Moradores do Bairro Castelo Branco II é formada praticamente pelos mesmos sujeitos que participaram da diretoria anterior e assim se constitui: presidente, vice-presidente, 1º e 2º tesoureiro, 1º e 2º secretário, três membros do conselho fiscal e três suplentes, o que totaliza 12 sujeitos, dos quais três são beneficiários do programa social Bolsa Família, instituído pelo governo federal.

Na ocasião o presidente da Associação informou que dos 100% de sujeitos que compõem a diretoria 80% são atuantes, sendo 60% com participação mais direta porque é “um trabalho voluntário e tem gente que trabalha”. Esse fato mostra a importância do trabalho cooperativo e da participação da rede de voluntários nas atividades realizadas. Trabalho voluntário, neste caso, entendidos como associação de sujeitos livres e coletivamente associados, despossuídos dos

meios de produção capitalista que direcionam sua força de trabalho para si e para sua classe. Na Associação de Moradores desenvolvem, organizam e são parte do seu próprio processo produtivo, lá planejam e executam, cada um segundo as suas possibilidades – físicas e/ou intelectuais – o trabalho necessário à manutenção e ao desenvolvimento da Associação e como consequência ao desenvolvimento do bem comum do coletivo de trabalhadores e do bairro, embora com interesses individuais diferenciados, e aparentemente, sem interferência e controle externo, porém sob as bases materiais concretas da sociedade capitalista e das relações sociais que dão vida a este modo de produção.

Fiquei conhecendo algumas peculiaridades quanto à forma de atuação da Associação de Moradores no que tange ao atendimento das demandas da comunidade. Em assembleias são levantadas as prioridades e estas são encaminhadas ao poder público municipal que as atende parcialmente. Dependendo da pauta, as assembleias comportam em média cinquenta pessoas, porém ocorrem demandas pontuais, “antes, era a Associação que fazia a reclamação, hoje a comunidade aprendeu a reclamar, a Associação informa o número e eles reclamam direto do orelhão ali na frente” o que é uma atitude educativa e pedagógica que contribui para autonomia.

A receita da Associação de Moradores é variável, se mantêm com a verba das mensalidades (1 vale transporte) e de algum serviço que presta a comunidade, caso do cadastro para ligação de luz que gera R\$2,00 por atendimento, além de bingos e rifas realizados com frequência e, em situações específicas contam o aporte financeiro de alguns sindicatos.

Outro fato que merece destaque ocorreu quando no decorrer do diálogo o assunto girou em torno da apresentação de um projeto que têm a pretensão de apresentar ao Ministério das Cidades (intermediados pela ONG GUAY da Petrobras que vem desenvolvendo atividades na comunidade, algumas em parceria com o coletivo de trabalhadores) que visa à busca de fomento para a construção de cem moradias novas, dentro de uma linha de crédito habitacional especial do governo federal destinada a pessoas de baixa renda. Para tanto necessitam apresentar um mapa do Bairro Castelo Branco II e alguns indicadores sociais da comunidade (que não dispõe). Esse fato mostra que, apesar de

atuantes, desconhecem em profundidade (pelo menos estatística) sua comunidade. O mapa foi solicitado à Prefeitura Municipal, quanto aos demais dados a atitude foi lamentar a ausência/inoperância da Universidade que não disponibiliza informações apesar de toda pesquisa que realiza com/na comunidade. Essa atitude de aparente antagonismo reflete apenas conflitos pontuais não solucionados que envolvem relações político-partidárias e de poder presentes em ambos os lados.

As leituras que tenho feito, os dados estatísticos que tenho acompanhado, os depoimentos dos pesquisados no Círculo de Cultura adiante apresentados e minha vivência militante permitem afirmar que a crise de moradias para as classes populares na cidade do Rio Grande/RS é estrutural e esta carência tem historicamente gerado invasões/ocupações coletivas que mesmo depois de regularizadas, pela ineficiência e/ou inexistência de políticas municipais de infraestrutura e saneamento originam os maiores problemas enfrentados pelas Associações de Moradores que acabam, algumas delas, aderindo ao clientelismo para atender suas necessidades, sendo que nos momentos eleitorais essa “negociação” é uma constante e feita de forma individual com cada morador em troca do voto, o que presenciei em diversas oportunidades.

Neste dia fomos interrompidos com a chegada de uma carroça contendo jornais para serem usados nas Oficinas de Artesanato que entre outras atividades ensina/faz cestos e outros objetos a partir do jornal, em uma imitação ao artesanato de vime, sendo que ao invés de retirar o material da natureza reaproveitam material que polui o ambiente, dando materialidade a ideia de respeito e vida em todas as suas dimensões - bio-sociais e ecológica - que deve “(...) estar presente em qualquer prática educativa de caráter radical, crítico ou libertador” (FREIRE, 2000, p.67) sem contudo ligar esta ação a ideologia dominante do conservacionismo e da eco eficiência. Outra atividade desenvolvida em forma de oficinas, a chamada Oficina do Sabão Castelinho feito a partir do óleo saturado, tem data prevista para realizar-se no próximo dia sete do corrente para a qual a comunidade está sendo chamada. As oficinas são momentos de prática, porém não prescindem de fundamentação teórica para o que se utilizam do livro “Reciclando Ideias”, escrito por Arthur Oliveira, professor da Furg. A ideia

perseguida pelas oficinas é que elas sejam fomentadoras de núcleos associativos baseados na economia popular e solidária, sendo que já é uma realidade o Clube de Trocas Solidárias. Ainda neste dia, recebemos a visita de um vereador para avisar que vai acontecer no dia de amanhã, na SMAD – Secretaria Municipal de Administração - reunião para tratar do “Projeto 2º Tempo” (do governo federal) que propicia a inserção comunitária via esporte, a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e do qual a Associação participa, “de olho” no cuidado com as crianças da comunidade. Existe, em forma de “sonho”, a ideia de construir, em regime de mutirão, um galpão para abrigar a Reciclagem Vitória Castelinho II, já que muitos moradores vivem da reciclagem e a Associação de Moradores recebe em doação grande quantidade de material como garrafas pet e madeiras, livros e móveis inservíveis da Furg, que após triagem são distribuídos aos moradores, No caso dos livros, os que se apresentam em melhor estado de conservação e, dependendo do tema, são incorporados à Biblioteca da Associação que possui número considerável de exemplares, desde coleções de enciclopédias até livros didáticos, passando por romances e revistas, cedidos por empréstimo à comunidade e/ou utilizados nas aulas de reforço das crianças e na alfabetização de jovens e adultos.

O “sonho” da forma aqui colocada remete a necessidade dos moradores de se inserir em uma atividade associativa que possibilite a melhoria financeira em seu orçamento familiar, criando as condições necessárias para a inserção da mudança em suas vidas a partir do trabalho coletivo. Para Freire (1992, p.92), “virando seres de inserção no mundo e não de pura adaptação ao mundo terminaram por ter no sonho também um motor da história porque não há mudança sem sonho”, superando a ideia que o senso comum reproduz e que “ouvem dizer tão frequentemente de que não servem para nada, que são débeis, preguiçosos e improdutivos, que acabam por convencer-se de sua própria incapacidade” (FREIRE, 1980, p. 61). Esse saber/fazer precisa estar articulado com conhecimento específico e não pode se tornar um saber em si, mas um saber para si, alinhado com os objetivos do sonho construído de forma coletiva onde o papel da educação popular ambiental é fundamental para que percebam que o desenvolvimento econômico e o cuidado com o meio são compatíveis,

interdependentes e necessários, além de contemplar a proposta do cooperativismo autogestionário com a participação de todos em um mesmo nível hierárquico. O que comprova que a ação coletiva fundamental para a constituição do ser humano é o trabalho, neste caso assumido também como princípio educativo e prática emancipatória.

Dentro da ideia do presidente de que “uma vareta é fácil de quebrar mas um punhado delas é mais difícil” buscaram inserção em outras lutas sociais emprestando sua solidariedade a distintos movimentos presentes no espaço da cidade e mesmo nas de caráter global. Contam sua participação na Marcha dos Sem e no Grito dos Excluídos na cidade de Porto Alegre e, em Rio Grande, do Abraço ao HU - Hospital Universitário - e do Acampamento da Reitoria, atividades que tiveram o objetivo de minar as estruturas de dominação e seu modelo de desenvolvimento, traçando novos rumos para a sociedade, fundados em outro projeto de nação. Freire (2000) adverte da importância das marchas para a consolidação da democracia e o quanto seria bom que elas se multiplicassem

“na marcha dos desempregados, dos injustiçados, dos que protestam contra a impunidade, dos que clamam contra a violência, contra a mentira e o desrespeito à coisa pública. A marcha dos sem-teto, dos sem-escola, dos sem-hospital, dos renegados. A marcha esperançosa dos que sabem que mudar é possível” (p.61).

Fui informada que nos meses de janeiro e fevereiro a Associação de Moradores reduz seu trabalho e atende a comunidade as terças, quintas e sábados, porém participa ativamente de outras instâncias em que se encontra inserida. Caso do deslocamento para a cidade de Pelotas no dia 11 de fevereiro de dois mil e nove, com a finalidade de participar do Coletivo da Microrregional Sul da RECID Rede de Educação Cidadã Talher Nacional, para o qual fui convidada. Nosso grupo era composto de quatro pessoas – o presidente da Associação de Moradores, a vice-presidente, uma representante da rede de voluntários e eu -. Marcamos encontro na BR 392, próximo a saída da cidade pela zona oeste e embarcamos no ônibus das 08 horas com destino a Pelotas, sob forte chuva. Durante o trajeto fui informada do objetivo do evento que foi discutir coletivamente a sistematização dos indicadores da pesquisa participante feita nacionalmente sobre a apropriação do PPP – Projeto Político Pedagógico da Rede, avaliando os indicadores apresentados.

Para melhor entender a importância desse espaço pedagógico cabe informar que a Rede de Educação Cidadã Talher Nacional é um programa da Assessoria Especial da Presidência da República que se articula com diversos movimentos e entidades populares do Brasil que assumem, solidariamente, o compromisso de realizar um processo sistemático de sensibilização, mobilização e educação popular, principalmente junto a famílias em condições de vulnerabilidade social, promovendo o diálogo e a participação ativa na superação da miséria, afirmando um projeto popular, democrático e soberano de nação. O PPP – Projeto Político Pedagógico - aponta para a ampliação do horizonte político desta Rede de Educadores Populares, inicialmente articulada em torno da superação da fome e da miséria e das políticas públicas estruturantes propostas pelo Programa Fome Zero, lançado pelo Governo Lula, em 2003 (conf. Apresentação do PPP). A equipe conhecida por TALHER dedica-se à educação popular, segundo a pedagogia de Paulo Freire, e encontra-se inserida na rede de articulação do Programa Fome Zero. Trabalha a partir de três linhas de ação: 1) consolidação da Rede de educação cidadã; 2) democratização do acesso e controle social das políticas estruturantes de superação das situações de miséria e fome; e 3) formação de educadores populares e agentes multiplicadores respeitando a autonomia do diversificado trabalho de educação popular nas regiões brasileiras. O compromisso da Rede se realiza na medida em que as famílias, que até hoje se encontram na insegurança alimentar e nutricional, constroem coletivamente caminhos capazes de apontar saída das situações de dependência para a autonomia social, econômica e cultural. *Matar a fome de pão e saciar a sede de beleza são compromissos deste trabalho.* (fonte: www.recid.org.br). O PPP da Rede de Educação Cidadã Talher Nacional é composto por doze princípios, a saber: Compromisso com o projeto popular de nação; Fortalecimento das lutas e dos movimentos sociais populares; Humanização das relações sociais e com o mundo, em sua dimensão integral (afetiva, cognitiva, transcendental, cultural, socioambiental, política e ética); Defesa da biodiversidade e da natureza na perspectiva política e socioambiental sustentável; Partir da realidade concreta enquanto compromisso com a diversidade; Compromisso com o processo formativo para todos os envolvidos,

garantindo a intencionalidade política deste, o exercício de papéis diferentes entre educadores e educandos, momentos de planejamento, de estudo aprofundado, de registro, de sistematização e de avaliação; Dialogicidade; Processo de educação popular como prática para a liberdade; Compromisso com a emancipação popular; Construção do poder popular, no exercício da transformação das relações de poder; Identidade, horizontalidade e organicidade da rede; e, Vivência de uma mística da militância e da mudança. Cada um dos doze princípios contém em média seis diretrizes. A necessidade desta exposição se justifica para qualificar a rede de relações em que a Associação de Moradores se encontra envolvida.

O fato é que chegando a cidade de Pelotas tivemos excelente acolhida e como nesses casos acontece, todos fugiram da sistematização do encontro, o que abracei sem resistências porque entendia que seria essa minha única contribuição.

No encontro, coordenado por dois educadores populares da Recid, estavam presentes representantes de Comunidades Quilombolas de Piratini, da Pastoral da Criança de Arroio Grande, da Pastoral Operária e da Pastoral da Criança de Pelotas, além da delegação do Rio Grande. A surpresa ficou por conta do momento das apresentações; quando percebi que integrantes da Associação de Moradores apresentavam-se como sendo ou da Pastoral da Criança ou da CMP – Central dos Movimentos Populares. No retorno, ao questionar este fato responderam que pertencem a mais de uma organização social que tem assento nesses espaços e que necessitam ser representadas nas reuniões. Além disso, quando a representatividade se dá em Conselhos (órgãos fiscalizadores) sua participação só pode ocorrer através de entidades de âmbito nacional.

Questionados responderam que têm assento e participam do CMS - Conselho Municipal de Saúde, do CONSEA – Conselho de Segurança Alimentar que fiscaliza e discute as políticas públicas de segurança alimentar da CONAB Companhia Nacional de Abastecimento, do Conselho das Cidades (ainda não instituído no município do Rio Grande - participam no nível federal através da CMP), do CONDICA – Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente. Participam ainda da Agenda 21 Local, do Projeto Olho no Olho da Petrobrás, do

Projeto Todas as Letras do MEC – Ministério da Educação, e do Mesa Brasil como multiplicadores. Também participam do Projeto Brasil Local do MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e do Projeto de Economia Solidária da SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária.

Loureiro (2004) considera a existência de três grandes eixos sob os quais a participação é entendida: na ótica liberal, é percebida com ênfase no indivíduo, na sua capacidade racional de fazer escolhas, e na independência da sociedade civil do Estado, enfatizando a esfera privada; na ótica revolucionária, baseada na produção coletiva, na organização dos sujeitos e dos partidos com vistas a romper com o capitalismo; e a ótica democrático-radical, como o fortalecimento da cidadania, dos movimentos sociais e da democracia substantiva.

A cultura da participação ganhou visibilidade no Rio Grande do Sul a partir do momento em que prefeituras municipais passaram a ser administradas pelo PT – Partido dos Trabalhadores -, e teve seu ponto culminante quando Olívio Dutra, em 1998, assumiu o governo do estado e propiciou a população, via OP - Orçamento Participativo -, oportunidade de definir prioridades para os gastos públicos estaduais, o que vinha sendo feito, pontualmente, em alguns municípios do estado governados pelo PT (FRANCO, 2005).

A participação desta forma exercida ressalta seu aspecto pedagógico em que participar é um processo de aprendizagem que se dá no coletivo e ocorre através da organização, do exercício cotidiano, prático, do diálogo, na busca do controle social, além de ser fundamental para o exercício da cidadania, enfim, um desafio que precisa ser vivenciado para ser compreendido.

Participar, portanto é uma conquista, um direito, uma questão de luta para aumentar o seu espaço, para ser levado em consideração, ser respeitado e principalmente ter vez e voz. É fundamental não pensar ingenuamente a participação, é necessário o entendimento de que ela não tem o mesmo significado nem o mesmo sentido para as distintas classes sociais. Para a classe que detém o capital (mas não só), o discurso da participação é utilizado para promover a cooptação, o assistencialismo, o paternalismo, o que reproduz a dominação política. Participação também não pode ser vista somente como um instrumento para solucionar problemas, mas como uma necessidade vital, além

de ser o caminho pelo qual os sujeitos se afirmam como individualidade e como coletivo. Envolve sua valorização pelo outro (FRANCO, 2005).

A participação na esfera pública propicia o fortalecimento do coletivo de trabalhadores que nestes espaços educativos não-formais formam sua identidade de classe e criam valores e normas para a vida social.

No diálogo que mantivemos no ônibus uma das integrantes da Associação de Moradores ao se referir aos programas/projetos em que a Associação de Moradores está inserida pontuou que “o Mesa Brasil alimenta o nosso estomago e o Talher o nosso espírito”. Quer dizer que o Mesa Brasil supre sua necessidade básica de reprodução biológico-reprodutiva e o Talher uma necessidade estética que é a aquisição de conhecimentos necessários para melhor se entender e se mover na realidade socioambiental.

Na atividade realizada em Pelotas foi intensa a participação do presidente da Associação de Moradores na ocasião representando a CMP – Central dos Movimentos Populares - da qual é dirigente nacional desde 2008. Em sua fala inicial ressaltou que “a importância da avaliação do PPP através da pesquisa participante é fundamental na inclusão social e auxiliar na elaboração de políticas públicas”. O que evidencia que ao não ficar preso apenas a ação em si consegue visualizar sua utilidade para além do momento em que a vive de forma abrangente e prospectiva.

Além disso, mostrou ter uma boa leitura do seu contexto percebendo nas mediações que estabelece os objetivos e finalidades das ações que a Associação de Moradores desenvolve o que demonstrou no relato das atividades já efetivadas ao se referir

A importância da Pastoral da Criança estar representada na diretoria da Associação de Moradores o que gerou a oficina da multimistura que chama muito as famílias. Além disso, foram desenvolvidos trabalhos como a reprodução de vídeos sobre os desertos verdes e DST/HIV que gerou uma oficina nesse sentido possibilitando ainda trocar experiências sobre o uso do álcool e a violência doméstica. Ressaltou a importância das oficinas de reaproveitamento de alimentos (Mesa Brasil) que oportunizou reaproveitar não só os alimentos, mas reutilizar conhecimentos e nessa troca simbólica acolher os grupos. Que associando os conhecimentos da Economia Popular e Solidária com o Talher foi criada uma lojinha com produtos feitos pela comunidade. Disse ainda que para este ano está previsto o reinício do trabalho com a horta comunitária e lamentou o desfecho dado pela ruptura do convênio

da CUT com o MEC já que o Programa Brasil Alfabetizado desenvolvido nos anos anteriores pela Associação de Moradores teve muita procura e bons resultados porque a comunidade busca socorro na educação de jovens e adultos como forma de superar suas deficiências de conhecimento. Finalizou dizendo que vê na busca que fazem de agregar outros movimentos sociais aos já existentes na comunidade uma forma de criar o protagonismo e enfatiza que se não conseguimos conviver com nossos iguais, respeitando as diferenças, como vamos fazer uma luta conjunta contra o capitalismo, contra a direita (Ata da Microrregional Sul do Talher, 11.02.2009).

Essa visão ampliada, gerada pela ligação das relações que estabelecem, não é uma qualidade da realidade encontrada na reunião nem representativa da visão dos demais membros das instituições presentes ao evento, que se fixaram em avaliações pontuais e focalizadas com ênfase na mudança de comportamento e na conscientização como uma pílula dourada que distribuem, generosamente, e os membros das comunidades se negam a tomar.

A maior parte dos presentes não conseguiu vislumbrar o papel da educação popular nem do PPP da Rede Talher nas suas atividades cotidianas, nem está disposta a aceitar a recomendação que sugere a discussão dos seus pressupostos educativos, limitando-se a repetir a velha máxima já conhecida de que “teoria é uma coisa, mas na prática é diferente”.

Apenas o presidente da Associação de Moradores se manifestou favorável a essa recomendação, com a ressalva de que “a Rede deveria preocupar-se em utilizar uma linguagem mais acessível”, com o que não concordo. Penso que os coletivos de trabalhadores têm o direito e como classe o dever de se apropriar do conhecimento existente para poder dialogar em igualdade de condições em todas as instâncias que participam. O que é tarefa da educação.

Na reunião, excetuando o presidente da Associação de Moradores, a atuação objetiva das duas componentes da delegação do Rio Grande foi mínima, pouco usaram a palavra e quase “cochilaram”, relatando, no retorno, que não conseguiram entender a maior parte do que foi debatido. O que coloca o presidente como “o que pensa” e as demais como “tarefeiras” de um projeto maior que acreditam e conhecem em linhas gerais e, apesar de com ele se comprometer, não entendem a amplitude de sua abrangência. Por não perceberem a importância de se tornar intelectualmente ativas, se reconhecem apenas como sujeito/objeto de mão-de-obra ainda que para a sua classe. O que é

uma contradição inerente à prática social se vista diante da condição de classe e, na sociedade capitalista é inerente à prática social de construção da própria identidade de classe. Freire (2000) diz que assumir-se como “tarefeiro” é o que vem aprendendo a fazer e quanto mais aprende, mais prazer lhe dá assumir-se como tal. Para ele “a importância de nossas tarefas tem que ver com a seriedade com que a levamos a cabo, com o respeito ao outro em favor de quem as exercemos, com a lealdade ao sonho que elas encarnam” (p.50), essa é a positividade subjetiva contida na atuação das duas representantes locais.

No encontro houve uma rodada de avaliação sobre a Rede Talher, sua nova forma de estruturação e também sobre o trabalho pedagógico da Rede além de uma rodada de avaliação da própria reunião. Retornamos ao anoitecer e as avaliações continuaram sendo feitas durante a viagem.

No dia dezessete de fevereiro participei, na sede da Associação de Moradores, da Oficina do Talher que teve como tema a Segurança Alimentar. A Oficina foi coordenada pela educadora popular da Recid e contou com a participação de mais de vinte pessoas sendo quatro pertencentes à Associação de Moradores do Bairro Castelo Branco II, o presidente da Associação do Bairro Profilurb, o presidente da Associação do Bairro Santa Rita de Cássia, ambos da Zona Oeste da cidade, uma liderança religiosa da comunidade, uma representante do Movimento dos Bairros, de oito a dez moradores da comunidade, algumas crianças e eu. Foi solicitado com antecedência que todos levassem prato e talheres uma vez que a Associação é carente desse material. A reunião marcada para as nove horas da manhã não teve atraso, a movimentação na cozinha já era grande com os problemas de organização “da hora” como colocou a vice-presidente que na sua condição de anfitriã recepcionava os convidados e organizava o espaço, além de estar com “um olho e uma mão” na cozinha.

Algumas informações foram repassadas aos presentes, como a realização na quinta feira próxima da Oficina de Sabão sendo solicitado que o óleo fosse deixado de véspera na sede, além de definir como e quem viabilizará as inscrições. Como as crianças são sempre presentes foi sugerido chamar uma educadora da universidade que se dispõe a fazer oficina para as crianças. O

presidente que estava envolvido com a execução do projeto das moradias nos lotes da comunidade chega mais tarde. A representante da Igreja Quadrangular Missão da Última Hora cobra o projeto de ampliação da Associação que não está ainda "nem no papel", as mulheres trocam receitas, algumas participam do Mesa Brasil e tem conhecimento sobre aproveitamento de talos e cascas de frutas e verduras, além da utilização da multimistura. A conversa generaliza e acaba ressaltando o grande problema vivido pela comunidade, que é o consumo e a distribuição de drogas, o que torna vulneráveis principalmente os adolescentes. O presidente evidencia a participação da Associação de Moradores na troca de experiências e busca de alternativas em várias agendas, hoje especificamente na segurança alimentar focado na utilização e distribuição de receitas culinárias a partir do não é aproveitado. A educadora popular da Recid promove rodada de apresentações e trás o aprendizado das práticas alimentares como parte do processo de educação popular que é a apropriação dos conhecimentos transmitidos pelas gerações buscando seu fundamento bem como dos conhecimentos aprendidos nas oficinas de que participam. Relaciona a importância da segurança alimentar vista desde o plantio da semente, passando pelo seu cultivo como agricultura limpa, livre de agrotóxicos, até sua distribuição e consumo pela população. A vice-presidente apresenta o Programa Mesa Brasil, fala de algumas receitas com partes dos alimentos que normalmente é rejeitado e convida a degustar essas iguarias que consistem em casca de batatas frita e suco rico em vitamina E. Brinca dizendo que não vai dizer a origem e eu acabo distraída perdendo sua explicação, porque envolvida na degustação de bolinhos de talos e cascas, tudo provado e aprovado pelos presentes. Apresenta o livro da Cozinha Brasil que contem as receitas e alguns participantes se apressam em copiar. Após o almoço a educadora popular da Recid faz a dinâmica de encerramento, o presidente fala da importância de participar das festividades dos 14 anos do Bairro que acontece dia 1º de maio. Alerta que dia 2 acontece a Feira do Artesanato e da Economia Solidária e chama os presentes a participar da mobilização para que a mesma se efetive.

Conclui dizendo da importância de lutar pela infraestrutura do Bairro, alerta sobre o lixo colocado em locais impróprios, reforça o cuidado e a higiene como

parte desse processo, e conclui que quando não são tomados os cuidados necessários torna-se uma questão de saúde pública. Informa aos presentes a falta do medicamento Captopril no posto de saúde que atende parte da comunidade. Insiste que não adianta reclamar no posto, “temos que apontar a arma para o alvo certo”, o órgão competente, e se organizar porque “a mudança está nas mãos do povo” sendo que a Associação como “ponto de referência das lutas do dia-a-dia da comunidade” está atenta a necessidade de trabalhar na prevenção até porque “esgoto não existe no nosso mundo”.

Continuei com as observações sistemáticas dentro das possibilidades que o tempo me permitiu porque apesar de já ter cumprido os créditos que o Programa indica, continuei cursando algumas disciplinas oferecidas que se enquadram em meu entendimento de ciência e visão de mundo. Assim, quando dispunha de tempo ligava ou aparecia de surpresa, o que estreitou o vínculo com os membros da Associação de Moradores e com a comunidade.

Passei a observar sua rotina, o lugar onde guardam documentos, a forma como tratam as fotos e os jornais que relatam seus feitos, a visualização de suas necessidades mais imediatas, seus gostos, gestos e sentimentos, suas relações interpessoais, seus dramas familiares. Isto é, analisando o local e compreendendo o que antes só percebia o que incluiu a leitura socioambiental da paisagem, a territorialidade e os impactos do meio. Esse processo de ocupação espacial urbana que, no caso, mostra a forma desigual de ocupação e apropriação da cidade pelas diferentes classes sociais. Fato que permite uma reflexão sobre a qualidade de seu ambiente sócio-espacial que os coloca à margem dos serviços de saneamento básico, que como o próprio nome diz “é básico” para a estrutura de qualquer bairro, seja ele periférico ou não. Em entrevista a TV Furg no programa Outras Palavras em junho de 2010 (anexo 3) a questão da falta de infraestrutura foi a pauta, sendo ressaltada pelo presidente “a questão do saneamento básico praticamente inexistente” que ocasiona problemas de saúde, mas “se trabalhar a saúde dentro do bairro, com os postos resolvendo problemas pequenos a gente vai ter mais leito sobrando nos hospitais”. Para o diretor do CAIC, presente ao programa, o maior desafio para a gestão pública municipal é atender a infraestrutura básica porque “nós estamos no foco das

principais epidemias que acontecem na cidade” afirmando que no “ano passado tivemos um surto da gripe H1N1, iniciamos o ano de 2010 com foco de Hepatite A e agora um caso confirmado de meningite”, sendo que “a origem de todas estas doenças é a contaminação da água, a falta de estrutura das casas que não tem banheiro ...”. Conclui, afirmando que “esses problemas de saúde refletem em outros espaços” questionando “como um aluno de primeira série do ensino fundamental, que está em pleno processo de alfabetização fica longe da escola por sessenta dias porque contraiu Hepatite A?” O que faz uma grande diferença para a criança que “desprovida de muitas coisas fica desprovida também de seu direito de ir à escola”. A vice-presidente frisa que a transmissão da doença se dá pela ingestão de água e alimentos contaminados com o vírus que por ser eliminado pelas fezes é mais comum em áreas sem tratamento adequado de esgoto e dejetos (anexo 5). O presidente afirma que a Associação não vai deixar de fazer a crítica defendendo sua população porque o poder público municipal diz que ela é radical, “a Associação é radical, a gente sente até orgulho, se está sendo radical está indo na raiz do problema para resolver”, continua seu relato explicando os entraves que a Associação enfrenta junto à municipalidade “tu precisas ver a dificuldade que nós temos para a Secretaria de Serviços Urbanos retirar entulho da Associação, que não é pátio particular de ninguém”.



A pauta da infraestrutura e serviços básicos debatida em 2010 não foi atendida nem minimizada, e volta à discussão em reportagens em 2011 (anexo 4) e 2012 (anexo 5). Referindo-se ao saneamento básico, a vice-presidente (atualmente presidenta) enfatiza que está previsto na legislação e se interroga “se é lei, como inexistente aqui no nosso bairro e em tantos outros?”. Mostra sua inconformidade com a persistência de “tantos problemas” mesmo com uma Associação atuante, como ruas sem pavimentação, esburacadas e cobertas de lama quando chove, com bueiros na sua maior parte quebrados, valetas rasas. (30 cm de profundidade) o que segundo uma moradora “vira uma “praia” quando chove”; outra afirma que a frente de sua casa nestes dias “é um verdadeiro piscinão”. O esgoto das residências também é direcionado às valetas criando uma mistura fétida de lama, lixo e dejetos humanos. Um morador inconformado explica que as ruas foram rebaixadas com máquinas, por isso a água acumula e invade a frente das casas o que o faz questionar o dinheiro arrecadado com os impostos: “sai daqui e não se para onde vai”. O Secretário de Obras e Viação se manifesta na reportagem do Jornal Agora em dezembro de 2011 afirmando que a manutenção foi feita em março, portanto há nove meses, e diz que “é assim que funciona”, “está ruim, mas nem tanto” (anexo 4) confirmando o descaso do poder público com a periferia. Caso de uma limpeza realizada nas valetas ao longo da Rua U em que todo o material retirado foi deixado ao lado e na primeira chuva retornou ao local de origem.



O lixo acumulado é outro grande problema que o bairro enfrenta, sendo encontrado em quantidade significativa praticamente em todas as ruas, além de galhos e entulhos de construção. As ruas servem também de depósito para móveis velhos, louças de banheiro, pneus e roupas indesejadas além de lixo orgânico em decomposição que segundo os moradores são deixados ali por caminhões ou carroças conduzidas por pessoas estranhas ao bairro, fato confirmado pelo diretor do CAIC (anexo 3).



O atendimento de saúde divide o bairro em dois setores, uma parte da população é atendida no posto no CAIC e outra no posto de situado na divisa com

o Bairro Castelo Branco I, os postos trabalham com quatro equipes do ESF – Estratégia de Saúde da Família – que não conseguem se deslocar a todas as residências. O ESF não trabalha com médicos especialistas, o mesmo médico generalista atende a todos porque tem formação específica em saúde da família. Para a Secretária Municipal de Saúde, (anexo 4) o atendimento não atinge a todos porque as equipes têm prioridades sendo que cada uma atende em torno de novecentas famílias/mês, o que deve ser minimizado futuramente com a contratação de novos profissionais.



Equipe do ESF – Estratégia de Saúde da Família

Para seu deslocamento os moradores do bairro enfrentam dificuldade com o transporte coletivo que é deficitário. Aliás, este fato não é privilégio do Bairro Castelo Branco II, mas da cidade como um todo, principalmente nos finais de semana e feriados, o que não é um fato novo, já constatado por Franco (2005) em seu trabalho envolvendo outra zona da cidade. Nesse ponto a vice-presidente (atual presidenta) informa que no mês de dezembro (anexo 4) solicitou via ofício ao Secretário que o ônibus que se dirige ao Bairro Cassino entre no Bairro e recolha os moradores na Rua A, “ele pediu um mês e nada foi resolvido”.



Charge referente ao transporte coletivo na Zona Oeste

O fato é que não é possível separar as carências referenciadas da dinâmica social onde elas ocorrem, há uma avaliação material e conjuntural a ser feita. Os impostos pagos pela população tem como contrapartida a obrigação do Estado - poder público municipal – de devolver prestando um bom serviço, não cabendo a Associação de Moradores suprir o papel do poder público, mas sim reivindicar os seus direitos. Os fatos elencados indicam que o poder público não tem política de gestão ambiental e a Associação de Moradores ao não receber o serviço a que tem direito organiza-se e busca cumprir o papel do Estado que está sendo omissos, extrapolando suas atribuições.

Na continuidade observei a estrutura física do prédio que abriga a Associação e percebi o quanto é precária: quando chove, a água entra pela porta da frente e fica empossada porque existe um degrau para chegar à cozinha, que é muito pequena para as atividades que ali são desenvolvidas. Existe uma geladeira vermelha, que aparece na maior parte das fotos, amarrada com uma borracha preta de pneu de bicicleta – única forma de manter-se fechada – um fogão que não acende todas as bocas, além de uma mesa e uma bancada com pia necessitando ser trocada. Essa é a estrutura disponível. O salão de entrada tem pouca iluminação, apenas uma pequena janela à esquerda e, junto às paredes estantes repletas de livros da sua biblioteca. A porta externa tem dificuldade em ser fechada e o salão, repleto de mesas e cadeiras, algumas

escolares (doação da Furg), precisam ser colocadas na rua a cada vez em que há um evento envolvendo mais pessoas. O banheiro é minúsculo, na torneira da pia não sai água e às vezes é impossível utilizar o vaso sanitário. Eis a razão da representante da Igreja Quadrangular cobrar novas instalações. A melhoria das condições físicas do prédio foi confirmada pelo presidente, segundo ele “vamos fazer uma batalha para melhorar o piso e melhorar a infraestrutura toda” para tornar possível a confecção de pães e cucas novamente “de forma cooperativa, sem patrão nem empregado” (anexo 3).

Em conversa com os moradores e membros do coletivo de trabalhadores surge sempre à questão da violência, acreditam que se houvesse mais segurança o bairro poderia ser melhor. O presidente entende que num primeiro momento é uma questão de policiamento ostensivo, mas apenas isso não resolve porque “segurança se resolve combatendo a desigualdade social” (anexo 11), nesse sentido acredita em projetos e no investimento na qualificação profissional, que inclua os oprimidos marginalizados pelo sistema. Porém, segundo ele as empresas preferem contratar pessoas de fora da cidade a investir na qualificação, assegura. Já a vice-presidente chama a atenção para a pouca frequência de cursos gratuitos e, quando ocorrem, as matrículas encerram de imediato dada a grande procura. Salienta que não resolve oferecer curso “que seja pago, porque, como alguém desempregado pode pagar curso para se capacitar. Isso é brincadeira com o povo” (anexo 4). Para ela “não há interesse em investir na classe trabalhadora”, ressaltando que se houvesse interesse o FAT, a Secretaria da Cidadania e Ação Social ou o SINE como entidades fariam esse investimento. O presidente (atual secretário) sobre esse ponto se manifesta afirmando a necessidade de cursos, mas “não venham doar coisas, nós não trabalhamos com assistencialismo”, além do que muitos culpam os moradores por não estarem empregados mas “o que falta é política pública” enfatiza.

Por indicação dos moradores procurei na escola CAIC a professora Belanir, atualmente trabalhando com a turma do 4º ano, que na Semana do Meio Ambiente vem sistematicamente levando suas turmas, a maior parte dos alunos oriundos do Bairro Castelo Branco II, a fazer uma visita ao bairro. Fotografam o que gostam e o que não gostam, levando-os a questionar a razão de a pracinha

ter poucos brinquedos e flores, de existir tanto lixo abandonado nas ruas e, incentivados a valorizar o serviço de coleta de lixo (segundo ela não é usual). Conta que no retorno sempre e por iniciativa deles, a Associação de Moradores está entre as fotos das coisas que gostam. Questionados a esse respeito responderam que

“a Associação é o lugar onde as pessoas se reúnem, que não é só o lugar de distribuir comida, é o lugar de levar as coisas do bairro que precisam ser mudadas”.

Algumas destas crianças certamente participam das atividades promovidas pela Associação, festividades ou aulas de reforço escolar, fato que contribui para que se identifiquem e criem desde cedo vínculos positivos com a entidade.

Acompanhei ativamente o desenrolar do 3º Seminário de Políticas Públicas para a Cultura, promovido pela SOMOS: Vida, Identidade e Cidadania que aconteceu nos dias 28 e 29 de maio de 2009 na Associação de Moradores do Bairro Castelo Branco II. Segundo a SOMOS a escolha do local ocorreu por ser considerada uma área onde grande parte dos moradores são trabalhadores – desempregados e/ou empregados - e o Bairro possuir como estrutura de lazer apenas o campo de futebol.

O objetivo perseguido pelo Seminário foi contribuir para a reflexão sobre as ideias ou conceitos relativos às práticas espontâneas realizadas nos bairros na perspectiva da cultura, dos direitos humanos à saúde e ao lazer, à economia e a cultura da paz. Isto porque os espaços públicos nos bairros não recebem o mesmo apoio que na área central e assim esquecida, a cidadania vai sendo estimulada ao consumo de programas televisivos de qualidade duvidosa marcados por comportamentos que se afastam dos valores criativos da cultura local, o que leva a população à condição de consumidora cultural. Dessa forma excluem o cidadão (público) daquilo que lhe pertence, que é a riqueza simbólica gerada a partir da criatividade manifesta pelos sujeitos locais que deve sim ser oferecida como produto da capacidade coletiva, criando ambientes em que os sujeitos possam expor, se expor, e expor sua criatividade, seja no campo social ou artístico-cultural divulgando seus feitos éticos e estéticos. “Em outras palavras, a expressão humana é individual, mas o “fermento da criação” é social, coletivo.

Este deve ser devolvido gratuitamente à população como um todo” (representante da SOMOS). A idéia central do evento foi promover a interlocução, com foco nas ações bem sucedidas em diferentes espaços, possibilitando as entidades o resgate de seus testemunhos em palestras/falas. Com esse sentido, o evento convidou a população a dar o testemunho das suas experiências buscando o estabelecimento de programas e políticas de longo prazo que garantam a satisfação das necessidades socioambientais e culturais. O desenho do evento fugiu da lógica do senso comum quanto a sua dinâmica, ao invés de trazer palestrantes especialistas as mesas foram coordenadas e as falas produzidas e conduzidas pelos sujeitos das comunidades. O painel de testemunhos “A Saúde do Bairro” foi conduzido pela tesoureira da Associação de Moradores, que também é sua representante no Conselho Municipal de Saúde, girando seu depoimento na forma como a saúde se apresenta no bairro. A mesa intitulada “Chuvvas Arroios e Natureza” contou com a participação do representante da Associação de Moradores da Vila da Quinta, atualmente fustigada pela cheia do Arroio das Cabeças que transborda sistematicamente no período das chuvas, sendo que o poder público quer remover os moradores que se recusam a sair. Dessa mesa participou ainda o oceanólogo representante da Associação de Moradores do Bolaxa que direcionou sua fala sobre o Arroio Vieira e os problemas ocasionados pelo desvio do seu curso. Após o café assistimos ao “Painel de Testemunhos de Economia Solidária” que contou com a participação de lideranças que apostam nessa prática. Na sequência, “Representantes de Clube de Trocas”, sob a responsabilidade da vice-presidente da Associação de Moradores e um representante da SOMOS. No dia seguinte, 29 de maio, a primeira mesa “O Lazer Digno” esteve a cargo de três estudantes do curso de educação física da Furg, seguido de outro “Painel de Testemunhos” a cargo de representantes do Bar do Patão (BGV), da Escola de Samba Rheingantz, do Taquaras Bar e da Banda da Feira. Após o café a apresentação da “Roda de Cidadania”, com o tema “Patrimônio Público: o que nos pertence?” em que a questão levantada foi: “na condição de cidadãos, o que pertence a cidadania?” A próxima e última mesa tratou do “Orçamento como Política Pública” olhando o orçamento desde o familiar até o municipal, este entendido como uma política

pública. O evento realizou-se na parte da tarde, com início as 13h30min e término previsto para as 21h00min. O público presente, constituído por representantes dos movimentos sociais, associação de moradores, e outros grupos organizados, sendo que a expectativa quanto a presença expressiva de moradores não se confirmou. talvez por sua realização não ter ocorrido em final de semana. O que em si não justifica as ausências porque os que se fizeram presentes permaneceram o tempo necessário para a satisfação de seu interesse imediato quase sempre pontual, retirando-se em seguida. Em todos os assuntos tratados foi aberto tempo para questionamentos e debate. A mídia foi convidada, comparecendo o Jornal Agora que em sua edição de 26/05 registrou o evento em sua página 7 (anexo 6).

A participação de representantes da Associação de Moradores em eventos de interesse comunitário é intensa, dia 27 de maio uma representante da rede de voluntários da Associação de Moradores participou de capacitação junto ao Mesa Brasil SESC/RS. O Programa em pauta é conhecido pelas ações educativas na área da nutrição e assistência social e destina-se a instituições cadastradas para se tornarem multiplicadores das atividades (anexo 7).

A partir dos conhecimentos adquiridos nas palestras e oficinas do Programa Mesa Brasil do SESC sobre a importância dos nutrientes a Associação de Moradores em função do frio intenso deste inverno promoveu no dia 25 de julho um “sopão” para aquecer os moradores do Bairro Castelo Branco II, iniciativa que deverá ser repetida às quartas-feiras à tardinha e aos sábados ao meio dia enquanto durar o inverno. Conforme palavras do presidente da entidade, o objetivo é além de proporcionar uma alimentação de qualidade e valor nutricional e adequado para os dias de frio, resgatar a cidadania e a autoestima dos moradores. O sopão é feito com os produtos recebidos do Mesa Brasil (com o excedente da distribuição para os projetos desenvolvidos no bairro) e outros adquiridos pela Associação como carne e temperos. O valor cobrado é baixo (R\$ 1,00 o prato) para que todos possam comprar, diz o presidente, e só não é gratuito porque a proposta não é fazer assistencialismo, assim ninguém fica constrangido de aproveitar a iniciativa, assim

“As pessoas tem a dignidade respeitada e vem comprar. Se for de graça muitos não vem”. Todos concordam que é uma ótima iniciativa, “É barato, quente e um alimento bom. Se for feito mais vezes, melhor. Se a gente vai fazer em casa sai bem mais caro” diz uma moradora, além disso, “Muitos não tem condições de fazer uma sopa dessas. Eu mesma quando faço não ponho tudo o que tem nessa. Com R\$ 1 não dá pra fazer um prato”. (anexo 8)

O sopão foi feito pela vice-presidente da Associação, contando com uma ajudante, o preparo começou na sexta-feira a tarde, descascando os legumes e colocando para cozinhar às 20 horas e finalizando o preparo no sábado, sendo que as 11 horas já estava pronta. Para ela “Tudo foi feito com a higiene necessária. Dá trabalho, mas depois a gente se sente recompensada vendo as pessoas levarem”. Os ingredientes utilizados foram cenoura, abóbora, chuchu, couve, batata doce e inglesa, brócolis, aipim, massa, ovo (para engrossar), carne e tempero, mais os talos de couve, brócolis e beterraba. A utilização dos talos foi aprendida no curso de monitoras do Cozinha Brasil sobre reaproveitamento de alimentos, estava muito bem feita e gostosa, porém, o mais gostoso foi ver sua satisfação pelo trabalho realizado (anexo 8).

No segundo semestre de 2009 não fui tão constante por isso decidi continuar presente na comunidade de estudo de forma intensa no primeiro semestre de 2010, o que ocorreu a partir de março.

As primeiras observações/interações/intervenções tiveram início nos dias três, quatro, cinco de março, quando começamos a trabalhar o planejamento das festividades do “15º Aniversário do Bairro”, além de participar das discussões da vida cotidiana da Associação e dos demais movimentos que lhe conferem singularidade.

Organizar uma festa de quinze anos é sempre um evento especial e não foi diferente a organização dos 15 Anos do Bairro Castelo Branco II que envolveu de forma intensa, não apenas o coletivo que compõe a Associação de Moradores e sua rede de voluntários. Outras representações institucionais e sociais se fizeram representar e estiveram atuantes em diferentes momentos, tais como NEPEPS, SOMOS, CAIC, Escola de Samba, CMP, Igreja Quadrangular Missão da Última Hora, Sindicato da Alimentação, Pastoral da Criança, e eu. O planejamento das atividades foi envolvente e todos opinavam, mas a comunidade pouco se

envolveu diretamente. A mobilização começou no contato com as escolas – João de Oliveira Martins, EMEI Castelo Branco, CAIC e Loréa Pinto – o que ficou sob minha responsabilidade. Contatei com as direções, convidando para as reuniões, mas apenas o diretor do CAIC comparece para discutir a participação já tradicional da sua escola na caminhada do dia 30. A diretora da escola João de Oliveira Martins foi a mais resistente, não se comprometeu em organizar a escola, talvez algumas turmas, enfatizou. Com a escola Loréa Pinto nossa expectativa era maior porque além dos alunos na caminhada tínhamos a pretensão do desfile da sua banda, o que se confirmou. A direção da EMEI Castelo Branco gostou da ideia. As tratativas continuaram. O mote da caminhada das escolas “*Drogas e Direitos Sociais*” já definido pela diretoria da Associação podendo ser modificado em acordo com as direções das escolas.

Na reunião do dia doze de março o diretor do CAIC apontou a necessidade de formular pedido junto a Brigada Militar para desviar o trânsito da rua principal a fim de proteger as crianças na hora da caminhada. Foram definidas as demais necessidades e quem se comprometeria com sua viabilização, por exemplo: solicitar multimídia e telão à Furg, convidar a TV Furg e RBS TV para cobertura do evento, solicitar a TV Furg a filmagem do “Círculo de Cultura” para resgatar a história da criação do bairro. O presidente fez contato com o Instituto Ana Moser que tem interesse em promover o esporte no bairro para que organize um campeonato de futebol e foi contestado pelo representante da SOMOS desejoso maiores esclarecimentos sobre o Instituto. Foi sugerido trabalhar com a apresentação de filmes e música em especial hip hop, o que ficou para ser pensado por todos até a próxima reunião. Ao final da reunião um Agente Municipal de Saúde compareceu na Associação, ocasião em que pelo rumo da conversa tomei ciência de que está havendo uma epidemia de Hepatite A na comunidade. Nesta reunião fomos informados pelo presidente que o jovem, desconhecido para nós, que ali se encontrava era um apenado no cumprimento de pena socioeducativa que ajudaria no serviço burocrático da Associação.

Dia dezoito a reunião/encontro contou com mais de dez pessoas, sendo definido o período de realização das atividades entre trinta de abril a dois de maio, e formatada a programação contemplando dia trinta as 13h30min a caminhada

“**Pela vida e contra as drogas**” com as crianças das escolas e comunidade, finalizando em frente à Associação abrindo espaço para professores e lideranças comunitárias se manifestarem sobre o poder maléfico das drogas e suas consequências na comunidade e na vida das pessoas e, mais tarde, as 18h30min **Cinema no Bairro**. No dia primeiro de maio dentro da programação será realizado o “*IV Seminário de Políticas Públicas para a Cultura*”, organizado pela SOMOS que prevê para as 9h30min **Oficina de Economia Solidária**, as 12h30min **Almoço** envolvendo trabalhadores da Ecosol, moradores do bairro e convidados, as 15h00min **Clube de Trocas** utilizando a moeda solidária *Castelinho* e após apresentação da **Bateria da Escola de Samba do Bairro**. No dia dois encerramento das atividades com **Desfile de Bandas Marciais**, apresentação da **Bateria da Escola de Samba, e Hip-Hop**, com a participação do grupo **Manos da Castelo** além de uma grande **Mateada**¹¹. Programação sujeita a alterações. Nesta reunião o diretor do CAIC informou que desde novembro do ano passado vem sendo constatada pela Unidade de Saúde do CAIC a incidência de casos de Hepatite A, que desde fevereiro deste ano já se encontra fora de controle. Fato que foi comunicado a Secretária de Saúde, na figura de sua titular com a solicitação do compromisso da Secretaria em alertar a população já que, só em março, ocorreram vinte e sete casos. Alerta que a Secretaria Municipal de Saúde recebeu apenas vinte doses de vacina, o que não cobre a necessidade da população, o que trouxe mais preocupação. A representante do NEPEPS lembra a existência do Projeto Cine Arte Itinerante da Proex – Pró-reitoria de Extensão da Furg, e pensa nessa possibilidade para a atividade Cinema no Bairro. Ainda sobre a programação, o presidente da Associação pensou em convidar representantes do SEBRAE e do SINE para uma conversa com a comunidade, no que foi contestado pelo representante da SOMOS, pela representante do NEPEPS e por mim, porque vai de encontro a ideia de economia solidária presente na programação, sendo essa possibilidade afastada. Foi ventilada a possibilidade de acertar uma Assembleia Geral Unificada

¹¹ A mateada consiste em degustar o chimarrão – bebida típica do Rio Grande do Sul - tida como uma tradição representativa do nosso pago e símbolo da hospitalidade e da amizade do gaúcho, além de ser sua bebida preferida. Também entendida como uma espécie de resistência cultural espontânea está sempre presente na maior parte das nossas atividades, representa um momento de partilha, fonte de convívio e prazer.

envolvendo moradores do Bairro Castelo Branco I e do Bairro Castelo Branco II, dia vinte e quatro de abril as 19h00min na sede da Escola de Samba, com a finalidade de proporcionar a integração dos dois bairros e destes com a escola de samba a fim de discutir a construção do ginásio, com verba do PPV – Plano de Prevenção à Violência, e outras pautas entre elas a quem compete sua administração. A ideia é construir com a participação dos presentes um documento com as principais reivindicações dos dois bairros para encaminhar aos órgãos competentes. Algumas questões em aberto referem-se, a saber, quem vai assumir a tarefa de confeccionar as camisetas do evento e as faixas alusivas as festividades, quem vai responsabilizar-se pela oficina de economia solidária e quem vai se pronunciar ao final da caminhada, representando que entidades.

Em vinte e cinco de março outra grande reunião/observação, em que o presidente informa a instalação do canteiro de obras para a construção do Ginásio de Esportes que está ocorrendo na Praça dos Eucaliptos, (verba do PPV), sendo um projeto do governo federal que repassa verba aos estados. O Programa fez o mapeamento das cinquenta cidades mais violentas do Estado do RS, com maior índice de drogadição, de violência e marginalidade social e Rio Grande foi “premiada”. O valor desta construção atinge por volta de quinhentos e cinquenta mil reais. Relatou que dos cinquenta e seis bairros do município o Bairro Castelo Branco II foi “premiado” por ser um dos mais violentos. Segundo o presidente, os trabalhadores estão há dez dias na Praça dos Eucaliptos e o poder público municipal não lhes ofereceu até o momento nenhuma infraestrutura - não dispõem nem de água nem de luz - e a Associação está prestando auxílio e solidariedade para que se mantenham. Informou que o Secretário Municipal de Planejamento disponibilizou uma planta do Ginásio que está em seu poder para análise conjunta em outro momento. Diz que foi convidado pelo empreiteiro da obra para assessorar o trabalho, aceitou não só por ser remunerado, mas para ficar “por dentro de tudo” e a Associação não ser excluída do processo. Relata que o poder público está com o organograma das entidades que vão administrar o Ginásio, e neste documento não consta a participação da Associação de Moradores nem outra entidade representativa da comunidade ou dos movimentos sociais organizados como indica o projeto federal. O Ginásio é uma quadra

poliesportiva que faz parte do Programa Estruturante “Nossas Cidades” do governo do estado e sua construção foi autorizada em vinte e três de março em solenidade que ocorreu na escola João de Oliveira Martins. O evento contou com a presença do Secretário Estadual de Obras Públicas, autoridades estaduais e municipais a gerente executiva do PPV no RS, e da presidente do Comitê Municipal do PPV. O empreendimento compreende uma quadra coberta, arquibancadas, quatro salas de atividades múltiplas, palco, sanitários e vestiários com uma área de 99r m2 e “estará disponível à comunidade do bairro Castelo Branco de forma integral, inclusive aos fins de semana” (anexo 9). Na continuidade o presidente relata o contato com a SENAES a fim de obter recursos para que a Associação envie três representantes a Conferência Regional de Economia Solidária que acontece dia onze de abril na cidade de Jaguarão/RS. Informa que a educadora popular do Talher está convidando para sua reativação que vai ocorrer em uma reunião no Sindicato da Alimentação, em Pelotas, amanhã, sugere a escolha de um nome para representar a Associação, no que não obteve êxito. Quanto ao acerto com a TV Furg para a gravação do Círculo de Cultura que acontecerá no próximo sábado as 15h00min, na sede da Associação, os contatos estão sendo feitos com os moradores antigos e alguns já confirmaram presença, outros estão sendo identificados e convidados. Quanto a programação do aniversário a discussão girou em torno da atividade da noite do dia 30, o Cinema no Bairro. Qual filme passar e se as crianças fazem parte da mesma programação que os adultos, sendo que a representante da Igreja Quadrangular Missão da Última Hora assumiu a responsabilidade de escolher filme apropriado para as crianças e exibi-lo na sua igreja. O documentário sobre a constituição do Bairro vai ser apresentado na Associação antes do filme ainda não definido para os adultos sendo que existem algumas indicações, por exemplo: “Quanto vale ou é por quilo” e “Parada 174” continuam os mais cotados. Quanto às despesas com a festa o presidente fez o orçamento e solicitou ajuda de custo ao movimento sindical e a CUT.

A filmagem do Círculo de Cultura ocorreu na data acerta com a TV Furg que fará sua edição para apresentar à comunidade. Para fins desta pesquisa vou utilizar os depoimentos sem cortes.

Retornei em oito de abril depois de afastada alguns dias e as tratativas continuavam em ritmo acelerado com grande envolvimento do grupo. Trouxe como novidade a disponibilização de um microcomputador do CAIC para a Associação – foram levantados problemas com a segurança do equipamento entre eles a sede da Associação foi arrombada recentemente e a instalação elétrica precária. Foi feita a solicitação à TV Furg que repasse da filmagem do Círculo de Cultura para DVD a fim de possamos assistir e orientar a edição, e o fato novo é que a CMP recebeu convite para participar do Conselho Municipal de Habitação. O representante do Sindicato da Alimentação acenou com o empréstimo do carro de som para o dia trinta na passeata/caminhada, não assume para os demais dias porque o Sindicato tradicionalmente o utiliza na sua programação de 1º de Maio. O presidente fala da dificuldade encontrada com a pouca participação dos moradores e coletivo de voluntários nas atividades, e ao deixarem essa ação apenas aos seus representantes não se sentem protagonistas dos acontecimentos, fato que é induzido pelos governos. Proponho a inclusão do tema Participação no Seminário e assumo o compromisso de realizar a discussão a partir de uma dinâmica. Cabe esclarecer que sempre encarei com resistência as místicas/dinâmicas, talvez porque em muitos dos casos elas se constituam apenas no movimento, sem problematizar seu sentido, consumindo um tempo precioso de discussão do problema. Hoje entendo que mesmo que assim seja seu aspecto pedagógico está nas pessoas se mostrarem na interação, perdendo o natural receio de se expor e assim tornando-se próximas e em um patamar de igualdade, mesmo que relativa. O presidente tomou a iniciativa de convidar a banda do Lemos Jr para a apresentação e conseguir junto a empresa Cotista dois ônibus para seu transporte. Disse sentir a passeata mais organizada que a anterior porque está havendo maior mobilização das escolas, o que reforça a importância do tema Drogas, que “campeia solta” no bairro e na cidade. O representante da Pastoral da Criança se dispõe a reforçar a passeata e divulgá-la em seus espaços de atuação, pensa que esta é uma agenda propositiva que deve ser abraçada por todas as organizações sociais. O presidente da Associação entende que o apelo da droga é muito forte, “a gente vê Agente de Saúde vendendo droga”, o que é “horível” segundo ele. Já um dos

representantes da SOMOS chama a atenção da diretoria da Associação para a Conferência Municipal de Saúde Mental, dias 14 e 15 no CCMar da Furg e informa que as pré-conferências são preparatórias para a Nacional – sendo que um dos componentes da rede de voluntários representou a Associação de Moradores no evento, acredito que foi decidido na reunião de diretoria em que não estava presente. Neste evento foi assinado pelo executivo municipal portaria que institui o Colegiado Gestor para a constituição do Programa Municipal de Saúde Mental que leva em conta a necessidade de implementação de políticas de melhoria na qualidade da assistência à saúde mental, com o objetivo de reduzir as internações hospitalares. Na plenária final do evento foram aprovadas as propostas e elaborado um relatório, além de escolherem os delegados da etapa estadual. Nos dias 16, 17 e 18 vai ocorrer a 4ª Conferência Estadual das Cidades em Porto Alegre e o presidente vai participar como delegado pela Central dos Movimentos Populares. A Conferência tem como lema “Cidades para Todos e Todas com Gestão Democrática, Participativa e Controle Social” e como tema “Avanços, Dificuldades e Desafios na Implementação da Política de Desenvolvimento Urbano”. Seu objetivo é identificar os avanços e resultados das etapas anteriores. Consta da pauta definir os problemas e dificuldades na implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - PNDU - por isso a importância da participação de todos que se defrontam diariamente com problemas de habitação, saneamento, planejamento territorial, transporte e mobilidade urbana, sendo estes, sem dúvida, os maiores problemas enfrentados pela Associação de Moradores do Bairro Castelo Branco II. Segundo o titular da Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano em entrevista ao Jornal Agora (anexo 15) o assunto prioritário a ser debatido na oportunidade são as redes de esgoto do município, que deverão ser adequadas com urgência acompanhando o crescimento da cidade, além da busca de recursos para aumentar o número de moradias para o Programa Minha Casa Minha Vida que contempla famílias com renda mensal de zero a três salários mínimos. Informou que serão debatidas as prioridades do PAC e defendida a questão das famílias que moram de forma precária na área portuária, sem nenhuma referência a zona oeste da cidade onde se encontra o Bairro Castelo Branco II. Informou o

Secretário que o governo do estado deve investir pesado no saneamento nos municípios, sendo que metade dos recursos tem origem no Programa de Aceleração do Crescimento PAC do governo federal e a outra metade da CORSAN – Companhia Rio-grandense de Saneamento – que dará prioridade a investimentos em esgotos nas bacias do rio dos Sinos e Gravataí, logo benefícios distantes da cidade do Rio Grande. Este evento será uma prévia para a Conferência Nacional em Brasília no próximo mês. Junto com o presidente da Associação de Moradores um representante da rede de voluntários participou dia 14 e 15 em Rio Grande e participará como Delegado Regional na Conferência Estadual. Quanto ao evento local dos festejos do aniversário do bairro o presidente vai divulgar nas rádios locais a chamada para a Assembleia Unificada dos dois bairros dia 24 provavelmente as 18h00mim, já o torneio de futebol “está complicado” e provavelmente não se realizará.

No próximo encontro na Associação de Moradores, dia dezoito de abril de 2010, um dos representantes da SOMOS trouxe como informe que no Fórum Microrregional de Economia Solidária realizado na SORAN – Sociedade Rio-Grandina de Auxílio aos Necessitados – o NUDESE, Núcleo da Furg, fez proposta de pauta para a Conferência do dia 24 em três eixos. A representante da UPA – Unidos Pela Arte - que também vai participar do evento, informa que no dia 24 sairá ônibus de Santa Vitória do Palmar para transportar a todos. O presidente e um dos representantes da rede de voluntários estiveram presentes em Jaguarão neste importante evento da Ecosol dia 11 de abril sendo que sua preparação se deu com discussões dos textos-base nas reuniões realizadas em Rio Grande, o que oportunizou a indicação do presidente como delegado na Conferência Nacional em Brasília dias 16 e 18 de junho. O presidente explica que está concorrendo ao edital para Agente de Desenvolvimento local do Brasil Local.

Cabe uma explicação do que é o Brasil Local para que os possíveis leitores possam se situar e perceber sua importância, principalmente para os movimentos sociais que trabalham com a Economia Popular e Solidária.

O Brasil Local é um Projeto voltado para a geração de trabalho e renda por meio da economia solidária. Sob o comando da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (Senaes/MTE), o Brasil Local fomenta a organização de empreendimentos geridos pelos próprios trabalhadores(as), facilitando o acesso a políticas públicas de incentivo, como

capacitação, crédito comunitário, equipamentos formalização e escoamento da produção. A execução do Brasil Local é feita por meio da Universidade de Brasília (UnB), em parceria de diversos órgãos do governo federal. O Projeto é destinado a grupos produtivos autogestionários de setores como agricultura familiar, prestação de serviços, artesanato e vestuário, localizados em comunidades rurais e urbanas por todo o País. É conferida prioridade a empreendimentos organizados por mulheres, jovens, povos tradicionais e beneficiários do Programa Bolsa Família. A equipe do Brasil Local é formada por uma coordenação nacional, coordenadores estaduais e agentes de desenvolvimento. A principal estratégia do Projeto é articular iniciativas que viabilizem o fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários. São duas linhas de atuação: uma é estabelecer parcerias com os três níveis de governo e com a sociedade civil organizada e a outra é mobilizar a comunidade. Esse elo entre políticas públicas, entidades não governamentais e trabalhadores é alavancado pela ação dos Agentes de Desenvolvimento do Brasil Local.

Os Agentes são os principais atores do Brasil Local. Eles são escolhidos pelas próprias comunidades, participam de capacitação em economia solidária oferecida pelo governo federal e atuam como interlocutores dos grupos produtivos. O papel do Agente é identificar potencialidades e dificuldades enfrentadas pelos pequenos empreendedores. Depois de fazer um diagnóstico técnico sobre o empreendimento, o Agente busca soluções por meio da constituição de parcerias. Feito isso, ele acompanha a evolução do empreendimento, emitindo relatórios mensais ao coordenador do seu Estado. (fonte http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_promocao_brasil.asp)

Retomando a observação/reunião o informe é de que a Assembleia Unificada está em “banho-maria” e o contato com a imprensa por este motivo não se realizou. Surgiu o assunto da utilização da logomarca da Associação e como ninguém conhecia a história de sua confecção o presidente contou que a logomarca é resultante de um concurso feito na comemoração do aniversário do bairro no ano de dois mil e cinco. A escolha recaiu na arte criada por Andrezinho, sendo que o “sol” representa o brilho da vida e a “estrela” a esperança. Na continuidade o presidente defende a criação de um espaço de palco livre no domingo “porque quando se participa de um evento temos que nos sentir protagonistas dele”, com o que concordamos. O representante da Assembleia de Deus solicitou a CEEE a colocação de um transformador especial para o carro de som e informa que esta solicitação tem que ser assinada por um engenheiro elétrico e conter a informação de quantos kwats serão utilizados, assim, o presidente tomou a si a responsabilidade de conversar com os responsáveis pelo equipamento de som e com um engenheiro elétrico da Furg.

Dia vinte apenas repasse de informações das tarefas e no dia vinte e um o registro vai por conta da presença do deputado estadual Elvino Bom Gass que no dia seguinte almoçou na Associação, apesar do convite não pude comparecer.

No dia vinte e nove participei da reunião da SOMOS, na sede do CEPERS Sindicato, ocasião em que foi definida a forma de sua atuação no Seminário além da forma de abordar os temas e os responsáveis por cada atividade.

Dentro das atividades da Associação dia vinte e oito estava programada uma Oficina da Recid – Talher Nacional que não ocorria desde o falecimento em um acidente automobilístico da educadora popular responsável pela cidade do Rio Grande. Na realidade foi mais uma reunião para relatar o novo formato assumido que já estava, segundo meu entendimento, um pouco desenhado desde a reunião em Pelotas para tratar do PPP da Rede. Da reunião participaram por volta de dez pessoas. A nova educadora popular da Recid chegou perto do meio-dia de Pelotas juntamente com a representante do MTD. Relataram que o Talher mudou as normas e está mais engessado, com outras regras e a verba para a realização das Oficinas será ressarcida mediante notas, assim quem não tem verba disponível, caso da Associação, deve procurar parcerias para se financiar – sindicatos, partidos políticos, etc. Segundo informação que trouxeram isto está ocorrendo porque alguns “companheiros” não tão companheiros fizeram gastos não previstos. A ordem é diminuir as Oficinas, que serão agora em número de quatro, (duas para cada uma das oficinairas/educadoras/liberadas), sendo que o valor de cada oficina fica em duzentos e cinquenta reais mais cem reais para que se mantenham. Haverá encontro em Pelotas no dia sete de maio com representante regional do Talher que é preparatória para o Encontro Estadual da Rede Talher. Dia dezessete haverá uma oficina no Dunas para a qual não existe verba já que agora a nova fonte pagadora – Camp – só dispõe para todas as regiões de dez mil reais. Após o relato a educadora popular da Recid Talher Nacional sugere uma rodada de discussão e o posicionamento da Associação de Moradores. A direção dos comentários foi de que a Rede consolida o que já está ampliado em cada comunidade junto com outros movimentos e, sua importância reside justamente em não monopolizar o conhecimento e desafiar a participação. Neste ponto o presidente da Associação de Moradores, citando Freire questiona,

“será que os frutos da pesca vem para nós mesmos?” já que segundo a vice-presidente “muitas vezes quem vai dar a palestra tem a teoria mas não nos ouve”. O problema do financiamento próprio continua na discussão até que finalizando o presidente opina que

“se desistirmos das atividades por não ter o dinheiro aderimos ao capitalismo, devemos também nós buscar parcerias, tornar nosso trabalho consistente sem ficar subordinado ao recurso, isto é, desenvolver nosso trabalho apesar deles porque é nisso que acreditamos. E embora fique triste com os erros devemos brigar para que as coisas melhorem porque são os projetos sociais que nos sustentam enquanto lutadores sociais”

No que foi apoiado pelo restante do grupo. Um fator que pode ajudar é “o aumento dos coletivos locais para que os sujeitos sejam protagonistas de sua organização” diz o presidente. A educadora popular da Recid sugere como encaminhamento que haja um relato da reunião de Rio Grande com a indicação de duas pessoas para o dia sete em Pelotas e, a realização dia vinte e um de maio da Oficina “Direitos Humanos: combate as drogas” com relatório pedagógico e financeiro. A organização da Oficina será de responsabilidade do presidente e as notas têm que ser “nota-fiscal em nome do Camp”. Retomou o assunto do financiamento e a pessoas ao final explicitaram reservas ao novo formato apresentado porque “não podemos ficar com algemas”, questionando o Camp e o Instituto Paulo Freire e buscando esclarecimento sobre onde se encontra o Instituto Enfil. Seguiram-se as avaliações individuais sendo que para representante do MTD

“é muito bom estar aqui, muito trabalho e a reunião foi esclarecedora, orientadora e mobilizadora”, o presidente complementa dizendo “que com toda problemática apresentada tiramos temas importantes, conseguimos tirar encaminhamentos e fazer proposta futura”,

O que para a educadora da Recid “é fantástico”, complementa lembrando sua participação no Fórum das Periferias junto com o VEPOP e finaliza dizendo que a reunião “foi uma desorganização organizada, foi uma organização de ideias, foi produtiva”. Após, fomos todos juntos levar as meninas no ponto do

ônibus, mas antes passamos no Campo dos Eucaliptos para que elas conhecessem o lugar onde vai ser instalada a quadra poliesportiva.

Por fim chegamos ao dia trinta e a Comemoração dos 15 Anos se inicia. A concentração aconteceu na escola CAIC a partir das 13h30min, do local saíram em caminhada alunos, professores, pais, representantes dos movimentos sociais e poucos membros da comunidade local até a sede da Associação portando cartazes, faixas, banners, balões e outros artefatos manuais construídos para o evento (anexo 12). Um carro de som (do Sindicato da Alimentação) foi utilizado para anunciar o evento chamando as pessoas à participação, houve adesões na caminhada. Em alguns momentos cantaram palavras de ordem em outros conversavam muito, não foi uma marcha silenciosa. O trânsito foi desviado pela Brigada Militar conforme solicitado pela Associação e a caminhada/marcha prosseguiu pelo bairro até a sede da Associação. Lá chegando as crianças ofertaram ao presidente um bolo de papelão simbolizando os 15 anos e todos cantaram parabéns. Os artefatos feitos pelas crianças nas escolas com a supervisão das educadoras, - arranjos de flores (akebana), cartazes, livros, e faixas – foram entregues à diretoria, as crianças grafaram ali seus desejos em forma de pedidos que vão desde a solicitação de “Campos”, “Educação Saúde e Segurança”, “Pracinha para sair com minha mãe” até “Pista de Skate” entre outros. As inscrições das faixas apontavam desejos. “Castelo Branco II 15 anos de lutas e conquista”, “Não as drogas, sim a vida”, “Grupo Mente Sem Limite construindo a paz e a realidade com seus jovens talentos” e outras que podem ser visualizadas nas fotos e nas filmagens.



Após as lideranças saudaram o bairro e o presidente agradeceu a presença lembrando a luta conjunta para que o bairro seja hoje uma realidade. Uma professora do CAIC constata que apesar de algumas conquistas da comunidade ainda falta uma identidade ao bairro que vive em um constante rodízio de moradores. A professora identifica também alguns problemas com

“a falta de incentivo político, os cuidados com a higiene, a falta de recolhimento do lixo, a alta quantidade de cachorros e gatos nas ruas e a falta de uma área de lazer para as crianças”.

Para o coordenador pedagógico do CAIC, presente a caminhada,

“apesar do alto número de crianças o bairro ainda não possui uma praça ou área de lazer, mas mesmo sem incentivo, a própria comunidade trabalha pela infraestrutura da Castelo II, como por exemplo a cancha de esportes que os moradores construíram ao fim da rua E”

Porém para ele “o problema mais grave é a drogadição e para amenizar este impasse o CAIC deverá lançar uma campanha contra as drogas no mês de junho”. Acompanhou a caminhada/marcha agentes do PIM – Primeira Infância Melhor - um programa do governo do estado que atende as famílias da comunidade desde início de abril com 35 visitantes. Tem por objetivo orientar famílias a partir de sua cultura e experiência para que promovam o desenvolvimento integral das crianças desde a gestação até os seis anos de idade. Segundo o presidente “a população do bairro é caracterizada por um alto número de crianças, a média é de cinco filhos por família”. Para um dos

visitadores a atuação do PIM junto a comunidade é uma conquista dos moradores.



Ao final as crianças retornaram as escolas com as educadoras, porém a movimentação continuou na rua a espera do próximo evento marcado para as 18h30min. O Cinema no Bairro aconteceu em dois locais, para as crianças foi apresentado o filme A História de Samuel na Igreja Pentecostal Missão da Última

Hora e para os adultos na sede da Associação, sendo que primeiro assistiram o documentário (Círculo de Cultura editado) (anexo 10) que conta a História da Castelo II que muitos moradores desconheciam, após ocorreu a apresentação do filme “Parada 174”. Ao final a já conhecida tarefa de recolher as cadeiras e mesas colocadas na rua para dar lugar às pessoas dentro da sede, o recolhimento do material utilizado para ser posteriormente devolvido, tudo feito de forma coletiva. A caminhada contou com a presença da mídia local – TV, rádio e jornais – que no dia seguinte deram publicidade ao evento.

No dia 1º de maio, dando sequencia a festividade dos 15 anos e dentro dela aconteceu o **IV SEMINÁRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A CULTURA**. O Seminário foi pensado, proposto e realizado pela SOMOS, com a intenção de juntar opiniões, promover melhorias, aglutinar novas ações as já em andamento, tendo por local a sede da Associação de Moradores do Bairro Castelo Branco II, localizada na Rua E nº 126, as 09h. A ideia foi proporcionar o entendimento da Economia Solidária como uma forma de reunir os sujeitos sem trabalho nem expectativa em torno de um objetivo comum, além de ser um mecanismo de resgate da cidadania. Os moradores, a direção e demais entidades representativas dos movimentos sociais foram chegando, conversando e ocupando seus lugares. Formou-se uma roda coordenada por um dos representantes da SOMOS para discutir Economia Solidária como Política Pública, que buscou pontuar ações recorrentes de Economia Solidária e pensar esta reunião como um estímulo para que possa se multiplicar em outros espaços. A tônica foi a participação popular, o dar a palavra, não como doação mas como direito. A conclusão a que os participantes chegaram foi que “os frutos da pesca devem ficar nas mãos do pescador”. No intervalo realizei a dinâmica, na realidade a sensibilização serviu para que as pessoas quebrassem o gelo, a vergonha e se manifestem. Depois, ainda na parte da manhã, o professor coordenador da SOMOS abriu o tema Solidariedade trazendo indiretamente a ideia de solidariedade como trabalho humano, força e inteligência para transformar a natureza. Uma estudante de psicologia integrante da SOMOS falou da solidariedade como acolhimento, abraço, contou sobre sua experiência de solidariedade do morar junto, a partir da sua vivência em uma comunidade

alternativa. Para a vice-presidente da Associação de Moradores, educadora popular do MOVA e do Projeto Todas as Letras que desenvolve também atividade na Economia Popular e Solidária, solidariedade é parceria, é a capacidade de querer mudar tanto em relação a família como em relação a comunidade. Como finalização parcial do tema algumas conclusões merecem destaque, sendo

“solidariedade é aceitar o diferente e nessa partilha exercitar a tolerância”, ou “é também voluntariado no sentido de conceder espaço ao outro”, enfim é “exercitar a paciência histórica de esperar que o outro atinja e realize o que a gente tem em comum”.

Um morador questionou o que se pode entender por cultura solidária e quando a questão foi devolvida a ele disse pensar que é uma coisa, um princípio que se baseia na emoção, em acreditar no outro. Nesse bate bola de perguntas e intervenções a definição assim se conformou: “Solidariedade não é esmola, é acreditar no outro, é um conceito de classe”. A seguir o almoço, feito pelo representante do Sindicato da Alimentação que também pertence a SOMOS. Após o almoço diminuiu consideravelmente o público presente. No retorno as atividades um arte-educador convidado fez uma encenação que acabou chamando a atenção das pessoas que estavam conversando na rua, elas foram chegando, chegando e ao final o povo estava todo reunido. Um dos representantes da SOMOS expôs como se organiza a Economia Solidária, no seu entendimento uma estrutura econômica diferenciada do capitalismo que prioriza a questão da democracia, da autogestão e é desenvolvida com grupos em situação de vulnerabilidade. Cabe destacar que na parte da tarde contamos com o Grupo UPA – Unidos pela Arte – da Vila Maria - que apresentou seu “como fazer”, com depoimento de várias participantes que apresentaram suas práticas de ES.



Por fim outro representante da SOMOS fez uma exposição didática das diferenças entre GES – Grupos de Economia Solidária - e Clubes de Troca. Pontuou que os aspectos comuns a ambos são a organização, a autogestão, a democracia, a moeda social, o que diferencia é que nos GES a solidariedade é uma questão econômica e o lastro da moeda social o dinheiro e, no Clube de Trocas a solidariedade é ditada pela necessidade e o lastro da moeda o trabalho. Estava na programação a Oficina de Clube de Trocas, mas ninguém levou objetos para trocar, o que inviabilizou a atividade, nesse tempo as entidades presentes utilizaram o espaço para mostrar suas moedas de troca. A vice-presidente relata que desde 2005 acontece no bairro o Clube de Trocas com a utilização da Moeda Castelinho e seu funcionamento é simples “cada um trás uma mercadoria e recebe 20 moedas. Pode ser trocado também por serviços como apresentações de teatro e cortes de cabelo”. O Clube de Trocas tem boa aceitação na comunidade, os moradores costumam trocar roupas, “tem várias crianças que não tem o que vestir, a gente passa para o outro o que não está usando”, diz uma moradora. Outro morador disse entender que a economia capitalista, a economia de mercado é também uma forma de economia solidária, só que solidária entre os capitalistas, o que confirma a definição de solidariedade como um conceito de classe. Achei sensacional a elaboração desse raciocínio vindo de um morador que quase não se havia manifestado e parecia alheio ao que estava sendo falado. Um representante da SOMOS questionou se ES é uma política pública ou um

princípio de auto-organização, nesse sentido trouxe o exemplo do Grupo de Economia Solidária Justa Trama (nacionalmente famoso) que explora a cadeia produtiva do algodão, passando do fio ao tecido e a confecção de roupas, botões e acessórios, além de ter banco é moeda própria. Por fim o presidente agradeceu a participação e o arte-educador fez mais uma vez sua apresentação envolvendo de início todos os presentes, mas pouco a pouco as pessoas começaram a se retirar. Para acomodar os participantes que na parte da manhã acorreram em massa houve a necessidade de colocar parte de mesas e cadeiras na rua, e ao final recolocar tudo para dentro foi tarefa que dividimos. Recolhemos todo o material sonoro utilizado (microfones, caixas de som, filmadora) de propriedade da SOMOS, além de deixar a Associação em ordem já que um dos componentes da rede de voluntários lá está pernoitando há alguns dias. Operação esta realizada ao meio dia para possibilitar servir o almoço. Saímos todos satisfeitos com a participação e adesão, sendo que da comunidade foram poucos os participantes, principalmente na parte da tarde, avalio que o almoço foi o grande atrativo para a maior participação pela manhã.

Da festividade do domingo não participei, mas a avaliação geral foi positiva, houve apresentação das bandas marciais das escolas Loréa Pinto e Lemos Júnior e a noite encerrando a comemoração a bateria da Escola de Samba Unidos da Castelo Branco.

No dia 05 de maio o presidente da Associação, o diretor do CAIC, uma representante da Secretaria Municipal de Cidadania e Ação Social e eu participamos de entrevista na TV Furg, Programa Outras Palavras. A entrevista focou o Bairro Castelo Branco II, enfocando o Ginásio de Esportes e sua utilização, porém vários assuntos de interesse do bairro foram abordados e alguns depoimentos já referenciados (anexo 3).

3.1. Círculo de Cultura: técnica de pesquisa e metodologia de educação popular ambiental

Assumir a opção pelo Círculo de Cultura como proposta metodológica e fonte primária de organização da experiência coletiva vivida pelos primeiros

moradores do Bairro Castelo Branco II se constitui em uma possibilidade pedagógica e dialógica da educação popular ambiental em que “conhecer é interferir na realidade conhecida” (FREIRE, 2002, p.121).

O Círculo de Cultura propôs uma prática pedagógica revolucionária em que a diretividade dada ao processo de reconstituição histórica através da memória coletiva percorreu alguns dos fundamentos marxistas da concepção freireana de educação que determinam seu escopo geral. São eles – práxis, trabalho, necessidade, diálogo, totalidade, transformação social – ao descrever detidamente a organização e as finalidades do coletivo de trabalhadores do Bairro Castelo Branco II. Além disso, convergiu para o desvelamento das intencionalidades dos agentes de dominação, problematizando suas finalidades, isto é, satisfazendo a que interesses e de quem.

A problematização desenvolvida nesse espaço pedagógico foi um momento de encontro entre a vivência prática e suas visões de mundo, - trouxe, mesmo que o sujeito não se apercebessem sua visão de conhecimento, uma teoria implícita – que se materializou, pedagogicamente, na concretização do seu conhecimento em vida, no existenciar-se.

Visualizar o Círculo de Cultura como totalidade significa percorrer todos os episódios elencados pelos participantes. Para facilitar seu entendimento e dar maior visibilidade às partes que o constituem, após leitura aprofundada, optei por dividi-los em quatro quadros, que chamei Quadros da Memória, que seguiram as falas como elas se apresentaram, cronologicamente.

3.1.1. Primeiro Quadro da Memória

O Primeiro Quadro da Memória é o momento em surgem suas primeiras lembranças e vai mostrar o porquê da escolha do local atualmente denominado Bairro Castelo Branco II para construir suas moradias e conseqüentemente suas vidas.

É PAU, É PEDRA, É O FIM DO CAMINHO
<u>Eu tava naquele campo dali da Brigada, tocaram fogo lá nas barracas e eu vim pra cá e peguei aqui e aqui eu fique. Lá nos correram a fogo de lá. (Moradora)</u>

Ele (o presidente) trabalhava naquela ocupação que fizeram lá na COHAB (...) Ele ajudava as pessoas, ele era criança, mas ele sempre foi assim, eu não sei por que, ele nasceu diferente, porque é o que eu lhe digo: ele é uma espécie em extinção. (Moradora 2)

Aquele ano de 1995 teve uma onda de ocupação em toda a cidade, em vários lugares, ocorreu naquele ano. (Presidente)

Começou mais ou menos em fevereiro de 1995 e se espalhou até maio de 95 aquela onda de ocupação. Eu me lembro que até então eu visitava o Mineiro, aquela área denominada Aliança da Bahia (...) que era uma seguradora que não pagava imposto nem IPTU, nada, desde 1960. E tinha 24 famílias instaladas lá. Eles deram um jeitinho na época do governo Meireles, o secretário daquela época era o Marco Antônio. Era o secretário da antiga CRD – Companhia Rio-Grandina de Desenvolvimento. Não tinha SMAD – Secretaria Municipal de Administração. Então foi um monte de privilégio que eles deram em favor da seguradora Aliança da Bahia. Por que ficou o nome de Aliança da Bahia? Porque a dona daquela área ali era uma seguradora do estado da Bahia. (Presidente)

94. Maio de 94. (...) foi quando eu marquei a minha, (...) foi dia 03 de maio de 94, foi quando começou a marcação. Começou a marcar os terrenos, mas oficializaram em 95, tinha quase um ano. (...) A marcação começa em 94, que foi quando eu e a Marisa começamos. (Morador 3)

Teve também aquela área ali da Avenida Argentina, dos Maristas, que acabaram se retirando. (Presidente)

Teve aqui na COHAB 4, que depois de alguns anos eu acompanhava essas ocupação, tudo porque eu já participava do Movimento dos Sem Teto já naquela época. Tive na COHAB 4 também, mas ali o pessoal foi despejado. (Presidente)

E nos Maristas, ali também o mesmo problema. Os Maristas nunca fizeram nada ali, agora tem uma pracinha muquirana. Não ficaram (os ocupantes) nem ali nem na Aliança da Bahia. (Presidente)

Pela necessidade. Os aluguel muito caro, na época o salário defasado e aquela coisa toda, recém tinha entrado o Plano Real e tava complicado. (Presidente)

Eu vim pra cá porque eu tava numa casa, pagava aluguel e o aluguel subiu (...) passava de uns 300 real o aluguel, (...) o velho ganhava só 150, que ele era da rural, era meio salário na época que ele ganhava. (Moradora 2)

Então as famílias se organizaram e sentindo a opressão, uma opressão muito forte, do estado, do município, do governo federal, se organizaram e começaram a ocupar as áreas, ocupar áreas, demarcar. (Presidente)

O Bairro Castelo Branco II, não foi um local planejado pelo poder público municipal para ser um bairro residencial periférico. Ele é fruto de uma realidade social de marginalidade em que “as famílias” em situação de vulnerabilidade socioambiental “se organizaram e começaram a ocupar as áreas, ocupar áreas, demarcar”. Ocupar, da forma como está colocado implica absorver a carga sociológica e política presente no termo invadir. Na realidade existe diferença

entre ocupar e invadir? Penso que invadir é um termo midiático utilizado de forma astuta e intencional para provocar repúdio às ações dos movimentos sociais minimamente organizados remetendo à ilegalidade do ato, isto é, ao crime contra o patrimônio, seja ele público ou privado.

Cabe recordar que os sujeitos coletivos foram levados a essa situação não por opção, mas porque naquele “ano de 1995 teve uma onda de ocupação em toda a cidade, em vários lugares” em resposta a um contexto de carência imposta a classe trabalhadora pela precarização das relações de trabalho já que a política neoliberal (configurada pela busca do Estado mínimo) além de retirar o Estado de setores estratégicos da economia promoveu um corte significativo dos gastos públicos na área social. As ocupações ocorreram “pela necessidade. Os aluguel muito caro, na época o salário defasado e aquela coisa toda, recém tinha entrado o Plano Real e tava complicado” mesmo para aqueles que tinham alguma renda, o que ocasionou a ocupação como possibilidade de construção de uma territorialidade alternativa provocada pela crise, como se constata no depoimento que diz:

“Eu vim pra cá porque eu tava numa casa, pagava aluguel e o aluguel subiu (...) passava de uns 300 real o aluguel, (...) o velho ganhava só 150, que ele era da rural, era meio salário na época que ele ganhava”.

Na medida em que uma das necessidades concretas do ser humano é a moradia, a ocupação foi uma das estratégias de resistência utilizada para vencer os condicionamentos impostos pela determinação socioeconômica daquele momento porque, neste modo de produção, a terra, transformada em mercadoria se torna um bem não acessível a todos, pois como é sabido, seu monopólio é condição do capital estabelecer sua relação de dominação entre as classes.

O Círculo de Cultura possibilitou que os sujeitos em mediação rompessem com alguns fatos cristalizados na sua memória, como é o caso da época em que os mesmos ocorreram, para um, a ocupação do Bairro

“começou mais ou menos em fevereiro de 1995 e se espalhou até maio de 95 aquela onda de ocupação”, já para outro “foi dia 03 de maio de 94, foi quando começou as marcação. Começou a marcar os terrenos, mas oficializaram em 95, tinha quase um ano” e para tal utiliza-se de outro fato presente em sua memória ao concluir que “que foi quando eu e a Marisa começamos”.

Segundo Silveira (2005) as ocupações na cidade do Rio Grande já aconteciam no início do século passado, de forma espontânea, individual, porém é no início da década de 90 quando o MNLN – Movimento Nacional de Luta pela Moradia inicia sua atuação na cidade que as ocupações começam a ser articuladas de forma organizada. Na pesquisa atual, o MNLM não foi mencionado recaindo o enfoque organizativo em outro movimento: “eu acompanhava essas ocupação, tudo porque eu já participava do Movimento dos Sem Teto já naquela época”. O que não significou ocupação pacífica, livre de conflitos nos diferentes espaços em que ocorreram

“eu tava naquele campo dali da Brigada, tocaram fogo lá nas barracas”, “teve também aquela área ali da Avenida Argentina, dos Maristas, ali também o mesmo problema”, “tive na COHAB 4 também, mas ali o pessoal foi despejado”

Quer dizer em um curto espaço de tempo as famílias foram desalojadas das ocupações de diferentes formas e por diferentes razões, algumas vieram “pra cá e peguei aqui e aqui eu fiquei” iniciando a ocupação do atual Bairro Castelo Branco II. Compreender este movimento é compreender a atividade da ocupação como uma atividade social por meio da qual os sujeitos interagem com a natureza produzindo suas condições de vida – materiais e simbólicas das quais a moradia é parte -, mostrando que o produto dessa atividade (trabalho social) age como força material pelas formas de interação que produz. Sendo este também o entendimento de Wood (2003) ao defender que a atividade e as relações sociais que propiciam a interação do ser humano com a natureza para produzir suas condições de vida “tornam-se elas próprias forças materiais, como o são as naturalmente dadas” (p. 32). O que permite afirmar que é por meio do modo de produção que se torna possível configurar uma sociedade quanto às suas relações e inter-relações frente à complexidade que cerca o ser humano, e o modo de produção é o modo como se produz em sociedade (Marx,1964) para satisfazer suas necessidades.

Nesse sentido, o modo de produção ao comportar o modo de organização do processo da atividade humana na natureza, possibilita compreender o trabalho

como uma forma de socialidade que se materializa em determinadas relações sociais de produção, em que a evolução do processo de produção material é resultante das contradições das forças produtivas e das relações humanas na objetivação de sua atividade material genérica. As forças produtivas representam as possibilidades disponíveis aos sujeitos coletivos para sua produção material e espiritual objetivadas pelo trabalho e estão ligadas, dialeticamente, ao processo de produção. As contradições entendidas por Marx como o motor da história estão ocultas no movimento do desenvolvimento do modo de produção, por isso precisam ser explicitadas para que seja possível compreender suas determinações.

Com esta perspectiva está alinhado o entendimento da atividade desenvolvida na ocupação quando expressam: “trabalhava naquela ocupação que fizeram lá na COHAB (...) Ele ajudava as pessoas, ele era criança, mas ele sempre foi assim”.

Implica dizer que o sujeito ao empregar sua força física e intelectual para a produção material da ocupação, além de conferir à atividade da ocupação o sentido de trabalho elevou o trabalho à condição de necessidade ontológica do ser em sociedade que é “a produção da própria vida material” (Marx e Engels, 1900). Já que como um ser objetivo, real, corpóreo ao se objetivar constituiu a inter-relação material entre sua humanidade e sua natureza. Além disso, motivado pela necessidade de produção da própria vida do humano genérico, executou o movimento de dirigir seu afeto, sua atenção (ajudava as pessoas) as transformações postas pelo/no movimento de ocupação, como matéria e consciência, como objetividade e subjetividade de tal sorte que no ato de objetivação posto pelo trabalho, este se constituiu em um princípio educativo em que a educação tornou-se um tipo de objetivação humana que cumpre exigências postas na produção da vida material e espiritual já que para realizar sua humanidade precisa apropriar-se, pedagogicamente, da cultura e das riquezas socialmente produzidas, para si e para a sua classe. .

3.1.2. Segundo Quadro da Memória

O Segundo Quadro da Memória remete a organização coletiva da ocupação como um movimento político sem ser político-partidário, não sendo também um movimento de lideranças, mas um movimento da massa dos oprimidos, apesar de representantes dos partidos políticos, de direita e principalmente da esquerda, e outros movimentos organizados como sindicatos e pastorais ter tido papel significativo na sua organização e nas ações dela decorrentes.

É A PARTE QUE ME CABE NESTE LATIFÚNDIO

A Dona Neli e o Natalino foram os primeiros, aqui não tinha nada (...) da minha casa eu tinha só uma geladeira, uma duplex, que não dava aqui. Aí eu troquei a duplex por uma casinha pré-fabricada pequenina, bem pequenina, não coube o guarda roupa (...) fiz uma parede com o guarda roupa (...). fui no centro (...). fui lá, comprei uma lona e fiz uma cozinha de plástico. (...) chegava a noite e uma luz, nada lá, não enxergava. (...) aí botemo um aterro, aquilo ali enchia de água depois que a FURG abriu um valetão que não tinha, a água corria toda pra lá. Aquilo era um horror. Não tinha luz, era vela. (...) deram um lampião de liquinho, foi a D. Maria, a D. Maria vereadora ela nos acompanhou ali (...) o seu Celso da Aptafurg nos deu uma baita força (...) rádio me deram um também, rádio de pilha, umas pilhas grandes (...) veio uma chuva de pedra que terminou com isso aí (...) matava porco quando tinha, mas era difícil. Eu ganhava uma miséria do velho, né, e era um monte de gente (...) um outro que ajudava muito era o seu Júlio, que tinha uma Kombi, aquela do PCdoB (...) A Irmã representante da Pastoral, queria que eu fosse da Pastoral mas eu tinha muita pena dos cachorro, como botaram os cachorro prá cá, cachorro sem dono, ela queria que eu me desfizesse dos cachorro prá cuidar das crianças. (...) eu disse pra ela: “olha criança tem um monte de gente que se importa, cachorro não em ninguém, tem só eu e eu vou ficar com os cachorros”. O atendimento na Associação era tenebroso (...) as portas não se abriam todos dias nem uma vez por semana. Era só em campanha do agasalho. Onde eu peguei eu to até hoje (...) e o presidente, claro veio comigo. Ele era novinho (Moradora 2).

Eu sou moradora a 15 anos do bairro (...) já saí do bairro, já voltei, já morei em tudo quanto é rua do bairro, todas são boas (...) trabalho dentro da associação como voluntária, já fui da diretoria, não sou mais, agora sou voluntária (...) muitas pessoas perguntas da história do bairro né, e quando a gente conta, as pessoas assim, “bah mas não parece que isso aqui era combros e água”, mas era (...) então eu acho assim, pro bairro que iniciou da forma como que tinha iniciado, totalmente mal, né (...) mesmo me mudando de casa eu não me mudo de bairro, mudo de terreno, de casa, mas de bairro não (Moradora 1) .

Posso dizer que geralmente sou morador da Castelo Branco II há 15 anos, por que eu tenho um terreno que faz frente, que pertence a Castelo II (...) sempre participei de todas as lutas do bairro (...) participei do primeiro grupo que se chamava geralmente, que se chamava Grupo Comunitário Dois Bairros (...) não existia a Associação, não existia nada (...) pra gente pegar um ônibus e ir pra firma tinha uma estrada batidinha, ia lá na garagem da Benfica, ia lá na São João (,,) naquele tempo era ônibus da Xavante, pegava, mais adiante quebrava, pegava outro (...) não tinha comunicação, não tinha telefone, aqui não tinha luz, aqui não tinha nada (...) geralmente ali o povo se organizava pra poder ter as primeiras coisas que era as 03 bicas (...) bem agora eu vou falar de como o povo vivia nesse tempo, o primeiro esporte que viviam era uma canchinha de carreira, era o primeiro divertimento (...) depois foi um time de futebol que

tem até hoje que foi o Pai João, que começou na Rua I (...) a partir daquele momento as pessoas se organizaram, tinha também ali o barzinho, barzinho Roda de Carreta que saía ali um bailezinho todos fins de semana, que as vezes eu participava, tinha também de início, lá na ponta um barzinho, não me lembro o nome do bar, onde tinha ... muitas pessoas tocavam violão, outras cantavam quer dizer que tinha vários pontos (...) naquele período o pessoal era muito pobre (...) eles viviam de doação, eles viviam de se organizar, (...) foi onde veio a luta, da luz, da água e depois de um bocado de tempo foi feito a Central de Movimentos Popular, foi trazido pelo companheiro presidente é (...) as reuniões que faziam lá na minha casa, foi um troço muito importante, houve muita luta (morador 4).

Eu moro a mais ou menos 12 anos no Bairro (...) na época a gente não tinha luz, a água encanada era na beira da esquina (...) na época a gente saía de velinha, o pessoal, todos os moradores, fazendo caminhada reivindicando a luz (...) na época também enchia de água, alagava mesmo (...) era agente de saúde na época, ia trabalhar com água até o joelho (...) quartas feiras eram as reuniões e eu ficava toda molhada e tinha que esperar toda a reunião pra vim pra casa trocar de roupa (...) foi uma grande batalha, foi difícil morar aqui, foi difícil, muito mesmo (moradora 5)

O Círculo de Cultura, intencionalmente, reuniu não apenas parte do coletivo de trabalhadores que compõe a Associação de Moradores, mas também antigos moradores que compareceram para falar da forma como sobre essa base material produziram suas histórias que é também a história do Bairro Castelo Branco II.

Contam que quando aqui chegaram há aproximadamente quinze anos “aqui não tinha nada”, “isso aqui era combro e água”, “era agente de saúde na época, ia trabalhar com água até o joelho”, fatos que na maior parte das vezes levam os sujeitos ao conformismo, porém no caso serviram como forma de resistência na tentativa sobreviver na luta contra a adversidade.

As dificuldades foram muitas “da minha casa eu tinha só uma geladeira duplex” que “troquei por uma casinha pré-fabricada pequeninha” onde “não coube o guarda-roupa”, “comprei uma lona e fiz uma cozinha de plástico”. Como tentativa de resistência serviu para que criassem outras maneiras de viver e (con)viver utilizando a criatividade e tendo como horizonte a transformação, já que o Estado não cumpria seu papel de organizar a vida em sociedade dado seu esvaziamento que na época, teve origem na “caça aos marajás” astutamente proposta por Collor de Melo, além de desnudar sua situação de vulnerabilidade, independente dos problemas ambientais a que são submetidos.

“Naquele período o pessoal era muito pobre”, “eles viviam de doação, eles viviam de se organizar”, “não tinha luz, era vela (...) deram um lampião de liquinho, foi a D. Maria vereadora, ela nos acompanhou ali (...) o seu Celso da Aptafurg nos deu uma baita força (...) rádio me deram

um também”, “outro que ajudava muito era o seu Júlio, que tinha uma Kombi, aquela do PCdoB”.

Esta situação retrata como o desenvolvimento capitalista gerou os “marginalizados da cidadania/cidade” que vivem em situação de segregação social. Digo marginalizados tomando como referência Freire que entende a situação de marginalidade não como fruto de uma opção, mas como uma violência: “*Na verdade violentados, não se acham “fora de”. Encontram-se dentro da realidade social, como grupos ou classes dominadas, em relação de dependência com a classe dominante*” (1982, p. 47).

Já a pobreza é histórica, e como fato histórico foi sendo naturalizada, a ponto de tornar o pobre invisível aos olhos de grande parte da sociedade que não se compromete com sua situação porque não o enxerga. O fato de a pobreza parecer natural transforma-a em um fato social, transfere a responsabilidade da busca de sua solução às diferentes esferas do Estado que devem responder gerando empregos, como se sua marginalidade do sistema produtivo resultasse de opção ou vocação a malandragem. O contraditório é que do ponto de vista da economia de mercado são considerados “seres sobrantes” não sendo objeto desta política pública. Dessa forma naturalizada a pobreza como categoria genérica não incomoda, porém assume outra conotação quando se trata de pobre com nome e endereço, com identidade. Estes, ao contrário dos pobres invisíveis causam medo à ordem instituída quando rompem com a naturalização adquirindo visibilidade social, criando espaços de participação, de reivindicação de direitos e buscando o livre acesso aos bens mais elementares socialmente produzidos. Do ponto de vista político sua organização e as interações com outras instituições ao ganhar expressividade, por sua aglutinação e mobilização, propiciou que se constituíssem como uma força social, capaz de dar-lhes visibilidade e ao mesmo tempo torná-los um problema social já que a representação que a sociedade criou em seu imaginário é a de que são perigosos e transgressores da ordem. Além disso, a situação de pobreza que são obrigados a viver é um atentado contra a vida, morrem um pouquinho a cada dia, morte lenta, por falta de alimento, de assistência médica, de condições mínimas para a conservação de seu único bem, a vida.

O fato de viverem de doações pode indicar que se tornaram objeto de uma prática assistencialista, na realidade, porém as doações respondiam a satisfação das suas necessidades mais imediatas de sobrevivência. Como assistência provisória a intenção desse apoio externo foi de pelo ato solidário superar a vulnerabilidade, além de representar a preocupação cotidiana com o outro, a quebra do egoísmo e do individualismo próprios desse modo de produção. Na vida cotidiana, espaço de criação e construção diária do “saber de experiência feito” (Freire, 1987). A solidariedade foi uma referência permanente nas suas relações interpessoais, fazendo do ato solidário um princípio ético e da solidariedade um valor.

A ausência do mínimo necessário ao atendimento das suas necessidades era uma constante,

“naquele tempo era ônibus da Xavante, pegava, mais adiante quebrava, pegava outro”, “não tinha comunicação, não tinha telefone, aqui não tinha luz, aqui não tinha nada” e “o povo se organizava pra poder ter as primeiras coisas que era as três bicas”, “foi onde veio a luta da luz e da água”, “a gente saía de velinha (...) todos os moradores fazendo caminhada e reivindicando luz”.

A reprodução da segregação dos espaços da cidade para os sujeitos da ocupação refletiu também na estrutura urbana deficitária, ou melhor, inexistente, sendo que o diferencial desta ocupação se deu pelos elementos constitutivos de sua ação coletiva, quais sejam: organização com visibilidade social e liderança (intelectuais orgânicos), objetivos claros das prioridades no que tange a satisfação de suas necessidades necessárias e articulação política com os Sindicatos, com a classe política, com a Universidade, com as Pastorais, com outros movimentos sociais especialmente com a CMP – Central dos Movimentos Populares¹². Isto é, o ser humano como produto e produtor do meio se constitui pelas relações sociais que vivencia, mas a produção do seu ambiente (natural e social) está condicionada a determinantes sócio-históricos que não escolheu.

“Falar de como o povo vivia neste tempo” implica falar das relações objetivas e subjetivas que coletivamente construíam na intersubjetividade,

¹² A Central dos Movimentos Populares é uma entidade nacional criada em 1993, após vários encontros e discussões entre os movimentos populares especialmente de bairros voltados para a luta pela moradia e as questões da cidadania, articulado as tendências políticas da CUT e do Partido dos Trabalhadores (Gohn, 0000).

“o primeiro esporte ... era uma canchinha de carreira, o primeiro divertimento”, “depois foi um time de futebol que tem até hoje”, “tinha também ali o barzinho Roda de Carreta ... ali saia um bailezinho todo fim de semana (...) tinha de início, lá na ponta, um barzinho onde muitas pessoas tocavam violão, outras cantavam.”

o que confirma que há sempre uma margem de liberdade em todas as determinações.

3.1.3. Terceiro Quadro da Memória

O Terceiro Quadro da Memória apresenta o movimento endógeno do bairro em constituição com suas especificidades onde a vida cotidiana é constituída no movimento por momentos de continuidade, ruptura e superação.

QUEM SABE FAZ A HORA NÃO ESPERA ACONTECER

As pessoas tem uma visão errada do que era isso daqui, a universidade também conta uma história muito errada a respeito daqui (...) quando vieram as famílias da Aliança da Bahia pra cá já tinha um ano quase morando famílias aqui dentro, nós já estávamos aqui, isso aqui começou em março de 95 (...) foi denominada uma grande organização (...) veio um monte de família (...) no Dia do trabalhador foi dada uma grande assembleia e foi dada a fundação oficial do Bairro Castelo Branco II (...) quase 300 famílias aqui (...) só um ano depois, em abril de 96 é que as famílias da Aliança da Bahia foram despejadas e vieram pra cá (...) vieram duzentas e sessenta e poucas famílias. Aí a prefeitura ampliou a infraestrutura que aqui era precária (...) e a prefeitura veio pra cá abrir ruas pra tirar as famílias correndo (...) fez um acordão com a seguradora que já tinha ganho um monte de privilégios (...) não é que eles tivessem preocupados com as famílias mas pra entregar a área para a seguradora tinham que preparar melhor aqui (...) se juntou nós que estávamos aqui com o pessoal lá da Aliança da Bahia e se criou a Associação de Moradores do Bairro Castelo branco II no dia 23 de junho de 1996 sob a qual eu encabei a chapa junto, de vice-presidente (...) aqui começou oficialmente em 95 (...) Eles começaram a botar infraestrutura aqui depois do acordão que o Marco Antônio fez com a Aliança da Bahia, pra tirar eles de lá (...) eles tavam com os impostos atrasados desde 1960 (...) nesse acordão entrava a infraestrutura e começaram de pau a arrumar isso aqui (...) essa avenida principal que é asfaltada, ela divide o bairro, bem no meio do bairro, e dessa avenida prá lá já tinha famílias morando (...) a luz foi feita em três etapas (...) tendo eu assumido a presidência dia 08 de novembro de 1997 pela primeira vez com mil problemas dentro do bairro (...) e ficando com mais três componentes (...) eu tava com 52 quilos (...) então a gente começou a luta, a ir pra rua fazer passeata. Conseguimos finalizar a obra da eletrificação e a questão da água (...) Mas isso não digo o o presidente mas a comunidade, o povo que foi pra rua lutar, o povo que se manifestou, porque a gente não deve querer a paternidade das coisas (...) associar as coisas a um coletivo e esse coletivo foi pra rua e fez a diferença (...) Por que aqui ficou com apelido Castelo Branco II, porque isso aqui não tem nome, né? Por que fica do lado da Castelo Branco, porque tinha uma planta e tinha projeção de dar sequencia no loteamento pra cá, tinha a projeção (...) aí os movimentos descobriram essa projeção e por iniciativa popular seguiram os mesmos moldes (...) ruas grandes com 20 metros, as pequenas com 10, espaço pra praça e ocuparam, e tiveram fortes rejeições da Castelo Branco li, da I, principalmente da Associação (...) a gente foi colocado como vândalos, pessoas baderneiras,

que queriam fazer esculhambação, de beberagens (...) eles viram que não tinha mais jeito mesmo e o que vamos fazer? Vamos tomar conta da Castelo Branco (...) eles criaram a associação de moradores única, pegaram representantes daqui, que era o seu Ismair, o Índio e montaram a associação dos moradores que já tinha, já era instituída, só que administrando aqui também, era um só presidente (...) daí que o setor nosso dos movimentos popular, descontente porque a gente vinha de luta e a gente não admitiu (...) houve resistência muito grande (...) devido ao descontentamento nosso nós peguemos e batemos pé, e na época procuramos o escritório de um advogado parceiro e fundamos a Associação do Bairro Castelo Branco II, no dia 23 de junho de 1996, montemos uma chapa, organizemos o grupo aqui embora eles já tenham feito eleição e colocado o seu Ismair de presidente, a gente fez resistência forte e manteve a associação e indo pra rua, fazendo passeata (...) tivemos acampados na frente da prefeitura por 3 ocasiões, eu por duas, porque não tinha água, não tinha infraestrutura, não tinha luz (...) a primeira vez eu não participei porque foi uma passeata específica do pessoal da Aliança da Bahia, quando soube fui lá, visitei mas não fiquei (...) da segunda eu já participei do processo de organização e da terceira também (...) então a Associação de Moradores começou a pegar legitimidade com a população, a população começou a comentar (presidente).

Os primeiros moradores, que com os outros foram habitantes, foi algum da Castelo I que vinha aqui marcava um terreno, fazia uma casinha e vendia, vinha outro (...) depois veio a turma da Aliança da Bahia começou a organizar, simplesmente este bairro, porque o povo se ajuntaram, fizeram passeata, eu participei de duas, houve três, na frente da prefeitura (...) por água e luz (eu achei muito importante, nesse momento os moradores foram incentivados, todos que vieram se juntaram aos companheiros que eram o organizador do movimento, eles tiveram muita luta, muita dificuldade pra transportar esse povo até a frente da prefeitura (...) foi apoiado pelos movimentos e sindicatos (...) geralmente e ali o povo se organizava pra poder ter as primeiras coisas (...) nesse tempo eu era da URAB – União Rio-Grandina de Associações de Bairro - , nesse tempo o presidente da Castelo era um companheiro que mandou muito contra (...) porque ele queria ser o dono de tudo (...) nesse tempo o presidente não era presidente do bairro, aí organizou uma chapa, foi pra rua e organizou com carro de som, sensibilizando o pessoal (...) Geralmente porque o Bairro Castelo Branco foi um projeto do Rubens Emil Correa, era um loteamento que tinha quatro morador e quando eu cheguei lá, de São José do Norte, eu acampeei na rua E (...) aí o que aconteceu, alguns moradores do Bairro Castelo Branco I começaram a se apossar deste bairro aqui, como eu também fiquei com um terreno do lado de cá, e foram indo, foram marcando os bairro, (...) mas era tudo uma Associação só, aí veio a turma da Aliança da Bahia (...) (...) depois foi feita a luta da associação, que eu me lembro que aqui tinha um monte de tijolo, mas não tinha o espaço, não sei se foi o presidente que arrumou (...) depois foi feita a luta daquela igreja ali, São Carmo (...) esse bairro foi fortificado com a turma da Aliança da Bahia porque antes eram pessoas que entravam, ocupavam o terreno e vendiam, marcava outro e vendiam, era assim, e as vezes o mesmo morador ocupava várias moradias (morador x)

Depois que a Aliança da Bahia veio, já não acontecia mais assim aquela união (...) que começaram a construir aqui a Associação foi também com a Furg (...) primeiro sei que tava só uma cruz aqui (...) eu sei que tava um de alemão da Castelo I, eu sei que ele queria pegar isso aqui, andava em guerra com o presidente por causa disso (...) aí veio uns negrão marginal que queriam pegar os terrenos (...) eu saí correndo porque eu sabia que a gente do PT tava pra lá, saí correndo e encontrei (...) aí eu sei lá como, eu sei que arrumaram, a Furg, o professor Sírio construindo, levantando parede, de mutirão (...) (...) eu digo se isso aqui está assim devemos muito a Furg (...) a antiga presidente não queria a Furg aqui (...) dizia que eles estavam de olho pra pegar os terrenos pra construir moradia para os estudantes (...) o vereador pegou a pá e começou a abrir valeta mesmo... (...) mas esse homem saiu tão brabo que quando passou o valetão caiu com o carro na valeta (...) fizeram um comício mentindo, dizendo que tinha sido eles que tinham arrumado, saiu no jornal isso aí (...) o presidente e a Nice foram até lá na ponta e terminaram com o comício do vereador da direita (...) mas eu não esqueço que foi a gente do PT e do PC do B foi essa gente que nos deu força (...) pode doer em quem doer eu consegui a minha casa com o apoio da esquerda (moradora 2)

Ao não buscar a razão de ser das coisas, o seu fundamento, o risco é conferir estatuto de verdade a um fato pela quantidade de vezes que o mesmo é ouvido e repetido, o que se aplica em relação à constituição do Bairro Castelo Branco II e conseqüentemente da Associação de Moradores. Os fatos não devem ser ajustados às representações construídas sobre eles, ao contrário, a representação para ter estatuto de verdade deve estar de acordo com a realidade objetiva. Porém, a verdade não existe por si mesma, o ser humano não tem poderes sobre ela e embora possa modificar a realidade circundante e modificar suas condições de vida não pode modificar a verdade porque ela reflete o objetivo existente. A reconstituição histórica mostra que “as pessoas tem uma visão errada do que era isto daqui, a universidade também conta uma história muito errada a respeito daqui”, os trabalhos acadêmicos que tive oportunidade de manusear, e também eu, representamos e reproduzimos uma situação não verdadeira sobre a constituição do Bairro, segundo os primeiros moradores.

“Isso aqui começou em março de 95, no Dia do Trabalhador foi dada uma grande assembleia e foi dada a fundação oficial do Bairro Castelo Branco II”,

com

“quase trezentas famílias aqui” (...) só um ano depois, em abril de 96 é que as famílias da Aliança da Bahia foram despejadas e vieram prá cá, vieram duzentas e sessenta e poucas famílias”.

Há, portanto, uma dimensão fundamental no processo de constituição do bairro, que vincula a singularidade e a individualidade de cada “ocupante” à trajetória histórica do bairro tornando-o sujeito desta história, constituído e constituinte nela e por ela, história essa que pelo movimento conjunto se constitui a história do coletivo. Este processo metabólico (natureza x “ocupantes”) tem início quando começam a produzir seus bens materiais e espirituais, quando instituem seu modo de produção.

Os sujeitos na sua singularidade e individualidade têm necessidades subjetivas e objetivas heterogêneas, conflitantes. Referenciada em Molon, o singular no sujeito é visto como “uma conjugação que envolve elementos de convergência e divergência, semelhança e diferença, aproximação e afastamento em relação ao outro” (1999, p.70) e o individual uma construção social, sendo que

o sujeito se constitui dessas tensões e sínteses. Os sujeitos “ocupantes” assim constituídos manifestam necessidades diferenciadas, conflitantes, que se materializam nas suas atitudes, e apesar de compor o mesmo coletivo, expressam posições antagônicas. Alguns, apesar da mesma situação de marginalidade ainda conservam e “hospedam o germe do opressor” (FREIRE, 1987) – no caso o modo de produzir sua existência pautada na forma capitalista de ser e pensar naturalizando assim a atitude daquele que

“vinha aqui, marcava um terreno, fazia uma casinha e vendia, vinha outro (...) alguns moradores do Bairro Castelo Branco I começaram a se apossar deste bairro aqui como eu, também fiquei com um terreno do lado de cá”

o que caracteriza especulação imobiliária já que o terreno deixa de ter valor de uso quando mercantilizado e passa a ter valor de troca, relacionando esta ação ao processo de apropriação da renda da terra. Outros que não são seus hospedeiros porque dialeticamente superaram essa contradição, indignam-se com a atitude não compactuando e denunciando essa forma de ação,

“eu sei que tava um alemão da Castelo I que queria pegar isso aqui, andava em guerra com o presidente por causa disso (...) aí veio um negrão marginal que queria pegar os terrenos, aí eu saí correndo porque sabia que a gente do PT estava lá”

Isto é, foi buscar auxílio junto àqueles que pensam que a transformação é possível. Estes entendimentos opostos precisam ser compreendidos como contrários interdependentes que formam a unidade da vida social e por suas histórias estão ligados e em ação recíproca.

Pelo relato constante do quadro acima, a transferência das famílias que ocupavam o terreno de propriedade da Aliança da Bahia para o Bairro Castelo Branco II foi resultante de um “acordão com a seguradora, que já tinha ganho um monte de privilégios”, “acordão” este, segundo os moradores, feito pelo poder público municipal que se comprometia com a infraestrutura do bairro, o que está ainda sendo cumprido a conta-gotas e sob pressão popular,

“a gente começou a luta, a ir pra rua fazer passeata, ... tivemos acampados em frente a prefeitura por três ocasiões, porque não tinha água, não tinha infraestrutura, não tinha luz”,

O que demonstra que apesar do compromisso assumido o governo municipal não foi capaz de distribuir de forma igualitária sua proteção nesta mediação surgida a partir de interesses de classe. Quero dizer que a municipalidade como “ser Estado” não representou o interesse universal, e ao defender interesses particulares de parte da sociedade, (Aliança da Bahia) como se fossem interesses gerais converteu interesses privados em interesse público colocando-se como governo de uma classe (a dominante) e desse modo assegurando e mantendo a produção das relações sociais de produção capitalista. As relações de produção ligam os “ocupantes” ao processo produtivo, em uma relação dialética, em que o movimento de seu desenvolvimento ocorre através da contradição que define este modo de produção e, sob esta ótica não poderia ter sido outra a posição do poder público municipal.

A situação dos moradores a partir de 1º de maio de 95, quando foi oficialmente constituído o Bairro Castelo Branco II envolveu conflitos entre os moradores nativos, as famílias que foram colocadas ali pelo poder público municipal com a promessa de infraestrutura que não se efetivou naturalmente e destes com os moradores do Bairro Castelo Branco I, dos quais tiveram

“fortes rejeições, principalmente da Associação de Moradores (...) a gente foi colocado como vândalos, baderneiros, que queriam fazer esculhambação, de beberagens”

em razão do que decidiram “tomar conta da Castelo Branco II” criando uma “associação de moradores única com representante daqui que era o seu Ismair” com só um presidente que administraria tudo. Indignados com essa situação “o setor nosso, dos movimentos popular, descontente porque a gente vinha de muita luta não admitiu” ser conduzido por pessoas que tinham esse juízo de valor sobre eles,

“houve resistência muito grande e devido ao descontentamento nosso (...) procuramos o escritório do Alexandre Lindenmeyer e fundamos a Associação do Bairro Castelo Branco II, no dia 23 de junho de 1996, montemos uma chapa, organizemos o grupo aqui”.

Assim, na luta constituída a Associação de Moradores começou a organizar o bairro

“porque o povo se ajuntaram, fizeram passeata, eu participei de duas, na frente da prefeitura, por água e luz, os moradores foram incentivados, todos que vieram se juntaram aos companheiros que eram o organizador do movimento”,

Um morador relata que “nesse tempo eu era da URAB – União Rio-Grandina de Associações de Bairro, nesse tempo o presidente da Castelo era um companheiro que mandou muito contra, porque ele queria ser o dono de tudo”. O “companheiro presidente” na realidade era uma mulher e em outros depoimentos foi explicitado que nesse período a Associação nunca se encontrava aberta para atender a população. Fato constatado também por Silveira (2005, p. 91) ao assim se manifestar:

Segundo entrevistados, a Associação de Moradores está sempre fechada e torna-se difícil até mesmo contatar a presidente. Isto, entretanto não tem impedido que a Associação funcione em benefício dos parentes e amigos da referida liderança. Tal fato foi salientado por alguns moradores beneficiados com a doação de “sacolões” de alimentos, aterros, agasalhos e outras concessões (principalmente durante o período em que está em jogo a reeleição destas lideranças).

Silveira (2005) ao relatar as estratégias de sobrevivência dos moradores do Bairro Castelo Branco II ressalta que material de construção, aterros e alimentos eram obtidos através do assistencialismo público, que a presidente divide de forma clientelista. Segundo a autora esses benefícios eram destinados “em primeiro lugar aos amigos e parentes... e de forma geral, seus aliados políticos e da própria administração municipal”. Salienta ainda:

Estas práticas combinam-se ao desvio de recursos públicos, que deveriam ser utilizados em obras coletivas, veja-se, por exemplo, o caso do desvio de verbas que deveriam ser utilizados na construção de uma creche e que acabou sendo utilizada na construção da casa da filha da presidente do bairro (p.66).

Os relatos confirmam esta visão da figura da presidenta,

“a presidenta não queria a Furg aqui (...) dizia que eles estavam de olho pra pegar os terrenos pra construir moradia para os estudantes” até se via “o professor Sírio construindo, levantando parede, de mutirão”,

Fato que não deveria agradar a presidenta que possuía suas raízes nos partidos de sustentação da municipalidade, o fato é que aproveitaram o movimento do bairro e

“fizeram um comício mentindo, dizendo que tinha sido eles que tinham arrumado, saiu no jornal isso aí (...) o presidente e uma trabalhadora social foram até lá na ponta e terminaram com o comício do Kanelão”.

Enquanto falavam alguns participantes, por razões óbvias, mencionaram que na realidade não importa mais agora quem ajudou, sentindo-se reconfortados quando souberam que o material seria editado e que alguns episódios de fala seriam suprimidos do vídeo comemorativo aos “15 anos da Castelo Branco II”, porém os posicionamentos políticos divergentes continuaram na tônica das falas,

“não esqueço que foi a gente do PT e do PCdoB foi essa gente que nos deu força (...) pode doer em quem doer eu consegui a minha casa com o apoio da esquerda”

o que confirma que forças divergentes coexistiam e coexistem dentro do coletivo, o que os torna divergentes mas não antagônicos.

3.1.4. Quarto Quadro da Memória

O Quarto Quadro da Memória foca as “brechas históricas” criadas por seu movimento contestatório e de lutas coletivas, comporta dialeticamente o entendimento das contradições da realidade e a organização coletiva gerada pelo pertencimento a esse espaço coletivo de resistência além da satisfação pelo cumprimento de algumas metas.

O TEMPO NÃO PARA

Eu acho a Associação importante, seja lá como for tá ruim ou não tá, qualquer coisa é na Associação, na Associação eu telefono, (...) no início o atendimento era tenebroso (...) eu acho comparado com os outros me parece que não tem nenhuma Associação que nem esta (...) quando taba esse negócio da ciclovia, que morria e morria gente ali na Socoowski (...) fizeram uma baita passeata, vai ver se não fizeram a ciclovia (...) eu estou contente em tá aqui porque mudou muito o bairro, o que pra nós tá atormentando é as drogas, e o que falta aqui, o que deveria ter é uma delegacia de polícia (gosto muito daqui, é o lugar que eu mais gostei de morar (...) pode ser que o pessoal daqui não tenha grandes culturas, mas são pessoas boas (...) declaração de amor ao bairro é a poesia que foi uma que eu fiz a muitos anos (,Moradora

2).

Hoje faço parte da diretoria da Associação, antes eu era apenas voluntário, quando vim pra cá vi que tinha alguma coisa diferente neste bairro, eu morava numa área do centro como se diz (...) já no primeiro dia eu gostei do movimento que era aqui dentro, da ajuda que era pros morador, e me integrei à equipe (...) eu vi a melhora do bairro pelos meus olhos (...) quando a gente fala o nome do presidente não quer dizer que é o presidente que faz tudo, o presidente é o coletivo, né, a equipe, através da Associação (...) a gente tá podendo ver o pessoal pagar o seu terreno, ser dono do seu próprio nariz (...) a Associação é sinônimo de como se fosse a prefeitura da cidade (...) eles falam muito bem daqui (...) vem participar dos projetos e recebem muita ajuda também (...) tem os projetos escolares, os reforços escolares (...) quando tem uma reunião a gente vai lá e tem uma obrigação de quem tá representando a comunidade (...) aqui quando chamam as pessoas vem na hora (...) então tem uma credibilidade enorme (...) virou sinônimo de orgulho morar aqui (...) antigamente tinham vergonha de falar que moravam na Castelo (...) tristeza pra nós é as drogas (...) com o apoio da de antigas e novas lideranças nós estamos tentando mudar a mente da população, a gente vai conseguir (...) O pessoal comenta pelo bairro a administração do presidente (...) ele é um guerreiro, é um guerreiro (...) foi nesse movimento que a Associação é referência em toda volta aqui (...) essa legalização dos terrenos, tem bairro com ciúmes do Bairro Castelo Branco II porque foi o primeiro a legalizar os terrenos (...) eu faz 4 anos que to na Castelo (...) eu não tenho vontade mais de ir embora com as coisas que eu tenho visto (...) uma dessas coisas que temos é a escola de samba que tá aqui hoje (...) A luta do presidente desde o início sempre foi trazer pra população não só onde morar, onde se alimentar, luz, água, é trazer um bem estar pra população (...) tudo é muito longe, as coisas são difícil, a população é muito pobre (...) e também melhorou a convivência com o pessoal (morador 4)

Sou moradora há 15 anos do bairro (...) uma coisa que me marcou (que osso bairro estava todo iluminado no final, mas a rua E não havia iluminação (...) só da S pra lá (...) aí o povo se mobilizaram pra ir atrás da luz (...) a mesma luta que tivemos que fazer com a água tivemos que fazer com a luz (...) a mesma luta foi com a água, (...) chamamos a RBS, fizemos uma reportagem prá ver se eles ligavam (...) trabalho dentro da Associação como voluntária, já fui da diretoria (...) depois que o presidente assumiu o bairro a melhoria do bairro foi 100% melhor (...) na Associação a gente não tinha com quem conversar (...) eu acho agora que com todas as vontade do presidente, que a gente se uniu com ele, temos mais lutas mas temos melhorias (...) tem aí várias lutas, muitas coisas, principalmente a situação das drogas (...) que aqui dentro é crítica (...) é uma coisa que foi tomando conta, tomando conta (...) tem muitas famílias que estão sendo destruídas por causa da droga, então essa é a maior luta do bairro (...) o presidente consegue internação prá fazer o tratamento e tudo o mais, mas tem outros que eles se inibem de vim procurar ajuda, eles tem medo ou vergonha (...) pra nós o mais urgente seria o esgoto (...) a gente não tinha como conviver com o pessoal (...) era muita crítica porque a outra presidente nunca tinha abrido as portas da Associação (...) agora eles vem, compartilham com a gente. Que nem a festa de aniversário do bairro, o ano passado foi uma maravilha, esperamos que esse ano seja novamente (...) a antiga presidenta, tá, então teve uma época que teve uma divisão porque ela achava assim, que nós tava pro lado de lá, que nós tava dividindo o bairro, mas quem tava dividindo era ela, porque ela procurava fazer pro lado de cá que era onde tava a Aliança da Bahia e o lado de lá ela não queria saber (...) foi através da Furg que a gente tá onde tá hoje (moradora x).

Mas a gente “pegou” aqui (...) a gente conseguiu muita coisa através de luta de ajuda daqui e dali (...) ele é um cara guerreiro, lutou, conseguiu e acredito vai conseguir muita coisa ainda (...) eu adoro o meu bairro apesar de todas as coisas que eu já passe, hoje eu tenho água, tenho luz, hoje eu tenho a melhoria do bairro (...) já não saio com os pés todo alagado, já posso sair de sapato (...) claro vai ter que melhorar, tem muita coisa a ser feita, lógico (...) mas devido a tudo que a gente já passou é o de menos agora (...) a gente vai continuar caminhando até a gente ter uma vida digna (moradora 4).

Essa sede aqui era sempre fechada, aqui não tinha nada era tudo abandonado, quando o companheiro entrou pra cá foi que o troço começou a melhorar, começou a aparecer evento,

começou a aparecer projeto (...) o melhoramento das ruas, (...) o ponto da marginalização também existia muito foi um troço assim, pra pedir policiamento (...) as pessoas entram em religiões, hoje aquele que era marginal hoje já não é, hoje é um líder religiosos, tem família (...) aquilo que era a 15 anos atrás hoje é dos melhores bairros que nós temos na cidade (...) é o bairro que tem mais representação em todos os órgãos que participa, com os poucos companheiros que existe na Associação (...) a escola de samba que está se iniciando foi tudo com colaboração da organização desta população (morador 3).

Ao mostrar algumas vitórias da luta do movimento da Associação de Moradores a ideia é focar sua importância no contexto além de alguns aspectos de sua constituição.

Iniciam lembrando que “a gente conseguiu muita coisa através da luta” “fizeram uma baita passeata, vai ver se não fizeram a ciclovia”, o que envolveu não apenas questões técnicas e/ou econômicas pela municipalidade mas também o aspecto político da luta, da participação comunitária. São passagens que revelam a mudança que envolveu alguns aspectos da estrutura física do bairro, importantes porque “hoje já não saio com os pés todo alagados”, porém “tem muita coisa a ser feita, lógico” sendo que “para nós o mais importante seria o esgoto”.

Para os moradores “a Associação é sinônimo, de como se fosse a prefeitura da cidade”, “o pessoal comenta pelo bairro a administração do presidente; ele é um guerreiro, um guerreiro”. Já que depois que assumiu “o bairro melhorou em 100%”, “sua luta desde o início foi trazer para a população não só onde morar, onde se alimentar, luz, água” isto é a satisfação de suas necessidades fundamentais de sobrevivência, mas de busca também “trazer bem estar” o que “também melhorou a convivência”. Estas constatações revelam a singularidade do presidente e apontam que esse trabalhador social (como algumas vezes se autodenomina) se constitui em uma liderança natural, respeitada e admirada pelos que com ele compartilham os problemas cotidianos por sua visão estratégica da realidade e do alcance político e social de cada ação. Ressaltam que “quando a gente fala o nome do presidente não quer dizer que é o presidente que faz tudo, o presidente é o coletivo né, a equipe através da Associação”, o que se justifica pela forma como gerencia sua ação, tomando sempre as rédeas na condução dos fatos e determinando as tarefas a serem desenvolvidas.

Um dos moradores afirma admirado que “aquilo que era há 15 anos atrás hoje é um dos melhores bairros que nos temos na cidade”, é o bairro que tem “mais representação em todos os órgãos que participa com os poucos companheiros que existem na Associação”, fato que indica a incipiente participação comunitária em órgãos representativos e deliberativos do Estado e da sociedade como necessárias ao fortalecimento do movimento. Porém como o próprio constata existem “poucos companheiros” disponíveis à participação, o que sugere que o controle social apesar de necessário é uma quimera. Enquanto fenômeno político, a participação tem como finalidade ampliar os espaços de poder do coletivo de trabalhadores nos órgãos em que tem assento, influenciando com sua atuação nos processos decisórios sobre as questões que os afetam direta ou indiretamente. O tão desejado controle socioambiental das políticas públicas não prescinde da participação qualificada tanto na sua formulação, deliberação e fiscalização, o que se efetiva via representação em Conferências e/ou outros espaços que, na realidade analisada se mostrou restrito a um ou no máximo dois sujeitos coletivos, mesmo assim representando outras entidades/movimentos.

Sintetizando o que foi relatado no Círculo de Cultura, apresento um recorte das palavras do presidente à sua comunidade (anexo 10) na celebração dos festejos dos 15 anos do Bairro que expressa a realidade dessa luta histórica e aponta para sua continuidade:

“Uma das coisas que quero deixar registrado e que fique gravado no coração de cada um é que nunca podemos perder a nossa característica. O nosso foco é a luta e senos perder essa característica deixamos de ser moradores da Castelo Branco II. Temos dentro de nossos corações essa vontade incansável, essa força positiva, insistente, coerente e essa garra tremenda de botar a cara na rua contra as injustiças sociais, de defender a vida, por isso hoje fomos pra rua, defendendo nossas crianças contra as drogas, contra a violência doméstica, contra o descaso dos poderes públicos. Então comunidade, nunca vamos perder a esperança, nunca vamos deixar de lutar porque nós somos um povo marcado pela luta, e isso é o que faz a diferença da Castelo com relação a outros bairros. A gente tem que ter frequência senão a gente enferruja, nos queremos essa comunidade participativa, onde nos sejamos protagonistas de um outro projeto que o poder público local não tem muito interesse de defender mas nós temos. Não vamos cruzar os braços e fazer de conta que não é com nós a função da droga, a função da insegurança, que não é com nós a falta de saneamento básico, que não é com nós o problema do transporte coletivo. Temos empresa poluindo as nossas lagoas, deixando nossos pescadores desempregados. Não tivemos camarão este ano, eu pergunto será que esses poluentes que as empresas largam na lagoa tem fiscalização, será que existe pessoal pra fiscalizar e pra ver o que estão fazendo com o nosso meio ambiente, matando nossos peixes, nossas crianças com fome,

nossos trabalhadores desempregados. Isso tem que ter um basta e nós vamos estar na frente disso, fazendo a defesa pela vida, pelos direitos sociais, a defesa por um bairro socialmente justo, ambientalmente sustentável, é isso que nós queremos pra nossa comunidade. Muito obrigada pela presença da TV Furg, por essa universidade que tem sido nosso elo, nosso braço direito nas lutas e no desenvolvimento da nossa comunidade”.

4. ENCONTROS E CAMINHOS: tramando teoria, realidade e prática social.

4.1. Educação Popular Ambiental: no diálogo construindo a travessia¹³

É no sentido de travessia, de caminho que se constrói na caminhada, com todas as dúvidas e medos proporcionados pelo novo e impossibilita de prever *a priori* seus efeitos/resultados que busco detalhar meu entendimento de educação popular ambiental, tendo presente que outras vozes, com outros entendimentos poderão contribuir decisivamente nesta travessia. Tendo presente que como fenômeno material social a educação não existe fora da realidade objetiva, isto é, fora e independente da nossa consciência. E é essa compreensão da realidade que impõe a necessidade de ser qualificada e adjetivada.

O fato de iniciar esta trama tendo como fio condutor o campo da Educação Popular Ambiental – EPA não significa que seja este o foco do estudo. Porém, que sua importância é vital, como elemento mediador, por encontra-se sempre presente - direta ou indiretamente - na tessitura do caminho percorrido com o coletivo de trabalhadores socialmente organizados que compõe a Associação de Moradores do Bairro Castelo Branco II.

Assim, a EPA – Educação Popular Ambiental e a abordagem sócio-histórico – que compreende o sujeito através da sua atividade social e histórica e instituído a partir das suas relações sociais – constituem-se em pano de fundo para a apreensão da atividade do coletivo de trabalhadores, sujeitos da pesquisa.

A educação popular ambiental como nomenclatura e delimitação conceitual já se encontra presente como atividade educativa na REPEC- Red de Educación Popular y Ecología do CEAAL – Consejo de Educación de Adultos da América Latina (PERALTA 1992). Portanto as discussões que sustento não buscam torná-

¹³ No sentido dado por Freire de momento de conversão que se dá “na caminhada mesma, na marcha: no susto, no medo, na dúvida, na coragem, no desprendimento” Porém ele alerta “ninguém faz sua travessia em termos totais, porque ela não acontece simplesmente por um ato de vontade” (FREIRE, 1986, P. 81).

lo híbrido, como anomalia, mas no cruzamento fecundo analisá-lo como um campo educativo que conserva os elementos constitutivos de educação popular, da educação ambiental e da educação não-formal e tem como finalidade desenvolver na resistência a esse modelo societário o protagonismo e a emancipação dos sujeitos coletivos que sofrem os efeitos deste modelo de desenvolvimento econômico que busca escamotear suas conseqüências sociais e ambientais.

Reigota (1991) embora utilizando nomenclatura diferenciada -- Educação Ambiental Popular - aponta que ela cumpre os objetivos da educação ambiental indicados em Tbilisi (1977) e ratificados em 1987 na segunda Conferência Mundial em Moscou ao propicia em nível extraescolar a grupos social experiências sobre conhecimentos que oportunizem o envolvimento ativo em todos os níveis na resolução de problemas relacionados ao ambiente porque trabalha com a conscientização (*“adquirirem uma consciência”* textual). Também aponta Reigota sua vinculação com a educação não-formal ao entender que ela deva ser “realizada prioritariamente com os movimentos sociais, associações (...) procurando fornecer um salto qualitativo nas suas reivindicações políticas, econômicas e ecológica” (1991, p..37)

Ao colocar a educação popular ambiental à serviço das necessidades socioambientais dos sujeitos da pesquisa, busco resgatar o campo da educação popular ambiental como constituinte da área da educação.

Parto do entendimento que para trabalhar com sujeitos em situação de “vulnerabilidade socioambiental”¹⁴ em especial e com os movimentos populares em geral, a educação antes de ser popular, ambiental ou não-formal tem que ser entendida e praticada segundo os princípios da teoria educacional crítica, que são os princípios que fundamentam a educação popular, a educação ambiental e a educação não-formal em sua vertente transformadora, que é a que aqui se coloca.

¹⁴ Por estado de vulnerabilidade socioambiental, entendemos a situação de grupos específicos que se encontram: (1) em maior grau de dependência direta dos recursos naturais para produzir, trabalhar e melhorar as condições objetivas de vida; (2) excluídos do acesso aos bens públicos socialmente produzidos; e (3) ausentes da participação legítima em processos decisórios no que se refere à definição de políticas públicas que interferem na qualidade do ambiente em que se vive (LOUREIRO, AZAZIEL & FRANCA, 2003, p. 17).

Dialogar com a educação popular, a educação ambiental e a educação não-formal como campos educativos que se complementam nas necessidades dos sujeitos que dela se utilizam é ouvir a multiplicidade de suas vozes e olhar para o chão onde têm suas raízes. O que equivale a dizer que, estas modalidades educativas - como a educação em geral - são dependentes da intencionalidade de quem as propõe.

Mesmo que na maioria dos casos a EPA desenvolva as ações educativas em espaços não-formais de educação – igrejas, associações de bairro, ONGs, partidos políticos, espaços culturais, etc. –, apesar da aparente contradição, não deixam de ser ações em espaços educativos oferecidos pelas relações sociais capitalista às classes trabalhadoras, pois estão ao abrigo deste modo de produção. Estas ações, salvo raras exceções, são utilizadas para que os sujeitos mais instrumentalizados melhor reproduzam a dominação exercida pelo capital. Esta constatação remete a outro problema fundamental – que é a visão de mundo de quem educa e de quem educa o educador, discussão que, a princípio, a pesquisa não contempla.

O que sinaliza a necessidade de examinar as ações e projetos educativos apresentados à classe trabalhadora com o olhar carregado de suspeita epistemológica sobre seu real significado, que pode significar a perpetuação do posto ou um projeto socialmente transformador.

Em um breve recorte, é importante salientar que a história humana (ENGELS, 2004), a história da educação (ARANHA, 1996) a história da educação popular (TORRES, 1988) e a incipiente¹⁵ história da educação ambiental (LOUREIRO, 2004) podem ser compreendidas pela análise das condições com as quais os seres humanos se relacionam entre si e com o mundo natural para produzir e (re)produzir sua existência a partir da divisão social do trabalho e do movimento das classes sociais que se defrontam em função de interesses contraditórios (MARX, 1982). Esta é a razão pela qual ao discutir educação tomo o ser humano historicamente situado como sujeito da ação e da sua finalidade - posto que o fazer educativo se relaciona à formação humana no mundo - e, a

¹⁵ Em termos cronológicos mundiais, a primeira vez que se adotou o nome de Educação Ambiental foi em evento de educação promovido pela Universidade de Keele, no Reino Unido, no ano de 1965 (LOUREIRO, 2004, p. 69).

realidade concreta que o condiciona não como um simples adorno ou prolongamento, mas como elemento constituinte dessa relação filosófica educativa em que estão em jogo formas de apropriação do conhecimento e,

Sendo assim, impõe-se que tenhamos uma clara e lúcida compreensão de nossa ação, que envolve uma teoria, quer a saibamos ou não. Impõe-se que, em lugar da simples “doxa” em torno da ação que desenvolvemos alcancemos o “logos” de nossa ação. Isso é tarefa específica da reflexão filosófica. Cabe a esta reflexão incidir sobre a ação e desvelá-la em seus objetivos, em seus meios, em sua eficiência (FREIRE, 1997, p. 40).

Por isso, no modo de produção em curso, ao falar em educação na sua universalidade é perceptível a diversidade de discursos que apontam as diferentes intencionalidades de conceber e praticar a ação educativa. Algumas concepções são dominantes, porém, com objetivos, enfoques e estratégias diferenciadas, dependentes da visão de ser humano e de sociedade que desejamos alcançar, encontrando-se sua finalidade no núcleo “ser humano x natureza x sociedade”.

Permeada por convergências, divergências, complementaridades e pela ideologia dominante, as diferentes concepções educativas ao longo da história da educação, da educação popular, da educação ambiental e da educação não-formal guardam estreita relação com os movimentos sociais, políticos e econômicos presentes em cada tempo histórico.

A educação configura-se como atividade humana desenvolvida de forma intencional e diretiva por sujeitos em situação mediatizados pelo mundo, (FREIRE, 1997), em um determinado contexto social sendo através dessa atividade que o ser humano se produz e reproduz historicamente. Segundo Marx

A produção do indivíduo isolado fora da sociedade – uma raridade, que pode muito bem acontecer a um homem civilizado transportado por acaso para um lugar selvagem, mas levando consigo já dinamicamente, as forças da sociedade – é uma coisa tão absurda como o desenvolvimento da linguagem sem indivíduos que vivam juntos e falem entre si (MARX, 1990, p. 26).

O objetivo do processo educativo tem sido a produção, distribuição e consumo de seu produto – o conhecimento. O que gera as diferentes correntes

educativas é a intenção como este modo de produzir condiciona, interna ou externamente, o tecido social no processo de aquisição deste conhecimento.

Na sociedade dividida em classes a função organizativa do conhecimento tem sido prerrogativa dos interesses dominantes. Sua finalidade tem sido impedir a mudança do regime social e apesar do aparente movimento de tensão entre permanência e mudança, a mudança vem se mostrando apenas como um fenômeno de superfície, imutável em sua essência. Nesta lógica, o conhecimento torna-se um mecanismo de opressão de uma classe e libertação de outra. E a organização do seu conhecimento deixa de ser o lugar onde as forças dos trabalhadores em coletivo se multiplicam e passa a ser o lugar onde elas são neutralizadas por outras forças, orientadas em função de outros objetivos.

Para superar tais condicionamentos sócio-históricos e culturais é fundamental ao coletivo de trabalhadores, enquanto expressão da classe trabalhadora organizar-se coletivamente. Cabendo-lhes a tarefa de, ao planejar suas atividades direcionar sua ação educativa explicando a relação entre o conhecimento gerado e sua organização porque organização e conhecimento são entre outros, os meios necessários para a concretização de ações rumo à mudança no controle da sua atividade produtiva.

A mudança, caminho apontado por Paulo Freire talvez incomode aos que optam pela permanência desse modelo socioeducacional pela clareza com que explicita os fundamentos filosóficos do materialismo histórico em suas reflexões pedagógicas. Ao dialogar com ele (FREIRE, 1980), percebo a educação como uma atividade do conhecimento em que os seres humanos buscam uma aproximação crítica com a realidade, transitando dialeticamente entre o ato de denunciar a desumanização e anunciar a humanização da estrutura social alienante, o que é reflexo de um compromisso histórico. Nesse sentido a categoria da atividade – trabalho humano – é um estágio no desenvolvimento da teoria sócio-histórica e das forças produtivas. Porém Freire em sua obra alerta que a educação sozinha não transforma a sociedade, é o processo educativo levado a efeito na perspectiva crítica que transforma os seres humanos que com sua ação transformam a sociedade. O que não dá centralidade a mudança ou a permanência mas ao processo, que para ser transformador tem que ser radical .

O controle da atividade educativa não é um mal que deve ser evitado pelos trabalhadores coletivamente organizados, porém visto como indispensável à elevação da atividade educativa a níveis qualitativamente superiores, relativamente livres de alienação própria deste modo de produção capitalista. O que na concepção materialista indica a busca do sentido histórico da liberdade humana. O devir da vida em sociedade onde os trabalhadores em seus coletivos controlem as relações sociais e de produção, inclusive do conhecimento, ao invés de por elas serem determinados, sendo esse um dos pressupostos da educação popular como um dos instrumentos da disputa hegemônica¹⁶.

Cabe destacar que concepções, correntes e tendências podem ser recorrentes em diferentes momentos históricos por responderem a preocupações e/ou problemas atuais ou pela ineficácia dos modelos dominantes. Fato que me anima a resgatar a teoria educacional crítica que tem como pressupostos filosóficos a superação da consciência ingênua, a centralidade das categorias do trabalho, do diálogo e da práxis (como critério de verdade e origem do conhecimento) aliando-a aos campos da educação popular e da educação ambiental.

A concepção político-pedagógica da educação popular constituiu-se ao longo de sua trajetória, principalmente na América Latina, como alternativa ao pensamento pedagógico universal e como opção real de educação às camadas populares. A partir dos anos 50 e 60 do século passado sua prática expandiu-se agregando diferentes formas de tal sorte que pela generalização, toda ação educativa não oficial passou a ser/ter conotação de educação popular o que tem contribuído para estreitar seu horizonte teórico.

Para Torres (1988) essa pluralidade de posturas e concepções divergentes tem ao longo do tempo conservado alguns elementos comuns como o caráter político-pedagógico e os pressupostos: transformador, popular, processual, sistemático e democrático tendo como eixo condutor a perspectiva de mudança social. Ressalta que há diversos discursos sobre educação popular além de

¹⁶ Hegemonia é um conceito formulado por Gramsci (1891-1937) quando faz referência à relação entre sociedade civil e sociedade política para indicar que uma classe para ser também dirigente deve articular em torno de si um bloco de alianças sacrificando seus interesses materiais imediatos.

nesse campo coexistirem múltiplas práticas. Salaria ainda que enquanto prática pedagógica, o pedagógico em muitos casos se reduz ao metodológico que é encarado como apropriação e manejo de técnicas, reduzindo o educativo a aplicação de receitas.

Reduzir o método à técnica leva ao raciocínio simplista e muito utilizado de que todos, querendo, podem ser educadores populares bastando para tal que tenham vontade e compromisso social, além é claro de um “grande” manual de técnicas, o que tem sido recorrente na educação ambiental. Coloca em dúvida a qualidade pedagógica da educação popular e vai à contramão dos interesses dos coletivos de trabalhadores organizados. Esse fato é parte de um tema importante - a qualificação da educação – (seja no campo popular ou no campo ambiental) se a meta almejada aponta os trabalhadores como produtores de conhecimento. Vai de encontro aos interesses dos coletivos de trabalhadores não apenas porque eles merecem o melhor, mas pela complexidade da tarefa que se impõe de organizadamente, pela sua atividade, prover suas necessidades educativas tendo claro que é o projeto político contra-hegemônico que vai definir seu caráter popular.

A necessidade de qualificar sua atividade e conseqüentemente sua organização coletiva é mostrada por Jara como finalidade da educação popular. Para ele

A educação popular para estimular essa capacidade de apropriação científica da realidade, somente pode ser levada a cabo como uma tarefa sistemática que exige um rigor científico em seu planejamento e execução (JARA apud TORRES, 1988, p. 67).

Nesse sentido entendo a educação popular recorrente no contexto histórico atual como forma de valorizar os saberes tradicionais dos coletivos de trabalhadores aliados as suas experiências cotidianas na produção e apropriação de conhecimentos socialmente úteis à sua classe, mediados por suas necessidades coletivas e individuais, objetivas e subjetivas.

Pensar suas necessidades implica levar em consideração os movimentos presentes na sociedade oriundos do processo de globalização em curso, principalmente o desenvolvimento desenfreado das forças produtivas e a fluidez do capital que entre outros fatores tem gerado o que se convencionou denominar

de crise ecológica ou crise socioambiental o que vem tornando insustentável a realidade posta, não só aos coletivos organizados mas a vida no planeta. Esta chamada crise levou ao surgimento da educação ambiental como integradora das práticas educativas que tem por objeto as relações sociais e as questões que afetam ao ambiente natural, porque a questão social e a questão ecológica não são antagônicas, mas complementares. A degradação que atinge o meio natural afeta o meio social de forma recíproca, porque são produtoras e produto do mesmo modelo de desenvolvimento. Mas a crise afeta e penaliza de forma mais contundente os sujeitos que se encontram à margem das benesses que o capital proporciona e, ao atingir, preferencialmente uma classe social converte-se em uma crise de classe.

A educação ambiental, como integradora do ambiente social e do ambiente natural é necessária nesse momento de crise. Porém é importante constatar que seu surgimento se deu a partir de outra crise – a crise da educação genérica - que ao se restringir à grade curricular compartimentada engessou em diferentes áreas do conhecimento o social e o natural negando-se dessa forma a assumir a educação como formação omnilateral do ser humano, em cujo processo o natural e o social devem estar naturalmente presentes como naturalmente social e socialmente natural. Assim o que atualmente se designa por ambiental/ambiente foi se constituindo em seu resíduo (o que não absorvido pelo sistema educacional formal) até que o surgimento da atual crise (ecológica/ ambiental/socioambiental) em escala local, nacional e planetária passou a se constituir em um problema e a permear os debates tomando a dimensão de uma crise maior.

Dizer que a educação ambiental se constituiu a partir do resíduo do sistema educacional não significa negar que ela possui particularidades e se constitui com relativa autonomia, em um campo do conhecimento ligado a área da educação. Digo relativa autonomia porque suas práticas, metodologias, pressupostos filosóficos, políticos, psicológicos e sociológicos partem de uma raiz epistemológica: a educação. Embora a educação ambiental se utilize de conhecimentos oriundos das ciências naturais (ambiente natural) para exercer sua função integradora é da área da educação que provem a parte que mais

distingue e conforma sua natureza, inclusive na denominação que a constitui como educação.

Partindo deste entendimento constato a necessidade de promover um diálogo entre esses campos educativos – a educação não-formal, a educação popular e a educação ambiental - como forma de sustentar as necessidades educativas dos coletivos de trabalhadores organizados que se encontram em situação/estado de vulnerabilidade socioambiental.

O que aponta a possibilidade de pensar a educação não-formal e a educação ambiental como expressão da educação popular por nutrirem-se da mesma raiz epistemológica crítica, e permite falar em educação popular ambiental a partir dos pressupostos presentes no materialismo histórico perpassado pelo pensamento educativo de Paulo Freire.

Com esse suporte a educação popular ambiental vem se configurando como uma teoria do conhecimento de natureza dialética que tem o diálogo como dimensão central na busca de novos horizontes/enfoques, de tal sorte que se constitui em uma arma (Brandão – luta com a palavra) para a ação social transformadora.

A educação popular ambiental se constitui pelo diálogo entre os três campos já citados, que se imbricaram, comprometidamente, com a diretividade e a intencionalidade pedagógica presentes na teoria crítica em que o diálogo, mais do que uma necessidade é um desafio à problematização. O que leva a refletir sobre suas possibilidades e limites se a entendemos como “uma forma de intervenção no mundo” (FREIRE, 1996) seja ele o físico, o psíquico ou o biossocial.

A problematização responde a essência de seu ser que é a intencionalidade. A intencionalidade está na capacidade de ao ad-mirar¹⁷ o mundo dele tomar distância para analisar criticamente à realidade socioambiental que condiciona, mas não determina as relações do ser humano com seu mundo social e/o natural, negando as posturas fatalistas presentes na realidade que ele próprio (ser humano) criou no movimento de sua ação e que se encontram cristalizadas.

¹⁷ Para Freire (1977, p.31) Ad-mirar o mundo, ” a realidade significa objetivá-la, apreendê-la como campo de sua ação e reflexão. Significa penetrá-la, cada vez mais lucidamente, para descobrir as inter-relações verdadeiras dos fatos percebidos”.

Para que a diretividade e a intencionalidade pedagógica não sejam assumidas de forma prescritiva, sua existência deve ser reconhecida em todas as práticas educativas da educação popular ambiental, cabendo assumi-las enquanto politicidade, enquanto ação humana a serviço da transformação.

A educação popular ambiental possibilita ainda o entendimento do ambiente como o espaço onde se dá a vida cotidiana, o encontro com a natureza e a convivência dos grupos humanos, por isso mesmo não divorciado da esfera política como atividade tipicamente humana. Reafirmar a importância da ação no contexto social é possibilitar que os coletivos organizados se percebam como históricos e da práxis em seu papel social de transformador.

A natureza política da educação popular ambiental, antes mesmo de sua especificidade pedagógica, técnica e didática é sua natureza socioambiental, portanto, as reflexões teóricas da práxis educativa necessitam andar junto com as reflexões da práxis social mais ampla. O que sinaliza que como seres políticos é imperativo discutir e aprofundar questões sobre o pensamento hegemônico que ditam posições predominantemente de classe e empreender ações que superem os condicionamentos e as determinações estruturais do ambiente social que refletem no natural e vice-versa.

Nesse sentido, a educação popular ambiental não pode ser vista como simples mudança de comportamento senão como movimento rumo à mudança de atitudes e valores que capacitem à ação social transformadora. Sua qualidade política caminha na direção de despertar a criticidade, a autonomia, a participação, a equidade e o controle social tanto das forças produtivas como da natureza. O que é um grande desafio uma vez que esta intencionalidade é própria de uma educação revolucionária que o coletivo de trabalhadores não recebeu em suas experiências educativas porque .pautadas na pedagogia para o oprimido.

Importante frisar que a educação popular ambiental como ação política é uma atividade presente na prática social, nutre-se da diretividade do discurso e da ação prática que também é educativa, e da intencionalidade pedagógica para cumprir a tarefa de formação plena do ser humano partilhando e criando saberes socioambientais para muito além de conhecimentos técnicos e ecossistêmicos. Nesse sentido, no fazer educativo da educação popular ambiental os conceitos de

diretividade e intencionalidade podem ser vistos como pares dialéticos, em que a diretividade trabalha com o plano material e a intencionalidade com o plano simbólico como possibilidade de dar importância à base material (Layrargues, 2006).

Além disso, a educação popular ambiental busca a transformação das relações dos seres humanos entre si e com o ambiente no sentido histórico, por isso não pode ser consensual nem estar a serviço da ocultação, mas do desvelamento da realidade. Sua finalidade é criar as condições e possibilidades de intervenção dos coletivos organizados na realidade objetiva opondo-se as formas de dominação que inviabilizam a educação, a sociedade e a manutenção/utilização dos bens naturais para todos.

O processo educativo deve trabalhar o entendimento de ambiente como um par dialético constituído pelo social e pelo natural como interdependentes e necessários. Que só existem em relação com o outro e de onde provêm os problemas que os coletivos de trabalhadores estão submetidos diariamente, seja em função de preconceitos ou das desigualdades socioeconômicas seja em função dos riscos ocasionados pela degradação/exaustão do ambiente natural que tem sua origem na dinâmica do atual modelo social. O que pode contribuir para que, coletivamente organizados, selecionem seus valores ambientais e atuem nos processos de mudança e de ação sobre/com/para o ambiente, o que está intimamente relacionado com a cultura política, com o reconhecimento dos conflitos e com a capacidade de articulados, negociarem pactos/acordos provisórios em torno dos interesses que circulam em cada situação que vivenciam. A capacidade de produzir e (re)produzir conhecimentos ambientais para si é o que vai potencializar a abrangência de suas ações ao mobilizar a capacidade de optar, de decidir, de escolher.

Os coletivos de trabalhadores ao exercerem sua liberdade de escolha não mudam apenas o mundo, mudam sua posição diante do mundo. Refiro-me aos seus saberes ambientais constituintes como oriundos das relações que mantêm com o mundo natural e social, entre si como coletivos organizados e consigo como seres portadores de uma cultura universal que em um determinado tempo/espço ao dialogar com a educação popular ambiental são (re)significados.

Esse movimento coletivo e individual de aprendizagens vai potencializar a busca pela qualidade do ambiente, natural e social, para si e para os outros seres humanos com quem compartilham o planeta, refletindo na amplitude da sua prática social.

Prática entendida como atividade objetiva, como processo material da vida humana referente à totalidade das atividades materiais desenvolvidas no processo social e não a atividades individuais e pontuais. A prática social implica participação na vida social, política, econômica, ambiental, na luta de classes/grupos pela transformação das estruturas e das instituições, implica em articulação social e é também a base do conhecimento.

A educação popular ambiental entendida como uma forma de intervenção no mundo se constitui em uma ferramenta indispensável aos coletivos de trabalhadores quando na sua vida cotidiana se deparam com as mazelas da realidade socioambiental. Ao perceberem que elas são resultantes de situações e relações constituídas por um modo de produção hegemônico que promove um modelo social e de desenvolvimento determinado por relações sociais, econômicas e de poder que os deixam à margem, porque não satisfazem às suas necessidades, buscam a transformação desse modelo. E a transformação só poderá se concretizar qualificando a prática social que desenvolvem.

Porém, a qualidade não é um em si, resulta em uma nova etapa de desenvolvimento só possível de atingir pelo cumprimento de determinadas necessidades sócio-históricas que possibilitem alcançar um estágio superior de compreensão. Para que a prática social seja diferente, tenha outra qualidade precisam criar as condições adequadas para essa evolução/revolução. Porém, as condições adequadas nesse modo de produção não estão dadas, tornando-se imperativo lutar por elas. E em se tratando de questões que afetam a coletividade, a região, o país ou o planeta como são as questões socioambientais a luta é diária e permanente. Está presente em cada momento da vida cotidiana, na prática individual e coletiva que desenvolvem, nos acordos provisórios e pontuais que firmam, frutos não só do confronto de ideias, mas dos conflitos decorrentes da posição que ocupam no mundo (social, econômico, político).

É, pois, a partir do processo sistemático de participação na sua formação (apropriação de conhecimentos para si, para sua classe) que penso no fortalecimento do campo da educação popular ambiental como essencial para a classe trabalhadora coletivamente organizada intervir socialmente.

Pensar a educação popular ambiental nos espaços não-formais – linha de pesquisa desse estudo - se constitui em uma via de duas mãos já que pode servir também para mascarar a mudança ao ignorar que educação é uma construção sócio-histórica, e o termo, por sua abrangência polissêmica encontra-se carregado de ideologia.

Concordo com Guimarães (2004) quando define os espaços não-formais como sendo ambientes educativos que se constituem nas relações estabelecidas entre comunidade e sociedade, entre seus sujeitos coletivos e individuais, nos embates ideológicos, assim sendo, o ambiente educativo se constitui no movimento complexo das relações.

E a educação não-formal, como se constitui?

Busquei na dissertação de mestrado me apropriar da discussão deste tema e verifiquei que “A educação não-formal tem adquirido maior visibilidade à medida que a educação - genericamente falando - está sendo percebida como direito e, conseqüentemente, componente de acesso ao poder e à participação política” (FRANCO, 2005, p.57). E ainda que

Muito se tem falado sobre educação não-formal e, embora existam práticas desse tipo com diferentes origens e enfoques, pouco se tem teorizado sobre ela, sendo reduzida à produção acadêmica que reflita sobre suas práticas. Fato que constatei na pesquisa bibliográfica, em razão da dificuldade de encontrar literatura que aborde em profundidade o tema (Idem, p.57/58).

Na (re)leitura de meus escritos busco o entendimento de Torres (1992) que aponta no sentido de que a educação não-formal pode ter, e acredito que tenha, uma vinculação mais acentuada com classe do que qualquer outro campo da educação, porque é dirigida, especificamente, a um setor de classes ou categorias sociais caracterizadas socialmente como subalternas e não à totalidade dos sujeitos que compõem a sociedade.

Refere-se ainda a educação não-formal como sendo "toda atividade educacional organizada, sistemática, executada fora do quadro do sistema formal para oferecer tipos selecionados de ensino a determinados subgrupos da população" (idem, p.20) com o que também compactuo, porém não posso deixar de levantar alguns questionamentos. Sendo a educação não-formal uma atividade em que há seleção, organização e sistematização do que ensinar (conteúdos) como dizer que este formalismo é não-formal?

A educação não-formal pode ainda ser vista sob duas óticas distintas, conforme os campos teóricos, metodológicos e práticos que assume, que Torres (1992) indica como sendo ou o "campo da educação de adultos", baseada em qualquer paradigma, a educação compensatória, ou o "campo da educação popular" com orientação política, que procura uma saída radical originada pelas classes populares e destinada a alterar a ordem social.

Gohn (1999) também faz essa divisão em "campos", porém sob outra ótica: o primeiro destinado a alfabetizar e transmitir conhecimentos históricos sistematizados, com organização e tempos distintos da estrutura escolar, que pode ser a educação popular (expressão usada nos anos 70 e 80) ou a educação de jovens e adultos (expressão usada a partir dos anos 90); e, o segundo, em que as ações não são voltadas para o aprendizado de conteúdos, mas para o processo de participação social (FRANCO, 2005).

Já em 2006, Gohn diz que a finalidade da educação não-formal é tornar os sujeitos "cidadãos do mundo no mundo" (p.29), porém adverte que seus objetivos não são dados à priori, "eles se constroem no processo interativo, gerando o processo educativo" (idem). Os resultados esperados no processo educativo não-formal segundo a autora apontam aspectos como "o conhecimento de sua própria prática" (p.30) em que "o método nasce a partir da problematização da vida cotidiana e os conteúdos emergem a partir dos temas que se colocam como necessidades. (...) e são construídos no processo" (p.31/32).

Em publicações de revistas especializadas em EJA e em trabalhos apresentados em seminários e congressos tem sido recorrente a estreita conexão da educação popular ambiental com a EJA – Educação de Jovens e Adultos já que,

(...) grande parte dos sujeitos que se utilizam dessa modalidade educativa são homens e mulheres com pouca escolarização que de alguma forma em um espaço/tempo foram “evadidos¹⁸” da escola formal. Além disso, em sua grande maioria os sujeitos da EJA pertencem a grupos/classes sociais em situação de vulnerabilidade socioambiental decorrente dos riscos a que estão submetidos em função de preconceitos e/ou desigualdades econômicas na sociedade (FRANCO e SATT, 2008, p.48)

A proximidade desta modalidade educativa com o campo da educação popular ambiental traz ainda de forma mais acentuada a visão de classe que a sustenta.

Como está sendo mostrado, a intenção de utilizar a educação popular ambiental no espaço não-formal como prática educativa capaz de tratar questões emergentes na vida social do coletivo de trabalhadores, em uma perspectiva sócio-histórica e interdisciplinar é chamar ao diálogo diferentes saberes, sabendo a priori que os campos educativos não são campos de consenso, ou melhor, são campos de conflito.

Opto pela utilização do termo “conflito” porque ao empregar um conceito, que não é neutro, demarco um saudável campo de tensão e disputa que converge na direção de escolhas e crenças que passam pela experiência e pela opção teórica que assumo, sinalizando meu horizonte compreensivo. Na perspectiva que situo meu raciocínio e em grande parte pela vivência sindical militante entendo que nesse modo de produção, a palavra consenso, para a classe trabalhadora sempre significou perda – de espaço, de conquistas anteriores, de poder de decisão. E por uma única razão: as partes defendem interesses diferentes. A prática tem demonstrado que toda vez que a classe trabalhadora é chamada a consensuar abre mão de direitos conquistados, confirmando que em divergências substantivas não existem situações de diálogo pela assimetria do espaço da argumentação. O que vemos é assassinato - de lideranças sindicais do campo e da cidade - o que atesta o quão longe estamos da democracia discursiva, base do consenso.

¹⁸ Evasão é termo presente nas estatísticas governamentais quando trata da educação formal como forma de naturalizar a incapacidade da escola de nela incluir os “seres da margem” por não reconhecer a existência da realidade que os marginaliza, mas não os exclui do tecido social que os oprime e onde se encontram incluídos “como grupos ou classes dominadas, em relação de dependência com a classe dominante” (FREIRE, 2002, p.57).

Na visão de mundo¹⁹ que me constitui vejo que historicamente, entre os antagônicos o consenso e o diálogo não são possíveis. O que há é um pacto, um acordo temporário sobre determinado ponto, assim entendido:

Em determinado momento a classe dominada aceita o pacto com a dominante, mas passada a situação que gerou a necessidade do pacto o conflito se reacende. É isso que a dialética ensina (FREIRE, 1986, p. 123/124).

Enfatizo ainda que dialeticamente, nas contradições antagônicas não há totalizações, nesse sentido o consenso é uma falsificação, ou melhor, é a sobreposição do mais forte.

Na atividade de pesquisa que proponho, em sua essência de ser educativa, a educação popular ambiental enquanto processo educativo pode criar as condições que proporcionem o entendimento necessário para potencializar atitudes e ações que respondam as necessidades sociais, políticas e econômicas dos sujeitos – as suas necessidades socioambientais. Porém esbarra em condicionamentos sociais e culturais limitantes para desencadear ações práticas capazes de refletir na qualidade do ambiente.

Os coletivos organizados, em especial a Associação de Moradores do Bairro Castelo Branco II, situam-se como movimento popular emergente entre os que marcam, pela sua ação

(...) uma nova cultura política ao trazerem para a esfera pública novos atores sociais, reivindicação de novos direitos sociais, expansão dos direitos da cidadania e das concepções tradicionais de fazer política, através de propostas participativas, compreendidas em suas dimensões subjetiva e política, voltadas à recuperação e melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida (Santos e Sorrentino, 2006, p.5).

Por ter uma visão global da comunidade onde está inserido, o coletivo de trabalhadores constrói organizadamente e efetivava propostas participativas a partir dos problemas ambientais²⁰ que os afetam direta ou indiretamente,

¹⁹ Visão de mundo abarca não apenas uma explicação subjetiva a respeito da realidade, ela condiciona e normatiza as ações e opiniões morais e intelectuais que orientam a conduta prática do ser humano em sociedade.

²⁰ Os problemas ambientais são decorrentes de situações em que há risco ou dano socioambiental e nenhum tipo de reação por parte dos atingidos ou da sociedade civil. O que não significa que o problema não exista ou não tenha sido percebido, apenas que deixou de ser explicitado em função da situação de vulnerabilidade em que os grupos sociais se encontram, não gerando mobilização em torno da questão, que deixa assim de existir socialmente (LOUREIRO, AZAZIEL & FRANCA, 2003).

problematizando-os em seus aspectos econômicos, políticos, sociais, éticos, históricos, estéticos e geográficos (que são socioambientais), buscando amparo nas diferentes áreas do conhecimento. Para atingir seus objetivos se utilizam dos espaços não-formais onde realizam sua atividade social para construir suas aprendizagens. O espaço não formal, espaço educativo por excelência para a classe trabalhadora (movimentos sociais, coletivo de trabalhadores entre outros) atua como espaço de constituição do sujeito porque no coletivo, ao dialogar, ativam as funções psicológicas superiores já que é na mediação estabelecida pela linguagem que se originam as relações entre os seres humanos (e estas não existem independentes das experiências e das relações interpessoais) e destes com a realidade objetiva o que possibilita o entendimento dos fatos da realidade em que vivem como construções socioculturais e históricas (FRANCO e MOLON, 2007). O que permite o entendimento do ambiente como sendo o espaço onde se dá a vida cotidiana, o encontro com a natureza e a convivência com outros grupos sociais, por isso mesmo não divorciado da necessidade da ação política como atividade tipicamente humana. Ignorar a ação humana no contexto socioambiental é negar a existência do sujeito histórico e da práxis, o que reforça a importância de não esvaziar estes espaços da subjetividade objetivada em ação política o que confere ao sujeito individual e coletivo seu papel de agente social de mudança. Esse é o entendimento de Sawaia (2000) para quem a emoção e o sentimento são - além de um campo de estudo - também ação social transformadora quando superam a dicotomia universal-particular, mente-corpo. Isto é o subjetivo ao se objetivar na realidade, na correspondência entre pensamento e ação, em correlação atuam uma sobre a outra e se interpenetram na interação já que o particular é próprio do sujeito em situação, mas é universal do gênero humano.

Ao amparo deste pensamento a educação popular ambiental no espaço não formal se constitui em ação intencional que objetiva potencializar a atividade do coletivo de trabalhadores ao atuar como mediadora no processo de humanização, no movimento dialético entre a objetividade e a subjetividade que ao objetivar-se reflete na prática social.

No contexto dos movimentos sociais em que se situa o coletivo de trabalhadores em pauta, a educação popular ambiental trabalha a

interdependência entre a base de sustentação material dos indivíduos e do planeta e a construção de um novo projeto de sociedade que emancipe o ser humano e onde a vida em todas as suas dimensões seja a medida.

Coerente então utilizar da abordagem sócio-histórica para significar o processo educativo vivido pelo coletivo de trabalhadores para que estes, ao intervir nas comunidades direcionem sua ação sobre os determinantes dos problemas ambientais enfrentados com o objetivo de qualificar o ambiente em que vivem.

Na comunidade onde está inserido e nos demais espaços comunitários e institucionais que participam, o coletivo de trabalhadores é solicitado em situações diversas e necessita ter presente que ter um ambiente saudável aparentemente, é uma escolha individual. Porém esta problemática se situa em múltiplas dimensões que são objetivas e subjetivas, por isso necessitam compreender as estruturas sociais, suas influências e seus condicionamentos.

Pensar em um ambiente socialmente saudável possibilita transitar do local ao universal, do particular ao geral e abarca um amplo leque de possibilidades de ação, porque está diretamente relacionada ao atendimento das suas necessidades imediatas e mediatas que estão, estruturalmente, em ligação com os significados valorativos que atribuem às necessidades, uma vez que o ser humano como ser natural se autoconstitui através das mediações que faz.

A maior parte de suas necessidades tem origem nos impactos ambientais (socioeconômicos e naturais) a que estão submetidos e dos quais são reféns. Se refletem na pobreza e na desestruturação que é objetiva e se traduz pela falta de emprego, de educação, de saúde, de segurança pública, de infraestrutura necessária para suportar a falta de água potável, de destino adequado aos resíduos, pelo convívio com animais transmissores de doenças, entre outras. Buscar um ambiente socialmente saudável é lidar também com as necessidades da esfera subjetiva, emocional e afetiva, que produz nos sujeitos em situação de vulnerabilidade socioambiental a internalização do pensamento dominante de que são incapazes pouco produtivos e incompetentes, gerando sentimentos de angústia, depressão e ansiedade que expressam insatisfação e podem levar o ser humano a diferentes caminhos.

Portanto, esta relação entre significado e valor está estruturalmente ligada à significação dos valores do ser humano, como ser natural, que se autoconstitui nas mediações que faz. Logo, não existe valor sem a necessidade que o justifique e, se o valor é alienado, fato que ocorre no capitalismo, a necessidade também é alienada. Assim também, o aparecimento do valor como uma dimensão da realidade é fruto do desenvolvimento histórico das necessidades em cada modo de produção social. O que Mészáros (2006) sintetiza quando assim se coloca:

Os valores estão, portanto, necessariamente ligados a seres que têm necessidades, e a natureza dessas necessidades determina o caráter dos valores. Os valores de um ser natural, por mais sofisticados que sejam, devem ter raízes na natureza. Os chamados valores espirituais do homem são, na verdade, aspectos da plena realização de sua personalidade como um ser natural (p.174/175)

O que significa o comprometimento/finalidade da educação popular ambiental que é transitar do discurso comprometido com a realidade à prática social transformadora na busca do ambiente socialmente saudável na esfera local e planetária. A citação de Mészáros ao reafirmar o pertencimento do ser humano ao mundo natural, ao mostrar essa unidade desautoriza, por extensão, que a educação ambiental se utilize da separação do mundo natural do social, a não ser como ferramenta didática que até o presente momento venho utilizando.

A educação popular ambiental na vertente crítica apresentada é ferramenta imprescindível não só ao coletivo de trabalhadores que compõem a Associação de Moradores do Bairro Castelo Branco II, mas a todas as formações sociais que buscam aliar a função social da ação educativa às necessidades dos sujeitos através da ação prática e consciente que desenvolvem. O que necessariamente vai refletir na qualidade política do coletivo de trabalhadores em sua atuação na esfera pública por despertar a criticidade e a autonomia e pautar-se na participação popular, na equidade e no controle comunitário. Além de criar com sua ação multifocalizada as condições necessárias de intervenção na elaboração e no controle de políticas públicas – sociais, de gestão ambiental, educacionais – que busquem, respeitando a sócio-biodiversidade, um planeta saudável e para todos, construído, democraticamente, no exercício pleno da cidadania.

Assim, no universo de possibilidades que se apresentam para analisar a práxis (constituída na relação necessidade – trabalho) que conforma, define uma dada realidade socioambiental nos diferentes espaços não-formais de trabalho educativo onde o coletivo de trabalhadores exerce suas atividades, é fundamental ter presente a compreensão do desenvolvimento histórico das suas necessidades, individuais e coletivas, na (re)significação de seus saberes associados ao entendimento do valor (como uma dimensão da realidade humana) que atribuem ao ambiente mediados pela educação popular ambiental.

Com esta direção a educação popular ambiental pode ser pensada como um processo de totalização, constituído por sua mediação ativa no movimento dialético da realidade material e espiritual, que é social e histórica. Se objetiva na sua capacidade explicativa e de intervenção no mundo, ao trazer ao plano concreto a ação dos sujeitos na organização do conhecimento e da sociedade que, no movimento de sua ação, no conjunto das interações que estabelecem, buscam transformar as circunstâncias ao explicitar as contradições presentes no ambiente, negando-as.

O conceito de ambiente é permeado por um conjunto conceitual de categorias em função do sentido adotado para cada conceito, reflete tendências políticas, teóricas e metodológicas amparadas em diferentes visões. Ao problematizar o conceito de ambiente a intenção é contribuir na reflexão que já existe a fim de possibilitar maior clareza das suas abordagens.

As teorias apresentam uma dinâmica conflitiva entre tendências com posições antagônicas, refletem o “olhar²¹” e o fazer de cada um e estão profundamente arraigadas aos conhecimentos científicos adquiridos. Possuem raízes históricas e, buscar rupturas, significa romper com correntes filosóficas, paradigmas e relações sociais construídas por princípios; sejam as verdades cartesianas que reduzem a natureza a objeto ou as verdades idealistas que pensam a humanidade diluída na natureza harmônica – a dicotomia permanece.

²¹ No texto utilizo dos termos “olhar”, “falar”, “pensar” como figuras de linguagem, tendo clareza de o ser humano se afirma no mundo objetivo com todos os sentidos.

Para Loureiro (2004b) o conceito de ambiente para algumas tendências hegemônicas²² fica restrito a resolução dos problemas do ambiente, como uma finalidade de atos a praticar “em seu benefício” já que ele é visto como uma externalidade, um fim em si mesmo, nesse sentido ignorando a processualidade, a problematização, a contextualização e a crítica as relações sociais vigentes.

Assim, ao falar em ambiente sei que não expressei linguagem universal, o que por si só é positivo, a compreensão que tenho dele, parafraseando Freire, tem suas raízes na forma de “ver, ser e estar no mundo e com o mundo” (FREIRE, 1987) e na “incompletude do ser humano” (FREIRE, 1983).

A forma como cada um se percebe e percebe o ambiente e as diferentes compreensões da relação sociedade-natureza qualificadas pelas discussões postas não permitem conceitua-lo de forma única.

A Conferência Intergovernamental de Tbilisi, realizada no ano de 1977 e até hoje reconhecida como referência por sua representatividade mundial, já recomenda em seus princípios, que o ambiente seja considerado em sua totalidade, o que envolve os aspectos naturais e os criados pelo ser humano, em uma dinâmica relacional de mútua constituição. Nesse sentido é fundamental superar dialeticamente o dualismo contido na cisão “ambiente natural-ambiente social” uma vez que o ambiente não é apenas a soma destas duas dimensões. O social que é histórico está em interação na natureza e nesta relação natural mediada pelo ser humano (sua atividade, seu trabalho, sua práxis) está contida a unicidade do ambiente como totalidade em seus aspectos natural e social presentes na construção da realidade que é única e é este entendimento que significa a utilização do termo educação ambiental.

Entender o ambiente em detrimento das demais contextualizações da problemática ambiental, considerando apenas a estrutura e funcionamento dos sistemas naturais significa ignorar sua estreita relação com a dinâmica da sociedade. Quero dizer que quando desvinculamos a dimensão social da dimensão natural esvaziamos esse terreno da ação política, negando sua historicidade e concebendo-o idealmente. Por isso vejo como incoerente

²² Tendências pragmáticas baseadas nas doutrinas de Peirce, James, Dewey e Schiller para quem a tese fundamental é que a verdade da doutrina consiste na sua utilidade e na satisfação ou êxito que possa trazer que seja suscetível de aplicação prática e voltada para a ação.

desvincular o ambiente natural do ambiente social porque é desta união que surge a complexidade dos problemas que enfrentamos. Esses problemas trazem como questão de fundo exatamente esta impossibilidade: a de transformar as relações ser humano-natureza sem ao mesmo tempo transformar as relações sociais, o que inclui aí as relações ser humano-ser humano.

Na direção apontada, pensar a complexidade dos problemas ambientais

Implica fazer com que o agir seja consciente, no sentido de saber qual o terreno em que nos movemos, o alcance de determinada ação, apresentando coerência entre o que se quer, a base teórica da qual se parte, onde se quer chegar e quem se beneficia com o processo (LAYRARGUES, 2004, p.12).

À luz desse entendimento, a categoria ambiente passa a se constituir em uma totalidade não totalitária, que se torna real à medida que é composto por diferentes sujeitos com diferentes visões de mundo.

Este é o pensamento de Loureiro quando afirma:

Em síntese, como nos diz Leff (2001:17), “o ambiente não é a ecologia mas a complexidade do mundo”, desde o momento em que se constitui como a categoria central de um movimento histórico de rediscussão da sociedade, da natureza e da vida em seus significados mais profundos, influenciando também a educação na conformação do que se designa por Educação Ambiental (2004, p. 64).

4.2. Encontro com a necessidade dos sujeitos

Assim apresentado, o movimento histórico é uma das características da atividade humana e ao mesmo tempo o próprio movimento coletivo. A atividade humana possui caráter prático. É na atividade prática da vida cotidiana caracterizada pela unidade pensamento e ação, que as necessidades tornam-se conscientes, na totalidade das vezes sob forma de necessidade do sujeito. Sua efetivação, que é gradual e contínua, situa-se na esfera das possibilidades e das potencialidades imanentes ao ser social. Mas é necessário ter em mente que essa caracterização não é teoria nem essa atividade cotidiana é práxis.

É nesse movimento dinâmico em que a atividade redefine a ideia e possibilita a construção de novos significados da atividade que interferem na vida prática que a necessidade é construída e constituída. Tem estreita ligação com o modo de organização social e com o modo de produção dos meios de vida.

Falar das necessidades dos sujeitos implica percebê-las em uma perspectiva mais ampla, que é o caminho seguido por Heller (1986, p. 22) para quem:

La totalidad de lãs necesidades para la mera supervivência (comprendido em sustento de los hijos) representa el limite inferior. Pero Marx insiste más de una vez em la historicidad de estas necesidades, em su dependência de la tradición, del grado de cultura, etc. (...).

Buscando em Marx o significado da necessidade a partir da mercadoria como valor de uso, ele nos remete à ideia de que a mercadoria, pelas suas propriedades, satisfaz necessidades humanas do estômago ou da fantasia (Heller, 1986), necessidades do e não para o sujeito.

Para Heller quando Marx classifica as necessidades como naturais e socialmente produzidas não está negando o conteúdo social das necessidades naturais, porque o modo de satisfazê-las é social.

O conceito de necessidade socialmente produzida é também o do atendimento das necessidades individuais através de instituições sociais, caso específico as que promovem a educação, a saúde, etc. Necessidade humana, portanto não se desvincula de necessidade social e do processo histórico.

No processo histórico da sociedade do capital, os trabalhadores em geral e especificamente o coletivo de trabalhadores em estudo, vende sua força de trabalho e, conseqüentemente, vende a si mesmo, para adquirir os meios de subsistência para sua reprodução. Neste sentido é o lugar que ocupam na divisão do trabalho que determina, minimamente, suas necessidades, assim

Em opinión de Marx, la reducción del concepto de necesidad a la necesidad econômica constituye una expresión de la alienación (capitalista) de las necesidades, em una sociedad em la cual el fin de la producción no es la satisfacción de lãs necesidades, sino la valorización del capital, em la que el sistema de necesidades está basado em la división del trabajo y la necesidad solo aparece em el mercado, bajo la forma de demanda solvente (HELLER, 1986, p.24/25)

Assim, a categoria de necessidade dentro do sistema econômico capitalista é vista como necessidade produzida pelo fenômeno da necessidade alienada – que é a necessidade de valorização do capital dentro do sistema de necessidades impostas pela divisão social do trabalho e pelo surgimento das necessidades do mercado – que limitam a atividade do coletivo de trabalhadores a satisfação das necessidades dos meios necessários para sobreviver. Ao subordinar os sentidos humanos às necessidades práticas torna-as abstratas e as reduz a necessidade de sobrevivência, o que explica a mais-valia, o sobretrabalho. São assim consideradas necessidades necessárias as sempre crescentes geradas pela produção material, e por isso, pertencem ao “reino das necessidades”.

Em contraposição a estas estão às necessidades livres, que são as necessidades espirituais e morais que caracterizam o “reino da liberdade”. Porém, cabe salientar que e apesar da aparente dicotomia as necessidades do ser humano e o seu objeto se encontram em correlação. A necessidade se refere a um objeto material ou a uma atividade concreta de tal sorte que as necessidades e os objetos (materiais e espirituais/simbólicos) são momentos de um mesmo conjunto de necessidades. Na sociedade onde os seres humanos concretos se relacionam, a precedência das necessidades corresponde ao momento da produção, porque é a produção que cria novas necessidades. É o que verificamos na atualidade pelos apelos que diariamente são feitos pela poderosa mídia, que ao se colocar à serviço dos detentores dos meios de produção acaba influenciando na produção e busca de satisfação de novas necessidades criadas pela produção.

Porém, o objeto das necessidades não são apenas as coisas, mas toda produção social das objetivações humanas onde o objeto mais elevado da necessidade humana é o outro ser humano, ou nas palavras de Heller (idem, p.44)

“Em otras palabras: la medida em que el hombre como fin se há convertido em el más elevado objeto de necesidad para el outro hombre determina el grado de humanización de lãs necesidades humanas”.

No conjunto das necessidades humanas existem as necessidades sociais, isto é, as necessidades da sociedade, entendidas não como totalidade, mas como

um sistema de necessidades gerais que se encontram acima dos indivíduos e de suas necessidades particulares.

Assim como o ser humano cria os objetos de sua necessidade cria também formas de satisfazê-las, isto é objetualiza as suas necessidades (no sentido de atividade e no sentido de objetivação) de tal sorte que pode-se dizer que a origem do homem é no fundo a origem das suas necessidades. O que se observa nas palavras textuais de Heller (idem, p.45) quando diz:

La necesidad humana se realiza, así pues, en el proceso de objetualización; los objetos “dirigen y regulan” al hombre en el desarrollo de las necesidades respectivas. Las necesidades son “explicitadas” sobre todo en las objetivaciones y en el mundo objetualizado, y las actividades que se objetualizan crean nuevas necesidades. La tendencia objetual de las necesidades indica también al mismo tiempo su carácter activo. Las necesidades comportan pasiones y aptitudes (pasiones y capacidad para apoderarse del objeto) y así también las aptitudes implican necesidades. La capacidad para la actividad concreta es por consiguiente una de las mayores necesidades del hombre. (Este es el fundamento filosófico, luego tan determinante, de la concepción marxiana de la elevación del trabajo a “necesidad vital”).

No meu entendimento, não apenas de manutenção da vida, mas de humanização do ser humano e de sua base natural no processo histórico.

No processo histórico surge a necessidade radical, produto do processo de alienação no capitalismo. A necessidade radical é produzida pelas necessidades sociais mediadas que as apontam e definem, mas não as satisfazem. Para tanto é imperativo produzir e/ou investigar as “brechas históricas” produzidas no sistema social, que possibilitam nesse modo de produção a criação de processos sociais emancipatórios, que motivem os sujeitos a criar necessidades radicais socialmente produzidas que não podem ser socialmente satisfeitas, a não ser com a substituição do modo de produção em curso.

Este é o caminho seguido por Heller (1986) ao expor que nos Grundrisse a idéia de necessidade radical é entendida por Marx como sendo produto da própria alienação capitalista que faz surgir a consciência da alienação das necessidades radicais. Para ela “La sociedad capitalista como totalidad, como”cuerpo social” no produce solo la alienación, sino también la conciencia de la alienación, dicho em otras palabras, las necesidades radicales (idem p.112).

A simples consciência da alienação constitui a base da necessidade de superar a alienação e criar entre outras coisas, necessidades não alienadas. E finaliza dizendo:

“Hasta el momento la historia no há dado respuesta a la pregunta de si la sociedad capitalista produce realmente esa “consciência clara” (que Marx indudablemente tuvo que “construir”, porque em su tiempo no existia)” (idem, p.113).

Esta é também uma resposta que procuro nas minhas limitações e nas limitações deste trabalho.

4.3. Trabalho e princípio educativo do trabalho.

Minha trajetória com o campo da educação teve início no Curso de Pedagogia e posteriormente no Mestrado em Educação Ambiental, e possibilitou, entre outros aprendizados, o entendimento de que a educação como atividade integrante da cultura do ser humano pode ser entendida como energia e trabalho voltado para a construção do conhecimento. Tomando por base a teoria marxiana, o verdadeiro motor da mudança social/histórica não é o conflito entre sistemas abstratos de ideias, mas o conflito real entre classes sociais/grupos com interesses materiais muito diferentes, logo, foge da “ilusão idealista de que o pensamento é que cria o concreto, ou que os fatos adquirem um sentido e um significado apenas na mente humana” (KOSIK, 2002, p.57).

Particularmente, entendo que a realidade se constitui a partir das condições materiais da nossa existência e deve ser apreendida como um processo que se dá em cada momento histórico sendo por isso complexa e dinâmica, contraditória e inacabada. E, o mais importante, que pode, se quisermos, pela nossa ação ser pensada e vivida de outro modo, pela transformação da base material e subjetiva no movimento da nossa prática social (trabalho humano).

Partindo de um primoroso texto de Engels, (Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem) é possível visualizar passo a passo e em

sua plenitude a fundamentação discursiva do trabalho humano na sua realização histórica a partir da evolução da espécie apontando que “A comparação com os animais mostra-nos que essa explicação da origem da linguagem a partir do trabalho e pelo trabalho é a única acertada” (2004, p.18).

Fiori, no prefácio da *Pedagogia do Oprimido*, explicita a importância da linguagem em geral no processo de constituição do ser humano e mostra que uma de suas finalidades é “aprender a escrever sua própria vida, como autor e testemunha de sua história, isto é biografar-se, existenciar-se, historicizar-se” (1987, p.10). O que não significa que a centralidade na linguagem seja a negação da consciência - a possibilidade de biografar-se mostra a responsabilidade pelo seu ser no contexto histórico, o que é um processo de autonomia - e, mais adiante, assim se coloca:

Com a palavra, o homem se faz homem. Ao dizer a sua palavra, pois, o homem assume conscientemente sua essencial condição humana (FIORI, 1987, p.13).

Compreender o mundo, ter consciência dele, interpretá-lo são, portanto, acontecimentos que se efetivam na linguagem, porém, a linguagem em si não produz sua possível transformação. Penso que ao indagar-se o sujeito desperta potencialidades e mobiliza sua capacidade de optar, de decidir, de escolher e, ao exercer sua liberdade de escolha na ação que desenvolve não muda o mundo, muda sua posição diante do mundo.

Nesse sentido específico, a linguagem-pensamento se traduz pela palavra (como fenômeno especificamente humano) nas suas dimensões constituintes: ação e reflexão, o que permite que ao pronunciar o mundo, na dialética ação e reflexão mediada pela linguagem-pensamento, o ser humano se constitua em sujeito. Por isso Freire, em sua obra, deu tanta ênfase ao diálogo como palavra verdadeira (que não pode ser privilégio de poucos) e ao movimento que a constitui, ação e reflexão, que ao objetiva-se em diálogo comprometido dos sujeitos, é também práxis.

Engels ressalta ainda a compreensão do trabalho como fundante do ser humano já que ele “É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio

homem” (2004, p.13). Nesse sentido, de todas as categorias conceituais que objetivam a definição do ser humano como espécie é a categoria trabalho, compreendida na sua historicidade material e dialética que permite definir o ser humano como sendo aquele que para ser necessita produzir os seus próprios meios de subsistência, material e simbólica.

A forma como Marx compreende o trabalho mostra também a estreita relação que o ser humano estabelece com o meio natural por que

O trabalho é, em primeiro lugar, um processo de que participam igualmente o homem e a natureza, e no qual o homem espontaneamente inicia, regula e controla as relações materiais entre si próprio e a natureza (MARX, 1982, p. 197).

Assim visto, se constitui em um processo em que natureza e ser humano participam de forma sincrônica, em uma relação integrada onde nem a natureza supera o ser humano nem o ser humano supera a natureza, proporcionando nesse intercâmbio nos constituirmos em seres “humanamente naturais e naturalmente humanos” (LOUREIRO, 2004).

Consiste, nessa ótica, na mediação necessária entre o ser humano e a natureza, ou porque é pelo trabalho que o ser humano supre suas necessidades de sobrevivência ou porque é nessa relação que transforma sua própria natureza. Visto assim o trabalho é elemento central, gerador, capaz de ao intervir modificar a realidade objetiva, o que permite compreender as relações entre a história humana e a natureza modificada como especificidade da natureza humana (LOUREIRO, 2004).

Nesse raciocínio, não é demais ressaltar a compreensão de que o trabalho é a mediação necessária entre o ser humano e a natureza, ou porque é pelo trabalho que supre suas necessidades de sobrevivência ou porque é nessa relação que transforma sua própria natureza. Embora os outros seres vivos se relacionem também com a natureza, só os seres humanos são capazes de extrair dessa relação um salto qualitativo de sua consciência, que Lukács (2002) denomina de salto ontológico. Esse salto tem seu elemento fundante no trabalho, uma vez que é na esfera do trabalho que executa o ato teleológico, que permite a ele ter em sua mente, objetivamente, no início da atividade a sua concretude.

O trabalho é, portanto, o ponto de partida para estabelecer a sua relação com a educação, por ser a essência, o princípio educativo primeiro. No entendimento de Frigotto (2000, p.343):

O trabalho como princípio educativo deriva do fato de que todos os seres humanos são seres de natureza e, portanto, têm necessidade de alimentar-se, proteger-se das intempéries e criar seus meios de vida. Socializar desde a infância, o princípio de que a tarefa de prover a subsistência pelo trabalho, é comum a todos os seres humanos, é fundamental para não criar indivíduos ou grupos que exploram e vivem do trabalho de outros. (...) O trabalho como princípio educativo não é uma técnica didática ou metodológica no processo de aprendizagem, mas um princípio ético-político.

A apropriação deste entendimento pelo coletivo de trabalhadores é fundamental na compreensão de que as relações de produção estabelecidas são relações humanas. Portanto, a superação do conceito de trabalho como provação só poderá ser alcançado a partir das relações que estabelecerem com o conhecimento (ciência, tecnologia e artes) e com a política, podendo dessa relação extrair o salto qualitativo, a ampliação de suas atividades para além do reino da necessidade em direção ao reino da liberdade.

4.4. Caminhos e descaminhos da (des)alienação

Se o trabalho e a natureza são os produtores de toda riqueza, a alienação é produto deste modo de produção onde

O trabalho não é ainda apreendido em sua universalidade e abstração, ainda está ligado a um elemento natural particular como sua matéria. (...) é, por isso, primeiramente uma exteriorização (alienação) determinada, particular, do homem, da mesma maneira que o seu produto também é apreendido como um produto determinado – riqueza que cabe mais ainda à natureza do que a ele próprio (MARX apud Mézáros, 2006, p. 124).

Neste sentido, os caminhos da alienação são construídos pelas mediações que o coletivo de trabalhadores faz com a realidade social que vive, já que a ideia de alienação é produto deste modo de produção e tem origem na divisão social do trabalho e não no trabalho como riqueza humana.

Para Mészáros (2006) Marx em seus estudos analisa a economia política basicamente porque estava em contradição com a abordagem histórica que poderia vislumbrar a superação da alienação.

Da forma como se estrutura a sociedade, o trabalho não produz somente mercadorias, ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria na medida em que produz mercadoria, isto é, subverte a ordem ao passar de produto do ser humano a produtor do ser humano. Isto porque em uma determinada forma social de atividade produtiva ao mesmo tempo em que valoriza o mundo das coisas (mercadoria) desvaloriza o mundo dos seres humanos.

Assim, a apropriação do objeto (mercadoria) aparece como alienação a tal ponto que quanto mais objetos o ser humano produz tanto menos possui e tanto mais fica dominado pelo seu produto – suas objetivações tornadas mercadoria. Isto acontece porque o ser humano, nesta relação de dominação invertida relaciona-se com um objeto que é estranho a ele, em que ele não se reconhece.

A alienação do produto de sua atividade não significa apenas que sua ação/trabalho se converteu em objeto, assumindo existência própria fora de si, mas que ele existe independentemente do sujeito que o produziu, fora dele mesmo, por isso é estranho a ele e, como uma força estranha é capaz de voltar-se contra ele, seu criador.

Até agora falei da alienação apenas na relação do ser humano com o produto do seu trabalho, mas a alienação não está tão só no resultado ou como resultado, ela se encontra também no processo de produção, na própria atividade humana produtiva, atividade que se alienou a si mesma no ato da produção. Neste sentido, a alienação do objeto contém nela mesma, a alienação da própria atividade/trabalho e, conseqüentemente, a relação do ser humano com o seu produto.

É com este entendimento de alienação do produtor do seu produto ou dizendo melhor, do coletivo de trabalhadores com o conhecimento que produzem que este trabalho foi pensado. Ou, melhor explicando: o coletivo de trabalhadores aliena-se do produto do trabalho que produz e, ao assim agir negar-se como produtor ao não desenvolver livremente suas energias mentais de forma a apropriar-se delas traduzindo-as em conhecimento para si. Pensam o

conhecimento não como satisfação de sua necessidade, mas como um meio para satisfazer outras necessidades que estão fora dele, que aparentemente não são suas. Assim seu trabalho, entendido como necessidade vital da sua vida produtiva, como sua necessidade vital pertence ao coletivo apenas como meio para satisfazer necessidade alheia, colocada fora deles – a de produzir conhecimento para outros, os pesquisadores, entre os quais estou incluída. Quero dizer que a necessidade de conhecimento do coletivo se reduz às necessidades do pesquisador durante a pesquisa. E ao assim agir, de forma alienada e contraditória, negam sua humanização e também negam a centralidade do trabalho educativo.

O caráter contraditório entre humanização e alienação nas relações sociais de dominação tem implicações importantes na produção e apropriação para si, para sua classe do conhecimento que o coletivo de trabalhadores produz, já que este conhecimento é produzido no interior das relações sociais que produzem e reproduzem a alienação. O que não está determinado de forma absoluta, e tendo este entendimento a solução não é negar o conhecimento produzido, mesmo que fragmentado, ou negar-se a produção de um novo conhecimento para si, mas apropriar-se do que produzem e que está sendo expropriado. Um dos caminhos postos ao coletivo de trabalhadores é buscar a superação da alienação presente nas relações sociais capitalistas, que está incorporada tanto na sua vida cotidiana como nas demais instâncias que participam.

Porém, até que ponto a alienação pode ser superada neste modo de produção nas condições sociais objetivas que vive o coletivo de trabalhadores?

4.5. A práxis como totalidade e o papel da história.

Refletir em termos filosóficos sobre a práxis como totalidade e o papel da história, além de ser uma etapa do trabalho científico e, no caso específico, estruturante da tese, sinaliza o horizonte teórico que sustenta à análise do fenômeno social material em estudo, se o que busco, como já afirmei, é a sua essência.

Porém, neste caminho, não posso prescindir de examinar sua aparência já que a práxis do coletivo de trabalhadores é um fato concreto na realidade histórica e eles, deste fato e ao seu modo tem uma representação. Quero dizer que tão importante quanto à reflexão teórica que possa produzir é entender a compreensão que o coletivo de trabalhadores tem da realidade empírica onde desenvolvem sua prática que, portanto, já existe sob uma forma determinada.

A prática social do coletivo de trabalhadores tem origem na formação histórica que culminou com sua constituição como coletivo na consolidação/constituição do Bairro Castelo Branco II, e dos carecimentos e preocupações que conformaram a situação dada. Os carecimentos, no caso refletem as suas necessidades imediatas e “A preocupação é o enredamento do indivíduo no conjunto das relações que se lhe apresentam como mundo prático-utilitário. Portanto as relações objetivas se manifestam ao indivíduo não na intuição, mas na práxis, como mundo do trabalho, dos meios, fins, projetos, obstáculos e êxitos” (KOSIK, 2002, p.70/71). Assim, a preocupação ao situar-se na esfera do individual, se apresenta primeiramente ao sujeito de forma subjetiva. É subjetividade sempre fora de si o que segundo Kosik (2002) é um “aspecto fenomênico do trabalho abstrato” em que o ocupar-se (trabalho abstrato fenomênico) seja na esfera material ou espiritual, cria um mundo utilitário e abstrato em que nada possui significado independente nem existência objetiva. Assim a atividade realizada ao abrigo da preocupação fora de si gera a atividade e as relações fetichizadas.

O ser humano como preocupação ao inserir-se ativamente nas relações sociais determinadas por este modo de produção em que a natureza, como natureza humanizada, vista também de forma utilitária em relação de dominação torna-se objeto e base material de exploração não é fato isolado localizado no tempo, mas uma ocorrência que é histórica. Com este pensamento Kosik (2002) entende que

Reduzir a relação do homem com a natureza à relação do produtor com o material a elaborar, significa empobrecer infinitamente a vida do homem. Significa arrancar pela raiz o lado estético da vida humana, da relação humana com o mundo; e, o que mais importa, - com a perda da natureza como algo de não criado pelo homem, nem por ninguém, como algo do eterno e de incriado – significa a perda do sentimento de

que o homem é parte de um grande todo, comparando-se ao qual ele se pode dar conta da sua pequenez e da sua grandeza (p.77/78).

Pensamento compartilhado por Vásquez (2007, p.128): quando afirma que “O trabalho – a produção – é o que eleva o homem sobre sua natureza exterior e sobre sua própria natureza, e é nessa superação de seu ser natural que consiste propriamente sua autoprodução”. Isto é, na medida em que o coletivo de trabalhadores cria suas próprias necessidades se cria a si mesmo, se autoproduz pela sua ação/trabalho elevando-se sobre a natureza e sobre sua própria natureza e, ao superar o seu ser natural se autoproduz.

Para o sujeito “na preocupação” o tempo presente é sempre um meio para concretizar possibilidades que estão no futuro que desta forma fetichizado impossibilita, mesmo que idealmente, a superação da alienação. Esta prática não se apresenta como ação humana transformadora, mas como manipulação das coisas e dos demais seres humanos, constituindo-se em uma práxis mistificada. A práxis pode, portanto ser vista como atividade humana produtiva que neste modo de produção se concretiza no trabalho alienado e no trabalho fruto das preocupações humanas, como práxis mistificada.

O que possibilita entender que a produção material do coletivo de trabalhadores permite explicar a sua ação histórica que é a história da sua evolução e da evolução do seu protagonismo. Assim expresso, fica presente que a história é feita pelo ser humano e que a força que move a ação histórica é o ser humano coletivo em sociedade (ser social) a partir da tomada de consciência de sua situação em que a objetivação da subjetividade determina a natureza de sua ação.

Chamamos também de práxis, a práxis como revolução ou crítica radical à alienação da atividade correspondente à satisfação das necessidades radicais do coletivo de trabalhadores, devendo, necessariamente, passar pelo plano da teoria e da prática. O que é condicionado pelas mediações políticas, (na situação histórica determinada do coletivo), e pela capacidade de produzir, enquanto classe para si, outras relações de produção, uma vez que no entendimento de Vásquez (p.123) “A produção não só cria objetos como cria relações humanas, sociais” o que também Marx anuncia: “Tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim o são. O que coincide, por conseguinte, tanto com o que produzem

quanto com o modo como produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de sua produção” (apud Vásquez, p.153).

Assim, quanto mais os sujeitos que compõem o coletivo de trabalhadores se desenvolvem mais se diferenciam na natureza e se enriquecem com outras objetivações em cada espaço não-formal de educação em que participam e quanto mais crescem individualmente mais o coletivo cresce e maiores são as exigências/necessidades que se apresentam.

Mas esta não é uma possibilidade disponibilizada a todos os seres humanos, pois “Somente numa sociedade que supere a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção fundamentais pode-se pensar que todas as possibilidades do desenvolvimento do ser social se tornem acessíveis a todos os homens” (NETTO e BRAZ, 2006, p.46).

Com isto estou querendo dizer que o coletivo de trabalhadores, individualmente responde por uma práxis diferenciada, única, porque apesar de todos serem iguais, isto é com as mesmas possibilidades de desenvolvimento, cada um, em função da sua originalidade (traços da personalidade que faz com que cada ser seja único) apresentam-se, agem e reagem ao mundo de forma diversa.

Neste ponto reside a riqueza da práxis do coletivo de trabalhadores como totalidade.

5. NÃO CONCLUINDO ou antepenúltimas palavras

Resgatando a inconclusão do ser humano e conseqüentemente do conhecimento utilizo o termo “não-concluindo” para esboçar estas que são neste momento as antepenúltimas palavras que me cabem, na certeza de que a cada leitura que fizer terei o desejo de modificar o dito, de especular outras possibilidades explicativas e analíticas pela riqueza do material coletado que espelha não apenas situações vivenciais do coletivo de trabalhadores que compõe a Associação de Moradores do Bairro Castelo Branco II, mas sua luta por outro projeto societário em que as leis do movimento capitalista não sejam as leis universais da história (WOOD, 2003) e o capital não seja a medida de suas ações, o que passa pelo movimento pedagógico da sua organização enquanto classe no seu enfrentamento. Deixando a quem interessar à leitura desta tese a possibilidade de expressar as “penúltimas palavras” (expressão tomada de Freire, 1987) sobre o tema, o que certamente também farei em outras oportunidades.

Algumas particularidades da história do coletivo de trabalhadores podem desapontar se pensarmos que o desenvolvimento das forças produtivas da cidade do Rio Grande e em geral, podem, neste modo de produção produzir um coletivo de trabalhadores não só com aspirações, mas com consciência revolucionária, capaz de desafiar as condições materiais e históricas da sua realidade imediata. Porém, depoimentos no Círculo de Cultura demonstram que para alguns a experiência revolucionária de luta se constitui apenas figura de discurso, pois operam, agem e reagem ao mundo com os mesmos valores da lógica deste modo de produção, assim falseando o sonho, - algumas de suas ações pautam-se ainda na opressão dos oprimidos, de seus iguais. O fato de não ter a intenção de transformar o mundo, mas mudar a sua vida particular pode ser explicado porque ao contestar as contradições presentes no ordenamento social em sua totalidade conservam valores do modo de produção social que se contrapõem e dizem querer transformar.

A análise, na busca de compreender a realidade com a qual me deparei na pesquisa foca a direção, as forças de organização e intervenção presentes no engajamento as vezes crítico, do coletivo de trabalhadores no sistema de relações socioambientais – terreno de disputa política por excelência –, em que o véu da ideologia dominante encobre novas formas de dominação e poder a que estão submetidos e que não foram superadas, expondo suas contradições. Nessa direção Gramsci (1986, p.12) explica que os sujeitos, ao fazer o inventário de si, percebem de que conformismos são conformados, ou seja, que construíram a capacidade de rejeitar algumas regras e valores sociais, o que não impede ao mesmo tempo, que outras socialmente estabelecidas pela cultura dominante estejam ainda “aderentes” (FREIRE, 1987) impedindo que superem a contradição opressor/oprimido. Permite, dialeticamente, diferenciar a atividade meramente reprodutiva da atividade reprodutiva/produtiva apostando que o novo possa nascer pela criação das condições necessárias no movimento da reprodução do já existente.

O Bairro Castelo Branco II como descrito é fruto de uma questão habitacional que é estrutural e histórica na cidade do Rio Grande/RS, nasceu da articulação das lutas dos despossuídos desse direito fundamental que é constitucional - o direito à moradia - sendo a Associação de Moradores uma consequência de sua organização. Nos 15 anos de sua existência a Associação de Moradores contabiliza um leque de ações e realizações, algumas delas aqui explicitadas, que diante da realidade de lutas que os coletivos organizados como um todo efetivam podem parecer pequenas, porém são significativas se levarmos em consideração as lutas pontuais presentes em cada contexto.

É na luta pela moradia que a Associação de Moradores vem buscando colocar na agenda política a questão habitacional, o que foi parcialmente alcançado com a regularização dos terrenos sem, contudo descuidar de outras agendas socioambientais que suportem suas necessidades como saúde, saneamento, educação, segurança, entre outras. Conforme os depoimentos colhidos no Círculo de Cultura a Associação de Moradores vem chamando a atenção de diferentes segmentos sociais para os avanços conquistados para o bairro pelas características que conformam a sua trajetória como um movimento

social organizado que na questão local, entre outras pautas, tem focado na regularização dos terrenos, o que ao final, mesmo sendo contraditório vai permitir que o posseiro se torne proprietário da terra e das benfeitorias.

O caráter político presente nas ações da Associação de Moradores, representada pelo seu coletivo, é um fato social que se relaciona com a memória das lutas pela moradia e outros movimentos contestatórios, que trás em si implícito um projeto pedagógico de formação socioeducativa. Apontando que os sujeitos foram se fazendo na superação das condições materiais oferecidas pelas determinações sociais impostas pelo modo como a sociedade vem se produzindo, e ao não confundir determinação com determinismo perceberam que se sabiam condicionados, mas não aceitaram ser determinados e continuam buscando superar condicionamentos. Esse aspecto da constituição da subjetividade mediada pelas estruturas sociais condiciona, mas não determina o sujeito como bem clarifica Freire (2000, p. 57) já que "só na história como possibilidade e não como determinação se percebe e se vive a subjetividade em sua dialética relação com a objetividade".

A participação do coletivo de trabalhadores em agendas que possam resultar na elaboração de políticas públicas está impregnada das necessidades presentes na vida cotidiana do bairro ou da cidade em forma de problemas socioambientais. Nesse sentido a educação popular ambiental como política pública está presente em forma de pedagogia - do diálogo e/ou do conflito - no processo, dialético de enfrentamento, entre o poder instituído e o coletivo de trabalhadores na definição de compromissos político-institucionais que garantam mudanças estruturais nas políticas existentes e a criação de outras que contribuam na criação de fissuras no regime (brechas históricas) indo ao encontro das necessidades do oprimido permitindo maior qualidade a suas vidas.

A presença do coletivo da Associação de Moradores incentiva a organização social e consiste em uma estratégia política de fortalecimento dos espaços coletivos de mobilização e intervenção social, pressuposto para negociar políticas públicas, além de permitir o entendimento do político, em seus níveis e esferas de atuação – municipal, estadual, federal – e, da política como a atividade que desenvolvem no exercício da cidadania.

Na luta para a superação da condição de “ocupantes sem teto” sua resistência forjou uma identidade – a da luta – o que é recorrente, inclusive nas crianças, que elegeram a Associação de Moradores como o lugar que mais apreciam na comunidade, não apenas porque supre suas necessidades imediatas mas pelos valores que aponta.

Sua história, como um processo de formação permanente, se reveste de uma pedagogia própria, que se materializa no trabalho como princípio educativo, intencional, portanto produto e produtor de uma pedagogia que educa para a tomada de posição na busca de inserção neste tecido social ao mesmo tempo em que projeta outra forma de sociedade. A Associação de Moradores como um coletivo se constitui permanentemente no movimento de sua ação, e nesse movimento dialético de transformação permanente comporta/suporta transgressões, rupturas, conflitos, retrocessos, superações, divergências, permanências que são produzidas e se produzem e reproduzem como aprendizado educativo da luta.

A luta diária contra todas as formas de opressão tem sido sua marca registrada, quase como um objetivo a que se propõem e se impõem, mesmo que desse fato não tenham a “consciência clara” o que não impede que a assumam como politicidade, com intencionalidade educativa porque pedagógica em sua essência de ser socialmente formativa. Essa “consciência clara” é referida por Heller (1986) como sendo não apenas a consciência da miséria e da pobreza, refere-se ao reconhecimento do estranhamento das relações sociais e da necessidade de transformá-las de modo revolucionário criando relações não alienadas, o que é um horizonte utópico no sentido esperançoso do devir.

Cabe, neste momento, uma reflexão sobre o caráter, talvez inédito, do movimento desenvolvido pelo coletivo de trabalhadores que compõem a Associação de Moradores do Bairro Castelo Branco II, pela natureza e as especificidades do trabalho de organização social e militante que exercem, por meio de sua participação. Assim, influenciando nas decisões e ações desenvolvidas, tanto na própria Associação de Moradores e respectiva comunidade, como em outros coletivos organizados onde tem assento, o que confere ao seu movimento uma dupla direção e finalidade. Uma proveniente de

seu próprio movimento interno e micro localizado, constituído na tensão de integrar de forma sincrônica estas duas dimensões, que, por sua vez, sustentam a especificidade de sua representatividade e lhe conferem sustentação política nas lutas empreendidas às reivindicações pontuais do Bairro, formulando as diretrizes necessárias ao seu atendimento.

A outra, mais ampla, de alcance microrregional e global, constituída no entre jogo dos diferentes coletivos e espaços decisórios que participam. Que podem ser percebidas na elaboração, proposição, intervenção e busca de controle no campo das políticas públicas socioambientais e na disputa de um projeto alternativo de educação e sociedade. Caso de seu envolvimento com a Rede de Educação Cidadã Talher Nacional, com o Mesa Brasil, na Conferência das Cidades, no IV Seminário de Políticas Públicas para a Cultura, no Fórum de Economia Solidária entre outros eventos, além de outros espaços institucionais em que tem representatividade.

Para dar consistência aos fundamentos dessa reflexão, retomo o percurso do coletivo de trabalhadores que compõem a Associação de Moradores, como sendo trabalhadores – empregados e desempregados - forjados nos diferentes espaços onde exercem sua atividade, que no movimento desses processos pedagógicos definem e conforma sua identidade de trabalhadores, sua identidade de classe. Cabe enfatizar o nível organizativo e prático da natureza e das especificidades da atividade prático-educativa no cotidiano dos coletivos que participam, que traduzem o alcance e os limites de sua práxis e adquirem forma a partir das igualdades e das diferenças existentes entre as práticas micro localizadas e as práticas de alcance microrregional, sendo que ambas interferem de forma diacrônica no macro além sofrerem a interferência do contexto global.

Dizer que os sujeitos se educam na prática social que desenvolvem, nas avaliações que fazem de suas ações e na projeção de uma nova postura no próximo enfrentamento significa que esse processo comporta ação-reflexão-ação intencional, constituindo-se assim em uma práxis. Portanto, mesmo que não tenham consciência, a cada formação que participam estão se transformando e conseqüentemente se educando porque nas problematizações e avaliações desses momentos está embutida a intencionalidade e a diretividade pedagógica

de cada ação. São as lutas sociais que produzem as transformações e os sujeitos dessa luta são educadores sociais por excelência, independentemente de seu grau de escolarização. O trabalho como princípio educativo constituinte desta relação pedagógico-educativa está em considerar que no movimento da realidade e da sua ação na realidade, o sujeito pela sua atividade fundante ao interagir consigo mesmo e com o tecido social (natureza modificada) transforma-o ao mesmo tempo em que é transformado, educa ao mesmo tempo em que é educado.

O coletivo de trabalhadores pelas escolhas que vem fazendo, na sua quase totalidade nascidas de necessidades básicas/primárias para sobrevivência com dignidade, vem se mobilizando em várias frentes de luta de forma isolada ou juntamente com outros movimentos organizados. O que empresta uma dimensão participativa às suas ações ao mesmo tempo que inverte de forma radical a lógica da posição que ocupam na estrutura ao transformar, marginalizados pelo capital em lutadores sociais comprometidos com a saúde, a educação, a cultura, o combate à drogadição. Em sujeitos que buscam individual e coletivamente formas alternativas de produzir sua vida, seja via Economia Popular e Solidária, Clube de Trocas, Produção Cooperativa de Pães, entre outras atividades.

A capacidade que a Associação de Moradores vem construindo de universalizar as demandas sociais traduzidas em lutas específicas torna cúmplice/parceiros nesse movimento a sociedade como um todo. É o caso específico da luta contra a drogadição que foi lema das festividades dos seus 15 Anos e envolveu de forma pedagógica as escolas e suas direções, professores, alunos, comunidade, forças sociais que militam nos movimentos populares e a própria mídia local (rádios, jornais, TVs) que ao publicizar o evento comprometeu a sociedade e poder público local no seu combate, educando a sociedade.

Retomando o objetivo deste estudo evidencia-se a afirmação inicialmente defendida de que a prática social do coletivo de trabalhadores que compõem a Associação de Moradores do Bairro Castelo Branco II se constitui em uma prática pedagógica que a cada situação vivencial produz novos conhecimentos, próprios, no seu processo que é educativo. Processo que é diferente do processo educativo formal, centrado na memorização e internalização do conhecimento universal já produzido, por isso a importância de perceber que nas “franjas

sociais” existe uma pedagogia produtora de conhecimentos novos, que são elaborados na prática social, na vivência militante, no saber originário às vezes mítico das comunidades que é transmitido por atitudes, posturas e oralmente mas nem por isso desprovido de fundamentos. Quero dizer que não possuem o conhecimento explicativo formal, amparado teoricamente, isto é, podem não saber os princípios medicinais das plantas, mas sabem em que situações seu uso se aplica. Instrumentaliza-los para a apreensão crítica destas situações da realidade também é tarefa da educação popular ambiental.

Os “atos-limites” são as práticas necessárias que se objetivam como educação popular ambiental nos processos formadores dos sujeitos coletivos das lutas sociais. O que desafia o pensamento pedagógico tradicional a entender processos sociais como processos pedagógico socioambientais, resultantes da economia, da política e da cultura, que ao produzir novos contornos ao ambiente produz novos conhecimentos. O coletivo de trabalhadores produz educação no movimento de sua prática ao traduzir em ações as implicações presentes na sociedade em constante reformulação e desenvolvimento, além de demonstrar que a questão principal da educação está nos fins a que se destina e só faz sentido quando subordinada a fins e princípios emancipatórios, o que ratifica o pensamento do presidente de que “o conhecimento não é propriedade privada”. Penso que enquanto o que se convencionou chamar, pedagogicamente, de ação educativa permanecer restrito às paredes da escola, isolada dos temas e problemas da realidade do ambiente vivido e à parte das decisões políticas não haverá transformação social. Portanto, fundamental ao coletivo de trabalhadores assumir-se como comunidade construtora de conhecimento que busca analisar sua realidade imediata buscando alternativas para sua transformação ao mesmo tempo em que se transforma, reconhecendo ser este o seu papel. Ao assim agir, mesmo sem perceber, não separam o ato pedagógico do ato político sem confundi-los na prática social, tratando-os como parte de uma totalidade político-pedagógica que faz da educação um ato de conhecimento e conscientização, que por si só não leva o oprimido a se libertar da opressão mas transforma-o no movimento.

Analisando a conjuntura do movimento que vivi no tempo em que acompanhei as ações desenvolvidas pela Associação de Moradores foi possível compreender a vontade e o empenho, especialmente do presidente da Associação, em modificar os valores sociais capitalistas e fazer valer os valores socialistas, humanistas que garantam os direitos sociais. A recente regularização fundiária, uma conquista do movimento da luta contribuiu para a satisfação dos moradores e se traduziu no aumento do movimento comunitário e foi um resultado importante para seu fortalecimento, mas após essa conquista houve um refluxo dos moradores. A receptividade da Associação de Moradores tanto no bairro como na sociedade ainda está em alta devido aos acontecimentos recentes alusivos às festividades dos 15 anos. Foi um evento que mobilizou no primeiro dia com a passeata/marcha/caminhada as escolas do entorno, representantes de movimentos sociais, órgãos de imprensa e sindicatos, mas teve pouca participação dos adultos moradores do bairro, talvez por ter acontecido em um dia de semana em que a maioria tem de alguma forma seu trabalho, o que ocorreu também nas reuniões preparatórias de organização do evento, pelo mesmo motivo. Sua maior força de mobilização atualmente está na retomada das atividades de reforço escolar, na sede da Associação, que comporta por volta de 40 crianças, mas não tem contribuído para a participação dos adultos, principalmente dos que compõem a rede de voluntários, na formação política.

A pouca participação como fenômeno conjuntural foi identificada a partir das atividades dos 15 anos e das Oficinas do Talher Nacional onde era esperada maior afluência de moradores do bairro e lideranças locais. Como pano de fundo, a pouca mobilização pode ser atribuída a elementos de dominação ideológica presentes na estrutura social como a mídia, o trabalho ou a falta dele, a democracia representativa entre outros, como o Programa Bolsa Família que pacifica as pessoas frente aos problemas sociais e contribui para torna-los invisíveis. O repasse de renda desta política pública do governo federal comporta em si uma dualidade contraditória: de um lado faz muita diferença para as famílias, muitas delas já superando a fase da dependência o que é perceptível no movimento das crianças que já não dependem mais do almoço, como explica o diretor da escola CAIC em sua entrevista no Programa Outras Palavras. De outro

lado contribuindo para a inércia e a drogadição da população e assim condenada pelo coletivo de trabalhadores, eles mesmos dependentes desse recurso que encaram como natural no seu caso pelo trabalho social que desenvolvem. Outro ponto a considerar no fator desmobilização são as dificuldades provenientes da estrutura física deficitária da sede da Associação nos dias de chuva bem como as péssimas condições de infraestrutura do bairro que impedem a manutenção de um calendário fixo para as atividades de formação, dificultando além do acesso, o local adequado. Mais um ponto de estrangulamento desse processo desmobilizante refere-se à visita de políticos ao bairro, inclusive de partidos de esquerda, que reproduzem o assistencialismo pela distribuição de cestas básicas o que contribui para a passividade. Registro especial à contradição dos políticos dos partidos de esquerda que deveriam estar financiando a luta pelo fim da miséria e da fome generalizada e não a miséria e a fome de alguns poucos.

A mobilização das forças sociais, sindicais e político-partidárias ocorre em maior grau, seja participando com recursos financeiros e estruturais ou com a presença de lideranças, o que é importante para o movimento porque contribui com sua organização. A parceria com a justiça que possibilitou a Associação de Moradores se constituir em um espaço de cumprimento de pena sob a forma de trabalho comunitário foi um ganho enquanto recurso para a estrutura do movimento e organização das atividades burocráticas da Associação de Moradores, porém um elemento paliativo porque a qualidade da Associação de Moradores está em aglutinar e manter moradores participando ativamente de sua constituição.

O fornecimento de cestas básicas pelos políticos em geral, a parceria com a justiça, o esvaziamento da rede de voluntários, o surto de Hepatite A, o crescimento industrial da cidade aliado ao fato de ser este um ano eleitoral na Associação estão relacionados e interferem na participação dos moradores e na mobilização para a luta. Em contrapartida, o surto de Hepatite A foi um elemento propício para desencadear a aglutinação dos moradores na luta contra a falta de saneamento básico no bairro - o que é um direito - pois o alto índice da sua ocorrência como uma consequência concreta do descaso do poder público municipal com a saúde abriu espaço para a contestação, principalmente após o

programa da TV Furg. O crescimento industrial do município também se apresenta favorável a reivindicações porque além de aumentar a receita municipal (3º maior PIB do Estado do RS) traz um aumento de problemas para a cidade e também para o bairro, que precisa investimentos de toda ordem (segurança pública, infraestrutura, saúde, educação) sendo que esta deveria ser uma luta unificada de todas as periferias constituindo-se em um alto fator de pressão popular.

O cenário dos envolvimento do coletivo de trabalhadores que compõem a Associação de Moradores do Bairro Castelo Branco II mostra a nível local a dificuldade de mobilização no bairro e de formação na Associação motivado pela pouca participação dos moradores e da rede de voluntários, e evidencia o quanto estão distantes do exercício do controle social. No entorno, a Associação conta com sindicatos próximos e com o trabalho de pesquisadores e estudantes da Furg. No contexto do município, busca aproximação com o Programa de Prevenção a Violência – PPV, na articulação para o combate as drogas, via quadra poliesportiva o que não está se tornando uma realidade. No estado do RS, o maior envolvimento se concentra nas ações de formação em educação popular através da Recid - Rede Cidadã Talher Nacional.

Na correlação de forças envolvendo Associação de Moradores e Município existe uma relação que comporta aproximações e distanciamentos; de cooperação através da expectativa criada em torno do PPV via utilização da quadra poliesportiva, relação que esta se mostrando frustrada e, de confronto dada a divergência de entendimento entre estes entes quando o tema recai sobre os direitos sociais. Na correlação Associação e moradores, a tônica é a passividade expressa pela inércia do movimento e de cooperação dos moradores na luta contra a violência e as drogas e pelos direitos sociais. Nessa relação evidencia-se um dado da realidade local que diz respeito não só ao Bairro Castelo Branco II. Ocorre que, apesar do município possuir uma Secretaria de Meio Ambiente, e ter desde 1986 o seu PDI – Plano de Desenvolvimento Integrado – além de contar com órgãos colegiados ambientalistas como o CONAMA e a Agenda 21 Local, não tem sido capaz de estabelecer um padrão de gestão ambiental adequado às necessidades das periferias, o que inclui o Bairro Castelo

Branco II. O que sugere a necessidade de um amplo debate local que amplie a compreensão da sociedade sobre os problemas, desafios e ameaças oriundas desse “desenvolvimento” anunciado, com a finalidade de minimizar seus impactos para o município como um todo.

Na correlação que envolve Associação com o Talher Nacional, a relação é de cooperação pelo financiamento das oficinas de formação político-educativas; na correlação Associação e Sindicatos, importante salientar a cooperação dos mesmos com recursos para a execução das atividades sendo que a contrapartida se verifica pela coerência da Associação através do comprometimento com a luta pela transformação social. Finalmente na correlação da Associação em sua relação com a Furg, a cooperação se dá por meio de pesquisadores e projetos de extensão que contribuem para a formação escolarizada das crianças, porém a Associação de Moradores como movimento se vê refém da exploração dos pesquisadores que realizam suas pesquisas e não dão retorno de seus achados.

Vista sob a ótica dos seus envolvimento a Associação de Moradores é o movimento que executa e, como um todo estruturado no movimento de sua ação está sempre se reformulando e se propondo novos problemas e desafios.

A riqueza e a diversidade das situações encontradas no campo empírico se tornaram perceptíveis na conexão dos episódios formadores da totalidade nestas penúltimas palavras e mesmo assim a análise permanecerá inconclusa porque a realidade estudada é um fenômeno social concreto se dando historicamente na realidade vivida pelo coletivo.

Na realidade, o objetivo maior que a Associação de Moradores persegue como um movimento maior que ela própria e que extrapola sua configuração, é o movimento de busca pela “saída da caverna²³”, processo permanente e inacabado, o que é uma opção e não prescinde da participação coletiva porque a liberdade contém nela mesma a libertação do outro, por isso vem se mostrando ao longo deste trabalho como uma realização parcial, como um fenômeno de superfície.

O movimento de busca pela saída da caverna é conflituoso, quase sempre de retorno ao ponto original, um processo permanente em que todos estamos

²³ Referência a Alegoria da Caverna nos Diálogos de Platão

envolvidos, ocasiões em que é preciso aprender a recomeçar tudo de novo e a cada momento empreender uma nova “travessia” (FREIRE, 1986). Fato que precisa ser vivenciado para ser apreendido porque próprio da inconclusão do ser humano na sua busca por “ser mais”. Mostra que apesar da aparente confusão gerada pelo excesso de luz não é difícil enxergar, que é possível adaptar-se a nova realidade percebida para depois criticamente transformá-la, já que a tarefa histórica da Associação de Moradores é investir na produção de sujeitos que vivam e compreendam a realidade como ela é e não apenas a sua projeção, sendo assim capazes de admitir-se como seres de busca por um outro mundo possível sendo este o significado maior de assumir a prática social como prática pedagógica.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação*. – 2 ed. Ver. E atual – São Paulo: Moderna, 1996.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A pergunta a várias mãos: a experiência da pesquisa no trabalho educativo*, - São Paulo: Cortez, 2003.

DEMO, Pedro. *Solidariedade como efeito do poder*. - São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002.

DEMO, Pedro. *Pesquisa Participante: usos e abusos*. In A pesquisa-ação-participativa em educação ambiental: reflexões teóricas. Marília Freitas de Campos Tozoni-Reis (org). – São Paulo: Annablume; FAPESP; Botucatu: Fundibio, 2007.

DUARTE, Newton. *Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski*. – 3.ed. ver. E ampl. – Campinas SP: Autores Associados, 2001.

ENGELS, F. *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. In Dialética do Trabalho. Ricardo Antunes (Org). – São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FIORI, Ernani Maria. *Aprender a dizer a sua palavra*. In Pedagogia do Oprimido, 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRANCO, Jussara Botelho. *A educação não formal do trabalhador e da trabalhadora na cidade do Rio Grande, na virada do século*. 2002. 33f. Monografia (Conclusão de Curso de Pedagogia – Habilitação Ensino Médio) – Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande.

FRANCO, Jussara Botelho. *Educação não-formal e educação ambiental: experiência na vida dos trabalhadores*. 2005.144f Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande.

FRANCO, Jussara Botelho; MOLON, Susana Inês. *Educação não-formal de adultos como espaço de constituição do sujeito*. In Revista Didática Sistemática, v.5, jan./jun. 2007.

FRANCO, Jussara Botelho; SATT, Jorge Antonio de Oliveira. *A educação Ambiental encontrando a educação de jovens e adultos nos diferentes espaços educativos*. In Revista da Alfabetização Solidária, v.7, n.7, - São Paulo: Marco, 2008.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. Trad. Kátia de Mello e Silva, 3 ed., São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. - 8 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. Trad. Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martins. - 6 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo, GADOTT, Moacir e GUIMARÃES, Sérgio. *Pedagogia: diálogo e conflito*. 2ed. – São Paulo: Cortez Autores Associados, 1986.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. . 17 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. - 26ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?*. Trad. Rosisca Darcy de Oliveira. 13 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Ana Maria Araújo. - Jaime José (org.). *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Trabalho, conhecimento, consciência e a educação do trabalhador: impasses teóricos e práticos*. In *Trabalho e Conhecimento: dilemas na educação do trabalhador*. Carlos Minayo Gomes et all. – 4.ed. – São Paulo: Cortez, 2002

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GOHN, Maria da Glória. *Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor*. - São Paulo: Cortez, 1999.

GOHN, Maria da Glória. *Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas*. In *Revista Ensaio: aval. Pol. Públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v.14, n.50, p.27-38, jan.\mar. 2006.

GUIMARÃES, Mauro. *A formação de educadores ambientais*. - Campinas: Papyrus, 2004.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. – São Paulo: Vértice, 1999.

HELLER, Agnes. *Teoria de lãs necessidades em Marx*. Trad. J.F.Yvars – Barcelona: Ediciones Península, 1986.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. - 7 ed., Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2002.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. *Muito além da natureza: educação ambiental e reprodução social*. In Pensamento complexo, dialética e educação ambiental. Orgs. Carlos Frederico B. Loureiro, Philippe Pomier Layrargues, Ronaldo Souza de Castro. – São Paulo: Cortez, 2006.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. *Para que a educação ambiental encontre a educação*. In Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental / Carlos Frederico B. Loureiro. – São Paulo: Cortez, 2004.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. *Teoria social e questão ambiental: pressupostos para uma práxis crítica em educação ambiental*. in Sociedade e Meio Ambiente. São Paulo, SP: Cortez, 2000

LOUREIRO, C. F. B.; AZAZIEL, M. & FRANCA, N. *Educação Ambiental e gestão participativa em unidades de conservação*. Rio de Janeiro: Ibase/Ibama, 2003.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. *Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental*. – São Paulo: Cortez, 2004.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. *Educar, participar e transformar em educação ambiental*. In Revista Brasileira de Educação Ambiental/REBEA – nº 0 (nov. 2004). – Brasília: Rede Brasileira de Educação Ambiental, 2004b.

LOUREIRO, C. F. B. e AZAZIEL, M. *Áreas protegidas e “inclusão social”:* problematização do paradigma analítico-linear e seu separatismo na gestão ambiental. In: Irving, M. de A. (org.). *Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados*. Rio de Janeiro: Aquarius, 2006.

MARX, K. *O Capital*. 7 ed., São Paulo: Difel, 1982

MARX,K. e ENGELS, F., *A Ideologia Alemã*.

MELLO, Marco. *Pesquisa Participante e Educação Popular: da intenção ao gesto*. – Porto Alegre: Ed. Ísis, 2005.

MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. Trad. Isa Tavares. – São Paulo: Boitempo, 2006.

MOLON, Susana Inês. *Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky*. - São Paulo: EDUC, 1999.

NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo, *Economia Política: uma introdução crítica*. – São Paulo: Cortez, 2006.

PERALTA, Joaquín Esteva. *Ambientalismo y Educación. Hacia una educación popular ambiental in América Latina*. In: Centro de Estudios Sociales y Ecológicos. *Contribuciones Educativas para Sociedades Sustentables*. – Michoacán: Cese, 1997.

PINTO, Álvaro Vieira. *Ciência e Existência: problemas filosóficos da pesquisa científica*. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ROESE, Mauro. *A metodologia do estudo de caso*. In *Cadernos de Sociologia*, v.9, Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 1998.

REIGOTA, Marcos. *Fundamentos teóricos para a realização da educação ambiental popular*. In: Em Aberto, Brasília, v.10, n.49, jan.\mar., 1991,

SAWAIA, Bader. *Ambientalismo e participação na contemporaneidade*. Coord. Marcos Sorrentino – São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001.

SILVEIRA, Elisangela de Felipe Rodrigues. *A construção da territorialidade alternativa na cidade do Rio Grande o Movimento de Luta pela Moradia no Bairro Castelo Branco II*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRGS, 2005.

SORRENTINO, Marcos. *Postfácio*. In *Ambientalismo e participação na contemporaneidade*. Coord. Marcos Sorrentino – São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001.

TAGELIANI, Paulo Roberto. *Contribuição para o debate ambiental na sociedade local. Conjunto de textos publicados no "Jornal Agora", Rio Grande..* In *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, volume 13, julho a dezembro de 2004.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TORRES, Rosa Maria. *Discurso e prática em educação popular*. Trad. Américo Piovesan – Ijuí: UNIJUÍ Ed. 1988.

TORRES, Carlos Alberto. *A política da educação não formal na América Latina*. Trad. Lólio Lourenço da Silva. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da Práxis*. trad. Maria Encarnación Moya.- 1ª. Ed. – Buenos Ayres: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; Expressão Popular Brasil, 2007.

VELASCO, Sírio; et all. Pesquisa realizada em 1998 e recebida por e-mail em março de 2009.

WOOD, Ellen Meisksis. *Democracia contra o capitalismo – a renovação do Materialismo Histórico*. São Paulo: Editora Boitempo, 2003.

7. LISTA DE ABREVIATURAS

APTAFURG – Associação do Pessoal Técnico Administrativo e Marítimo da Furg

CAIC – Centro Integral de Atenção a Criança e ao Adolescente da Furg

CMP – Central dos Movimentos Populares

CONDICA – Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente

CONSEA – Conselho de Segurança Alimentar

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CMS – Conselho Municipal de Saúde

EA – Educação Ambiental

FURG – Universidade Federal do Rio Grande

MEC – Ministério da Educação

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

OP – Orçamento Participativo

PPP – Projeto Político Pedagógico

PT – Partido dos Trabalhadores

RS – Rio Grande do Sul

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária

TALHER - Rede de Educação Cidadã Talher Nacional

8. ANEXOS

Anexo 1 – Seminário discute Rádio Comunitária

Destaques do

ANEXO 1

Início

Ensino

Pesquisa

Extensão

Educação à Dist

Notícias

22/06/2007 - Seminário discute Rádio Comunitária

Moradores do Castelo Branco 1, 2 e Santa Rita de Cássia terão atividades sobre essa

O 1º Seminário de Rádio Comunitária será a atração neste sábado (23) para os moradores dos bairros Castelo Branco 1, 2, Santa Rita de Cássia e comunidade de Rio Grande. Na comunidade poderá conhecer a montagem e o funcionamento de uma rádio comunitária e como debater a importância deste serviço através de exposições, mesa-redonda, projeções de filmes, dinâmicas e apresentações culturais. O seminário é uma proposta do Projeto Vivências em Educação Popular (Vepop), do Fórum Permanente de Educação Popular dos bairros Castelo Branco 1, 2 e Santa Rita e Central de Movimentos Populares.

Segundo o estudante de Biologia e integrante do projeto Vepop da Furg, Daniel Pereira, o objetivo do encontro é articular as comunidades destes bairros para que se construa uma rádio comunitária. "Os Sindicatos de Rio Grande irão emprestar os equipamentos para a comunidade e os interessados irão aprender sobre o funcionamento, a montagem e a aparelhagem para colocar uma rádio comunitária no ar. A idéia é que se transmita o seminário ao vivo, de forma experimental", diz.

Para o integrante dos Movimentos Populares Sillas Pereira, a rádio comunitária deve ser uma ferramenta da comunidade, que reproduza suas informações, e que não se traga caráter comercial, religioso e propriedade de um grupo político. "Rádio comunitária é um instrumento de democracia e participação da comunidade. Ela deve ser da comunidade, ligada a uma realidade de moradores que a dirija, e que sempre discuta a sua programação", acredita.

O seminário é gratuito e será realizado no Salão da Comunidade Católica Santo Antônio na rua I, nº 101, esquina com rua S, bairro Castelo Branco 2. A programação terá início às 9h da manhã.

Programação:

9h – Acolhimento e apresentação do Fórum Permanente de Coletivos

9h30min – Exposição e Debate: O que é Rádio Comunitária, para quem e para quem? Daniel Pereira da Central de Movimentos Populares

10h30min – Exposição e Debate: A experiência de Gravataí – Frei João Osmar, Comunidades São Lucas

11h30min – Apresentação do Grupo de Hip Hop Mente Sem Limites

12h – Almoço coletivo

14h – Oficina de Montagem de Rádio

15h – Relato de experiência da Rádio Com Pelotas

16h – Intervalo e dinâmica com estudantes de educação física e Vepop da Furg

16h30min – Exibição de trechos do filme "Uma Onda no Ar"

17h – Encerramento – Roda de debates e encaminhamentos finais

ANEXO 2

www.jornalagora.com.br

GERAL

AGORA

PÁGINA 6 ■ Rio Grande, 10 e 11 de Maio de 2008 - SÁB./DOMINGO

Economia solidária será discutida em seminário

Neste sábado, das 9h30min às 17h, acontecerá, na sede do Sindicato da Alimentação, o Seminário Municipal de Economia Solidária. Estão inscritos para o evento mais de nove grupos de economia solidária. De acordo com André Martins, agente de Desenvolvimento do programa BrasilLocal - Desenvolvimento e Economia Solidária, a proposta é que as pessoas e grupos organizados possam absorver a Economia Solidária (ES) e sair da disputa capitalista.

O seminário é organizado pela Central dos Movimentos Populares, pela Associação de Moradores do Bairro Castelo Branco II, Grupo de Catadores e Recicladores Vitória, ONG Trabalhando a Mente, Sindicato da Alimentação e Associação do Pessoal Técnico Administrativo da Furg (AptaFurg). A abertura do encontro contará com a presença de Dione Monetti, diretor de Fomento da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes/MTE), e de Lúcio Uberdan, dirigente estadual do Projeto BrasilLocal.

A programação inclui palestras, trabalhos em grupos e trocas de experiências entre os grupos de ES participantes.

BrasilLocal

O projeto Brasil Local (BrasilLocal), do governo federal, apoia o desenvolvimento local sustentável por meio do fomento a organização de empreendimentos coletivos geridos pelos próprios trabalhadores. Para alcançar esse objetivo, o BrasilLocal identifica demandas do público beneficiário e busca superá-las em conjunto com outras políticas públicas. Atua a partir de Agentes de Desenvolvimento, escolhidos pelas pró-

■ FOTOS: GERSON PANTALEONA



Grupos de Economia Solidária atuam com diversas atividades, como o artesanato

go e executado em conjunto com a Universidade de Brasília (UnB). Mais de 1,7 milhão de pessoas vivem da Economia Solidária no Brasil hoje, entre homens e mulheres que se organizam em mais de 20 mil empreendimentos espalhados por todo o País.

Economia Solidária

É um maneira diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. É também um movimento social e econômico, considerando que os trabalhadores se organizam também em redes e fóruns para exigir mais espaços na sociedade, políticas públicas, financiamentos e reconhecimento pela legislação e que o objetivo principal é que todos tenham direito ao trabalho e a renda, assim como aos bens e serviços necessários à sobrevivência.

CARMELO ZEBELL



Farmácias São João

Anexo 3 – Entrevista no Programa Outras Palavras – TV FURG

Karla Lobato: Olá, começa agora o Programa Outras Palavras, o programa de debate da FURGTV. O tema de hoje é a Castelo Branco II e pra conversar sobre esse bairro do município de Rio Grande, estão presente aqui hoje no Outras Palavras, a Jussara Botelho Franco, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da FURG. Obrigada pela sua presença Jussara.

Jussara: Eu que agradeço o convite de vocês.

Karla: Também o André Lemes da Silva, o diretor do CAIC, muito obrigada pela presença André.

André: Agradeço a oportunidade de estar aqui discutindo o nosso bairro.

Karla: E também aqui conosco a Claudia Degani, coordenadora de projetos da Secretaria de saúde, cidadania e também da cidadania e assistência social.

Claudia: Eu agradeço o convite e espero contribuir para o debate.

Karla: E o André Martins, presidente da Associação de moradores do bairro Castelo Branco II.

André: Mais uma vez participando e contribuindo.

Karla: Um bairro que a gente tem aqui algumas informações, com mais ou menos 5500 habitantes, eu queria que o André começasse colocando pra nós algumas características do bairro Castelo Branco II, principalmente a história de sua criação, André?

André: Primeiramente, mais uma vez agradecendo a oportunidade de estar aqui presente com o pessoal da tv FURG, que pra nós é bem gratificante levar adiante a população rio-grandina, o conhecimento do nosso bairro. Pra quem não sabe, propriamente dito, se localiza a Castelo Branco II, ela fica na zona oeste da cidade, situada a 500 metros da Universidade Federal campus carreiros, FURG Campus Carreiros. Então ele é um bairro que foi construído por iniciativa popular, ele não foi um loteamento, nem um projeto habitacional por parte do executivo, ele foi um projeto da população oprimida, sofrida, que naquela ocasião se juntaram e, que se espalhou aquelas ocupações pela cidade inteira, na Aliança da Bahia, na 1º de maio, teve ali nos maristas na avenida Argentina, teve atrás da Cohab 4 e teve na Castelo Branco II. Então foi uma onda de ocupação das famílias oprimidas, com o salário valendo muito pouco e as famílias se organizaram de forma coletiva e resolveram ocupar espaços, pra construir suas futuras unidades habitacionais e, atualmente, a Castelo Branco II, tem muitos problemas assim, teve alguns avanços significativos, mas ela tem alguns problemas bem complicados, como a questão do saneamento básico que é praticamente inexistente, as escolas que não existe nenhuma, tem as escolas ali do lado que é o CAIC que a gente utiliza, o João de Oliveira que fica na Castelo Branco I, mas propriamente dito, não existe escolas construídas no bairro Castelo Branco II, temos problema também da informalidade, a maioria dos trabalhadores de 60 a 70% na informalidade, que é os fazedores de bico que a gente chama, em grande parte, pedreiros, pescadores, pessoas que confeccionam e vivem da economia solidária também, confeccionando pães, cucas, entre outros né, buscando uma maneira de dar um sustento pra sua família.

Então ele é um bairro assim marcado por muita dificuldade, um bairro que tem quase 6000 pessoas hoje, ele tem 1040 lotes, cada lote se medindo 8 de frente por 25 de fundo, são tudo padronizado, e tem também a questão da, da droga que predomina muito e causa muito transtorno pra nós, nos preocupamos muito com as nossas crianças, isso é uma questão bem complicada também, a droga de um tempo pra cá ela se deu uma proliferada muito grande, e ela tá dando um alerta pra nós adultos, pais, mães, que a gente precisa de imediato se mobilizar e se conscientizar pra que pare, porque tá muito complicado essa situação, a violência doméstica, a questão do chefe da família ser grande parte as mulheres, marcado por mulheres, uma média de 4,5 filhos por família também, um numero bem elevado, então essas coisas são assim, são coisas que tem que entrar no conhecimento dos poderes públicos, principalmente o municipal, pra que haja mais investimento, pra que a gente trate a cidadania e o resgate da auto estima diferenciado, porque se a gente trabalhar encima da saúde dentro do bairro, nos postos resolvendo os problemas pequenos, um exemplo que eu vou dar aqui, a gente vai ter menos leitos, alias mais leitos sobrando nos hospitais, porque quando o problema é resolvido no posto de saúde dando qualidade, atendendo problemas pequenos as pessoas não precisam se deslocar para o hospital isso evita, há as vagas de leitos pra quem precisa e isso resolve o problema dentro das comunidades, isso são questões bem, bem...

Karla: Bem pontuais, bem interessantes, eu acho que a Claudia como coordenadora de projetos da secretaria de saúde e da assistência social, ela poderia colocar aqui pra gente, eu sei que o

Programa de Prevenção a Violência que ele vai entrar no bairro agora, mas quais são as atividades que existem dentro do bairro Castelo Branco II, com relação a cidadania, assistência social e saúde?

Claudia: Acontece assim que no ano passado quando o município aderiu ao programa de prevenção a violência, nós deveríamos escolher uma área piloto, essa área deveriam ter pessoas carentes, até por indicadores da segurança pública ser uma área com bastante vulnerabilidade social, mas também ter potencialidades pra gente poder trabalhar. Bom nesse mapeamento houveram 03 grandes áreas, que seria a área da Castelo I e II, nesse agrupamento, tem também a área da São Miguel e o BGV. Porém foi contemplada a Castelo Branco em vista de já ter, ter sido uma das primeiras áreas com a implantação da estratégia de saúde da família, até advindo de um apoio que a FURG sempre deu né, que uma das primeiras unidades foi dentro do CAIC, então por ter todas essas potencialidades, ter vários projetos da FURG atuando lá dentro, então é um bairro, aquele entorno ali, vamos dizer assim, tem muito o trabalho da FURG agindo ali, mas precisa realmente de bastante investimento, então a gente contemplou ao invés de contemplar o BGV, contemplamos então a Castelo, foi feito um levantamento que a Castelo seria então privilegiada, que ocuparia a I e a II, foi montada uma assembleia e foi montado todo um comitê, convidando todas as instituições que quisessem participar, pra quê? Pra que esse ano começar, a gente tentar né, fazer o planejamento pras ações, porque é um bairro que precisa de muitas coisas mesmo. Uma coisa que esta sendo vista mesmo é tanto a parte da violência infantil, em relação à criança, foi um dos indicadores que foi levantado, quanto à parte da drogadição e, pra isso o que a gente precisa, trabalhar as famílias, então com isso daí a gente tentou aumentar a abrangência do PIM, que é o Programa Primeira Infância Melhor, que antes nos tínhamos 11 visitantes, nenhum no bairro Castelo Branco e agora foram colocados, então o que a gente quer manter esses e aumentar, pra que todas as crianças, gestantes, e crianças de zero a seis anos possam ser atendidas, as mães orientadas em como lidar, sabendo que essa primeira infância é muito importante, esse afeto, esse trabalho é muito importante pra gente evitar depois a violência e a drogadição, né, vamos dizer a busca pela drogadição e outra vamos dizer, tipos de violência que pode ocorrer. Então a gente trabalhar bem no PIM, que antes não existia, mas que hoje a Castelo I e II, já tem o PIM, que é da saúde, educação e assistência social, ele é de 03 secretarias e também o PPV que veio, que veio trazendo o que, alguns incentivos, trouxe pra estratégia, tem mais uma equipe atuando lá no bairro, tinham 02, uma Castelo Branco I e outra Castelo Branco II e agora tem mais uma equipe que foi colocada, pra tentar melhorar a qualidade e também foi construído também uma quadra, essa quadra, não vai ser apenas da Castelo I ou da II, mas do entorno, do pessoal do CAIC, da Santa Rita de Cássia, da Cidade de Águeda, que o programa também cresceu pra ali, também vão usar por ali e vão usar pra que? Pra projetos. A comunidade tem um projeto, vamos dizer o Mente Sem Limite tem um projeto, eles querem utilizar a quadra, a quadra é pra ser utilizada pra projetos da comunidade, o PIM precisa pra usar os grupos, vai ser ali, pra comunidade, vem alguém aqui do Centro, “ah eu quero fazer um projeto voluntário pro pessoal de lá”, então tá então vai ter uma escala, vai ter um comitê formado por pessoas dos 04 bairros e que as pessoas vão escolher os projetos que vão atuar, fazer uma escala, pra utilizar aquela quadra, então vai ser a, a... Quem vai manter é o setor público, mas a gestão vai ser partida, partida por que, porque a comunidade vai poder dizer olha hoje nós queremos que esse projeto venha pra cá, ou não esse projeto não é do nosso interesse...

Karla: Uma aproximação dos projetos.

Claudia: Isso, mas a quadra tem que ser usada para projetos pra comunidade, não é apenas eu quero fazer um lazer, se eu quero fazer um lazer eu tenho que ter um projeto pra isso, pra mostrar até uma continuidade, que público eu quero atender, não apenas um fazer por fazer, então a gente quer conscientizar as pessoas pra elas também fazerem, pra de repente elas captarem um recurso, pra também conseguirem coisas pra melhorar, de repente um uniforme se quiserem fazer pra um time de futebol, então a gente precisa, então isso aí vai ser um espaço que a gente precisa, um espaço saudável, pra que todos, porque a gente adoraria que essa quadra fosse usada 24 horas, por que aí o que é utilizado não é depre... Vamos dizer assim, os vândalos não atuam, começa a depredação quando uma coisa não é utilizada, então vai ter um porteiro ali que vai ficar responsável por isso, e vai ter uma comissão que vai se reunir pras pessoas por exemplo poderem votar os projetos, tal e tal projeto a gente quer, os horários que forem vagos a gente vai ser então colocado pra comunidade, que se quiserem fazer uma atividade esportiva, mesmo sem projeto, se sobrou pode, desde que se responsabilize pelos cuidados. Esse aí é um modelo que a gente viu de Canoas, que a gente trouxe, e o pessoal tá estudando, e achou que seria viável pra

gente contemplar os projetos e também as atividades extras que as pessoas tenham que ali não tem um espaço pra praticar, porque a única quadra que tem é da escola e apenas para os alunos da escola. E essa não, essa a gente quer contemplar todos os projetos que tenham ali no bairro tenham pra utilizar ali, que todos possam utilizar, porque a gente não tem espaços, as próprias estratégias quando querem fazer um grupo elas utilizam as igrejas que são bem receptivas qualquer instância de igrejas, como outras religiões que recebem no seu espaço os grupos tanto de planejamento familiar quanto os grupos de atendimento das crianças do PIM, porque a comunidade participa bastante e empresta seus lugares. Mas a gente tem que ter um local maior.

Karla: Um local específico. E aí entra muito a questão tanto o André quanto a Claudia que ambos colocaram o CAIC enquanto referência, não é André, ali no bairro Castelo II especificamente, nós não temos escolas, porém temos escolas de referência, uma delas o CAIC, não só como escola, referência como posto de saúde, funcionando ali perto próximo, como é que esse contato e a importância que tu como diretor do CAIC vê que essa comunidade dá pra escola?

André Lemes: Primeiro tem uma coisa que é muito importante colocar que o CAIC e o bairro nasceram no mesmo período, o CAIC sendo um ano mais velho que o bairro Castelo Branco II, mas relação já é desde a constituição destes dois espaços e o CAIC como um centro de referência da universidade ele criou um total vínculo com essa comunidade, no primeiro ano de funcionamento do CAIC, quando ainda não existia ainda o bairro, o público atendido, tanto pela saúde quanto pela escola de ensino fundamental que nós temos, era o público da vila Maria, do outro lado do campus porque não tinha essa comunidade ainda, e já tinha uma escola na Castelo Branco I, que é a escola municipal João de Oliveira Martins, que já atendia aquela demanda. Então com o nascimento do bairro Castelo Branco II, dentro dessa perspectiva que o André já colocou a luta dos moradores, da população pelo reconhecimento de espaço e de conquista de espaço para a sua moradia, então o CAIC passou a ser meio que o foco dessa comunidade, tanto na assistência de educação quanto a assistência básica de saúde, então a relação ela é sempre muito próxima, tanto a gerada pela própria dinâmica da educação, que a escola ela tem essa relação com a comunidade, com os pais, os estudantes, os familiares em si, mas também sendo o CAIC hoje, ele sempre funcionou mas, cada vez mais ele se configura nesse espaço de referência, entre a ligação entre os projetos que a universidade está oferecendo e essa comunidade, então hoje 60% dos nossos estudantes e 90% da população atendida pela nossa área da saúde é da Castelo Branco II, então o CAIC tem muito esse foco voltado pra ali, tanto que nós compomos uma rede de escolas, que nós chamamos de escolas da zona oeste, porque a gente está mais pra esse lado da Castelo Branco II, embora a gente ainda atendemos alunos da vila Maria, da Cidade de Águeda, da Santa Rosa, de vários bairros aqui do entorno do campus, mas o foco então está ali.

Então a relação tem sido muito próxima, eu estava aqui pensando e ouvindo, então é um bairro do ponto de vista estrutural que tem muitas dificuldades, muitas, eu estou sendo bem taxativo assim, é um descaso total, do poder público com aquele bairro, mas eu nem quero tocar nesse assunto, eu quero reforçar o potencial humano que está ali posto, é um bairro que foi constituído por lutadores, ninguém deu pra eles aquele espaço pra eles morar, eles conquistaram, foi na luta e a gente sente nas pessoas quando conversa, com os pais, com as mães, quando a gente vai lá no bairro conversar com as crianças, isso é muito presente, são pessoas muito lutadoras, isso é um aspecto fora do normal pra mim, ter uma comunidade que luta pra ter o seu próprio espaço, então toda a atividade que a gente realiza no CAIC ou lá mesmo no bairro ou numa reunião na associação de moradores, isso pra mim fica latente, essa vontade, esse querer, e eu ainda reclamo com eles, vocês estão muito morosos, tem que reunir mais, tem que movimentar mais essa comunidade, esse trabalho agora que a secretaria de saúde, assistência social, de educação, estão desenvolvendo ali naquela comunidade é uma coisa que já devia ter a muito tempo, não é só ali, claro que não é só ali, porque a nossa cidade infelizmente nós temos focos de vulnerabilidade por todos os cantos, não precisa ser muito expert ou especialista pra saber, basta dar uma circulada de ônibus pela cidade que a gente vai ver...

Jussara: Passando pelo transbordo.

André: Passando pelo transbordo isso mesmo, mas ali tem um foco, que essa nossa região da zona oeste é a mais populosa da nossa cidade, é uma região desprovida de qualquer infraestrutura, e infraestrutura eu digo assim o mínimo, eu brinco assim com as pessoas, nós estamos sempre no foco das epidemias de saúde agora, nós estamos, eu esqueci de falar que na nossa unidade de saúde do CAIC, assim como, a Claudia já tinham colocado, foi a primeira

experiência de saúde da família no município, foi o projeto piloto que hoje tem aí 20 e poucas unidades espalhadas pelo município.

Eu estava falando né Karla, sobre a questão da infra estrutura, nunca esqueço de uma oportunidade, em que uma empresa, uma ONG, contratada pela Petrobras, fez um levantamento sócio ambiental do bairro e ali eles apresentaram pra nós números, o bairro tem tantas valetas, eu nunca esqueço de uma fala que eu fiz aquele dia, saber que tem valetas todos nós sabemos, porque a população abre a porta e bota o pé direto na valeta, a questão principal é como resolver este problema, acho que este é o maior desafio pra gestão pública do município, do estado, do país, tem que envolver todas as gestões, agora tem que ser olhado pra isso. Nós estamos no foco, eu estava falando da nossa unidade básica de saúde, nós estamos no foco de todas as principais epidemias de doenças que acontecem nesta cidade, nós tivemos ano passado um surto de gripe H1N1, que o foco estava lá na zona oeste, nós iniciamos o ano de 2010 com o foco de Hepatite A e o foco tava na zona oeste, agora nós vivemos um grande medo, porque as doenças estão aparecendo cada vez mais e elas matam mais rápidas e agora um indício, um caso confirmado de meningite, que é uma doença que mata super rápido, ela não fica brincando com a gente, de uma moradora da Castelo Branco II, que é nossa aluna, que tem, então tá no foco, se a gente for olhar as origens dessas doenças, todas é da contaminação da água, é da falta de estrutura, das casas que não tem banheiro, e isso pra nós tem sido o maior complicador em termos de cuidar da vida dessas pessoas assim, tem sido um problema bem grande e as vezes eu olho assim, posso ser sonhador, uma coisa bem utópica, mas eu olho, canalizar aquelas valetas, melhorar, não precisa nem botar asfalto, botar pedra nada, basta ter um processo de saneamento básico naquelas casas ali, que nós já resolvemos 50% dos problemas de saúde que nós temos, porque esses problemas de saúde se refletem em outros espaços, como é que um aluno da primeira serie do ensino fundamental que está em pleno processo de alfabetização fica longe da escola por 60 dias porque contraiu hepatite, ele não entende, por que a hepatite ela fica uma semana dá ali uma dor de barriga e depois ele melhora, e ele não entende porque tem que ficar 60 dias fora, eles apareciam e diziam nós estamos bem professor, e eles estão bem, só que estão transmitindo, mas não faz diferença pra uma criança? Já tá desprovida de um monte de coisa e tá desprovida do seu direito de ir a escola por um problema de saúde, a Jussara deve ter muito mais informações porque acompanha ali a comunidade no trabalho que está desenvolvendo com os moradores e pode contribuir com isso assim, mas eu vejo que isso é latente naquele bairro que é questão da infraestrutura, se a gente tiver um infraestrutura por mais básica que seja, só isso em si já muda a auto estima das pessoas...

Karla: Muda uma realidade.

André Lemes: Muda uma realidade. Já é um outro processo, então eu vejo, que as coisas tem caminhado nisso e a gente tem tentado contribuir dentro das possibilidades que a nossa universidade oferece até porque a nossa frente de ação como instituição, como universidade não é resolver o problema do saneamento básico, a universidade, não tem esse papel de canalizar as valetas, a gente discute com a população, faz projetos de pesquisa, projetos de extensão, de ensino, mas ela fica numa atuação um pouco limitada. Então a gente tem lidado um pouco com isso, lidar de um lado com o sofrimento com a população e são muitos e de outro lado uma satisfação muito grande que é de ver todos esses sofrimentos essa população é guerreira é firme, tá ali todos os dias, as mães, os pais, levando os filhos na escola, levando pra ver a saúde e como tá e como não tá. Então isso mostra que são poucas as intervenções que precisam ser feitas, pra que as pessoas recuperem ou melhorem a sua auto estima e possam ter uma vida um pouco mais digna.

Karla: E a Jussara esta ali inserida ate por uma pesquisa que faz ali dentro do bairro. Jussara como é que tu vê a realidade do bairro Castelo Branco e até porque se voltar pra esse bairro através de estudos?

Jussara: Então o André custou muito a me receber lá no bairro quando eu fui falar com ele que eu gostaria de fazer a minha pesquisa lá, e uma das coisas que ele colocou é que a associação e as pessoas lá já não aguentam mais os pesquisadores, que vão lá, e pegam o conhecimento do morador e fazem uma serie de perguntas e ele ainda me dizia uma pergunta repetitiva e vão embora. E nunca mais voltam pra dizer qual foi a conclusão do seu estudo e algumas vezes fica ... Tendo acesso a esses estudos e não concorda com o que esta sendo dito, porque não foi discutido junto, não são pesquisas participativas que acontecem, tu vai lá faz um diagnóstico, tu colocas a tua opinião na pesquisa e as pessoas não ficam sabendo e as vezes as pessoas não concordam inclusive com aquele resultado que tu chegasse. Então quando eu cheguei lá pra

conversar com ele, ele não queria me receber lá dentro do bairro, porque disse agora nós vamos mudar isso, porque as pessoas vem aqui, só sugam, sugam e sugam e não trazem retorno nenhum. Aí eu tive um pouquinho de dificuldade, mas eu consegui mostrar pra ele que seria um pouco diferente, até pelo meu envolvimento com a Castelo não foi assim de quando eu fui fazer a minha pesquisa, o meu envolvimento com a Castelo vem do meu tempo de técnica administrativa da universidade quando a Aptafurg, começou a trabalhar junto com o pessoal que estava acampado, ali depois em frente a prefeitura, então a gente teve todo um...

Karla: Acompanhou essa historia?

Jussara: Acompanhou essa historia da ocupação, depois acompanhamos dentro do bairro, como as coisas estavam se organizando, um pouco da organização deles, sempre mantendo um pouco de contato, um pouco de contato ali através do CAIC, de estar por ali. Então quando surgiu a oportunidade da pesquisa, que eu queria ver, eu trabalho com a educação nos espaços não formais, então como a educação ambiental num espaço de educação não formal que seria o bairro como ela pode contribuir pra aquisição de mais conhecimento da população, então como a associação de moradores como um movimento social e que esta constituído lá dentro e que representativo da população, quais as mediações que ele faz, que a associação faz, as suas mediações ela interfere na elaboração de alguma política publica? E a gente já tem isso analisado e quais os espaços que participam? Como se da esse jogo de relações? E o que isso traz de positivo pra vida da comunidade? Mas falando um pouco do que o Andre tava falando, eu vejo ali dentro da Castelo, dentro da associação, onde é o meu foco maior, eu vejo que a associação aglutina as pessoas, tem uma biblioteca ali dentro que é, que se presta pra fazer um projeto bom pra trabalhar, eu vejo que os, as crianças da Castelo, eles tem um turno inverso, eles tem aula de alfabetização, aos sábados eles tem aula de reforço, e as crianças estão muito entusiasmadas, elas vão participam e querem mais e isso é bom de se ver, os adultos agora, que o CAIC ta com EJA, isso é bom, de pessoas do bairro que estão inseridos com o projeto da educação de adultos, que tem vontade e de aprender mais, de saber mais, e isso é muito importante, se instrumentalizar pra estar nas lutas que eles estão e...é um bairro...

Karla: Conhecimento é preciso...

Jussara: Conhecimento é preciso pra ti chegar socialmente num lugar não ficar envergonhado, pra tu saber te posicionar, tu saber o que é direito teu e o que é dever, porque os direitos também tem deveres, tu saber como é que tu falas, como tu te colocas, pra tu não te sentir fora de, porque na realidade o bairro é marginalizado, esta a margem, mas não esta fora da estrutura social, então dizer que eles estão excluídos não estão, eles estão incluídos dentro desse sistema social, mas estão incluído na margem, e o que que a associação de moradores faz ela busca traze-los pro centro desse sistema social de meios de produção que só tem visibilidade quem tá no centro.

Karla: Claro. Até queria interessante isso que a Jussara colocou, que a associação do bairro tem esse receio com os pesquisadores, que isso não volta pro bairro né, e essa luta que vocês tem de qualificar o pessoal de dentro do bairro como funciona a associação a partir disso?

André: Primeiramente... quando a gente abre um livro do Paulo Freire, que a gente ve as pessoas colocando sempre que não adianta dar o peixe tem que ensinar a pescar, o Paulo Freire foi muito além disso ainda, quando ele colocou que não adianta ensinar a pescar se os frutos da pesca não ficarem nas mãos de quem o pescou e sim de quem tá explorando o cidadão e a cidadã, então nós achamos que o conhecimento ele não tem que ser propriedade privada. Ele tem que ser socializado, até perante um juiz, uma autoridade desarma eles se tiver dentro do seu direito, e a associação investe muito na capacitação em qualificação de seus membros com cursos periódicos de formação, buscando o conhecimento de leis orgânicas municipais, buscando o conhecimento, aprimorar cada vez mais, descobrindo, porque quando a gente pensa que sabe alguma coisa a gente não sabe nada, todos os dias tem uma coisa diferente na nossa vida e a associação por ter essa coisa de lutar de ir pra frente, a associação já fez passeata questionando a universidade e é uma grande parceira da universidade, poucos fazem pelo bairro ali o que a FURG faz, mas a associação já teve um momento de fazer uma passeata questionando a universidade, então a associação tem um principio muito grande que se chama autonomia, porque se a gente não tiver esse principio a gente não consegue levas as coisas adiante, porque tu não consegue estar na torcida do Grêmio e do Inter ao mesmo tempo, não dá pra acender uma vela pra Deus e outra pro diabo e pedir pros dois pra ajudar a gente, como não da pra cobrar escanteio e ir pra área cabecear ou a gente cobra escanteio ou fica na área pra fazer o gol. Então o que a associação tem de diferente, um resgate de cidadania e auto estima com projetos de inclusão social fazendo com que as pessoas sejam protagonistas e participativas e nesse processo. E as nossas crianças

a gente tem uma preocupação muito grande, o André falou ali mesmo, é um processo de exclusão que a criança se sente, sendo penalizada por um problema social um problema, por falta de responsabilidade e de capacidade do poder publico que não investiu em saneamento básico...

Karla: Que como o nome já diz e básico, uma base pra uma vivencia.

André: Pública, e como eu tenho dito, tenho uma tristeza em colocar que nos somos sempre os contemplados quando vem as ditas cujas doenças, é uma hepatite, ou é gripe, agora é a meningite, então ate quando vai isso aí? A associação não vai deixar de fazer a critica defendendo a sua população, por que o poder publico diz que o André é radical, a associação é radical, a gente sente até orgulho se estou sendo radical eu to indo na raiz do problema pra resolver ele, a gente tá discutindo com a comunidade, buscando alternativas para as coisas serem resolvidas. Pra tu ter uma ideia, a associação tá agora com um projeto da horta pra retomar em novembro, horta ecológica, sem fertilizantes, o que que a associação ta precisando, a associação ta fazendo um mutirão de limpeza, tu precisa ver a dificuldade que nós temos pra ir na secretaria de serviços urbanos pra eles irem lá tirar entulho, da associação que não é pátio particular de ninguém, então as gente tem muita dificuldade...

Karla: As batalhas...

André: As peleias que a gente tem pra tirar os lixos, ali da, da, que vai ali pro CAIC, que vem pessoas de varias partes do município pra largar lixo ali...

Jussara: Na saída né.

André: E a gente é chamado de relaxado a gente escuta isso ai do poder publico.

André Lemes: é verdade, numa oportunidade no caso dos lixos ali, eu fiquei no portão e comecei a conversar com os carroceiros que passam ali, passavam ali, né, e eu po pessoal vocês precisam nos ajudar, que isso aqui ta assim, e eles não professor o senhor ta enganado, esse lixo que vem aqui, na nossa carroça, não cabe sofá, geladeira, não cabe nada, isso aqui são caminhões que vem, e realmente nós começamos a cuidar, os caminhões que fazem entregas em mercados ali da zona oeste, quando as mercadorias já estão meio estragadas eles vão ali e largam...

Jussara: E largam, eu vi.

Karla: Largam. Sim, sem responsabilidade.

André Lemes: sem responsabilidade, nada, nada né. E realmente conversando com o supervisor do serviços urbanos, numa oportunidade que eu tava lá pedindo que ele arrumasse as lâmpadas pros alunos irem pra escola, alias, nisso ele sempre nos atende, não posso nem me queixar deles lá, ele disse assim, mas professor nós recém limpamos, e em uma semana já tá de novo né, e parece sempre isso que é, que são os próprios moradores.

Karla: E a gente estava conversando muito sobre a questão do lixo e do saneamento básico, que como o nome já diz é básico, pra toda a estrutura de qualquer bairro, de qualquer município, ... o André, nós temos dois Andrés aqui, tanto o da associação de bairros, quanto o do CAIC, que nos colocaram a falta de conhecimento não, a falta de gestão que se tem dentro do bairro com relação ao lixo que muitas pessoas tem, que saem de seus bairros, saem de suas casas e botam o lixo no bairro Castelo Branco II e não é culpa nem da população que ela não tem nem consciência dessa estrutura, o André colocou que vários projetos acontecem dentro da associação de conscientização e de capacitação das pessoas do bairro, mas que são outras pessoas que saem de suas casas e colocam lá o lixo. Eu acho que a Jussara percebeu bem isso, quando visitou o bairro, nessas visitas periódicas.

Jussara: Inclusive em uma das ocasiões, quando eu tava saindo ali do CAIC, porque eu vou ali por dentro pra ir pra associação e, tava um caminhão soltando cebolas, muitas cebolas assim, bem ali na saída do CAIC, naquele local ali, e tu caminha dentro do bairro tu ves nas valetas...

Karla: Hortifrutigranjeiros, ...

Jussara: E a gente ve, o Andre até fala as vezes, temos que ligar e pedir uma limpeza das valetas, porque eu acho que isso, como as valetas são a céu aberto eu acho que a limpeza, ela tem que ser periódica por que prolifera as bactérias, prolifera a doença, porque as crianças que passam brincando, passam, pegam um brinquedo, comem, depois são as primeiras que são contaminadas.

André Lemes: agora eu to, me ocorreu aqui, que nós vamos ter um outro, o poder publico vai ter que ter um outro que ta muito, um outro cuidado ambiental, porque me parece que ali vai ser construído o novo cemitério da Santa Casa de Rio grande, então é, a que se ter muito cuidado com o que vai ser feito ali, porque é um outro problema, pode ser um outro fator de problema ambiental, então...

Karla: Senão tiver o cuidado de construir com as gavetas de forma correta..

André: Exatamente, que o manejo ambiental que é necessário pra construção de qualquer grande obra, e imagino eu que pra construção de um cemitério vai ser uma grande obra, eu vi assim na mídia, então né, vai ter crematório e uma serie de coisas que vai ter que se ter muito cuidado, não vai ser dentro do bairro Castelo Branco, mas vai ser nas imediações.

Karla: O que acaba atingindo a comunidade, que além de, o André queria colocar mais algumas questões?

André: É que ...o que é ruim vem muito rápido, nós somos bem lembrados... agora com esse cemitério agora, nós somos bem contemplados com esse tipo de ações, mas o que eu colocar é a questão a horta ecológica que a gente ta retomando, a gente teve esse processo já e deu certo, o objetivo da horta não é atender a demanda da comunidade, é conscientizar a comunidade que num curto espaço de tempo dentro do seu pátio ela pode desenvolver o manejo a da agricultura familiar, de subsistência propriamente dito, ela pode perfeitamente plantar ali, uma couve, uma mostarda, alguns temperos, ervas de chá, e dali ela vai ter mais qualidade de vida, com produtos agroecológicos, sem produtos químicos, adubos químicos, né.

Karla: E até o próprio dinheiro que elas gastariam comprando esses alimentos, elas podem utilizar pra outras coisas...

André: Exatamente, eu trabalho ali, 03 anos consecutivos ne, e como a gente fez ali uns cursos, de horta, sobre horta, com a Emater eu tive a oportunidade de fazer alguns cursos, como preparar bons fertilizantes, ... que a gente tem uma preparação nesses aspectos pra retomar o processo, porque todo o solo, que tu desenvolve um plantio orgânico, num determinado período, tu tem que descansar ele num período de 01 ano ou 02 porque ele tem que descansar, e foi o que a gente fez, faz 02 anos que a gente não tem horta ali, a gente plantou 04 anos consecutivos e parou 02, que o solo também tem essa questão de descanso, e foi o que a gente fez, a gora a gente retomou esse projeto aí, agora tem as obras da associação, a partir do dia 05 a gente vai fazer o piso e vai altear, porque quando chove aquilo lá enche de agua, a gente tem orgulho de ter, ali na zona oeste é a única sede de associação somos nós, ali daquela volta somos só nós que temos, então a gente precisa cuidar dela, a gente ta a gente vai fazer o piso ali, vai melhorar a infraestrutura da nossa sede pra poder melhor atender a nossa comunidade, as nossas crianças e vamos implementar projetos fortes ali dentro, a retomada dos balaios de jornal que as mulheres fazem ali, do artesanato, todo aquele grupo de volta, a gente ta com alguns apoios ali, implementando a questão do pão e das cucas de volta ali, a gente parou porque a infraestrutura quando chove aquilo ali enche de agua e aí não dá. Mas vamos fazer uma batalha pra fazer o piso e melhorar a infraestrutura, grupo de mulheres e homens juntos ali, pra fazer de forma cooperativada, sem patrão, nem empregado, a fabricação de pães e cucas novamente, isso é trabalho pra outubro já, a gente quer ver se dá inicio nisso aí em final de outubro, já retoma os pães e as cucas ali com a mulherada...

Karla: São ações imediatas que estão acontecendo ali dentro do bairro?

André: Sim.

Karla: E esse espaço que a Claudia colocou no inicio que vai ser um espaço que vai atender os 04 bairros ele visa muito a questão, que o André colocou no inicio do programa que é a drogadição, vocês decidiram auxiliar esses bairros todos...sair do BGV e ir pra Castelo, com a questão do PPV (programa de prevenção a violência), chegou a se fazer um levantamento com os jovens, como os jovens dali vivem?

Claudia: Tanto que assim, não é só um programa de prevenção a violência, que esta la na Castelo, a gente fala Castelo, pra contemplar a I e a II, mas também existe o projeto Rede Família que ele tenta valorizar as famílias, pra que estas crianças que estão abrigadas que elas possam voltar para as suas famílias de origem, em apadrinhamento, porque a gente sabe, que nessas zonas periféricas a gente tem muitas vezes as crianças sendo abrigadas, que infelizmente não acontecem nas zonas centrais. De dar também a chance que essas famílias retomem, também o programa, que também é do Rede Família, que é o Rede Família Redução de Danos ampliado, que também é um programa... com captação de recursos da Fundação Mauricio Sirotski Sobrinho, pra trabalhar crianças e adolescentes que estejam em envolvimento com a droga, eles envolvidos diretamente ou que as suas famílias estejam, porque eles sofrem também assim esse impacto, porque se tu tens um pai ou uma mãe que é usuário de rogas tu vai sofrer o teu impacto no desenvolvimento, na tua qualidade de vida, tuas relações. Então realmente existe esse projeto, que vai ser executado e ele não é um projeto governamental, é também com órgãos governamentais e não governamentais, como o Rede Família é, hoje também a gente ta buscando fazer essas parcerias pra não ficar a responsabilidade só do governo, porque a gente sabe que o

governo deveria manter material, realmente, eu acho que isso faz parte, mas tem coisas que o governo não pode dar, que é o lado afetivo, é esse empenho que a gente vê que a sociedade civil consegue dar. Então eu acho importante tentar fazer essas parcerias, em quase todos os projetos a gente tá buscando essa parceria, a gente tá buscando o recurso né, seja governamental ou com outras instituições, mas que a comunidade possa dar o seu aval, a sua participação. Então quando a gente fala na parte da drogadição a gente precisa o que, que as fazendas estejam envolvidas, que não são governamentais, a gente precisa que as pessoas trabalhem muitas vezes no voluntariado, fazendo o que o resgate dessa criança, porque daqui a pouco se essa criança tiver no esporte, em uma oficina, se tiver em uma atividade, ela vai estar evitando aquele tempo ocioso, que pode ser ocupado pela droga, e até a associação, eu tenho que agradecer o PIM, o PIM, faz um trabalho lá dentro e a associação da Castelo II, emprestou o seu espaço para o PIM, que já está prevenindo, que essas crianças de zero a seis anos em sua maioria, possam mais tarde ter essa facilidade de envolvimento com a droga porque ele já vai, eles estão o que fortalecendo esses laços com a mãe, com o carinho, e isso já foi visto cientificamente que a primeira infância ela é muito importante para o desenvolvimento da criança e não só a nível intelectual, quanto a nível físico, psicológico, então esses projetos estão sendo desenvolvidos e deveriam ser pra toda a cidade, embora a gente saiba que a Castelo precisa muito mais que esses projetos, que a gente viu como é importante, que não adianta tu priorizar o social se tu não tiver o básico, essa falta de estrutura básica de saneamento.

Karla: a Claudia colocou as crianças, e eu vejo o trabalho que o CAIC faz com as crianças e o interessante é que elas já se aproximam muito da universidade, não é André acho que dá um norte pra essas crianças, que como tu disse 90% dessas crianças que estudam por lá, são do bairro Castelo Branco, e elas já sentem um norte diferenciado quando elas estudam no CAIC.

Andre Lemes: é faz uma diferença bem grande poder acessar outros espaços que não são muito comuns aos estudantes do ensino básico, realmente faz muita diferença, pra muitas delas, talvez a única diferença que faz em determinado momento, algumas crianças, tens crianças que não querem ir pra casa, querem ficar ali o tempo todo, porque em casa é a violência, é o tiroteio, é não sei o que, não tem comida, não é. Muito embora a gente tenha visto que nos últimos anos, vamos fazer uma recuperação nos últimos 05 anos pra cá que eu tenho acompanhado mais de perto, a gente tem visto o quanto outras oportunidades a população criou para resolver não é. Então essas melhoras, os números que aparecem melhores no país e até mesmo aqueles que criticam algumas políticas públicas do governo federal, repasse de renda, bolsa família, bolsa escola, pra essas famílias faz muita diferença, muita diferença, receber algum auxílio por mínimo que seja do governo, não estou nem dizendo com isso nem defendendo que tenha que ser sempre assim, né, aliás já fui um crítico bem ferrenho desses programas sociais, mas hoje eu consigo entender que 100 ou 200 reais pra uma família ali faz muita diferença e muitos deles já estão superando até essa fase da dependência e a gente percebe isso até no movimento de crianças que ficam na escola pra almoçar e que agora não fica mais, a que chega com uma roupinha e que não vem mais de chinelo havaianas no inverno. E isso tem sido muito importante, então podem criticar os governos mas essa política de distribuição de renda faz diferença pra quem precisa, então o fato de eles estarem ali conosco dentro da universidade tem uma diferença muito grande, eles se sentem protegidos de certa forma, e a gente não quer que eles se sintam protegidos, a gente quer que ali eles saibam que ali está garantido um direito mínimo deles que é de ter acesso a uma educação de qualidade, que é ter acesso a um bom atendimento de saúde, que é o que a gente tenta preconizar ali, então, os trabalhadores do CAIC, os professores, profissionais da área da saúde, médicos, enfermeiros, técnicos, agentes comunitários, os servidores da FURG que trabalham ali, os servidores terceirizados que trabalham li, todos eles estão empenhados em dar um bom atendimento público pra população... eu tenho o maior cuidado e é uma coisa que eu não gosto, que é um movimento meu de resgatar, que as pessoas olham para aquelas comunidades como coitados, como tudo o que tu não quer mais tu dá, e não as pessoas tem que ter o direito de acessar bens de consumo ou bens de conhecimento, com a mesma qualidade que as pessoas que já tiveram tem, essas pessoas tem o direito de sonhar com isso, a gente tem que perder esse foco de só prestar uma assistência, a gente tem que dar uma promoção de cidadania, os nossos estudantes a gente trabalha isso com eles o tempo todo, eles tem que se sentirem cidadãos que estão participando e o que nós estamos fazendo como servidores públicos nos temos que ser vir este público, nos temos que atender este público e prestar um bom serviço público. Então sem sombra de dúvida, eu afirmo hoje que no CAIC nós temos uma equipe muito comprometida com isso, do enfermeiro, agente comunitário ao professor que está na sala de aula, a merendeira que

prepara o alimento pra esse aluno, lá com uma horta orgânica, vistas André, lá no CAIC a nossa horta é totalmente orgânica, que produz legumes e verduras diariamente pras crianças e que alias eles mesmos produzem lá diga-se de passagem, esse tem sido o nosso foco, então com certeza, estar ali pra eles faz muita diferença.

Karla: Muita diferença. Gostaria que só colocasse as configurações finais a Jussara.

Jussara: Então como o André falou que as crianças tem o direito de sonhar, eu acho que elas tem muito do que direito de sonhar e não só as crianças, todos os moradores da comunidade tem o direito de realizar o seu sonho, esse é o ponto fundamental e eu acho que o André com toda essa criticidade, ele busca trabalhar com essas pessoas do bairro, e eu não sei, vocês lembram na festa de 15 anos da Castelo, as crianças do CAIC fizeram uma grande caminhada e levaram em cartazes o que gostariam que o bairro tivesse pra ser melhor, e então eles pediram uma pista pra andar de bicicleta, uma pracinha, uma cancha de futebol, campinho de futebol, meio que o ginásio talvez fosse, mas agora eu to vendo que não é, pra utilização ...

André: é também pra isso...

Claudia: Nesses horários que tem os projetos que a gente conta aí, inclui a maioria, mas nesses espaços que ficarem vagos, que vai ter uma escala né, bom então vai ser contemplado pra isso, vai ter um adulto que seja responsável por isso, e que também as crianças possam fazer a toda a segunda-feira possam fazer das 4 as 5 tá aquele horário vago e cria uma rotina e faz daquele horário, o nosso horário é aquele, o nosso time é na terça que tem horário sobrando e cria uma rotina.

Jussara: Porque a falta de alternativa de ocupação e de renda, é que leva muitas vezes os jovens a drogadição.

Karla: O nosso tempo encerra por aqui muito obrigado.

ANEXO 4
①

Castelo 11.07.2011 Jornal Agora

Agora Bairros: Segurança é problema no bairro Castelo Branco II

Foto: Fábio Dutra



Rua S é a única calçada do bairro

- foto

Considerado pelos próprios moradores como um dos bairros mais violentos do Rio Grande, o Castelo Branco II enfrenta, além da violência e das drogas, a falta de infraestrutura básica. Com seis mil moradores, sem pavimentação, sem esgoto e bueiros quebrados, tem nas valetas que correm às margens das ruas o maior depósito de lixo, entulhos e, em algumas ruas, até dejetos humanos. Mas conforme a presidente da associação dos moradores, Sandra Mara Cozza, embora tenha muita coisa para se fazer ainda, já melhorou a situação do bairro. "Há 16 anos não tinha água e nem luz. Hoje temos estes dois serviços e os 1.140 lotes estão legalizados".

André Martins, secretário da associação, enfatiza que o saneamento básico está previsto em lei. "Se é lei, como inexistente aqui em nosso bairro e em tantos outros?" Relata que tudo o que foi conquistado para o bairro foi através de muita luta e da busca dos direitos como cidadãos. Mesmo tendo uma associação de moradores muito atuante, muitos dos problemas são persistentes, como as ruas sem pavimentação, esburacadas e cobertas de lama e água quando chove.

As ruas C, D, E e G encontram-se tomadas de buracos em toda as suas extensões. Os bueiros estão praticamente todos quebrados. As valetas não têm mais de 30 centímetros de profundidade. Sônia da Silva, moradora na rua D, afirma que na frente da sua casa é um verdadeiro "piscinão". "Quando o prefeito esteve aqui, em março, apertei a mão dele, e mostrei o problema da nossa rua. Disse que iria dar um jeito. Eu estou esperando até agora". Georgina Alves, moradora na rua D, salienta que a sua rua vira uma "praia" quando chove. "Pra sair de casa só com bota até o joelho. Existe um valetamento que não serve pra nada", afirma.

A associação de moradores mandou ofícios para a Secretaria Municipal de Obras e Viação (Smov) solicitando que fosse feita manutenção, também, na rua E. "É um verdadeiro descaso para com os moradores. Tem mais buraco que rua, os bueiros estão tapados e rebaixaram o nível da rua. A C passa pelo mesmo processo. E ainda tem as valetas

2

entupidas com areia. "Não se costuma limpar não. Só fizeram isso em março, quando o prefeito e os secretários vieram atender aqui no bairro", diz a moradora Mara Moreno.

Morador há 10 anos, na rua G esquina com a S, Valdoir Soares é a imagem da indignação. **"Isso aqui tá tudo errado. Quando chove entra um metro de água dentro de casa. As valetas não tem 30 centímetros de profundidade. Os bueiros são de pouco diâmetro"**, diz, enfatizando que as ruas foram rebaixadas com máquina e, por isso, a água invade. "Isso não é rua. Nosso dinheiro sai daqui e não sei para onde vai. O imposto arrecadado aqui deveria ser aplicado aqui". Ele conta que na última chuva, saiu de casa com o carro e ficou atolado. "O pior que descobri que era lama, lixo e até fezes humanas, tudo misturado".

O transporte coletivo, também, foi citado pelos moradores como deficitário. "É péssimo. Principalmente nos finais de semana e nos feriados", reclamam. Sandra Cozza enfatiza que uma linha de grande necessidade é a que vai ao Cassino e que não entra no bairro. **"Já entreguei ofício ao secretário Enoc Guimarães pedindo a entrada do ônibus do Cassino na rua A esquina com S. Ele pediu um mês. E isso foi em março. Estamos em julho e nada foi resolvido"**.

O secretário de Obras e Viação, Deloi Ribeiro, diz que as valetas acompanham o encanamento de água da rede que é muito raso. "Então não pode ser muito fundo porque quebramos os canos". Quanto ao estado das ruas, Deloi afirma que a manutenção é feita constantemente, sendo que a última foi feita em março. **"É assim que funciona. Não chegamos ainda aos bairros mais perto do centro, temos que chegar aqui para depois iniciar novamente. Está ruim, mas nem tanto"**, enfatiza. Quanto ao esgoto sanitário ser despejado nas valetas, o secretário diz que isso é proibido. "É só avisar que a fiscalização vai lá. Mas tem que se identificar para o fiscal se deslocar".

A iluminação pública não é problema no Castelo Branco II. Através de um projeto da associação de moradores, todos os postes do bairro possuem uma placa de PVC com um número. Duas pessoas, que fazem parte dos Prestadores de Serviços Comunitários (PSC), passam duas vezes por mês fazendo a revisão das lâmpadas. O relatório é enviado depois para a administração municipal, que providencia a troca das lâmpadas queimadas.

• Comunidade tem que se educar quanto ao recolhimento do lixo

O lixo, também, é um grande problema no Castelo Branco II. Esparramado, pode ser encontrado praticamente em todas as ruas, embora, Sandra afirme que o lixeiro passa diariamente no bairro. A rua A é um grande exemplo disso. Além de galhos e entulhos de construção, serve ainda de depósito para móveis velhos e inutilizados, assim como para roupas indesejadas. **"O que falta é aqueles contêineres para que a população possa colocar o lixo dentro"**, ressalta a presidente da associação de moradores Sandra Cozza.

Ela diz ainda que já solicitou para a Secretaria de Serviços Urbanos (SMSU) um pega-entulhos para coisas grandes. "Mas a secretaria tem que vir retirar. Não adianta colocar aqui e deixar por um longo tempo. Tem que haver fiscalização". Além disso, ressalta que falta muita conscientização por parte do povo, que joga continuamente o seu lixo em qualquer lugar.

Ao longo da rua U, lado esquerdo de quem entra, existe um enorme campo. Tão grande quanto ele é o lixo depositado no local. E o pior é que foi realizada a limpeza das valetas e deixado todo o material ao lado. Na primeira chuva todo o trabalho terá que ser refeito.

A presidente da associação de moradores diz já ter solicitado para a administração municipal a colocação de bancos neste lugar para fazer dela uma área de lazer. Só que até agora, como se pode notar, nada foi feito. Para tentar amenizar o problema do lixo, Sandra pede

aos moradores que tiverem entulhos ou lixo maior, que solicite a associação, que esta mobiliza a SMSU para a retirada.

Maria Enilda Teixeira, moradora na rua M, estava em meio ao lixo depositado na rua A. Com um carrinho de feira, selecionava roupas que estavam jogadas. "Se não serve para alguém, serve pra mim", disse. Viúva, aposentada e mora de aluguel. Diz ter se inscrito para ter uma casa e até agora nada conseguiu. **"No meio do lixo a gente encontra coisas que os outros não querem, mas que para mim tem muito valor"**.

Sandra Cozza, agradece as roupas enviadas pela Campanha do Agasalho, mas pede, no entanto, que as pessoas que possam cooperem com mais coisas de inverno. Ela conta que ficou pasma ao ver as roupas utilizáveis no lixo. "Isso é incrível. Temos famílias precisando de casacos, de cobertores e de blusões. Peço que quem não irá usar as doações, que não peguem. Deixem realmente para quem necessita e vai fazer bom uso".

- **Programas para inclusão social é solução**

Por ser um bairro com alto índice de violência, os moradores acreditam que a segurança poderia ser melhor. Para André Martins, não é nem uma questão de mais policiamento. Num primeiro momento é necessário o policiamento ostensivo, diz. **"Mas só isso não resolve. Segurança se resolve combatendo à desigualdade social, porque se origina de um problema social. Por isso, precisamos de programas de inclusão. É necessário encaminhar as pessoas para a qualificação profissional"**. André enfatiza que muitas empresas preferem contratar pessoas de fora do que investir na capacitação. "Dizem apenas que as pessoas não estão capacitadas. E, pior, que o povo não se interessa. Não é verdade".

Sandra Cozza vai além e chama a atenção para a frequência nos cursos gratuito. "O povo se interessa, tanto que quando realizam cursos gratuitos, as matrículas encerram-se de imediato de tanta procura". Salaria o fato de que não adianta oferecer curso que seja pago. "Como alguém desempregado pode pagar curso para se capacitar. Isso é brincar com o povo", enfatiza. Cita o FAT, a Secretaria de Cidadania e o Sine como entidades que poderiam investir muito mais na qualificação das pessoas. **"Na realidade não há interesse em se investir na classe trabalhadora"**, acredita Sandra.

O secretário da associação, André Martins, complementa ressaltando: "o que pedimos é cursos e não que venham apenas doar coisas. Nós trabalhamos com resgate da autoestima e não com assistencialismo. Queremos que invistam nas pessoas e não digam que não se interessam ou que são incapazes". Coloca ainda que muitos culpam as pessoas por não ter emprego. **"O que falta é política pública"**, enfatiza.

A associação de moradores conta vários projetos de inclusão. Entre eles, o Mesa Brasil, que forma e capacita líderes comunitários em questões como o reaproveitamento de alimentos, e as Rodas de Aprendizagem, reforço escolar que acontece aos sábados, com um bolsista da Furg que atende cerca de 50 crianças. Tem, também, o projeto Pão, que irá reiniciar em agosto, com a chegada de um novo forno. Nesse projeto, voluntárias fazem pães e cucas para vender e para abastecer suas famílias. A verba é dividida entre a associação e as voluntárias.

Existe ainda o projeto Horta Comunitária, que, também, retorna em agosto. A área, ao lado da associação, já está sendo preparada. O objetivo é inserir na comunidade uma cultura de incentivo de que qualquer um pode produzir em um pequeno pátio, legumes e verduras e dar maior qualidade à alimentação. Além disso, abastece os alunos do Mesa Brasil, assim como os voluntários que se dedicam a associação. Este projeto tem à frente André Martins, que tem formação como técnico agrícola.

- **Comunidade reclama da falta de medicamentos**

O atendimento de saúde no Castelo Branco II é dividido em dois setores: moradores das ruas A, B, C e D pertencem ao Caic. Os moradores das ruas E, F, G e I têm atendimento no posto do bairro Castelo Branco I. Segundo os moradores, o atendimento é "razoável". **"Temos uma ESF aqui, que realiza visitas às famílias. Mas nem em todas as casas. Tem muita gente que não consegue se deslocar e a equipe não chega até lá"**, informa a moradora Maria de Fátima Ramos, dizendo ainda que não há todos os remédios necessários. **"E o pior é que na quarta-feira ninguém pode ficar doente, pois não há atendimento"**, ressalta.

A presidente da associação de moradores Sandra Cozza confirma e diz que, muitas vezes, já relatou o problema ao Conselho Gestor de Saúde. "Sou prova disso. Tenho problemas de pressão alta, cardíacos e um nódulo pulmonar. Tenho que tomar cinco remédios por dia. No posto só consegui dois. E não tenho como comprar os demais. Tenho que me internar para ter os outros. E assim como eu são muitos os que passam por isso", revela.

A secretária municipal da Saúde, Zelionara Branco, informa que as equipes têm prioridades. Cada equipe atende em torno de 900 famílias por mês. Por este motivo são elencadas prioridades, como pacientes acamados ou portadores crônicos, o que é válido para as quatro equipes.

Zelionara Branco aponta que os medicamentos controlados estavam com dificuldade de abastecimento do mercado como um todo. O que estava em falta era a fluoxetina e a ritalina, medicamentos controlados com problema de mercado, o que já foi contornado, conforme a secretária. **"O que não tenho como resolver é passar aos postos uma lista de muitos medicamentos, pois não há farmacêuticos em todos os postos e a presença deste profissional é exigida quando caracteriza uma farmácia"**. Os medicamentos podem ser encontrados na farmácia central do PAM.

Zelionara enfatiza ainda que a Secretaria Municipal de Saúde está trabalhando em um projeto para a implantação de farmácias distritais. **"Para isso preciso de recursos humanos. Neste próximo concurso que a Prefeitura está lançando já incluímos vagas de farmacêuticos"**. Ela diz entender que é complicado para as pessoas se deslocarem até a farmácia central, principalmente, pelo problema de pagar a passagem do transporte coletivo, mas que no momento esta é a solução.

Há ainda problema em consultas com especialistas. **"Não há atendimento se não for encaminhado pelo posto. Eu, mesmo com um nódulo no pulmão só consegui uma consulta para novembro. Até lá tenho que aguentar"**, explica Sandra. Zelionara especifica que no Posto 4 há uma pneumologista, mas que a demanda é grande.

A moradora Aline Ramos, mãe de três filhos menores, acrescenta que tem um filho de oito anos que precisa de atendimento com um cardiologista. "Faz quatro anos que tento uma consulta e até hoje não consegui atendimento". Além disso, salienta que não tem pediatra. "Só tem no Caic, mas só atende as crianças de lá. Se tivesse no posto, seria muito mais rápido", analisa Aline. O ESF não difere a área de atendimento, ressalta a secretária. O mesmo médico atende todos. **"É um médico generalista, mas com formação específica para atender a saúde da família"**.

Maria de Fátima Ramos, que faz parte do Conselho Gestor de Saúde do Caic, diz receber muitas reclamações diárias sobre a falta de fichas. O atendimento é bom, enfatiza, mas são apenas oito fichas para médico e seis para dentista. "É muito pouco. Nas reuniões, sempre falo isso, mas não adianta". O horário de atendimento, também, faz parte das reclamações. **"Temos que ir de madrugada para frente do posto para conseguir uma ficha. Muitas vezes, somos chamados apenas às 11h"**, declara.

Por Anete Poll
anete@jornalagora.com.br

ANEXO 5

Comunidade do Castelo II quer solução para lixo

A comunidade do bairro Castelo Branco II entregará ainda esta semana diversas reivindicações ao poder público. Uma das principais refere-se à instalação de contêineres no bairro, que hoje tem nas ruas A e U verdadeiros depósitos de lixo, criados pela própria comunidade, que carente não tem como pagar um frete para levá-lo até locais apropriados, como também por pessoas de outros bairros próximos, diz o secretário da associação de moradores, André Martins. Louças de banheiro, sofás, entulhos de construção, restos de podá, pneus, roupas, sapatos e lixo orgânico, tudo se mistura nos locais citados.

A preocupação da comunidade é quanto a um novo surto de hepatite A no bairro. A presidente da associação dos moradores, Sandra Cozza lembra que, há dois anos, o bairro teve um número recorde de casos de hepatite A, exatamente pela falta de saneamento. "Enfrentamos isso por causa do lixo e também das valetas de esgoto, locais onde se proliferam ainda raticozas e carrapatos". O surto aconteceu de novembro de 2009 a fevereiro de 2010 e a administração municipal, na época, lançou um alerta epidemiológico preventivo. Conforme Sandra Cozza, nestes três meses, foram notificados 78 casos, sendo 60 confirmados.

"O surto começou aqui em nosso bairro e espalhou-se para outros, como Castelo I, Vila Maria, Marliuz e outros", frisa a presidente da associação. Todos

FOTOS: LEANDRO CARVALHO / ESPECIAL JA



Campo ao lado da rua U é utilizado como depósito de resíduos descartados

sem esgoto e com bueiros quebrados, tem nas valetas que correm às margens das ruas o maior depósito de lixo, entulhos e, em algumas ruas, até detritos humanos".

E o problema das valetas continua no bairro. Além de serem rasas, cerca de 30 centímetros, estão tomadas pelo mato. "Não existe mais o valetamento. O esgoto que escorre fica todo parado. Não há limpeza das valetas e nem das ruas, cobertas de capim, há muito tempo", salienta Sandra Cozza. O secretário municipal de Obras e Viação, Deloy Ribeiro, voltou a explicar que as valetas acompanham o encanamento de água da rede, que é muito raso. "Se fizermos mais fundo, os canos serão atingidos e quebrados".

Quanto a limpeza das valetas, resalta que esta é feita na medida do possível. "O capim cresce muito rápido, principalmente porque é jogado na valeta o esgoto direto dos banheiros, dos tanques de lavar roupas, das pias das cozinhas. Isso é puro adubo para o mato crescer". Mesmo assim, frisa Deloy Ribeiro, "as valetas maiores a gente limpa. As menores, cada morador pode cuidar da sua frente. Se todo fizerem isso, tudo vai melhorar. Não é só esperar a administração municipal resolver. Cabe a cada comunidade se ajudar".

Para André Martins, faltam ruas calçadas e saneamento básico. "Isso é prevenção. Combater um problema depois dele estar instalado demanda muitos recursos. É notório que investir na doença sai mais caro. É ilógico que isso ainda aconteça aqui". O Jornal Agora, na sua edição de 11 de julho de 2011, no Agora Bairros, mostrou como se encontrava o Castelo II: "com seis mil moradores, sem pavimentação,

eles são localizados na periferia do Município, o que facilitou a propagação do vírus HVA. A transmissão da doença se dá pela ingestão de água e alimentos contaminados com o vírus. Por ser eliminado pelas fezes, o vírus é mais comum em áreas sem tratamento adequado de esgoto e detritos. A melhor forma de prevenir esses tipos de hepatite é por meio de higiene e melhores condições de saneamento básico. "Tanto tempo depois, e podemos dizer que tudo continua igual, sem o mínimo em saneamento básico", enfatiza.

ARLETE POL

A NE X 06

QUARTA - Rio Grande, 27 de maio de 2009

PÁGINA 7

ACORDA

3º Seminário de Políticas Públicas para a Cultura acontece amanhã

Em sua terceira edição, a Associação Somos Vida, Identidade e Cidadania realiza Seminário de Políticas Públicas para a Cultura amanhã, 28, a partir das 13h30min. O evento pretende contribuir para a reflexão sobre as ideias ou conceitos relativos às práticas espontâneas realizadas nos bairros, na perspectiva da cultura, dos direitos humanos à saúde e ao lazer; a economia da cultura e a cultura da paz.

Desenvolvendo seu trabalho junto a sindicatos do Município, a "Somos", como é conhecida, promove a identidade e cidadania para moradores de bairros de baixa renda. Com dois eventos anuais, participam moradores dos bairros, estudantes e demais pessoas em movimentos sociais. O foco deste ano será o aproveitamento de espaços públicos para atividades de lazer e políticas públicas para a cidade.

Além de mesas de discussão referente à saúde pública e como é a cultura na área da saúde no Município. Além da situação do Arroio das Cabeças e do Arroio Vieira, como patrimônios de lazer para toda a comunidade, serão discutidas também as questões ligadas à economia solidária e clubes de trocas que já ocorrem nos bairros e associações. Também serão abordadas as dificuldades encontradas pelos bairros e seus moradores, e a forma que encontram para superar estas dificuldades. Segundo Raphael Leite Campos, responsável pela coordenação de comunicação da "Somos", é importante os moradores do bairro exporem as dificuldades encontradas para os demais bairros, salientando que muitos dos problemas podem ser solucionados. Segundo o membro do Conselho Consultivo e Membro da Coordenação

de Comunicação, Silas Gazaniga Pereira, outro assunto que será abordado é a questão do lazer esportivo localizado no centro da cidade, dificultando a participação dos moradores dos bairros. "Além dessas pessoas terem que pagar o deslocamento, geralmente tem custo para entrar, pois dificilmente as feiras e eventos não são feitos pensando na população de baixa renda", comentou.

Este ano, o evento será realizado na Associação de Moradores do Bairro Castelo Branco II, situado na rua E, nº 126. Segundo Pereira, a localidade foi eleita para sediar o evento esse ano por ser considerada uma área onde a grande parte de moradores é operário e não possui estrutura para lazer em seu bairro. "Os moradores de lá não têm muitas opções para diversão, somente um campo de futebol que existe no bairro", enfatizou.

JOANA BRUNO/PA

que sairá da Praça Saratava e irá até a unidade do Sesc, na Silva Paes. A atividade também será disponível ao público. A participação no Dia do Desafio poderá ser individual ou coletiva, sendo imprescindível o registro das atividades junto ao Sesc. "Para contabilizar o número de participantes, é fundamental que as entidades, empresas, poder público e comunidade em geral façam o registro das suas atividades, informando-as ao Sesc Rio Grande.

que sairá da Praça Saratava e irá até a unidade do Sesc, na Silva Paes. A atividade também será disponível ao público. A participação no Dia do Desafio poderá ser individual ou coletiva, sendo imprescindível o registro das atividades junto ao Sesc. "Para contabilizar o número de participantes, é fundamental que as entidades, empresas, poder público e comunidade em geral façam o registro das suas atividades, informando-as ao Sesc Rio Grande.

Campanha de Vacinação contra a gripe entra nos seus últimos dias

A 11ª edição da campanha de vacinação contra a gripe, destinada a pessoas acima de 60 anos e também aos membros dos chamados grupos de risco no Rio Grande, está entrando em sua reta final. As pessoas que se encaixam nestes perfis têm somente até a próxima sexta-feira, 29, para receberem a imunização. A campanha está sendo desenvolvida em 30 postos de saúde distribuídos pela cidade. Nesses locais o atendimento é prioritário à população alvo da campanha para a aplicação das doses. Para receber a vacina, a pessoa deve apresentar a sua carteira de vacinação à equipe de vacinação do Departamento de Saúde, para quem tomou ou não a vacina. Quem não tiver a carteira deverá solicitá-la no atendimento. Dentro do chamado grupo de risco estão portadores de doenças crônicas, como é o caso de diabéticos, hipertensos e soropositivos. Pessoas que obtiveram prescrição médica também podem se vacinar. Segundo a unidade de Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal da Saúde (SMS), responsável pela coordenação do programa, até a semana passada, pelo menos 15,5 mil idosos já haviam sido imunizados, o que corresponde a 60% da meta, que é de imunizar 26,1 mil pessoas acima de 60 anos.

locais o atendimento é prioritário à população alvo da campanha para a aplicação das doses. Para receber a vacina, a pessoa deve apresentar a sua carteira de vacinação à equipe de vacinação do Departamento de Saúde, para quem tomou ou não a vacina. Quem não tiver a carteira deverá solicitá-la no atendimento. Dentro do chamado grupo de risco estão portadores de doenças crônicas, como é o caso de diabéticos, hipertensos e soropositivos. Pessoas que obtiveram prescrição médica também podem se vacinar. Segundo a unidade de Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal da Saúde (SMS), responsável pela coordenação do programa, até a semana passada, pelo menos 15,5 mil idosos já haviam sido imunizados, o que corresponde a 60% da meta, que é de imunizar 26,1 mil pessoas acima de 60 anos.

A NE X O 7

Última semana de capacitação do Mesa Brasil voltado à comunidade

■ VINÍCIUS COSTA/JA



Comunidade tem a oportunidade de aprender novos ofícios através das oficinas

O Programa Mesa Brasil Sesc-RS do Rio Grande, conhecido pelas ações educativas na área de nutrição e assistência social, através do desenvolvimento de palestras e oficinas para educadores, dirigentes, cozinheiras e auxiliares das instituições cadastradas no programa, este mês ampliou seus trabalhos oferecendo estes serviços para toda comunidade interessada.

Desde o início do mês de abril, são desenvolvidas semanalmente atividades de palestras e oficinas, antes oferecidas somente às instituições ca-

Hoje será ministrado mais um módulo da capacitação, no qual serão discutidos assuntos relacionados à importância do consumo de sucos naturais na dieta diária, será das 14h 30min às 16h 30min, na Sede do Programa. Já na sexta-feira, 29, último dia de capacitação neste mês, será ministrada uma oficina de culinária, das 15h às 18h, na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae), situada na rua Duque de Caxias, 327.

Ao todo, no Município, são atendidas 46 instituições sistemáticas e 57 eventuais são beneficiadas com as doações feitas

Associação faz sopão para aquecer moradores do Castelo Branco II

Em dias de frio intenso como os que têm feito este mês, um sopão é uma boa forma de alimentar e se aquecer. Pensando nisso e nos conhecimentos adquiridos sobre a importância dos nutrientes em palestras feitas pelo Programa Mesa Brasil do Sesc, a Associação de Moradores do bairro Castelo Branco II resolveu fazer sopão e fornecer a comunidade do bairro por um valor bem acessível: R\$ 1 o prato. A promoção teve início no último sábado e deverá ter continuidade às quartas-feiras, à tarde, e aos sábados ao meio-dia. Esta é a intenção da diretoria da Associação.

Conforme o presidente da entidade, André Martins, o objetivo é, além de proporcionar uma alimentação de qualidade, de valor nutricional e adequada para os dias de frio, resgatar a cidadania e a autoestima dos moradores. O sopão é feito com produtos recebidos do Mesa Brasil (com o excedente da distribuição para os projetos desenvolvidos no bairro) e outros adquiridos pela Associação, como carne e temperos. André Martins observou que o valor cobrado é baixo para que todos possam comprar.

Só não é gratuito porque a proposta não é fazer assistencialismo e assim ninguém fica constrangido de aproveitar a iniciativa. "As pessoas têm a dignidade respeitada e vêm comprar.

FOTOS: CHRISTIAN ZANGRANDO / JA



Sopão foi feito com excedente de alimentos fornecidos pelo Mesa Brasil para projetos e outros adquiridos pela Associação

Se for de graça, muitos não vêm", falou Martins. Além disso, a Associação também tem despesa com gás e alimentos complementares. Para o meio-dia de sábado, foi feito sopão para 70 pratos, dos quais 20 foram vendidos com antecedência, apesar de a entidade não ter conseguido fazer uma boa divulgação. E até as 14h, foi vendido o restante.

Euclides Leal Braga foi o primeiro a levar o sopão para casa.

Ainda não era meio-dia quando ele chegou na sede da Associação para adquirir três pratos. Ele disse que a realização do sopão foi uma ótima ideia. "É barato, quente e um alimento melhor. Se a gente vai fazer em casa sai bem mais caro", relatou. A iniciativa da Associação foi considerada ótima por Carla Rejane Terra Alves, que também foi comprar a refeição. "Muitos não têm condições de fazer uma

sopa dessas. Eu mesma quando faço não ponho tudo o que tem nessa. Com R\$ 1 não dá para fazer um prato", salientou, acrescentando que os legumes estão caros. "Quando a gente faz, tem que comprar tudo e mais a carne. Outro dia fiz um, mas com produtos do Mesa Brasil, do contrário não teria como utilizar tantos ingredientes", disse Virgi-

nia Lane da Silva Roveré, outra moradora que aproveitou a promoção. Daiane do Couto Nunes foi buscar três pratos e acabou levando quatro. "O cheirinho está muito bom", ressaltou. Ela, o marido e a filha gostam de sopão. "Aquece e o preço está muito bom", destacou Daiane. O sopão foi feito por Sandramara Cozza, vice-presidente da Associação, contando com uma ajudante.

Ela conta que começou o preparo na sexta-feira à tarde, descascando os legumes. As 20h do mesmo dia colocou para cozinhar. Depois que os ingredientes estavam cozidos, parou e recomeçou às 8h da manhã de sábado. As 11h, estava pronto. "Tudo foi feito com a higiene necessária. Dá trabalho, mas depois a gente se sente recompensada vendo as pessoas levarem", afirmou a vice-presidente.

Os ingredientes utilizados foram cenoura, abóbora, chuchu, couve, batata doce e inglesa, brócolis, apim, massa, ovo (para engrossar), carne e tempero, mais talos de couve, brócolis e beterraba. O uso dos talos foi aprendido por Sandramara num curso de capacitação de monitoras, do Cozinha Brasil, sobre o reaproveitamento de alimentos.

CARMEN ZERILL

Morre o Rei Momo do Rio Grande



Anexo 10 – Círculo de Cultura Editado

Vídeo disponível em anexo digital e no endereço:

<https://www.youtube.com/channel/UCIvuEx9R7KhvDa3omJIBU5w?feature=watch>

Anexo 11 – Reportagem sobre o Bairro Castelo Branco II – TV FURG

Vídeo disponível em anexo digital e no endereço:

<https://www.youtube.com/channel/UCIvuEx9R7KhvDa3omJIBU5w?feature=watch>

Anexo 12 – Passeata/Caminhada alusiva aos 15 anos do Bairro

Vídeo disponível em anexo digital e no endereço:

<https://www.youtube.com/channel/UCIvuEx9R7KhvDa3omJIBU5w?feature=watch>

Anexo 13 – Passeata Ciclovía Roberto Socoowski

Vídeo disponível em anexo digital e no endereço:

<https://www.youtube.com/channel/UCIvuEx9R7KhvDa3omJIBU5w?feature=watch>

Anexo 14 – Falas na Integra – Círculo de Cultura

*Conversas generalizadas.

Dona Marina: E a dona Neli e o Natalino, primeiros aqui, não tinha nada...

Jussara: E porque que vieram dona Marina para cá?

Marina: Eu vim pra cá porque eu tava numa casa, pagava aluguel e, o aluguel subiu, parece que passava uns 300 real o aluguel, era na Venâncio Aires...

Jussara: Isso em 96?

Marina: É. Aí o velho ganhava só 150, era meio salário na época que ele ganhava, era lá da rural, aí eu vim pra cá, quando cheguei aqui era uma confusão...

Jussara: Já tinha gente então?

Marina: Não tinha gente querendo marcar terreno, primeiro fomos prá ali, prá onde é os fundos da Cohab, que o Carlos Alberto me disse que tinha marcado lá, que iam bota ali os terrenos, parece que era da Brigada, lá sei eu, apareceu um brigadiano lá e começou a incendiar, sei que queimaram tudo. E o brigadiano, eu falei pra ele, e... E ele me deu a ideia que eu devia pegá, não mais lá pro fundo, mais pra cá, por causa dos marginal que eu tinha as gurias que ele me deu a ideia que era pra eu fazer, ali na casa, onde eu estou até hoje que ele ia pegar ali, "bueno eu vou ser vizinha do brigada, melhor pra mim". Mas terminou que o brigada não quis aí foi outras gente pra ali, ele nem foi, botaram uns casebres ali. Aí eu peguei, eu e o André, nós ficamos ali.

Na minha casa eu tinha só uma geladeira uma duplex, que não dava, aí eu troquei a duplex por uma casinha pré-fabricada, pequeninha, bem pequeninha, não coube o guarda-roupa, não coube nada dentro da casa. Aí vamo fazer, fiz uma parede com o guarda-roupa.

Aí peguei e fui no centro, o velho recebeu, fui lá comprei uma lona e fiz uma cozinha de plástico e assim... E o André andava pra baixo e pra cima e o Jéferson coitado, e aí... Eu fazia mas, mas aquilo era horrível ... E chegava a noite e uma luz nada lá, não enxergava... E o Jéferson já tava começando a beber, eu digo "Meu Deus do Céu" e eu ficava horas e horas esperando. Eu tinha muito cuidado com o Jéferson porque era o que estava precisando mais de mim. Aí até o velho adoeceu, eu fiz um... Aí até o Jéferson me ajudava e o André, aí botemo um aterro, aquilo ali enchia de água, a FURG, depois que a FURG abriu um valetão que não tinha, a água corria toda pra lá....

Jussara: E da onde vinha a água?

Marina: Da FURG, do campo.

Jussara: Ah, por que ali é baixinho.

Marina: Já toda a água pra lá, meu Deus! Era um horror aquilo.

Morador2: E a luz como é que vocês se mantinham ali?

Marina: Não tinha luz. Era vela, vela. Depois passando muito trabalho, eu não me lembro parece que foi a dona Maria ou a Lúcia eu não sei qual delas as duas, que deram um... Um lampião de liquinho. Foi a dona Maria, a dona Maria vereadora.

Jussara: A Maria de Lourdes.

Marina: É. Ela nos acompanhou ali. Aí ficava melhor com o liquinho, meu Deus! Rádio me deram um também, rádio de pilha, umas pilhas grandes, agora que eu me lembrei, a vizinha do lado, a do Natalino, tinha um rádio, mas o dela parece que era seis pilhas, mas enfraquecia e quando sobrava do rádio dela ela dava pra mim e eu aproveitava no meu rádio, que no meu funcionava eu não sei se era quatro, eu sei que aconteceu uma coisa, espia só. A Ana Claudia era pequena, a Magali já muito metida e esperta, veja só, aí veio uma chuva de pedra que terminou com isso aí, aí já tava aí, a Aliança da Bahia já tinha vindo, espia só, a Mariangela, como o Andre é vice-presidente da Mariangela, não tinha associação ainda. A Mariangela queria que eu fosse lá na faixa esperar o Arrieche que era, vice... Eu sei lá, era o secretario, eu fiquei lá esperando. Aí trouxeram um monte de coisa e deixaram lá um pouco pro André e outro pouco pra Mariangela pra ir dividindo...

Jussara: Aí já com o pessoal da Aliança da Bahia aqui?

Marina: É espia só o que a Magali fez. Ei fui, lá pra, aí eu tive que sair, quando eu voltei, tinha uns pacotes de bolacha, uns pacotes de bolachas, sortida e sumiu, eu pensei que alguém tinha

roubado, eu disse mas... O André ficou furioso, mas espia só, o guarda-roupa não tinha, eu fiz umas prateleiras e botava as coisas ali, aí aconteceu que a Jô minha vizinha me deu as pilhas e eu ia ver se dava no radio... E quando eu abro, tudo lá embaixo. E eu, “mas meu Deus, quem botou isso aqui?” Adivinha... A Magali! E não, não, a guria tá fraquinha e pegou pra Ana Claudia, a pobrezinha...

Jussara: E o quê, que a senhora acha, teve alguma importância pra esse bairro se constituir, a organização dessas pessoas, ou o que, que a senhora acha, que cada um foi chegando e se colocando e, se não tivesse tido uma união, uma organização...

Marina: É no início quando estava só nós, que não tinha a Aliança da Bahia tinha união, mas depois que a Aliança da Bahia veio, já não acontecia mais, assim aquela união porque eu acho que a Mariângela, ela trabalhou muito, mas, eu acho que ela não se importava tanto assim com esse lado, quem se importava era o André. Parecia que era dois bairros.... CARRO DE SOM NA RUA... o Jéferson matava porco o seu Celso, nos deu uma baita força também.

Jussara: o Celsinho da Aptafurg?

Marina: o Celsinho da Aptafurg. Assim o Jéferson matava porco quando tinha, mas era difícil, eu ganhava uma miséria do velho né, era aposentado pelo rural, era meio salário, e era um monte de gente, era difícil... E o Celsinho, acho que ele se compadecia, ele e a dona Maria estavam sempre junto, sempre dando cobertura, um outro que ajudava muito a gente também o Júlio Martins, até quando tinha uns bêbado no campo, perto do seu Vidal ali. O Júlio Martins que foi ajudar eles, tinha a Kombi aquela do PC do B ele ajudava como podia ajudava e, nós também, foi indo bah...

Jussara: E como é que a pastoral veio pra cá pra dentro também?

Marina: Foi a Irmã Niqueli, o André botou aquela igreja ali e botou a Irmã Niqueli. Foi a Irmã Niqueli, ela queria que eu fosse da pastoral, mas eu tinha muita pena dos cachorro, como botaram cachorro pra cá, cachorro sem dono, ela queria que eu me desfizesse dos cachorros pra cuidar das crianças, me disse pra mim “Ah, Marina, mas tu não pode com esse monte de cachorro sarnoso”. Eu brigava com ela, eu disse pra ela “olha, criança tem um monte de gente que se importa, cachorro não tem ninguém, tem só eu e eu vou ficar com os cachorros”.

JUSSARA: E como é dona Marina? Que começaram a construir aqui a associação a senhora lembra?

Marina: Eu lembro. Foi também com a, com a FURG. Primeiro fizeram aqui, sei que tava só uma cruz aqui, depois a casa do André o vice, aí a Mariângela tinha renunciado e ficou o André de presidente, mas nem tinha associação. Eu sei que tava, um tal de alemão Becker, da Castelo I, eu sei que queria porque queria pegar isso aqui, andava de guerra com o André por causa disso. Nós passamos muito trabalho aqui. Aí veio uns negrão marginal que queriam pegar os terrenos, e tava só o André e a Nice aqui, eu digo “Ai meu Deus” e era época de campanha, eleição, eu saí correndo porque eu sabia que a gente do PT tava pra lá, saí correndo e encontrei o Dirceu todo escabelado, aí eu disse pra ele o que estava acontecendo e, ele veio aqui, mas ele é brabo, sei que no fim parece que ele deu 20 real, sei lá quanto, para o cara deixar, deixar isso aqui, e foi se embora. E ficou aí. Aí eu sei lá como, eu sei que arrumaram, a FURG, o professor, me lembro o professor Sírio, construindo...

Jussara: Eu também me lembro...

Marina: Coitado...

Jussara: Levantando parede... de mutirão.

Marina: É, e os estudantes...é.

Jussara: Então aí é que surgiu a associação...

Marina: A associação...

Morador2: E no início dona Maria como era o atendimento aqui, a senhora se lembra?

Marina: O atendimento tenebroso, porque ficou a Mariângela...

Moradora: As portas não se abria todos os dias, nem uma vez por semana, era só em campanha do agasalho...

Morador2: As reivindicação já, e era tudo muito lento, hoje a gente consegue as coisas mais rápido, antes era muito lento...

Marina: Mas consegue as coisas mais rápido porque tem...

Jussara: Qual é a importância que a senhora vê hoje a associação? Como que a senhora pensa que o bairro que de certa forma se sustenta na associação?

Marina: Eu acho a associação importante, seja lá como for tá ruim ou não táqualquer coisa é na associação, na associação eu telefono, o André, não é porque seja meu filho mas é um bom

presidente, eu acho comparado com os outros me parece que não tem nenhuma associação que nem esta...

Jussara: E a senhora vê assim, as pessoas vem pra cá?

Marina: Participam bastante... é participam...

Morador2: O pessoal comenta também pelo bairro, comenta muito a administração do André pelo bairro, a administração, a forma como ele trata dos assuntos, como ele chega encima das coisas e consegue resolver, ele é um guerreiro, é um guerreiro...

Moradora: E as pessoas que chegam aqui com problema de justiça, uma vez teve problema na justiça e encaminha para advogada e as pessoas comentam que de primeiro não tinha isso aí...

Jussara: E a advogada é da associação?

Moradora: É da associação faz o atendimento aqui.

Morador2: Eu mesmo tive uma causa na justiça que ela resolveu assim. (estalando os dedos)

Moradora: Uma ótima advogada ... uma ótima advogada ela.

Marina: Quando tava esse negócio a ciclovia, sei que morria e morria gente ali na Socoowiski... "Ah e vai morrer muita gente aí". O André junto com o Pereira e fizeram uma baita passeata, vai ver se não fizeram a ciclovia.

Moradora: É mesmo.

Jussara: Ali na Socoowiski?

Maria: É parou de morrer gente.

Moradora: Ao menos parou de morrer, porque era, de semana em semana tinha um morto ali....

Morador2: Aqui a rua S que não tinha asfalto...

Jussara: foi através de pressão?

Moradora: foi através de pressão.

Morador2: a rua S a principal aqui, aí é que os dois bairros se ligaram com a cohab, foi nesse movimento que associação da Castelo II é referência em toda a volta aqui, né dona Marina... Quando eles precisam de alguma coisa eles vem atrás da associação...

Moradora: Do André. Eles procura a solução com o André.

Maria: É eu sei que o André é meio esquisito... (risos)

Morador2: Tem um jeito meio bagual de ser...

Moradora: Mas é com esse jeito meio esquisito e meio estranho, sendo assim é que ele conseguiu levantar o bairro né, e muitas pessoas dizem assim, "quem diria que o colinha", porque todo mundo chamava assim, que aquele colinha ia fazer alguma coisa, não, todo o mundo apostava na Mariangela, né...

Morador2: Eu morava no centro...

Moradora: Eu não, quando eu conheci o André eu morava na F, perto do campo...

Marina: Ele era bem novinho.

Moradora: Saí da F fui pra G, lá na G começaram a me roubar, eu saia pra trabalhar quando voltava pra casa não tinha mais nada, não era casa é uma barraquinha, "aí eu digo, não vou ter que sair daqui né", aí o rapaz me disse "eu tenho um terreno na E, mas não estou gostando de morar, quem sabe eu troco contigo"... Aí trocou, aí eu fiz a casa, mas não tinha rua, não tinha nada, tinha uma valetão na rua E, de fora a fora, a senhora se lembra dona Marina? De 02 metros de fundura, ainda hoje eu tava contando por Rafael, então como eu que tinha 04 criança imagina sair de manhã, nós tinha que passar por dentro do valetão que nós não tinha pontezinha e não tinha nem como fazer naquela época. Aí o André foi na minha casa me convidar pra participar com ele, como não tinha associação, as reunião era feita ou na casa do André ou senão na casa da Mariangela, tá, então teve uma época que teve uma divisão, porque ela achava assim, que nós tava pro lado de lá, que nós tava dividindo o bairro, mas quem tava dividindo era ela, porque ela procurava fazer pro lado de cá que era onde tava a Aliança da Bahia e o lado de lá ela não queria saber, tá...

Jussara: Que eram os primeiros moradores...

Moradora: Que eram os primeiros moradores, como a dona Marina no caso, e aí nós fizemos a reunião e, na ultima reunião que nós fizemos na casa dela a gente disse "se é pra ter divisão, a gente luta pelo nosso lado e tu luta pelo teu", mas quando foi o negócio da luz, não, mas primeiro botaram a água né dona Marina? Mas botaram assim, bica, nas esquina, de 02 em 02 quadras, aí tinha que ir 02 horas ou 03 da manhã pegar água e mesmo assim, acabava dando briga na fila. Aí depois começaram a botar água... depois quando veio a luz, a luz veio pro lado de cá e pra lá não...

Marina: Prá cá não.

Moradora: Pra cá todinho esse lado de cá, prá lá não. Aí nós fomos na prefeitura, acampamos né, todo o dia o André passava coma Kombi, todo mundo ficava na frente da prefeitura, né dona Marina? Até comida nós fazia lá.

Marina: É o Julio Martins e a gente do PT e, sei lá FURG, o Aloísio tava junto....

Jussara: O professor Aloísio, né?

Marina: É, eles ajudaram muito a gente..

Moradora: Ajudaram mesmo.

Marina: Eu digo, se isso aqui ta assim, devemos muito a FURG.

Moradora: Eles deram muito apoio mesmo.

Marina: Muito.

Moradora: Não, o maior apoio que o André recebeu foi dali deles, né dona Marina? O apoio maior foi deles ali.

Marina: É e a Mariangela não queria a FURG aqui...

Moradora: É não queria.

Marina: Dizia que eles estavam de olho pra pegar os terrenos pra construir moradia para os estudantes, lá sei eu, não queria saber deles, imagina, mulher burra né?

Moradora: Foi através da FURG que a gente tá onde a gente tá hoje.

Morador2: Até agora também...

Marina: Até agora.

Morador2: Ate agora essa legalização dos terrenos também..., tem muito bairro, tem muitos bairros com ciúmes do Bairro Castelo Branco II, porque foi o primeiro bairro que começou a legalizar os terrenos...

Moradora: Através da...

Morador2: do André né.

Moradora: Mas já faz...

Jussara: Mas está em processo?

Morador2: Faz um ano e pouco já.

Marina: Aqui tem muita gente legal.

*vozes misturadas e tosse.

Moradora: Eu tava naquele campo ali da brigada, tocaram fogo lá nas barracas e eu vim pra cá e peguei aqui e aqui eu fiquei, lá nos correram a fogo de lá.

Marina: Onde eu peguei eu tô até hoje.

Jussara: E o André é também dos antigos moradores? Dos primeiros moradores né?

Marina: Claro, veio comigo...

Jussara: Então podia sentar na rodinha...

Moradora: Senta na rodinha.

Morador2: Eu faz 04 anos que eu tô no Bairro Castelo Branco II e...

Marina: Ele era novinho...

Morador2: E eu não tenho vontade mais de ir embora, com as coisas que eu tenho visto aqui, não quero mais ir embora....

Marina: Ele trabalhava naquela, naquela ocupação que fizeram lá... na Cohab aquela, ai meu Deus, como é? Lá onde tem o colégio aquele...

André: Na Cohab 4.

Marina: É, te lembra, ajudando. Ele ajudava as pessoas, ele era criança mas ele sempre foi assim, eu não sei porque, ele nasceu diferente porque é o que eu lhe digo é uma espécie em extinção.

Jussara: Vamos ver com a espécie em extinção. Vamos ver te lembra do inicio do bairro?

André: Aquele período de 95, de 95... de 1995, teve uma onda de ocupação em toda a cidade, em vários lugares ocorreu naquele ano...

Marina: É e andamos por tudo...

André: começou mais ou menos em fevereiro de 95 de 1995 e se espalhou até maio de 1995, aquela onda de ocupação. Eu me lembro que até então eu visitava o mineiro aquela área denominada Aliança da Bahia ... que era de uma seguradora que não pagava imposto, nem IPTU, nada desde 1960 e tinha 284 famílias instaladas lá, que eles deram um jeitinho na época do governo, do governo Meirelles, o secretário daquela época era o Marco Antonio, era o secretário da antiga CRD, Companhia Rio-Grandina de Desenvolvimento, não tinha SMAD, era Companhia Rio-Grandina de Desenvolvimento, então foi um monte de privilégio que eles deram, a favor, essa seguradora a Aliança da Bahia. Porque ficou esse nome de Aliança da Bahia, porque a dona

daquela área ali era uma seguradora, de automóveis, se eu não me engano, que residia na Bahia, no estado da Bahia.

Entendeu. E era deles aquela área ali. Aí os movimentos descobriram, se organizaram, e aquilo ali tava tudo errado, irregular e, a necessidade, os aluguel muito caro na época e o salário defasado e, aquela coisa toda, recém tinha entrado o Plano Real e tava complicado. Aí o pessoal se organizou e ocupou aquilo ali. E aí então também teve aquela área ali da Avenida Argentina com os maristas, que acabaram se tirando...

Marina: veio alguns...

André: Teve aqui na Cohab 4, que depois de alguns anos eu acompanhava essas ocupações tudo, porque eu já participava do Movimento Sem-teto já daquela época. Aí eu circulava por todos esses lugares, aqui que tava começando, lá e aqui e, por aqui fiquei, acabei ficando implementado e me implementando. Tive ali na Cohab 4 também, mas ali o pessoal foi despejado...

Marina: Ali foi por medo, porque nós tava ali também...

André: Exatamente ... A gente chegou a botar barraca ali também. E nos maristas ali também o mesmo problema, os maristas nunca fizeram nada ali, agora tem uma pracinha muquirana, bem assim e deram jeito de ir tirando. As famílias também, não ficaram nem ali nem na Aliança da Bahia. E o pessoal da Aliança da Bahia foram transferida essas 200 e poucas famílias foram transferidas para cá. Né e aí o que aconteceu, aqui já tinha naquela época, já tinha umas 200 e poucas famílias implementadas por aqui, duzentas e quarenta e poucas famílias, que já tavam, residindo por aqui, e no outro ano apenas em 1996, em abril de 1996 que a base da pressão dessa seguradora Aliança da Bahia, retomou e ganhou uma liminar da prefeitura, da justiça pra retomar a posse daquela área lá, aí as famílias vieram transferidas pra cá...

Jussara: Primeiro acamparam na frente de prefeitura né André? E como era perto da Festa do Mar eles em seguidinha trataram de botar eles aqui que não aparecia tanto né?

André: É mas o problema... As pessoas tem uma visão errada do que era isso daqui, a universidade também conta uma história muito errada a respeito daqui. A universidade conta que a Castelo II, denominou Castelo Branco II, quando vieram as famílias da Aliança da Bahia pra cá e já tinha um ano quase morando famílias aqui dentro.... e nós já estávamos aqui, isso aqui começou em março de 95... E foi denominada uma grande organização quando veio um monte de família, foi no Dia do Trabalhador, foi dada uma grande assembleia que eu tava aqui... E foi dada a fundação oficial do Bairro Castelo Branco II com aquele mundaréu de família, quase 300 famílias aqui, e, só um ano depois em abril de 1996 é que as famílias da Aliança da Bahia foram despejadas e vieram pra cá. Aí a prefeitura ampliou a infraestrutura, a infraestrutura aqui era precária, não tinha água nem luz, e a prefeitura veio pra cá, abrir ruas e coisas e fez um acordão com a seguradora, que já tinha ganhado um monte de privilégios e abriu ruas e coisas, pra tirar as famílias correndo e não é que eles estivessem preocupados com as famílias mas é que eles fizeram um acordão coma asseguradora essa e queriam entregar a área para a seguradora e pra eles entregar tinham que preparar melhor a área aqui pras famílias da Aliança da Bahia. Vieram transferidas duzentas e sessenta e poucas famílias vieram transferidas de lá pra cá, chegando aqui, já tinha entorno de 300 famílias morando mais ou menos e se juntou e foi fundada em, no dia 23 de junho de 1996, foi fundada oficialmente a Associação de Moradores do Bairro Castelo Branco II, se juntou nós que estávamos aqui, que já estávamos aqui, com os pessoal lá da Aliança da Bahia e se criou a associação de moradores sob a qual eu encabecei a chapa, junto de vice-presidente e a gente organizou a associação de moradores e até então a história que eu tenho pra colocar do bairro é essa aí. Não é a que a universidade coloca que é uma história errada, que começou com a Aliança da Bahia que veio, não! Não, é essa a história...

Jussara: Tá, mas é a universidade que coloca...

André: São algumas matérias deles lá...

Jussara: Ou são, ou são pesquisas que as pessoas fazem e que não vão procurar as pessoas que eram de origem pesquisar as pessoas que eram de origem, originárias porque eu fico me batendo...

* (tu não tá gravando?) Porque as pessoas dizem a universidade, a universidade só se manifesta quando é o reitor que se manifesta uma posição oficial da universidade. Qualquer um de nós, pertencentes a universidade, eu a Juliana, qualquer um de nós pode ter uma atitude e, "Ah, porque a Jussara é da universidade, a Ju é da universidade" e é a opinião da universidade. Assim também como alguns trabalhos que a gente estava conversando outro dia no carro, quando é, quando foi (tu não tá gravando)?

André: E pra concluir aquela questão que eu coloco ali, que reitero de novo, o ano de 95 foi marcado por uma onda de diversas ocupações pela cidade afora. A Aliança da Bahia, os maristas da avenida Argentina, a Cohab 4, a castelo...

Morador3: 94, maio de 94...

André: Final não, não...

Morador3: foi quando eu marquei a minha, foi quando começou a marcar aí. Dia 03 de maio de 94, foi quando começou as marcações, começou a marcar os terrenos, mas oficializaram em 95... Tinha quase um ano.

André: Não tinha registro no caso, mas oficializaram aquela mundaréu de famílias em 95...

Morador3: Mas a marcação começa em 94, foi quando eu a Marisa começamos.

Marina: A cidade de Águeda...

André: Mas não foi oficializado, entendeu...

Morador3: Foi oficializado depois...

André: A cidade de Águeda também do ...

Morador3: Foi da mesma época, a primeira parte da Cidade de Águeda ali.

André: É mas foi isso aí, a Aliança da Bahia veio praça em 96, bem depois...

Morador3: Ah é.

André: Porque as pessoas escutaram uma história de que a Castelo começou com a Aliança da Bahia e, nada a ver uma história...

Morador3: eles exigiram pra vir pra cá água e luz, né...

André: São duas histórias diferentes.

Morador3: foi quando colocaram água e luz numa parte.

André: Silas tu lembra?

Silas: Não eu não lembro. Eu imaginava que a Castelo II tinha começado com a Aliança da Bahia.

Morador3: não foi, não foi muito depois.

André: a associação de moradores começou quando veio a Aliança da Bahia eu te dou razão dia 23 de junho de 96, eles vieram em abril, foi fundada com nós que tava aqui junto com eles, a associação de moradores da Castelo Branco II, fundada junto com eles que tava. Aqui começou oficialmente em 95.

Silas: tá. E aí? Eles começaram a botar infraestrutura aqui a partir de que ano, luz, água?

André: Do acordão que o Marco Antonio fez...

Morador3: Com a Aliança da Bahia.

André: Com a Aliança da Bahia, pra tirar eles de lá. Eles tavam com os imposto atrasados desde 1960 a seguradora, eles deram um jeito de acertar tudo, a Aliança da Bahia, uma seguradora de automóveis, lá da Bahia, dona daquela área ali. Eles vieram transferidos pra cá e, nesse acordão entrava a infraestrutura e começaram de pau a arrumar isso aqui. Sei que essa metade, essa avenida principal que é asfaltada, ela divide o bairro, bem o meio do bairro. E dessa avenida prá lá, já tinha famílias morando.

Morador3: Tinha mas precariamente.

Silas: Mas eram, já tinham ocupado anterior a Aliança da Bahia?

André: Sim, bem antes. Um ano e tanto antes.

Moradora: um ano e cinco mês se eu não me engano.

Morador3: Prá lá mesmo, foi o último lugar onde botaram água e luz, geralmente botavam da rua do meio pra cá.

André: A luz foi feita em três etapas, 1ª, 2ª e 3ª etapa.

*chega alguém cumprimenta e é cumprimentado, fazem algumas brincadeiras e conversas paralelas.

Silas: Então e como é que vocês fazem, essa estrutura como foi? Botar água foi uma coisa pacífica, foi uma luta do bairro. Questão da iluminação externa, principalmente, que as vezes o cara vem coloca luz na sua casa, mas tem a iluminação da rua, que ninguém tem. Quando é que vocês começaram a ter ônibus aqui, pra ir pra cidade, pros trabalhos, procurar emprego?

Morador3: É mas é precário né tchê. A água mesmo quem ali de nós que colocou e deu uma baita força, foi o Vereador aquele, o Kanelão. Inclusive ele pegou junto na pá, pra abrir valeta.

Marina: O André as voltas com o Kanelão.

Morador3: Exatamente.

Marina: O Kanelão, fez uns panfleto que dizia assim "homem que trabalha". Espia só, o André que diz, não gosta nada do Kanelão. Aí quando tavam botando água o André dizia assim "olha o vereador que trabalha, toma Kanelão essa pá" e o Kanelão pegou a pá e começou a abrir a vala

mesmo. Mas esse homem saiu tão brabo seu Silas, mas tão brabo, que quando esse homem passou o valetão caiu com o carro na valeta.

*Risos.

Marina: De Brabo. Fizeram um comício mentindo, dizendo que tinha sido eles que tinham arrumado e, é mentira foi o Dirceu Lopes...

André: Que Dirceu, Dirceu coisa nenhuma, foi a FURG.

Silas: Fica quieto André.

André: Eu fico até nervoso.

Marina: Saiu no jornal isso aí. O André e a Nice foram até lá a ponta e terminaram com o comício do Kanelão. "mas sem-vergonhas, ordinários."

Jussara: Então a gente vê que a luta das pessoas que se organizaram...

Marina: Mas me dá uma raiva por que ficou o Kanelão. O Dirceu que botou água aqui e ficou o Kanelão...

Morador4: Eu acho que o importante de tudo é que nós conseguimos a luz e a água de um ou de outro, importante, né o Silas? O importante foi que a comunidade, a gente veio foi a ocupação no caso... Eu quando cheguei já estava a água, já tinha água...

Morador3: já tinha água, só não tinha luz.

Marina: e advinha como começou luz? A luz nós tivemos que ir lá pra praça acampar.

Morador4: Então eu acho que assim, não dá pra botar santo de A, de B ou de C. O importante é que a comunidade conseguiu, através de uma luta, de uma, né... O André sempre e até antes que na época não era presidente ainda, mas sempre tava na luta procurando os caminhos melhores pra trazer o bem-estar da comunidade que tava, que tava se criando. Que tava chegando, não tínhamos água, não tínhamos luz e o André tava sempre procurando os caminhos mais fáceis pra trazer bem estar para essa comunidade. Então eu acho que o importante é que nós hoje temos. Foi fulano, foi ciclano....

Marina: Mas eu não esqueço dos que foi. Foi a gente do PT e do PC do B, foi o Julio Martins, foi o Dirceu, que era vereador na época. Foi essa gente que nos deu força pra chegar até onde chegamos.

Silas: Tá. Mas eu acho que tem que contar aí gente, não é questão de que vereador que fez ou que deixou de fazer...

André: E da diretoria tendo mais quatro integrantes, tendo eu assumido a presidência no dia 08 de novembro de 1997, pela primeira vez. Com mais de... Mil problemas dentro do bairro, com energia elétrica, com água, saneamento, infraestrutura e ficando com mais três componentes. E foi, olha... Se vocês olharem as minhas fotos antigas, eu tava ali com 52 quilos...

Jussara: E muito cabelo.

André: Eu tô com 65 quilos hoje. Eu emagreci muito, foi muito desgastante, muito desgastante. E problemas bem, que abalaram bastante. E até então a gente começou a luta, a ir pra rua fazer as passeata, conseguimos finalizar a obra da eletrificação, e conseguimos a questão da água, também pro bairro, né. Mas, isso não digo o André, mas a comunidade, o povo que foi pra rua lutar, o povo que se manifestou, porque a gente não deve querer paternidade das coisa e associar as coisas a um coletivo e esse coletivo foi pra rua e fez a diferença. E a gente conseguiu.

Silas: Declaração de amor pelo bairro gente. É esse o assunto, quem que gosta disso aqui? A comunidade foi lá pedir. E isso é interessante contar, quem eram as pessoas que estavam lá reunidas que foram lá.

Marina: Eu tenho uma raiva desse Kanelão...

Silas: até porque eu acho que isso deve ser cortado do VT, essa coisa de citar nome, o de Dirceu, de Kanelão, de PT, de não é PT. Acho que tem que potencializar isso, quem é da comunidade que se juntou e que foi lá na prefeitura reclamar, que tinham vindo pra cá, mas que não tinha água, não tinha luz, não tinha ônibus...

*Conversas paralelas.

Marina: Pode doer em quem doer, eu consegui a minha casa, com o apoio da esquerda...

Jussara: das pessoas estarem unidas para conseguir isso.

Silas: Tudo bem, dona Marina, não é que vai doer em alguém, não vai doer em ninguém. Mas é que a gente quer contar a história do bairro, das pessoas que estavam no bairro e que foram lá pra fazer disputa. Porque se ninguém vai lá dizer "olha tem que fazer terreno lá, tá faltando água, tá faltando luz", ninguém ia vir aqui pra fazer, pra fazer isso.

*Conversas paralelas.

Marina: Ô esse bicho aí brigou.

Silas: Então vamos contar isso, isso é que é importante contar.

Jussara: Pode, pode falar tudo que a senhora quer falar que depois na edição a gente vai...

Marina: Mas queriam pegar o Alemão Becker que chegou a meter uma arma na cabeça dele, dizendo que ele não podia tirar ninguém daqui... Mas ele batalhou e tirou o Alemão Becker.

*Conversas paralelas (Senhor Silas intervém).

Marina: Aí eu peguei e contei pro Julio Martins... (muitas conversas) Aí ele pegou, o Julio Martins e foi encima do Alemão Becker porque ele queria matar o André.

André: Tanta coisa boa pra falar.

Marina: Porque ele não queria, ele pegou um monte de terreno aqui e o André andava nas casa. "não esse terreno é de vocês." " não o Alemão Becker, o André", "não é de vocês".

Jussara: Eu acho que esse é um ponto muito importante que a Dona Marina está levantando, que é a especulação imobiliária nas ocupações. Como é que a comunidade lidou com isso?

Marina: Eu vou lhe dizer. Eu acho que o André fez coisas muito boas.

Morador2: E uma dessas coisas nós temos é o Henrique presidente da escola de samba, que ta aqui com a gente hoje. E o Henrique pode falar alguma coisa, do apoio do André pra escola.

Henrique: É a escola de samba ela praticamente ressurgiu e retornou de novo através daqui da associação, do André que foi um dos conselheiros nossos da escola de samba, conselheiros da diretoria de abrir, de nós entrarmos pela porta da frente. De nós fazermos uma votação dentro do bairro de nós abrimos um edital e foi tudo através dele, que nós conseguimos montar a chapa, abrimos o edital, colocamos o edital no jornal 30 dias, fizemos todo o "parâmite" legal pra retornar a diretoria e pra conseguir levantar a escola de samba da Castelo Branco, porque ela está entre os dois bairros, entre o bairro da Castelo I e a Castelo Branco II. Eu como presidente, eu, abranjo as duas áreas, eu acho que tem que ser uma coisa unificada, a escola tem que ser tanto pra um bairro como pra outro. Mas foi importante a parceria com o André, junto com a diretoria, eu também faço parte da diretoria dele, eu faço parte do Primeiro Conselho fiscal dele, da diretoria. E... Foi importante, e... Eu acho que nesses seis anos que nós temos de mandato da nossa diretoria a nossa associação da Castelinho, porque anteriormente eu acho que nunca teve com as portas abertas como ela ta hoje e nesses seis anos que a gente já ta aí administrando, com dificuldade uma época com efetivo de poucas pessoas, uma época que vem bastante, outra época vem poucas, né. Mas a luta sempre continua e sempre com as portas abertas recebendo, fazendo cadastro, a luta de "regulações" de terrenos que foi uma guerra grande aí. Essa minha casa, minha vida que partiu daqui de dentro, partiu daqui de dentro, esse projeto né. Saiu daqui, mas ele partiu daqui.

André: Ah, é.

Henrique: Então eu acho que se a gente fizer um resumo desse trabalho, desses seis anos aí, eu acho que tá... Eu acho que tá de bom tamanho o que a gente já fez dentro desses seis anos.

Jussara: e qual é a importância pro senhor da escola de samba na comunidade, o que ela faz além de fazer o carnaval, samba?

Henrique: olha uma escola de samba ela bem administrada, bem administrada, ela pode gerar muito emprego dentro do bairro, ela pode gerar, pode gerar emprego. Agora mesmo amanhã, nós temos uma festa amanhã, hoje eu já paguei um rapaz, que comprou uma máquina e, ele está fazendo limpeza de pátio, corta grama, quer dizer que ele foi lá e já arrumou o dinheiro dele ali junto com a escola de samba e já foi lá e limpou tudo, 50 reais. Numa tarde ele foi lá com a máquina que ele comprou foi lá... Como eu digo a escola de samba ela bem, ela bem administrada ela pode gerar renda.

Jussara: e em termos de agregar a comunidade...

Henrique: projetos.

Jussara: projetos... em termos das pessoas, de estarem lá dentro fazendo um trabalho, e não estarem na droga...

Henrique: exatamente pra cada vez melhorar mais nesse sentido.

Jussara: mas ela funciona nesse sentido?

Henrique: exatamente. A intenção é de ela funcione nesse sentido. Mas tem que fazer melhorias, tem que fazer, tem que construir, pra ela poder fazer projetos. A ideia da diretoria atual é essa.

Morador2: e a luta do André assim no caso, a luta do André desde o início, sempre foi trazer assim pra população, não só onde morar, onde se alimentar, luz, água, é trazer um bem estar pra população. E o pessoal aqui, tudo é muito longe as coisas são difícil, a população é muito pobre, então esse apoio que o André deu pro Henrique e que agora ele falou que a escola tá fazendo é o

pensamento da associação. Por isso que hoje a associação é bem quista aqui, em vários bairros e até fora da cidade é bem cogitada.

Silas: como é que vocês, era bom dar uma passada por isso assim. A diferença de como é que o bairro começou assim, como que as primeiras pessoas vieram pra cá, que começou a se instalar e depois a Aliança da Bahia. Essa diferença assim, como está a questão de cultura, de emprego, sei lá como é que está a questão das pessoas....

Jussara: participação popular.

Silas: que se mudam pra cá e que saem daqui, como estão as ações que o bairro fez de forma conjunta pra buscar as melhorias, vamos dar uma passada nisto também.

André: pô eu queria falar um pouco nesta parte aí também, como o Henrique tava colocando, a soma das parcerias é um fator importante para a gente conseguir o resultado nas coisas, na escola a gente teve o orgulho e a honra de um representante da nossa diretoria estar presidindo a escola a gente criou um elo, uma aliança, é uma fator importante.

A questão do trabalho e renda e do histórico do bairro, a gente sabe assim, num bairro que nem este aqui, que foi de iniciativa popular, não houve um planejamento urbano criado pelo executivo, simplesmente um planejamento de necessidade das pessoas humanas de se sentirem oprimida, sem uma renda qualificada, devido aos altos custos de aluguel naqueles anos de 95, 94, naquelas ondas de ocupação que se espalhou pela cidade inteira, os aluguel caríssimo. Eu me lembro ainda como se fosse hoje, eu gosto muito de falar nessa parte, que o Fernando Henrique quando assumiu o sonho dele era colocar o salário mínimo a 100 dólares né? E olhando hoje o salário mínimo tá quase 300, duzentos e noventa e um dólares e pouco, e ainda tem que melhorar muito. E aí eu fico me lembrando, então naquele período, os aluguel muito caro, e as pessoas, o salário, o Fernando Henrique tava com um plano de botar o salário mínimo a 100 dólar, o salário tava entorno de 70, 80 dólar, então nós... Imagina 70, 80 dólar hoje, com o dólar a 1 e 80, dá entorno de 170 reais, mais ou menos, acredito por mês. Aí vocês imaginam uma família com 170 reais por mês pra pagar aluguel, pra comer, pra se vestir, pra comprar remédios. Nê, educação, saúde é praticamente irrisório, inviabilizável, não tem como, por passarem e por sofrer esta pressão nós não tinha o que fazer, era um desespero e na ânsia elas se organizaram, e organizadas elas viram que elas tinham mais força. É a mesmo que a gente pegar um pega-vareta, a gente pega uma varetinha e faz assim (gesticula com as mãos como se quebrando algo), mas pega todas as varetas e tenta quebrar elas pra ver se não fica mais difícil. Então as famílias se organizaram e sentindo a opressão, uma opressão muito forte, do estado, do município, do governo federal, se organizaram e começaram a ocupar as áreas, ocupar áreas, demarcar, seguiram a planta da Castelo I, se vocês forem ver, reparar deixaram os terrenos do mesmo tamanho, a Rua L é uma rua larga, e a E, se a gente for ver essa ocupação aqui ela foi exatamente idêntica ao loteamento Castelo Branco, ela foi feita uma ocupação organizada, se baseando nesse bairro Castelo Branco, medida dos lotes, espaço pra praça, foi tudo identicamente correto e parecido uma área com a outra. Então o que aconteceu as pessoas vieram, acredito que agora um pouco menos, mas 60 por cento de trabalhador informal e 40 por cento formais, falando nessa questão de emprego e renda.

Então as pessoas começaram a ter butequinhos dentro do bairro, começaram a produzir produtos artesanais, se juntaram duas ou três famílias a fazer pão e vendiam eu me lembro da, pena que a Dona Maria, não pode estar aqui, mas a Dona Maria dos Pão, que tinha o nome de Maria dos Pão, porque ela se juntava com duas ou três vizinha e faziam pão e saiam a vender nas casa, batiam no portão e vendiam pão, outros faziam aquelas balas de coco, tinha um senhor aqui na P lá em baixo que fazia também, um panelão, se juntou lá com um outro e fazia aquelas balas carameladas muito boas até, aquelas balas de coco, vocês devem saber...

Jussara: molinhas por dentro.

André: com plástico o envólucro, bala bem grande e gostosa, outros confeccionavam arranjos de flor, faziam produtos tudo baseado na economia solidária, propriamente dito e saiam a vender de porta em porta, isso ai foi um dos grandes fator de sustentabilidade que as pessoas buscaram, elas se auto sustentavam naquela época, eu acredito que devia ter uns 80 por cento de informais era muita informalidade dos trabalhadores aqui dentro.

Jussara: naquela época a gente queria terminar com a carteira de profissional e o contrato de trabalho te lembra?

André: e aí o que acontecia o pessoal não tinha renda, não tinha emprego, não tinha nada e aí elas se organizaram, uma resolveu cortar o capim do pátio do outro, a outra resolvia fazer arranjo de flor, a outra fazia bala, fazia pão, era assim buscando, grande parte eram pescadores,

pescavam aqui na lagoa, o Luis Otávio, outros faziam serviços gerais, outros eram vendedores ambulantes, vendiam laranja, vendiam frutas, coisas assim nessa área e hoje a gente vê uma realidade bem diferente aqui. Um bairro com um desenvolvimento bem acelerado, a gente teve o orgulho de ser o primeiro bairro irregular a se, a passar pelo processo de regularização da zona norte aqui fomos nós, né Silas? Isso foi uma honra muito grande, isso mostra que a luta organizada ela é soberana, não a pessoa André, a pessoa André somada com a pessoa Henrique, com a pessoa Sandra, com as entidades que compõem o bairro ela consegue resultados muito mais acelerados e mais rápidos do que quando elas ficam no isolamento, nós quando entramos pra associação de moradores, quando nós criamos ela em 23 de junho de 96, após as famílias da Aliança da Bahia vieram transferidas pra cá, elas vieram em abril de 96, se unificamos e criamos a associação de moradores no dia 23 de junho de 96, repetindo de novo né. Aí a gente viu que as coisas começaram a melhorar cada vez mais, a gente começou a ter um ponto de referencia que respondia pelos anseios da comunidade, que respondia, claro com a luta social, de ir pra rua de mobilização, de passeata, porque aqui as coisas nunca foram fácil... Porque o poder público é bonzinho, ou porque gostam de nós, as coisas sempre vieram pela pressão, pelo processo de organização da comunidade, pela soma de esforços, pela ânsia que as pessoas tinham de ter uma água potável pra beber, de querer ter uma luz pra usar, uma energia elétrica, isso aí mexeu muito com as pessoas, isso aí tocou as pessoas e por menos vontade que elas tinham de se organizar em grupo, elas acabavam se organizando porque elas vinham que tinham um caminho a ser seguido, a ser traçado, isso fazia com que elas se organizassem e convivessem com a diversidade, com as desavenças, porque elas tinham um proposito único, acima de qualquer, de qualquer coisa no pessoal, que era a melhoria de vida, de saneamento, isso fez elas avançarem. Silas: nesses 15 anos do bairro, acho que assim filmar a mim, não... Tem que filmar o pessoal do bairro...(pausa de 10 minutos)

Morador: Geralmente porque o Bairro Castelo Branco, foi um projeto do Rubens Emil Correa, mas assim, era um loteamento e tinha quatro morador e quando eu cheguei de lá, de São José do Norte, eu acampeei na rua E, então não tinha. Aí foi lançado a associação de moradores do bairro Castelo Branco I, depois passou, pra cá, mas ainda ficou um pedacinho, essa parte aqui. Bom, aí, o que aconteceu, alguns moradores, alguns moradores, do bairro Castelo Branco I começaram a se apossar desse bairro aqui, como eu também fiquei com um terreno do lado de cá e foram indo, bom, e foram marcando os bairro, e foram marcando, mas era tudo uma associação só, aí veio a turma da Aliança da Bahia, quando chegou a turma da Aliança da Bahia, eu conhecia o André, conhecia o César que era irmão do... Conhecia a Mariângela, qual foi o outro que eu conhecia, bom, esses foram mais ou menos as pessoas que eu sei que fundaram este bairro, que iam na URAB, que chegavam na URAB e que iam se organizando, que foi feita a luta da luz, da água, que foi uma parte que foi muito difícil, que foi feita a luta da luz, depois foi feita a luta da associação, que eu me lembro que aqui tinha um monte de tijolo, mas não tinha o espaço, não sei se foi o André que arrumou. Depois foi feita a luta daquela igreja alia São Carmo ali. E foram feitos vários, bom e nesse meio tempo aí a Mariângela tomou conta, aí só falava ela, bom o que que aconteceu o bairro teve uma caída, uma caída muito grande, ficou abandonado, depois retornou quando entrou a central, quando entrou a central foi que o André foi presidente que começou geralmente a formalizar as lutas, muitos melhoramentos nesse bairro que foi a transformação de hoje nós ter o bairro Castelo Branco II, o bairro melhor posicionado e o bairro de melhor representação, isso aí já foi declarado, de melhor formalidade do Rio Grande. É o nosso bairro, felizmente é o nosso bairro, na conselho municipal da saúde, defesa civil, em muitos lugares o nosso bairro, esse bairro aqui que eu também posso dizer porque eu tenho terreno aqui desse lado também é o bairro mais representado que os outros que simplesmente, que simplesmente tem.

Jussara: tá. E o, e o...

Silas: quem eram, quem eram as lideranças naquela época, quando o bairro começou lá em 96 quando aqui era só que tava abandonado e que começou a vir pra cá o pessoal da Aliança da Bahia, quem eram as lideranças, os cabeças, os caras que botavam quente?

Morador: olha que eu me lembre, que eu veja falar era o André, o Cesar, escritoreiro esse que ele ta falando, tinha outro um barbudinho esqueci o nome dele, o... A dona essa... a Dona Marina que eu cansei de ver, e mais ou menos ... Essas as pessoas que sempre vi em linha de frente, na URAB, protesto, eram essas pessoas, foi essas pessoas, e o resto ajuntava na hora. Eram essas pessoas que eu sei que mais e não é porque eu estou na presença dele, mas toda a luta que eu vi todo o tempo foi o André.

Silas: D. Marina quem assim que tinha naquele tempo que tava mais assim nesse bairro?

Marina: era o ... Índio que chamavam e o seu Ismair. Ismair esse que foi preso foi pra cadeia, porque parece que ...

Morador: mas aquele D. Marina foi do bairro Castelo Branco II.

Marina: aqui também.

Silas: mas é do bairro Castelo Branco II que nós tamo falando.

Morador: pois é, mas ele é do bairro Castelo Branco I.

Marina: o seu Ismair ele tava de presidente quando foi preso, e esse aí, (apontando para o André) sentiu muita pena do filho dele andava na volta do guri.

André: o que acontece que naquela época, o que ocorreu naquela ocasião foi o seguinte. Quando nós viemos pra cá a associação da Castelo Branco I, da Castelo Branco, porque aqui ficou como apelido Castelo Branco II, por que isso aqui não tem nem nome né? Por que fica do lado da Castelo Branco, porque tinha uma planta, que essa planta de A a P lá, era tudo uma Castelo Branco tinha a projeção de dar sequencia no loteamento pra cá, tinha a projeção, já que aí os movimentos descobriram essa projeção, fizeram por iniciativa popular seguiram os mesmos molde, as ruas grandes com 20 metros, as pequenas com 10, espaço pra praça e ocuparam e, tiveram fortes rejeições da Castelo Branco ali, da I, da Castelo, principalmente da associação, a gente foi colocados como vândalos, pessoas baderneiras, que queriam fazer esculhambação, de beberagens e um monte de coisa então, o que acontece, que foi criado, eles viram que não tinha mais jeito mesmo eles vão ocupar lá mesmo não vão sair, o que vamos fazer? "vamos tomar conta da Castelo Branco" aí eles criaram a associação de moradores única, eles pegaram representantes, daqui era o seu Ismair, que era o índio, que agora eu esqueço o nome dele, e montaram a associação dos moradores que já tinha, que já era instituída lá, só que administrando aqui também, era um só presidente, só pra deixar mais claro, o presidente que era o seu Ismair ele administrava as duas Castelo, aí o que que acontece eles administravam as duas Castelo Branco. Daí o que que foi feito o setor nosso dos movimento popular, descontente, descontente por que a gente vinha da luta e a gente não admitiu que eles pegaram, a e um monte de bêbado, de baderneiro, de esculhambador, um monte de vândalo, depois eles quiseram administrar o nosso bairro e daí que nós aceitasse, houve uma resistência muito grande...

Aí o que aconteceu no caso, devido ao descontentamento nosso dos movimento popular, nós peguemos e batemos o pé, e na época nós procuremos o escritório do Alexandre Lindemeyer e fundamos a associação de moradores do bairro Castelo Branco II, no dia 23 de junho de 1996, montemos uma chapa, organizemos o grupo aqui, embora eles já tinham até feito eleição e colocado o Seu Ismair de presidente, a gente fez uma resistência forte, manteve a associação e indo pra rua, fazendo passeata, tivemos acampados na frente da prefeitura por 2 ou 3 ocasiões, eu por duas, mas a história, tiveram três vezes acampados na frente, duas vezes eu tive...

Silas: prá? Prá que?

André: por que não tinha água, não tinha infraestrutura, não tinha luz. A primeira vez eu não participei porque foi uma passeata específica do pessoal da Aliança da Bahia e quando eu soube eu fui lá, visitei, mas não fiquei, não participei do processo de organização eles já tinham feito, da segunda eu já participei do processo de organização e da terceira também exigindo infraestrutura, água, luz principalmente, que de primeiro não tinha, então a associação de moradores começou a pegar legitimidade com a população, a população começou a comentar e aí eles tiveram um incidente muito grande entre eles, o problema que eles acabaram preso, se meteram com a justiça, não sei o que houve direito, mas o presidente foi cassado, foi preso, uns problema pessoal, e aí a nossa associação ficou e até hoje tá aí né.

*conversas paralelas.

Morador: fazia mateadas, fazia eventos... A gente fazia, mas lá na outra castelo, o que eu me lembro que fazia evento aqui era o André que fez na rua E, o aniversario do bairro a isso eu me lembro que a partir daquele momento muitas pessoas se organizaram, tinha também ali o barzinho, barzinho roda de carreta que saia ali um bailezinho, todos os fins de semana, que as vezes eu participava, tinha também, de inicio, lá na ponta um barzinho, não me lembro o nome do bar, onde tinha muitas pessoas tocavam violão, outras cantavam, então quer dizer que tinha vários pontos, mas é que desses pontos eu não participava.... Então quer dizer que isso aí tinha. O que eu posso apostar pra vocês que antes de ser criado esse bairro, antes de ser criado esse bairro isso aqui era água e areia, nós pra pegar o ônibus pra ir pra firma, eu moro na rua H, 187, eu atravessava por aqui pra pegar o ônibus ali na garagem da Benfica, porque o ônibus não vinha aqui, não tinha nem estrada, as vezes a gente pegava os ônibus era uns ônibus da Xavante pegava o ônibus e ali adiante ele quebrava, e vinha outro e ali adiante, e era assim, o transporte

era assim. Meio de comunicação não tinha, não tinha telefone aqui, iluminação não tinha, água era uma bica que tinha por ali, não sei se o André se lembra e vários moradores, simplesmente vários moradores tinha que... água só assim, luz, eu mesmo simplesmente dava luz pra um monte e gente porque o pessoal não tinha e ficavam nos escuro, mais ou menos esse bairro iniciou assim. Mas só tem uma coisa esse bairro foi fortificado com a turma da Aliança da Bahia, porque antes da turma da Aliança da Bahia, eram pessoas que entravam ocupavam um terreno e vendiam, marcava outro e vendiam, era assim, e as vezes o mesmo morador ocupava muitas moradias. Mas com o pessoal da Aliança da Bahia e que tiveram as lutas o Cesar que eu me lembro, o André, outro, outro o senhor que eu não me lembro, era um senhor barbudo e a partir desse momento é que houve a luta pra luz, luz pra iluminar isso aqui, tem luz da Castelo até ali a ponta da Castelo Branco tem luz, mas daqui pra lá, não tem luz, depois teve esse presidente que queria ocupar tudo, mas não dá nem de falar, por problemas familiares aí foi um que levantou uma grande guerra porque ele queria tomar conta de tudo e aí foi onde mais ou menos nós se unimos e saiu essa associação mais ou menos é isso aí.

Neuza: meu nome é Neuza e eu sou moradora a 15 anos do bairro. Uma coisa que me marcou muito na época da luz e da água é que, o nosso bairro estava todo iluminado no final, mas a rua E não havia iluminação, da S pra lá, as duas quadras não havia. Aí o povo se mobilizaram pra ir atrás da luz, porque a mesma luta que tivemos que fazer com a água tivemos que fazer com a luz, por causa que todo o bairro tinha luz, menos aquele pedacinho ali, tinha os postes, tinha os fios, mas as casas não tinham luz, né. Porque a CEEE parou e queria ligar, porque parou a firma, tiveram que mudar de firma. A mesma luta foi com a água, todo o bairro tinha água, todo mundo correu, fez a instalação, botou os canos tudo direitinho, né, e quando a gente pensava que a CORSAN ia chegar e ia ligar a nossa água eles pegavam e paravam também e nos deixavam sem água.

Inclusive, eu e o Fabiano, um vizinho antigo, pegamos e chamamos a RBS, fizemos uma reportagem com a Julieta Amaral, pra ver se eles ligavam, se fechavam o valetão que nós tinha defronte as casas, que era um perigo pras crianças também, era um valetão de 02 metros que a gente tinha na frente, que era só da S pra lá também o valetão, essas são coisas que me marcou. O que mais eu gosto do meu bairro? Que eu já saí do bairro, já voltei, que eu já morei em tudo quanto é rua do bairro, não tenho queixa de nenhuma, todas são boas e, assim, trabalho dentro da associação como voluntária, já fui da diretoria, não sou mais, sou voluntária agora. Eu acho assim, depois que o André assumiu o bairro, a melhoria do bairro foi 100% melhor, tá. Porque no início a gente não tinha, como vai assim na associação, que na associação a gente tem com quem conversar, a gente vai ter, como assim no caso, tá desempregado e chega no André, “e o André ... olha não prometo, mas vou ver se consigo” e aí ele corre e ajuda a gente. Muitas pessoas me dizem assim na rua “aí onde é que é a associação, sou morador novo” e perguntam de história do bairro né, e quando a gente conta, as pessoas assim, “ah, mas não parece que isso aqui era combros e água”, mas era, antigamente era, eu morava na Castelo I e nós vinha brincar aqui nestes combros e, aí né, as pessoas dizem “mas como mudou” e eu digo teve diferença, teve mudança, porque teve lutas, houve lutas, muitas lutas de ir pra frente de prefeitura, o André sair de casa em casa, convidar, levar as pessoas, arrumar carro pra levar, pra gente não ter despesas ele arcava com as despesas... então eu acho assim pro bairro que iniciou da forma como que tinha iniciado totalmente mal né, eu acho que agora com todas as vontades do André, que a gente se uniu com ele também, temos mais lutas né, pela nossa melhoria, lógico que temos, o nosso esgoto que a gente não tem né, então acho que assim pra mim então morar nesse bairro, é o melhor bairro da cidade.

Morador: mesmo te mudando de casa...

Neuza: mesmo eu me mudando de casa eu não me mudo do bairro, mudo de terreno, de casa, mas de bairro não.

Entrevistadora: Neuza só uma coisa assim, tu acha que vocês ainda tem que lutar por outras coisas no bairro?

Neuza: a várias, muitas coisas principalmente a situação das drogas, principalmente que é crítica aqui dentro. É uma coisa que foi tomando conta, tomando conta, e hoje em dia tu morando dentro do bairro e presenciando isso aí, tem muitas famílias que estão sendo destruídas por causa de droga, então essa é a maior luta do bairro é as drogas. E é uma luta que o André também abraçou...

entrevistadora: a associação?

Neuza: a associação com o André, porque tem pessoas que dizem assim: “a eu tô desesperada não sei o que vou fazer com meu filho, eu não sei se vou trabalhar ou se fico em casa, se eu for trabalhar ele vai me roubar e vender tudo que é meu”, muitas assim a gente tenta entrar em contato com a associação, a gente tenta, o André consegue internação pra fazer o tratamento e tudo o mais, mas tem outros que eles se inibem de vim procurar ajuda, eles tem medo ou vergonha, então é essa a nossa luta, a gente tem que conversar com o povo, mostrar pra eles que a gente pode ajudar, ter melhorias, a luta maior que eu acho que tem aqui dentro nesse momento é as droga e os adolescentes.

Entrevistadora: de estrutura não tem mais?

Neuza: o esgoto no caso, pra nós seria o mais urgente, o esgoto.

Sandro: e também a convivência com o pessoal.

Neuza: a gente não tinha muito como conviver com o pessoal né, Sandro. Era muita crítica porque a outra presidente nunca tinha abrido as portas da associação, aí quando o André tomou posse começou a abrir a associação e dar atendimento todos os dias, então as pessoas não procuravam, então a gente ia nas casa procurar, né. Então agora a convivência com eles já é mais fácil, passa na rua e “a passa na associação vai ter um evento” e eles vem, compartilham com a gente. Que nem a festa de aniversario do bairro, o ano passado que foi uma maravilha né? Esperamos que esse ano seja novamente.

Sandro: o André mesmo não pode nem sair na rua.

Sandro: meu nome é Sandro, hoje faço parte da diretoria da associação. Na época que a Neuza fazia parte eu era apenas voluntario, fui trazido por ela pra cá, faz 04 anos apenas que eu moro no bairro, eu morava numa área do Centro como se diz. E quando eu vim pra cá, eu vi que tinha alguma coisa de diferente com este bairro aqui, o pessoal aqui da associação pensava de uma maneira diferente. Então eu fazia, eu tive programa de radio, na Radio Shalom, com um companheiro meu Luiz Ferreira e, a gente fazia trabalho comunitário, só que pelo rádio é uma coisa e ao vivo é outra, e eu sempre me interessava por isso dai e por coincidência acabei vindo morar no Castelo Branco II, aí conheci a Neuza e a Neuza me convidou pra vir aqui... E já no primeiro dia, já gostei já, do movimento que era aqui dentro, da ajuda que era pros morador, o trabalho do André e o trabalho das pessoas que estavam aqui dentro e, me integrei a equipe e, eu mesmo vindo morar aqui eu vi a melhoria do bairro pelos meus olhos, conforme eu caí aqui eu já vi muita coisa mudar em 04 anos.

A rua S ali, não tinha asfalto, tem asfalto. A Roberto Socoowski tem ciclovias que não tinha, muitas pessoas morriam, a D. Marina sabe disso. Que muitas mortes davam ali na Roberto Socoowski, através da pessoa do André, da diretoria do Andre. Porque quando a agente fala o nome do Andre´, não quer dizer que é o André que faz tudo, o André é o coletivo, né, a equipe, através da associação. Foi feito um trabalho muito bom aqui e eu particularmente, eu tive problemas particulares e o André me orientou e eu praticamente o que não se resolveria em 05 anos, se resolveu em 03 dias através da advogada que ajuda a associação, que representa aqui os moradores, eu tive uma resposta rápida e eu, claro a gente trabalha aqui dentro, mas a gente sabe que tem burocracia, que as coisas são demoradas que não é assim, e eu tive uma resposta muito rápida, então pra mim, pra minha satisfação, se eu pudesse, eu não saia mais do bairro, pra sair daqui só se me levarem e assim mesmo vai ser difícil.

E o que eu tenho a relatar desses 04 anos de convivência que eu tenho aqui é que a população é carente, é muito sofrida e agora a gente tá vendo o pessoal poder pagar o seu terreno, ser dono do seu próprio nariz, como se diz, da sua casa, do seu lote, a população tá, não tenho nem palavras pra definir a felicidade que a população tá agora e, pra eles, pros moradores, quando a gente passa na rua, a associação é sinônimo de como se fosse uma prefeitura da cidade, do bairro, e eles falam muito bem daqui, eles vem participar dos projetos e recebem muita ajuda também e, têm os projetos escolares, os reforços escolares que vai inicia em breve aqui, que as crianças vêm participam gostam, a gente tem a aquela, quando tem uma reunião a gente vai lá e tem uma obrigação de quem tá representando a comunidade e, eu vou lá e convido os moradores e, eles vem, contentes, felizes, quando chamam eles, não é aquela coisa de quando era dos outros lugares que eu morava no caso como eu disse que eu trabalhava com radio e a gente chamava as pessoas pra ajudar e as pessoas não queriam aqui é ao contrario as pessoas não vem a hora. Então tem uma credibilidade enorme, eu ando na rua, até agora andei baixado um tempo e o pessoal comentava tá da onde que eu era e eu comentava que era daqui e “ tá e aí como é que tá o bairro tem tanta coisa bonita naquele bairro que todo mundo fala”.

Virou sinônimo de orgulho morar aqui, antigamente, não é, tinham vergonha de falar que moravam na Castelo, as pessoas tinham vergonha de falar que moravam aqui, as que eu conhecia e eu sempre achava que não ia vir pra cá, e hoje eu vim pra cá e é ao contrário eu me sinto orgulhoso do jeito que as pessoas comentam. A outra tristeza pra nós é as drogas, mas isso a gente não pode mudar ou pode, com a administração que o André tá mantendo com o apoio meu, com o apoio da Neuza, da D. marina, do seu Vilsione, do Henrique, que está com a escola de samba, nós estamos tentando mudar a mente da população, e o objetivo nosso é chegar, chegar lá. E a gente vai conseguir. E esse é o meu relato.

Marina: é Marina. Eu estou contente de tá aqui porque mudou muito o bairro. A única coisa como ele diz, que pra nós o que tá atormentando é as droga, e o que falta aqui, o que devia de ter é uma delegacia de polícia, é o que ta faltando aqui. E é só o que eu tenho pra dizer.

*vários pedidos para que D. Marina declame uma poesia.

Marina: eu vou dizer aquela que ela gosta. Bom, a declaração pro bairro é que eu gosto muito daqui, o lugar que eu mais gostei de morar, morei na Dom Bosco, morei até lá perto da Tamandaré, mas eu gosto daqui, sabe? Porque pode ser que o pessoal daqui não tenha grandes cultura, mas são pessoas boas. Que a poesia foi uma que eu fiz a muitos anos.

Que sou? Misera partícula de pó

E eu tento a grandeza de Deus entender

Caminho pela vida aparvalhada e só

Entre flores, regatos e oceanos

Buscando saber o porquê da existência

Nada responde, vazia a minha consciência.

Toma conta de mim, imensa ansiedade

Por viver e sofrer, sem saber a razão

Onde eu vou com toda a humanidade que luta entre si, irmãos contra irmãos

Tentando uns aos outros ensinar, o caminho mais curto a meta chegar

Mas qual é a meta? Não sabemos.

Apenas imaginamos.

Quero atingi-la, mas como? Se há tanta confusão nesses caminhos que todos nós trilhamos.

Creio e descreio na imaterial vida

Verdade? Mentira? Interrogação perdida.

Aonde irei quando a vida abandonarme?

Dormirá com o meu corpo minha mente?

E os meus? Ausência irão chorar? Ou aceitarão tranquilamente?

Pensando que qual borboleta irá o éter ardejar.

Essa que viveu a vida a interrogar.

Dorme-se na morte? Pra que viver? Se é tão difícil esta arte incompreendida

É saber amar, renunciar, perder, chorar, um sorriso nos caminhos da vida

Ser infeliz e achar-se ditosa, pisando espinhos como se fossem rosas.

Fim.

*som de palmas.

Vilsione: o meu nome é Vilsione da Conceição, sou morador, posso dizer que geralmente sou morador da Castelo Branco II há 15 anos, por que eu tenho um terreno que faz, frente que pertence a Castelo Branco II. Sempre participei de todas as lutas do bairro Castelo Branco, inclusive, geralmente, o primeiro grupo que se chama geralmente, que se chama o Grupo Comunitário dois Bairros que eu tive apoio de alguns moradores iniciantes do bairro Castelo Branco II, não existia associação, não existia nada, porque naquele tempo era tudo uma Castelo só. Bom, como tinha tido a luta da Castelo Branco II, o que que era, bom isso aqui era areia, era agua, era tudo. Pra gente pegar um ônibus e ir pra firma, tinha uma estrada batidinha, ia lá na garagem da Benfica, ia lá na São João. Ônibus naquele tempo era ônibus da Xavante, pegava mais adiante quebrava, pegava outro. Não tinha comunicação, não tinha telefone, aqui não tinha luz, aqui não tinha nada, nada mesmo.

Os primeiros moradores, que com os outros foram habitantes foi algum da Castelo I que vinha aqui marcava um terreno, fazia uma casinha e vendia, vinha outro marcava o terreno fazia a casa e vendia. Depois veio a turma da Aliança da Bahia onde foi mais ou menos começar a organizar, simplesmente este bairro, porque o povo se ajuntaram, fizeram passeata, eu participei de duas, houve 03 passeatas na frente de prefeitura que tinha funcionado, eu participei de 02, por agua e por luz. Então o que sempre aconteceu, o que eu achei nesse momento das passeata, eu achei

muito importante, que nesse momento os moradores foram incentivados, todos os moradores que vieram se juntaram os companheiros que eram os organizador do movimento, eles tiveram muita luta muita dificuldade, pra transportar esse povo ate na frente da prefeitura, chegando lá na frente da prefeitura, foi apoiado pelos movimentos e sindicatos então muitas coisas geralmente e ali o povo se organizava pra poder ter as primeiras coisas que era as 03 bicas que já foi falado.

Bom, aí já existia a luta da luz que também já foi falado, bom, agora eu vou falar o seguinte, como é que era que o povo vivia nesse tempo, o primeiro esporte que viviam era uma canchinha de carreira que tinha ali na ponta da FURG, todos os fins de semana ali tinha corrida de carreira, era o primeiro divertimento, “dispois” foi um time de futebol que tem até hoje que foi o Pai João ali, que foi ali que começou na Rua I e que começou onde é a praça que ta saindo o ginásio de esportes. Bom, naquele período o pessoal era muito pobre, então do que o povo viviam? Eles viviam de doação, eles viviam de se organizavam, faziam pães, faziam, eu me lembro que tinha um grupinho que fazia guardanapo pra vender, era um troço, outros saiam a trabalhar em vários tipos de coisas, era a maneira que naquele tempo o povo vivia, “dispois” houve a organização da associação da Castelo Branco II, que eu me lembro do companheiro André, companheiro Cesar, e vários companheiros que fugiu o nome, me esqueci, que nesse tempo eu era da URAB, nesse tempo o presidente da Castelo Branco II era um companheiro que mandou muito contra esta associação, porque simplesmente ele queria ser o dono de tudo, ele achava que houve um causo com ele particular que não convêm falar ai ele se afastou foi onde veio a luta, de, da luz, da agua e, depois um bocado de tempo, foi feito a Central de Movimentos Popular, foi trazido pelo companheiro André que veio, aonde foi, foi, as reuniões que faziam la na minha casa, foi um troço muito importante, houve muita luta, nesse tempo ele não era o presidente do bairro ai organizou uma chapa e a gente foi pra rua, foi pra rua e organizou com carro de som, sensibilizando o pessoal, aqui essa sede aqui era sempre fechada, aqui não tinha nada era tudo abandonado, aí quando o companheiro entrou pra cá foi que o torço começou a melhorar, começou a aparecer evento, começou a aparecer projeto, começou com os outros a melhorar, o melhoramento das ruas, pavimentação lá naquela rua, naquela rua, hoje temos ruas com asfalto, que foi uma luta muito grande, que o ponto da marginalização também existia muito foi um troço assim pra pedir policiamento foi um troço assim, que foi muito mal feito pra pedir policiamento, pra pedir muitas pessoas não sabem, eu mesmo tenho isso, uma família, uma família fechada, a gente chega na família, faz um trabalho amigável, onde foi lançado muitas religiões, as pessoas entram em religiões, hoje aquele que era marginal, hoje já não é, hoje é um líder religioso, tem uma família, muitas famílias que “as vez” eram destruídas a gente chegava naquelas família e aconselhava aquelas família e muitas vezes aquelas famílias se reerguiam. Então mais ou menos hoje o que eu posso dizer que aquilo que era a 15 anos atrás hoje é dos melhores bairros que nós temos na cidade do Rio Grande. É o bairro que tem mais representação em todos os órgãos que participa da prefeitura, com os poucos companheiros que existe na associação, mas esses poucos companheiros eles faz parceria com todo o mundo a gente tinha na escola de samba que um projeto saiu daqui, daqui de dentro e outra escola de samba que se iniciou também, esta se iniciando foi tudo com colaboração da organização dessa população, foi mais ou menos isso aí.

André: tranquilo, né, então assim, eu queria deixar registrado pra todos, pra toda a comunidade que hoje tá vendo, que tá assistindo esse evento nosso aqui, tá vendo nosso telão, hoje 30 de abril, esse evento esta sendo feito para vocês, e uma das coisas que eu quero deixar registrado constantemente e que fique gravado no coração de cada um de vocês é que nos nunca podemos perder a nossa característica. Vocês viram a passeata de hoje, vocês viram que o nosso foco é a luta, temos sempre essa característica e que se nós perder essa característica nós deixamos de ser moradores da Castelo Branco II, que nós tivemos e temos dentro de nossos corações essa vontade, essa vontade incansável, essa força, positiva, insistente, coerente e essa garra tremenda de botar a cara na rua, contra as injustiças sociais, de defender a vida, por isso que hoje nós fomos pra rua, defendendo as nossas crianças contra as drogas, contra a violência domestica, contra o descaso dos poderes públicos, principalmente da prefeitura em relação ao saneamento básico que nós não temos aqui, nós vimos até poucos dias atrás quase 70 casos de hepatite, isso tem que ficar gravado, a RBS, não coloca isso e a TV FURG esta de parabéns, a TV FURG entra dentro das comunidades e tem um compromisso com o povo e com as periferias e isso pra mim é muito gratificante e eu me sinto muito tranquilo de colocar isso no ar e, reitero novamente colocando a falta de saneamento básico em nossa comunidade, o descaso do poder publico local, as pessoas são jogadas de qualquer jeito, nós temos valetas de céu aberto e por isso que nós temos inúmeros casos de hepatite, até quando? Até quando gente, o poder público vai fazer de

conta que não sabe a necessidade dos bairros? Até quando o poder público só vai cobrar o IPTU, que agora quem é regularizado tem o IPTUzinho que eles arrancam dos nossos trabalhadores e não investem praticamente nada, nós temos valetas a céu aberto, nós temos índices alarmantes de droga, de violência doméstica, de prostituição infantil, e o poder público será que não tá tendo olho ou não quer enxergar? Então comunidade o que eu quero colocar pra vocês, nunca vamos perder a esperança, nunca vamos deixar de lutar, nunca vamos deixar de botar pra fora as nossas angústias, as nossas preocupações, porque nós sempre fomos um povo marcado pela luta, porque se nos perder essa característica nos deixamos de ser cidadãos e moradores da Castelo Branco II, e isso é o que faz hoje nós ter alguns avanços, significado essa característica de luta, de raça, de garra, do bairro é o que fez nos termos algumas vantagens e que faz a diferença com relação aos outros bairros, não é a toa que nos semos a primeira área irregular das ocupações a ser regularizada. Vocês se lembram quando a 02 anos atrás nos tava na avenida Roberto Socoowski, com mais de 500 pessoas, juntamente com a universidade e a turma do VEPOP, com as comunidades e as igrejas botando a boca pra fora, pro fim das mortes na Roberto Socoowski e fizeram aquela ciclovia medíocre pra nós, muquirana, perto do que eles investem no centro, em locais onde nem precisa ter investimentos e eles gastam horrores de dinheiro e pra nós eles botaram uma ciclovia assaibrada mal e porcamente, mas mesmo assim alguma coisa nós conseguimos e tudo é fruto da nossa luta e, se nós perder ela nós não vamos ter razão pra ser morador da Castelo Branco II, que esse bairro é marcado pela garra e a gente tem que ter frequência senão a gente enferruja gente. Então por isso que hoje nós fomos pra rua de novo gente. Então sempre que nós tiver na frente da associação a gente nunca vai cruzar os braços e ficar omissa pelas falta de infraestrutura, de saneamento básico, de segurança pública, de saúde que a gente não tem, falta remédio nos postos de saúde, a associação de moradores tem que ser essa característica, ser o ponto de referência dentro da comunidade e responder os anseios pelas diferenças sociais, pelos medicamentos nos postos, pela segurança pública, e não a segurança pública que vai colocar polícia pra combater o delinquente, mas segurança pública que coloque plenárias, seminários de formação, de capacitação de informação, que propicie cursos de inclusão social pra comunidade, pra que ela não fique desperdiçada e jogada ao relento e se afaste da margem da sociedade, nós queremos essa comunidade participativa, onde nós sejamos protagonistas de um outro projeto, onde o poder público local não tem muito interesse em defender, mas nós temos aqui, botemos a cara aqui, saudemos todos vocês que estão aí presentes. Fiquemos muito felizes de estar aí representando essa associação e da grandeza tão grande que tem esse bairro.

Então uma das paixão que eu tenho é essa da comunidade, da luta, da vontade e da transformação social. E nós, ao se deitarmos hoje, que a gente pense e reflita no nosso bairro, que a gente sempre pode fazer alguma coisa pra melhorar, não vamos cruzar os braços e fazer de conta que não é com nós a função da droga, a função da insegurança, que não é com nós a falta de saneamento básico, que não é com nós o transporte coletivo, que a gente fica uma hora, domingo e feriado esperando ônibus. Que temos uma das passagens mais caras no município e no estado do RS, e com apenas uma empresa tendo o monopólio numa cidade de 200 mil habitantes, que isso é uma vergonha pra nós cruzarmos os braços e ver uma empresa de ônibus coordenando e tendo força política dentro de uma prefeitura, isso é um horror, isso é constrangedor, isso nos lembra muito o regime ACM na Bahia, onde ele pegava e dava as cartas e dava as regras de administração, nós não concordamos, uma empresa que era pra abrir licitação ter no mínimo 3, 4, empresas disputando o transporte público coletivo, mas nós temos uma prefeitura subordinada que de conchavo com a Noiva do Mar, isso nós sempre vamos bater contra esse tipo de coisa, isso nós não vamos ficar de braços cruzados pra esse tipo de coisa, temos a passagem a 2 e 25 uma das passagens mais caras do estado, uma vergonha pra uma cidade de 200 mil habitantes e o poder público fica omissa e de braços cruzados. Temos empresas poluindo as nossas lagoas, deixando nossos pescadores desempregados, não tivemos camarão esse ano, aí eu pergunto pra vocês, será que esses poluentes que Trevo, Tergrasa largam lagoa aberta tem fiscalização, será que existe o pessoal pra fiscalizar e pra ver o que estão fazendo com o nosso meio ambiente, matando nossos peixes, nossas crianças com fome, nossos trabalhadores desempregados e isso tem que ter um basta gente, e nós vamos estar a frente disso, fazendo esse tipo de matéria, esse tipo de defesa constantemente, em relação a defesa pela vida, em relação a defesa pelos direitos sociais, em relação a defesa pela de um bairro socialmente justo, ambientalmente sustentável e é isso que nós queremos pra todo o nosso bairro e pra todos que vem pra cá, pra nossa comunidade. Vamos aproveitar os 15 anos da Castelo

Branco, vamos comemorar juntos estas festividades todas, vamos participar amanhã as 9 e meia aqui na sede da associação vamos ter uma oficina de economia solidária vou querer vocês todos presentes aqui, vamos participar, vamos ter um clube de trocas também as 2 e meia da tarde e, no domingo depois de amanhã nós vamos ter também a questão da grande festa do bairro, com varias apresentação, com bandas marciais de colégios, mateada, musica tradicionalista entre outros, e tenham todos uma excelente noite e muito obrigado pela presença da TV FURG mais uma vez, por essa universidade que tem sido nosso elo, nosso braço direito nas nossas lutas e no desenvolvimento da nossa comunidade. Muito obrigado mesmo.

Tania Maria: o meu nome é Tania Maria Pinto Gonçalves, eu moro a mais ou menos 12 anos no bairro, moro na época que a gente não tinha luz, a água encanada era na beira da esquina, na época que a gente saia de velhinha o pessoal todos os moradores fazendo caminhada reivindicando a luz, na época do fuquinha da Minuano, se eu não engano, uma coisa assim, a gente reivindicava, na época também enchia de água, alagava, eu mesmo cansei era agente de saúde na época, eu ia trabalhar com a água ate o joelho e quarta-feira eram as reuniões e eu ficava toda molhada e tinha que esperar toda a reunião pra vim pra casa trocar de roupa e aquela coisa também, foi uma grande batalha, foi difícil morar aqui, foi difícil, muito, muito mesmo. Mas a gente pegou aqui e o André mesmo na presidência do bairro, graças a Deus a gente conseguiu muita coisa e através de luta de ajuda daqui dali e é um cara guerreiro, ele lutou conseguiu e eu acredito vai conseguir muita coisa ainda e, bom, eu adoro o meu bairro apesar de todas as coisas que difícil que eu já passei, hoje eu tenho água, eu tenho luz, hoje eu tenho a melhoria do bairro esta super grande, já não saio com os pés todo alagado, já posso sair de sapato, ta bem melhor, claro vai ter que melhorar mais tem muita coisa a ser feita logico, mas isso devido a tudo que a gente já passou é o de menos agora, não menos assim, não que não seja necessário é super necessário, tem que melhorar mas devido a toda essa caminhada toda essa luta a gente vai continuar caminhando, caminhando ate a gente ter uma vida digna, já temos mas vamos ter melhor é isso que eu tenho a dizer.

Conferência Estadual das Cidades elege propostas para o desenvolvimento urbano

A 4ª Conferência Estadual das Cidades foi realizada nos dias 17 e 18 de abril, no Centro de Eventos da PUC, em Porto Alegre. Na oportunidade, centenas de participantes discutiram sobre a construção do plano de desenvolvimento urbano para as cidades gaúchas. Representantes do poder público, dos movimentos sociais, das organizações não-governamentais, dos empresários e das entidades de classe elegeram as principais propostas para o desenvolvimento das cidades que serão levadas para a Conferência Nacional, que ocorre em junho, em Brasília.

Entre as propostas levadas pela Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Rio Grande, foram aprovadas propostas de moradia que devem contemplar parte da demanda do Município que, de acordo com o secretário, Arnoldo Aguiar, sofre um déficit de quase 20 mil residências. Também foram consentidas propostas de regularização fundiária nos bairros Profilurb 1, Profilurb 2, Hidráulica e Humaitá.

O presidente do Grupo Amigos da Natureza, Cleber Tavares Acunha, que também participou do evento, foi eleito o delegado que representará o Estado sobre as questões de meio ambiente na Conferência Nacional em Brasília. Ele informou que foram aprovados, através da consulta popular, os

projetos de arborização da cidade e de implantação de uma ciclovia que poderá percorrer a extensão da Barra até a Vila da Quinta. Acunha informou também que a outra proposição aprovada na conferência foi um projeto de maior participação ambiental das empresas através de medidas compensatórias. De acordo com o representante do meio ambiente, o valor das multas mitigatórias das empresas que estão se instalando tem que ser revertido para o Município.

O secretário de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano do Rio Grande do Sul, Marcelo Soares disse que, em parceria com o governo Federal (através de recursos do PAC), o governo do Estado disponibilizou R\$ 1,3 bilhão para investimentos em saneamento no Rio Grande do Sul. "Na área habitacional, que tinha uma média de investimentos anuais de R\$ 5 milhões, a governadora Yeda Crusius determinou a liberação de R\$ 58 milhões este ano", afirmou.

A quarta edição da Conferência Estadual das Cidades foi realizada pelo governo do Estado, através da Secretaria de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano, e pelo Conselho Estadual das Cidades, com o apoio da Caixa Econômica Federal e da Companhia Estadual de Saneamento (Corsan).

TATIANE FERNANDES